

S. P. N.

N V M M V S

VOL. I

NVMMVS



VOL. I



# NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NUMISMÁTICA—MEDALHÍSTICA—ARQUEOLOGIA



VOL. I

N.º 1

PORTO  
1952



# N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA  
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

1.º ANO, N.º 1

Publicação quadrimestral por tomos de 64 páginas apr.

Condições de assinatura para 1953:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Direcção executiva:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS  
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA  
FERNANDO RUSSELL CORTEZ  
ANTÓNIO DA SILVA GUIMARÃES  
ED. M. VAN DER NIEPOORT  
MÁRIO RAMIRES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Sede provisória

Rua de S. Francisco, 23-2.º — PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

IMPRENSA MODERNA, L.DA  
Rua da Restauração, 317-2.º — PORTO

## SUMÁRIO

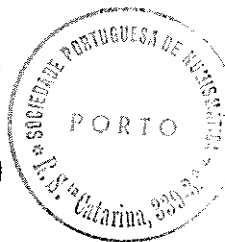
Apresentação, <i>por Dr. F. Russell Cortez</i> . . . . .	3- 5
O Tesouro Monetário do Lugar do Poio, <i>por Dr. F. Russell Cortez</i> . . . . .	6-37
La Ceca Visigoda de «Cepis» Poblacion del Distrito de Oporto, <i>por Engenheiro Wm. Reinhart</i> . . . . .	38-43
Numária D'el-Rei Dom Afonso Henriques, <i>por Dr. Pedro Batalha Reis</i> . . . . .	44-48
Moedas de D. Fernando, <i>por Engenheiro J. Ferraro Vaz</i> . . . . .	49-54
O Numismata Dr. Mirabeau, <i>por Dr. Luís Pinto Garcia</i> . . . . .	55-65
Uma medalha dedicada ao Dr. Francisco de Andrade Leitão, <i>por Dr. Ary dos Santos</i> . . . . .	66-70
Moedas de D. Miguel I, <i>por Engenheiro Raul da Costa Couvreur</i> . . . . .	71-72
Vasco Valente desenhador de medalhas, <i>por Alexandre Ferreira Barros</i> . . . . .	73-74
Vária . . . . .	75-80

**As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.**

A colaboração deste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão insertos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

# NVMMVS



NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA — PORTO	
BIBLIOTECA	
N.º	111
DATA	28 / 8 / 79

Est.	
Tab.	
N.º	

VOL. I

N.º 1

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA  
PORTO  
1952

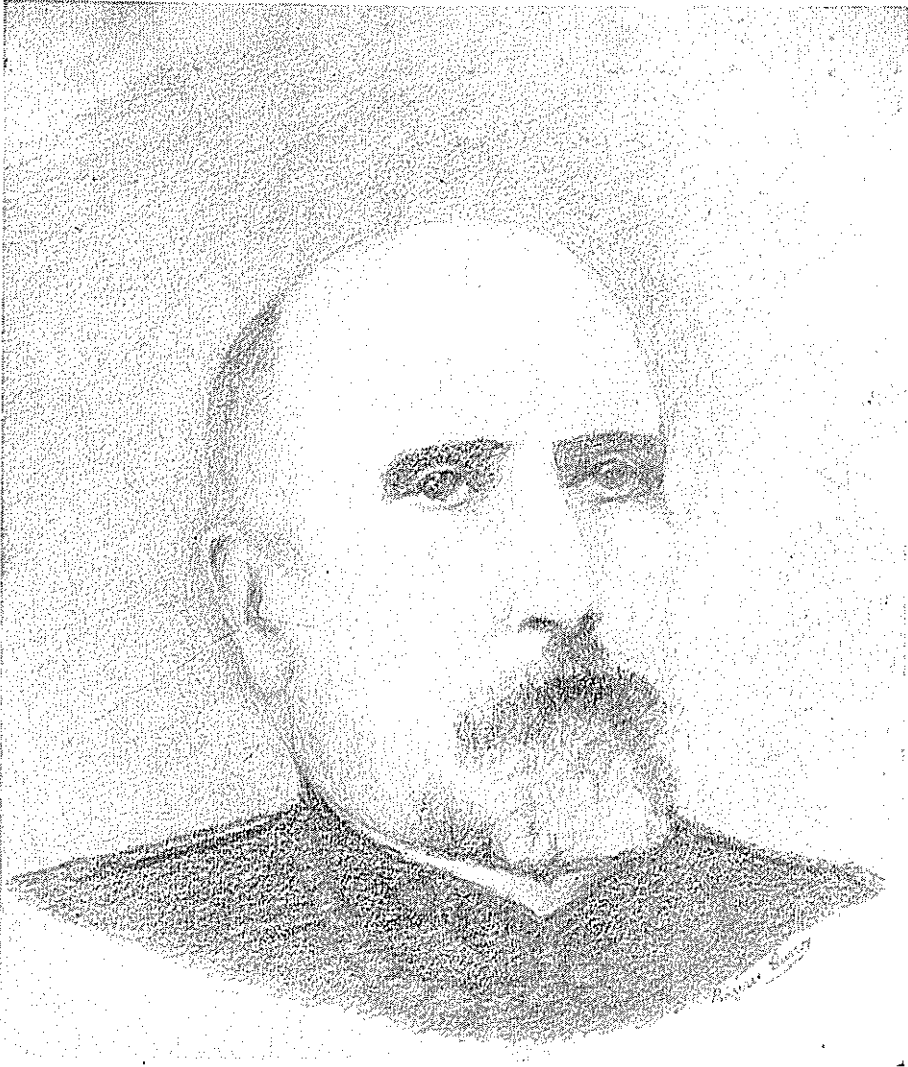


*A memória*

do DR. TEIXEIRA DE ARAGÃO,

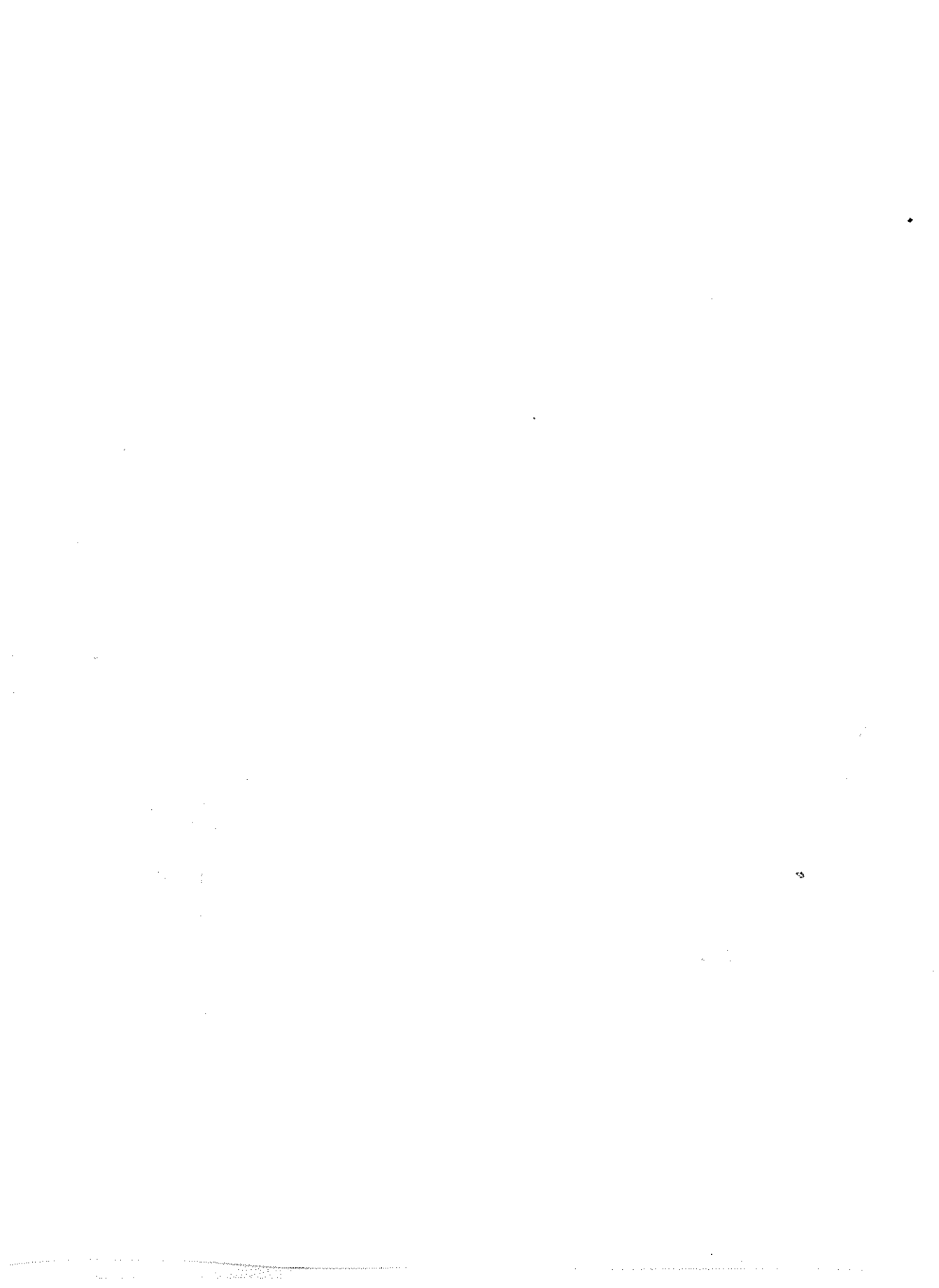
*figura marcante na investigação numérica  
e Mestre da Numismática Portuguesa,  
presta singela homenagem  
a Sociedade Portuguesa de Numismática*





*DR. AUGUSTO CARLOS TEIXEIRA DE ARAGÃO*  
*(1823-1903)*







## APRESENTAÇÃO

*Diziam os antigos terem as publicações assinalado o seu próprio destino: HABENT SUA FATA LIBELLI. Ao vermos compor estes primeiros granéis, não podemos deixar de formular a interrogante habitual, feita no início de qualquer construção!...*

— *Quanto tempo durará o edifício?*

*Pergunta angustiosa, que, debalde, poderíamos ladear com profecias falazes ou perspectivas mais ou menos sedutoras.*

*Com NVMMVS, visamos o estabelecimento duma mais íntima ligação, entre os numismatas portugueses e os dos demais países.*

*NVMMVS, o Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática, que agora inicia a sua publicação, procurará sumariar primordialmente,—correspondendo ao mais amplo conceito, ao mais rico conteúdo da Numismática,—não somente as moedas e medallas, mas também objectos similares, metálicos ou não: as tésse-ras, os contos, as cédulas, etc., tudo que sirva ou tenha servido como elemento material de escambo, avaliação ou fixação de valor.*

*Propugnamos por uma maior intensidade dos estudos de «história monetária» para o que procuraremos sumariar todos os achados monetários de Portugal e do resto da Península, para*



*que tais elementos possam ser aproveitados no mais amplo do seu sentido histórico e geográfico. Atenderemos aos contactos económicos, observando, enfim, as relações das populações dum passado remoto ou dum mais próximo de nós, uma vez que a fenomenologia estudada é quase sempre semelhante. Em minúsculos outros aspectos se reflecte tanto, quer o passado quer o presente e com tanto vigor, como nos estudados por esta investigação histórico-económica.*

*Para uma maior difusão das investigações numismáticas entre os nossos consócios, temos de nos preocupar com questões pertencentes à Numismática Geral. Assim, adoptaremos o critério da verticalidade, uma vez estarmos, em principio, interessados com o conhecimento de qualquer aspecto ou manifestação numária, através de toda a sua história.*

*Não esqueceremos igualmente que os valores monetários surgem conjuntamente com outros fenómenos culturais e históricos, — segundo o ponto de vista donde os encaramos, — pertinentes a determinado povo, em certo momento ou em determinado lugar. Desta forma, para exemplificarmos: — Se estudamos a moeda romana, não poderemos desconhecer qual foi a evolução das instituições, da religião, da literatura, da história, da filosofia, da arqueologia de Roma e das Províncias Imperiais.*

*É consabido que as ciências históricas particulares: a Numismática, a Epigrafia, a Arqueologia, etc. —, podem estudar-se em vários sentidos, como parte de um todo dinâmico que transcorre através dos tempos e do espaço, ou como manifestação, isolada e de certo modo estática, de um ambiente cultural limitado temporal e espacialmente.*

*Parecerão por vezes temas díspares, de vincada individualidade, quanto ao critério ou método de estudo, mas intimamente*



# O TESOURO MONETÁRIO DO LUGAR DO POIO

(PARADELA DE GUIÃES)

Contributo numismático para o estudo da romanização  
da Região do Douro

POR F. RUSSELL CORTEZ,  
BOLSEIRO DO INSTITUTO DE ALTA CULTURA.

Em 1930 procedia-se à construção da estrada que, da margem do Douro, estação do Ferrão, pelo vale do Ceira e encostas ao poente da Serra de São-Domingos, depois de passar pela Quinta do Castro, e Gouvinhas, ia finalmente terminar um pouco adiante de Paradela de Guiães, concelho de Sabrosa, mas já hoje ligada a S. Martinho de Anta.

No corte dos terrenos pertencentes ao vale sobranceiro ao eixo da estrada, coincidente com o antigo «*Carreyrão*» entre Paradela de Guiães e Ordonho, quando os trabalhos se aproximavam do ribeiro do Poio, no próprio lugar do Poio, apareceram, nos desmontes, numerosas moedas de prata ( $\pm$  700) dentro de quatro vasos do mesmo metal precioso.

Este achado valioso para a história da região duriense, foi lamentavelmente disperso pelo seu detentor o Sr. Laurindo Pinto dos Santos que levou para o Rio de Janeiro algumas centenas de denários consulares romanos, cunhadas nos séculos III, II e I a. C..

Antes porém de estudarmos pròpriamente este conjunto de moedas e vasos recordemos afirmações nossas proferidas anteriormente (1).

---

(1) RUSSELL CORTEZ, *Arqueologia da Região produtora do vinho do Porto*, pág. 32, Porto, 1948.



Dissemos então: «O primeiro contacto desta região com a cultura clássica deve ter ocorrido através dos negociantes gregos que por aqui mercadejaram ou com quem mantinham contacto os citanienses trasmontanos, através do Rio Douro». Deste comércio são testemunho as moedas gregas encontradas em Bragança — Bractea aurea siracusana dos fins do séc. V a. C. — os didracmas de Thurion, encontrados em Sabrosa <sup>(1)</sup> — das que foram encontradas na Serra do Pilar: uma ateniense (300) a. C. e outra, com a effigie de Alexandre, que deve ter sido cunhada após a morte deste rei. No Monte do Crasto, Gondomar, apareceu uma outra moeda ateniense, do período helenístico.

Pouco sabemos relativamente aos contactos que existiram entre estas populações e os povos difusores da cultura clássica, helenístico-romana, no entanto com o estudo dos conjuntos monetários, muito podemos ampliar o conhecimento que destes tempos temos.

Pensámos que a romanização da úbere região duriense iniciou-se, o que pode parecer paradoxo, com as campanhas conduzidas por Viriato contra os Romanos.

Renegada a paz de 140 a. C., por ignominiosa, recomeça a campanha com a tomada de *Arsa* em 139 por *C. Caepio*, cidade pouco antes abandonada por Viriato. Tentando derrotá-lo, *Caepio* deixa de seguir as suas tropas em retirada, mas vai combater as populações aliadas dos *Lusitani*: os *Vaceus* e os *Calaicos*. Recorda-se este prélio numa menção de *APIANO* <sup>(2)</sup> e que é a primeira referência às populações da margem direita do Douro.

Existia então um profundo problema agrário.

Um curioso texto de *DIODOROS* o refere <sup>(3)</sup>: — «Há um costume peculiar aos Iberos, mais dos Lusitanos e que é quando estes chegam à idade adulta, aqueles que se encontram mais falhos de recursos, e se destacam pelo vigor do seu corpo e denodo, cheios de valor e bem armados, reúnem-se no recôncavo dos montes e ali constituem bandos consideráveis, que recorrem a Ibéria, acumulando riquezas pelo roubo que praticam com a mais completa desenvoltura <sup>(4)</sup>.

(1) RUI SERPA PINTO, *O Tripeiro* n.º 1, pág. 15, Porto, 1930.

(2) *APIANO*, *Iber.*, 70. — é o texto «ὁ δὲ Καίπιον ἐς Οὐδέττωνας καὶ Καλλαικούς τραπέις τὰ ἐκείων ἐδήου.

(3) *DIOD.* V. 34.6.

(4) ANTÓNIO GARCIA Y BELLIDO, *Bandas y Guerrillas en las luchas con Roma, Hispania*, XX, Madrid 1945.





Este texto, já aproveitado de POSEIDONIOS, informa-nos que a vida aventurosa destas gentes tinha, como causa próxima, origem na indigência daqueles que, atingindo a maioridade, não possuíam meios de vida. Ao aludir a tal, permite a ilação de que a pobreza seria resultante da vigência duma instituição similar ao morgadio.

Podemos basear tais suposições num fragmento do livro XXXIV das *Histórias* de POLYBIOS (1) — conservado através da obra de ATTE-NAIOS (2) — que nos afirma: «Falando POLYBIOS da felicidade da Lusitânia... informa no livro XXXIV das *Histórias* que, por causa da boa temperatura do ar, os animais e os homens são ali muito prolíferos...».

Estas notícias de POLYBIOS que jamais esteve na Lusitânia, recolhidas da boca dos generais romanos que com ele privaram em Cadiz, após a queda de Numância (132 a. C.), levam à suposição de existir na faixa Atlântica da Península um excesso demográfico que não poderia obter a completa satisfação das suas reivindicações económicas apesar da apregoada fertilidade do terreno (3).

Os romanos fracassaram quando, para resolver tal estado de coisas, perseguiram estas gentes nos seus povoados alcandorados nas asperezas das montanhas. Fracassaram enquanto consideram o problema como de mera acção de polícia colonial, não entrevendo o seu âmago, o seu carácter estritamente social e económico. POSEIDONIOS informa: «Puderam conter a sua audácia, mas, apesar de todos os esforços, não conseguiram terminar com as suas depredações (4).

ESTRABÃO compilador de POSEIDONIOS igualmente nos informa que as populações montanheiras ao norte do Tejo, denotavam grande pobreza, exploravam um solo sáfaro, careciam do mais necessário, pelo que haviam forçosamente de desejar os bens das outras populações detentoras dum terreno mais fértil (5).

Não é este o momento para alargar considerandos sobre a diferença de fortuna que parece denunciadora de desigualdade económica, existente entre os homens e se este problema será «uma prova das diferenças cul-

(1) SCHULTEN, *Fontes Hispaniæ Antiquæ*, II, pág. 134; C. FERNANDEZ-CHICARRO, *Laudes Hispaniæ*, pág. 36.

(2) POLYB., XXXIV, 8 in ATHENAIOS, 330, ed. Rud. Schneider, *Griechische Poliorketiker*, II, apud. F. H. A. II, 190.

(3) Cfr. STRABO. III, 3, 4 e MELA, III, 47.

(4) DIOD. V, 34,7.

(5) STRAB III, 3,5.

turais, entre as populações sedentárias da orla marítima e das terras baixas, de economia agrícola e ganadeira de tipo superior, e as populações de pastores semi-nómadas ou transumantes, e de caçadores das regiões montanhosas interiores, mais rudes e primitivas, que não conheciam senão uma agricultura rudimentar e o uso de frutos silvestres» (1).

No entanto, o mal não estava só circunscrito às tribos da montanha, quando estas baixavam, de vez em quando, para despojar as dos plainos das suas colheitas. Agravava-se o mal, uma vez que as populações dos plainos férteis, continuamente sobressaltadas e em guerrilha, abandonavam os seus campos, caíam por seu turno em igual miséria e igualmente sentiam a necessidade de acometerem, de saquearem as tribos vizinhas. É o mesmo ESTRABÃO quem confirma este estado de coisas: «Como estas (as dos plainos) tinham que abandonar os seus trabalhos agrícolas para rechaçar os montanheses, foram obrigados a substituir os cuidados dos campos pela freima da milícia, e em consequência, a terra não só deixou de produzir, mesmo os frutos espontâneos, mas povoou-se de ladrões».

Ainda o mesmo geógrafo nos informa que as tribos ricas das planuras do Norte do Tejo «tinham renunciado a viver da terra para subsistirem na roubalheira organizada, mantendo-se em continuadas richas entre umas e outras, ou associando-se para atravessarem o Tejo e pilharem os valores das tribos vizinhas» (2).

APIANO quando narra as negociações de Galba para apaziguar os Lusitanos, recentemente rebelados contra Roma, de que resultaria uma guerra sangrenta, uma luta sem quartel — em que vitoriou Viriato — *guerra de fogo*, como justamente a denomina POLYBIOS, confirma as ilações acima mencionadas.

Ante as perspectivas duma rebelião em massa, o cônsul Galba, pensa atalhar o mal, simulando um pacto, tão engenhoso, como vilmente concebido e executado: oferece aquelas populações esfomeadas, menosprezadas nos seus sentimentos e interesses, o que elas mais ansiavam possuir: paz e terras férteis para agricultarem. Eis como Galba falou aos Lusitanos rebeldes: «A pobreza dos vossos campos e a indigência em que viveis é que vos obriga a fazer tais coisas (roubos). Pois bem,

---

(1) JORGE DIAS, *Os arados Portugueses, e as suas prováveis origens*, pág. 104, Coimbra 1948.

(2) STRAB III, 3,5.



eu darei terras boas àqueles delas necessitadas e as distribuirei para serem colonizadas (1).

Da perfídia de Galba surge Viriato. A guerra civil, 155-136 a. C. cruenta e sem quartel, reacende de novo. Porém, como atrás vimos, no ano 139 a. C. assassinado Viriato, o seu sucessor Tautalos, faz um pacto com Cipião e uma das condições de paz era a concessão, aos Lusitanos, de terra suficiente «para que a necessidade os não obrigasse a roubar» segundo as textuais palavras de APIANO.

Estas considerações que formulei podem justificar o percurso seguido por *Brutus* quando do Tejo e em acção punitiva e de soberania, procurava aproximar-se das margens do Douro, para vadeando-as dominar as belicosas e inquietas tribos, depois denominadas sob o nome genérico de Callaecos.

São ainda palavras de APIANO que testemunham em favor da existência do problema social de carácter agrário, quando refere ter sido fundada por *D. Julius Brutus* uma colónia para aquelas gentes que lutaram sob as ordens de Viriato, não obstante o ressaibo amargo deste nome para os Romanos. Tal atitude deve rastrear-se na imperiosa realidade dos factos e o problema só se resolveria remediadas que fossem as causas.

Situou-os nas margens do Douro e deu-lhes uma cidade a que chamaram *Valentia*, muito presumivelmente nas cercanias da actual Valença do Douro.

Em maior escala, a romanização desta área deve ter-se acentuado após a campanha de pacificação levada a cabo por D. Junio Bruto em 138 a. C. e no decurso da qual procurou aquietar as populações que tinham combatido sob as ordens de Viriato, subministrando-lhe aquilo que elas mais ansiavam possuir: paz e terras para agricultarem. Na resolução deste ingente problema agro-social, não me parece viável pensarmos numa localização do parcelamento de terras e consequente fixação populacional em lugares muito distanciados do alfoz onde se tinha originado a resistência de Viriato. Penso, portanto que a localização de *Valentia* de que nos fala Lívio (2) não se afastaria das margens do Douro, onde, talvez, Valença do Douro nos recorda o facto, área que tem fornecido elementos que denotam uma remota ocupação agrícola.

A intranquilidade destas populações não terminou com a criação

---

(1) APIANO *Iber*, 59.

(2) TITO LÍVIO, *Per*. 55.

desta cidade e colónia de *Valentia* uma vez que o problema agro-social que a gerava só parcialmente tinha merecido solução.

Abre-se agora um longo hiato, nebuloso, largo campo para a suposição e para a generalização até aos tempos em que César foi enviado à Península como *propraetor da Ulterior* (61-60 a. C.) e empreendeu novo prélio contra os Lusitanos da Beira.

Era um dos principais propósitos de César pacificar completamente os confins do N. O. Peninsular para lá do Minho.

Apesar das campanhas de *Brutus*, ainda nos tempos de César, o caminho mais praticável para transpor o Douro era o caminho costeiro, vadeando os rios junto das embocaduras. Esta zona litoral era rica e produtiva e o exército podia sempre contar com o apoio da esquadra, se tal fosse necessário.

Se tais elementos forem considerados concluiremos que a César não agradou resolver o problema da irrequietude das populações serranas. Não procurou a solução lenta e mais económica. Intentou submetê-las rapidamente, pois não era prudente desprezar o valor daquele foco, tão activo e ameaçador, sito na rectaguarda e no flanco das tropas que procuravam submeter os Cantabros e Astures.

Decide-se a atacar os serranos de *Mons Herminius* <sup>(1)</sup> no ano 60 a. C. <sup>(2)</sup>.

Como consabido é, o *Mons Aeminius* corresponde à actual denominação de Serra da Estrela e constitui, o último contraforte do Sistema Central, ou Carpeto-Vetónico; a sua posição dominante sobre as férteis planuras do Douro e do Tejo explica-nos a circunstância, unida ao carácter ravinoso e abrupto da serra, ao digitiforme dos seus últimos contrafortes — Gardunha — Muradal — Lapa — da sua importância como reduto dos aguerridos Lusitanos.

César mal chegado à *Hispania*, à sua *Ulterior* (61 a. C.), logo procurou eliminar as populações donde partiam as incursões de pilhagem que tanto incomodavam os indígenas da Bética. Este general para terminar de vez com tão perniciosa e rapace atitude, dirige-se afoito para os Emínios e exige que as suas populações baixassem para a planura, convencido que, aquelas uma vez nesta, terminariam com as habituais razias.

---

(1) Parece-me justa a correcção proposta por GARCIA Y BELLIDO de *Herminius* para *Aeminius*, nome da cidade e rio existente nestas paragens e referido por PLÍNIO, IV, 113.

(2) DION. CASS. 37, 52, 53; CAESAR 12, ver SCHULTEN: F. H. A. vol. V.



Conforme o futuro Ditador suspeitava, os Lusitanos dos Emínios não acederam à ordem dada e a guerra irrompeu de novo. Ao que parece César submeteu-os momentâneamente (1). As outras populações das imediações tomam-se de pânico ao sentirem a presença de tão grande exército e fogem precipitadamente para a margem direita do Douro, levando consigo as mulheres e crianças, os haveres e os gados. Os fugitivos lançaram os seus rebanhos adiante de forma a engodar os romanos, para estes serem atacados dispersamente. César despreza os gados e ataca os serranos fugitivos, derrotando-os (2).

Segundo PLUTARCO, as forças de César, empenhadas na limpeza e extermínio da guerrilha Lusitana, constituíam trinta coortes, o normal num exército pretoriano, agrupando 15.000 homens e estas tiveram de volver pressurosas, das margens do Douro, quando foi anunciado que os Emínios se tinham revoltado novamente.

Atacados, talvez pela vertente ocidental da serra (?) os revoltosos foram acoçados até ao mar. Chegados ao litoral, refugiaram-se numa ilha:—Baleal, Peniche ou Aveiro(?)—e derrotaram as tropas romanas. César manda vir navios de Cadiz e só assim pode submeter os fugitivos (3).

Eis como DION. CASSIO, com APIANO, nos informam da expedição de César contra os Lusitanos e Calaicos (4):

« Sendo-lhe impossível viver em paz (César) dirigiu-se ao Monte Ermínio e ordenou aos seus habitantes que se trasladassem à planura, sob o pretexto de que assim não poderiam dedicar-se à rapinagem, desde os seus píncaros, contando que estes, na realidade, não acatassem o que se lhes ordenava, buscando com isto um pretexto para os guerrear. E assim sucedeu. Pegaram eles em armas e foram submetidos. E, como alguns dos povos vizinhos, temendo também ser atacados, enviassem as mulheres e as crianças, com as suas coisas de valor, para a outra margem do Douro, ocupou os povoados dos que tinham feito isto e saíu depois em sua perseguição. »

Para entreter as tropas romanas, estas populações, em fuga, dispersaram os seus rebanhos, a fim de que os romanos se dividissem na sua recolha e mais facilmente pudessem ser atacados pela guerrilha. César desprezou os rebanhos, e, perseguindo os indígenas, derrotou-os.

---

(1) DION. CASSIO XXXVII, 52.

(2) PLUTARCO *César*, 12. — DION. CASSIO, 37, 52, 53.

(3) DION. CASSIO, XXXVII, 52 e 53.

(4) DION. CASSIO, 37, 52-53.

Entre as populações que mais resistiram destacam-se os *Medobrigenses* que ocupavam a região da Meda, e teriam a sua principal povoação no extenso Crasto de Ranhados, sendo o seu território confinante com o dos *Colarni* (Arnas, Cernancelhe) e *Lancienses-Transcudani* (Pinhel-Cidadelhe). Populações que novamente foram guerreadas no ano 48 a. C. por Quinto Cassio Longino, general romano que ocupou a sua cidade de *Medobriga*.

Podemos dizer que terminara a guerrilha Lusitana com a derrota dos serranos dos Emínios, quando doze anos depois (48 a. C.). Quinto Cassio Longino, propretor da *Ulterior*, voltou a guerrear as populações beiroas dos *Medobrigenses* (Meda) que após a conquista da sua cidade se refugiaram na serra da Estrela (1).

Pouco mais nos informam as fontes históricas, os textos coevos sobre esta campanha. Nenhuma das outras tribos ou populações, que habitavam na interamnense de entre Douro e Tejo nos são referidas pelos autores clássicos que do prélio trataram.

Vem em auxílio do historiador o numismata interessado com o estudo dos conjuntos monetários adrede escondidos, em ocasião de intranquilidade ou do perigo reflexo das guerras e campanhas.

Não é em vão que aparecem grandes quantidades de uma mesma espécie monetária na *Hispania*. Deve estar relacionado com algum facto político-económico, sem qualquer dúvida (2).

Será útil prestar-se maior atenção aos conjuntos monetários, ao seu estudo monográfico, antes que a codicícia dos seus achadores os dispersem, antes que fiquem sem localização incorporados nas colecções públicas ou particulares, todavia quase sempre inaproveitáveis ou inaproveitados para a investigação da nossa proto-história.

Devem pertencer a esta conturbada época de pânico, para as nossas populações Beiroas, os tesouros monetários que foram encontrados próximo da vetusta Egitânia — denários de *C. Renius*, *L. Thorius Balbus*, *M. Titinius*, *Manius* e *Fonteius* — mostrados em 1946 pelo Padre Jalhay a Mateu y Llopis (3) — de Calde, perto a Viseu, onde foram encontrados 270 denários republicano-romanos, logo vendidos por 300\$, a maior parte dos quais foram depois adquiridos pela Casa da Moeda; outros

(1) *De Bello Alexandrino*, 48, 1, 2.

(2) FELIPE MATEU Y LLOPIS, *Los tesoros monetarios de la época Sertoriana*, Barcelona 1949.

(3) *Hallazgos Monetários*, Ampurias, IX-X, pág. 77, Barcelona 1948.



foram oferecidos ao Dr. Lúcio de Almeida. Os que pude examinar pertenciam a *M. Tullius* (135 a. C.) e a *Cneius Norbanus* (81 a. C.); *C. Memmius*, *C. F. Imperator* (60 a. C.).

Aos 18 de Maio de 1878, num monte entre a Vila da Rua e Caria, acharam-se uma grande quantidade de moedas de prata, 400 aproximadamente, todas romanas, quando se procedia à demolição de um muro.

Estes denários, escondidos na região dos *Colarni*, podiam agrupar-se em 20 tipos diversos <sup>(1)</sup>.

Diz-nos o nosso informador que muitas delas «têm um busto de homem e no reverso, um homem de corpo inteiro, com capacete de plumas, e empunhando uma espada. Está sentado sob um globo, e têm por baixo ROMA N. FABI».

Eram pois denários da família FABIA que pela descrição acima transcrita correspondem à cunhagem de *Numerius Fabius Pictor* encarregado da amoedação no ano 644 (110 a. C.).

Segundo Babelon, I, 484: os denários têm os seguintes elementos descritivos.

II) A cabeça da Deusa Roma, toucada com o capacete alado, atrás X, à frente uma letra. R/ N. FABI. PICTOR *Numerius Fabius Pictor*. O *flamen Quirinalis* Q. Fabius Pictor, com capacete e sentado para a esquerda, segura um barrete de flâmme na mão direita; com a esquerda pega numa lança, apoiada sobre um escudo redondo, no qual se lê QUIRIN (*Quirinalis*), em baixo ROMA.

Outros denários, quatro exemplares, foram considerados como mais notáveis e pertenciam, pelas indicações até nós chegadas, à família CALPURNIA e foram cunhados por *L. Calpurnius Piso Frugi* em 89 a. C..

Julgamos que estes quatro denários correspondem à descrição de Babelon, I, 292, n.º 11. Cabeça laureada de Apolo. R/ L. PISO. FRUG. (*Lucius Piso Frugi*). Um cavaleiro a galope, segurando uma palma.

Cada uma delas tinha uma letra diversa e os numerais XXXVIII e XXXIX, marcas que como sabemos aparecem entre as inumeráveis diferenças monetárias destes denários. Pela legenda pertence ao 1.º grupo.

O triunviro monetário era filho dum personagem de igual nome morto na Hispania em 112 a. C. quando propretor. Grande número de denários do conjunto «tinham de um lado um elefante e por baixo a legenda CAESAR: e no outro, uma espada, um facho e um machado» (sic).

---

(1) PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, VIII, pág. 253.

Tais elementos levam-nos a concluir que se tratava de moedas cunhadas sob a vigilância de *C. Julius Caesar*, em 58 a. C. (1).

9) CAESAR. Um Elefante, calca aos pés o Dragão do estandarte dos Germanos.

R/ Os atributos pontificais: barrete de flâmine, machado, hissope e *simpulum*.

Pensa-se que este denário pode ter sido cunhado na Gália após à derrota de Ariovisto, posteriormente portanto à sua dignidade: *Praetor urbis e proconsul* da Lusitânia (62. a C.).

Outros denários figuravam um «busto de mulher, tendo na frente uma espiga de trigo e a legenda O. METELL, e por baixo um arado. No reverso, um gladiador, e por baixo L. E. G. F. G.». É a descrição do denário cunhado por *Quintus Metellus Scipio imperator*.

A sua descrição correcta, segundo Babelon I, 279, será:

50) Q. METELL. SCIPIO. IMP. (*Quintus Metellus Scipio, imperator*). A cabeça de África, toucada com uma pele de Elefante: na frente uma espiga de trigo; por baixo um arado.

R/ EPIIUS LEG. F. C. (*Epius legatus flaudum curavit*). Hércules de pé, pouca o braço esquerdo sobre a pele do leão e a maça.

Estes denários devem ter sido cunhados em África em 48/46 a. C. durante a estadia deste magistrado nesta Província, como lugar-tenente de Pompeu.

Pelos elementos até nós chegados e que acabamos de apreciar vemos que neste tesouro monetário, enterrado entre a Vila da Rua e Caria, na região dos *Colarni*, os 400 denários pertencem ao período compreendido entre 110 a. C. e 48 a. C. e portanto bem poderia ter sido adrede escondido no decurso da campanha de Cassio Longino contra os *Medobrigenses*, população que sabemos limitrofe dos *Colarni* e dos *Arabrigenses*.

Com grande probabilidade, podemos igualmente supor escondido, nesta época agitada, um outro tesouro que, no fim de Janeiro de 1877, um jornaleiro encontrou, na Vila da Rua, quando andava a plantar videiras (2). — Estava a um metro de profundidade, dentro de um vaso de barro, coberto com uma pedra, e dentro dele, alguns bocados de prata, em bruto e com peso de 2 1/2 Kgs. e entre a prata, algumas moedas do mesmo metal. Esta informação permite a suposição de que seria o

(1) BABELON, II, 10.

(2) PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VIII, pág. 253.



espólio de um lavrante de prata ambulante, escondido a quando da campanha contra as populações serranas da margem esquerda do Douro. No entanto, só com o exame das moedas é que poderíamos justificar uma melhor cronologia.

Temos mais algumas notícias sobre achados de moedas republicanas na região:

— Durante o rompimento da estrada do Marão, de Vila Real a Amarante, no Penedo Redondo — Torgueda — apareceram muitos denários que os operários dividiram entre si (1).

Também por ocasião da abertura da estrada de Vila Real a Murça, foram encontrados no Pópulo-Alijó — muitos denários da república romana, tendo o P.º Manuel Azevedo adquirido alguns exemplares (2).

Em 1892, próximo a Carrazeda de Ansiães apareceu uma boa porção de moedas romanas de prata, denários da república, que ali foram comprados por um ourives de Vila Real. Pode o P.º Azevedo escolher uns setenta.

Ainda em 1894, próximo à povoação dos Vales, freguesia de Trás-Minas — Vila Pouca de Aguiar — foram encontrados, quando um lavrador arava um campo, boa porção de moedas de Caio César e Lúcio César, e que deve ter sido enterrada posteriormente ao ano 46 a. C..

A estes conjuntos de denários que julgamos terem sido escondidos durante as campanhas de César, juntamos o tesourito do Monte Crasto, Gondomar e o que hoje pormenorizadamente estudamos e descoberto em 1930, no decurso dos trabalhos de abertura da estrada de Gouvinhas a Paradela de Guiães — (R. E. N. 21, 2.ª).

Nestes tesouros, como acontece nos enterrados após a guerra de Sertório e descobertos na *Citerior*, os denários consulares dão-nos a data da ocultação, ou enterramento, e como os de Espanha correspondem às campanhas de César contra os pompeyanos, os que temos referido devem corresponder às campanhas de César contra os *Lusitani* serranos das margens do Douro; todos eles denotam momentos culminantes da contenda Hispano-romana.

Tais achados denotam no seu conjunto e pelas moedas que os

(1) P.º M. AZEVEDO, *Notícias archeológicas de Trás-os-Montes*, Arch. Port. I, 135. Como alguns destes denários eram pertença da colecção do Juiz Luís de Bessa Correia, o qual em 1895 morava na Foz do Douro, agradecia-se qualquer informe que permitisse o seu estudo.

(2) Aut. e op. cit..

constituem uma posição estritamente romana, sem mostras de circulação ibérica ou indígena, o que nos pode permitir supor uma relativa romanização nestas populações.

Dos setecentos denários que teriam sido encontrados no lugar do Poio, Paradela de Guiães, só podemos estudar pormenorizadamente 237 exemplares que preenchendo o lapso cronológico entre 217 a. C. a 64 a. C., se podem agrupar em 62 famílias, em que intervieram 90 magistrados monetários.

Utilizamos para a descrição dos denários republicano-romanos que nos foi dado estudar a obra de Ernest Babelon (1): e que agrupamos por famílias de moedeiros, na sua descrição museológica, embora indicadores cronológicos e de magistrados tornem fácil o encontrar-se a sua posição cronológica.

Neste conjunto monetário, escondido intencionalmente, aparecem emissões de magistrados-moedeiros que mantiveram alguma relação com a nossa Península, pelo que não será despropositado algo referir sobre o valor económico do tesouro do Poio, aproximando-nos do valor aquisitivo das suas moedas, no tempo em que foram ocultas.

Para encontrarmos uma correlação socorremo-nos dum testemunho de POLYBIOS DE MEGALÓPOLIS, historiador e geógrafo grego do séc. II antes de Cristo e que esteve na Península nos fins da guerra Numantina, assistindo à tomada de Numância (133 a. C.).

O testemunho foi conservado por ATHENAIOS (H., 330-31) que transcreve a passagem do livro XXXIV das *Histórias* de POLYBIOS em que regista os preços de alguns géneros em *dracmas* (2).

Para estabelecermos a correspondência entre a moeda grega e romana, dracma-denário, recordemos que entre a primeira e segunda Guerra Púnica se emitiu, em Roma, o *victoriat*, ou dracma, equivalente a três quartos do denário (3).

Como pretendemos dar sòmente uma imagem do valor económico do tesouro em estudo consideramos os 700 denários do Poio como equivalentes a 933 dracmas. Com eles poder-se-iam adquirir: 48.516 litros ou 606 carros de cevada (4), uma vez que um *medimno* Siciliano equivalente à capacidade de 52 litros, custava um dracma. Como um

(1) *Monnaies de la République Romaine*, Paris 1885.

(2) C. FERNÁNDEZ-CHICARRO, *Laudes Hispaniæ*, pág. 36, Madrid, 1948; SCHULTEN, *Fontes Hispaniæ Antiquæ*, vol. II, pág. 134, Barcelona 1932.

(3) JEAN BABELON, *La numismatique antique*, pág. 88, Paris 1949.

(4) Cada carro comporta 40 medidas de 20 litros.

*metretes* de vinho custava outro dracma, e equivalia a 40 litros, poder-se-iam comprar mais de 74 pipas de vinho, ou 93 bois, que valiam 10 dracmas cada, ou ainda 186 porcos cevados ou vitelos.

Podemos, talvez, considerar o conjunto dos vasos e das moedas encontrados no lugar do Poio, Paradela de Guiães, como o tesouro dum grande terrantão, rico senhor comparável a Astolpa, o sogro de Viriato, aqueles que enriqueciam com o trato em larga escala com os dominadores romanos.

Este tesouro descoberto no território dos *Lapitearum*, denota, tanto pelas moedas como pelos vasos uma acentuada influência romana pois só num vaso é que mais se acentua a pervivência de módulos indígenas. Apesar dele ter sido, presumivelmente enterrado nas proximidades do ano 64 a. A. consabido é que já no período Viriatino — 155-136 a. C. — uma grande parte da população da *Lusitânia* mantinha relações amistosas com os dominadores romanos. A ilação pode tirar-se das bodas de Viriato com a filha do rico Astolpa (1). Viriato, como na sua boda se expusessem muitos objectos de valor, depois de os examinar perguntou a Astolpa, porque os romanos convidados para a sua mesa, vendo estas riquezas, se abstiveram de as apreenderem apesar de terem força para tanto. Respondeu-lhe Astolpa: «que muitos as tinham visto porém ninguém lhas tinha tomado ou pedido».

Viriato perguntou-lhe:— «Amigo, porque deixando à parte os poderosos que te permitem a liberdade e o seguro uso destas coisas, preferiste unir-te à minha rusticidade e obscuridade?»

Esta convivência com os dominadores romanos é igualmente confirmada com o epigrama que DIODORO (2) nos conta como fala de Viriato aos cidadãos de Tuca que ora se declaravam pelos romanos ora por ele. Verberando, compara a sua maneira de proceder com a de um ancião que arranjou duas esposas: «a mais jovem das quais, para o tornar mais semelhante a ela, arrancava-lhe as cãs, enquanto a mais velha lhe tirava os cabelos negros, o que o tornou calvo dentro de pouco tempo».

Se os romanos matavam os inimigos do seu partido, os lusitanos de Viriato suprimiam os contrários, pelo que dentro de pouco ficaria deserta a cidade (3).

(1) DIOD. 33, 7, 1.

(2) DIOD. 33, 7, 5.

(3) SCHULTEN, *Fontes Hispaniæ Antiquæ*, vol. III, pág. 121.



O esclarecimento destes nebulosos contactos entre os Lusitanos e os Romanos, só poderão ser iluminados e esclarecidos com uma metódica investigação arqueológica e numismática, na qual a cartografia dos conjuntos monetários, será um testemunho valioso.

Para o conhecimento das relações existentes no Século I a. C. entre os *Lapitæ*, mais tarde incorporados na *Terra de Pannoyas*, e as gentes de Roma tem crescido interesse o estudo monográfico do tesouro argênteo de Paradela de Guiães que já referimos e em pormenor estudaremos.

### AS MOEDAS (1)

- I) Moedas sem marcas monetárias 268-217 a. C.  
 6) Cabeça da Deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás X. R/ ROMA. A vitória numa biga, galopando.  
 II) Moedas com símbolos 268-217 a. C.  
 20) Cabeça da Deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás X. R/ ROMA. Os dióscuros, a cavalo, galopando para a esquerda. Variante: flor (?).

#### ABURIA

- 133) M. ABURIUS. M. F. GEMINUS — Denário — 2 exemplares. 129 a. C.  
 6) GEM (*Geminus*). Cabeça Deusa Roma, com o capacete alado; à frente X. R/ M. ABURI-ROMA (*Marcus Aburius-Roma*). O Sol numa quadriga a galope, empunha um látigo na mão direita (2).  
 134) C. ABURIUS GEMINUS — Denário — 2 exp. 129 a. C.  
 1) GEM (*Geminus*). Cabeça da Deusa Roma, com capacete alado, à frente X. R/ C. ABURI-ROMA (*Caius, Aburius-Roma*). Marte toucado, de pé numa quadriga a galope, segurando um trofeu, uma lança e um escudo.

#### AELIA

- 67) Denário de P. ALLIUS PAETUS — 3 exemplares 209 a. C.  
 3) Cabeça da Deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás X. R/ P. PAETVS. ROMA (*Publius Paetus, Roma*). Os dióscuros a cavalo, galopando, a lança em riste e sobrepujados por dois astros.  
 217) C. ALLIUS BALLA — Denário — 6 exemplares 90 a. C.  
 4) BALA. A cabeça diademada de Diana (?). Adiante uma letra do alfabeto que varia. R/ C. ALII (*Caius Allus*). Diana empunha dois archotes, numa biga de veados galopando; sob os veados um símbolo que varia. O todo envolvido por uma coroa de loureiro. Variantes: B — tortue; A — sauterelle; ? — dauphin; ? — anel, la charrue; ? — crabe; ? — couteau.

(1) Deve-se a relação destas moedas que agora se descrevem ao ilustre numismata, Sr. Ed. M. van der Niepoort, que as examinou em 1935.

(2) Sempre que se não refira os elementos estão voltados para a direita.

## ÆMILIA

156) MAN. ÆMILIUS LEPIDUS — Denário — 3 exp. 112 a. C.

7) Variante: NV ÆMILI. LEP. (*Manio Aemilio Lepido*). Três arcaturas dum arco de triunfo suportam a estátua dum cavaleiro que empunha uma vara. A estátua está voltada e sob os arcos as letras LEP da legenda.

## ANNIA

266) C. ANNIUS LVSCUS PROCONSUL — 1 exp. 82 a 81 a. C.

1) C. ANNI. T. F. T. N. PROCOS. EX S. C. (*Caius Annius Titi filius, Titi nepos, proconsul, ex senatus consulto*). Busto diademado de Anna Perenna, a diante uma balança. R/ C. TARQUITI P. F.; no campo, Q (*Caius Tarquitius, Publii filius, quaestor*). A Victoria segura uma palma, numa biga a galope, no campo, por baixo da biga XIII. [Guerreiro Sertório na *Hispania* (Pirineos) — cunhado na *Hispania*].

2) C. ANNI. T. F. T. N. PROCOS. EX S. C. (*Caius Annius, Titi filius nepos, Proconsul, ex Senatus consulto*). Busto diademado de Anna Perenna; diante, uma balança; atrás, um caduceu. R/ L. FABI. L. F. HISP. (*Lucius Fabius, Lucii filius, Hispaniensis*). No campo, Q (*quaestor*). Victoria segura uma longa palma, numa quadriga a galope.

5) C. ANNIUS T. F. T. N. PROCOS. EX S. C. A mesma cabeça e a mesma legenda. R/ L. FABI. L. F. ao exergo; HISP. Q. no campo — Victoria segura uma palma na quadriga a passo.

## ANTESTIA

142) L. ANTESTIUS GRAGULOS — Denário — 2 exp. 124 a. C.

9) GRAG, ou GRAC (*Gragulus*). Cabeça da Deusa Roma, com o casco alado X. R/ L. ANTES. ROMA (*Lucius Antestius, Roma*). Júpiter de pé, numa quadriga, galopa, empunhando um cetro e lançando um raio.

## ANTONIA

262) Q ANTONIUS BALBUS, PRAETOR — Denário denteado — 2 exp. 82 e 81 a. C.

1) Cabeça laureada de Júpiter, atrás, S. C. (*Senatus Consulto*). R/ Q. ANTO. BALB. PR (*Quintus Antonius Balbus, Praetor*). Victoria sustentando uma coroa e uma palma comprida, de pé, numa quadriga a galope.

## APPULEIA

204) L. APPULEIUS SATURNINUS — Denário — 4 exp. 94 a. C.

1) Cabeça da Deusa Roma, à esquerda, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia. R/ L. SATVRN (*Lucius Saturninus*). Saturno numa quadriga a galope, empunha uma fouce. No campo: i; - ∞; · S.

204) L. APPULEIUS SATURNINUS — 1 exp. 94 a. C.

3) L. SATURN (*Lucius Saturninus*). Saturno dentro duma quadriga galopa, empunhando o arpão. No campo T. R/ ROMA. Saturno na quadriga galopa, empunhando o arpão.

## AURELIA

210) M. AURELIUS SCAURUS — Denário denteado — 1 exp. 92 a. C.

20) M. AURELI. ROMA. (*Marci Aurelii, Roma*). Cabeça da deusa Roma, com o

capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás X. R/ SCAVRI. L. LIC. CN. DOM. (*Scauri, Lucio Licinio Cnaeo Domitio*, subentende-se *Censoribus*), guerreiro gaulês nu, empunhando o *carnyx* e um escudo e arremessando um dardo, de pé, numa biga a galope.

215) L. AURELIUS COTA — Denário denteado — 1 exp. 90 a. C.

21) Cabeça barbada de Vulcano, toucada com o barrete cônico; atrás, as tenazes e a marca X, O todo dentro de uma coroa de mirto. R/ L. COT. (*Lucius Cota*). Águia com as asas abertas, sobre um raio. O todo dentro duma coroa de louros.

#### BAEBIA

108) M. BAEBIUS Q. F. TAMPILUS — Denário — 2 exp. 144 a. C.

12) TAMPIL. (*Tampilus*). Cabeça da deusa Roma à esquerda, com o capacete alado, adiante X. R/ ROMA. M. BAEBI. Q. F. (Roma. *Marcus Baebius, Quinti filius*). Apolo meio nu, o capote flutuante, empunha uma palma, um arco e uma flecha, de pé numa quadriga, a galope.

#### CAECILIA

137) Q. CAECILIUS METELLUS — Denário — 1 exp. 129 a. C.

21) Q. METE. (*Quintus Metellus*). Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; à frente X. R/ ROMA. Júpiter, segura um raio e uma palma, de pé, numa quadriga, que avança a passo.

144) M. CAECILIUS METELLUS. Q. F. — Denário — 2 exp. 122 a. C.

28) ROMA. Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; adiante X. R/ M. METELLVS Q. F. (*Marcus Metellus Quinti filius*). Escudo macedônio, cujo *umbo* é decorado por uma cabeça de elefante. O todo dentro duma coroa de louros.

193) Q. CAECILIUS METELLUS PIUS — Denário — 1 exp. 99 a. C.

38) Cabeça de Roma, com o capacete alado; atrás X. R/ ROMA. A Piedade, empunhando um cetro e um ramo de loureiro, de pé, numa briga galopando. Uma cabeça de elefante com sua campainha.

242) L. CAECILIUS METELLUS — Denário — 1 exp. 89 a. C.

45) L. METEL. A. ALB. S. F. (*Lucius Metellus, Aulus Albinus Spurii filius*). Cabeça laureada de Apolo; em baixo, uma estrela. R/ C. MAL. ROMA (*Caius Malleolus, Roma*). A deusa Roma, segura uma espada e a lança assentada à esquerda e sob escudos e é coroada pela Victoria, de pé e atrás dela.

#### CALIDIA

169) M. CALIDIUS — Denário — 2 exp. 108 a. C.

1) ROMA. Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; à frente X. R/ M. CALID. Q. MET. CN. FL. (*Marcus Calidius, Quintus Metellus, Cnaeus Fulvius*). Victoria, segurando uma coroa, de pé, numa biga a galope.

#### CALPURNIA

192) L. CALPURNIUS PISO CAESONINUS, QUAESTOR — Denário — 2 exp. 100 a. C.

5) PISO. CAEPIO. Q. (*Piso, Caepio, quaestores*). Cabeça de Saturno; atrás o arpão. R/ AD FRU. EMV. EX S. C. (*Ad frumentum emendum, ex Senatus consulto*).



Os dois questores Piso e Caepio, sentados perto um do outro sobre o *subsellium*, entre duas espigas e voltados para a esquerda.

229) L. CALPURNIUS PISO FRUGI — Denário — 4 exp. 89 a. C.

1) Cabeça laureada de Apolo — adiante ou atrás uma marca monetária — diversas. R/ L. PISO. FRVG. (*Lucius Piso Frugi*). Cavaleiro a galope. Segura uma palma, por baixo uma marca monetária.

#### CASSIA

163) C. CASSIUS LONGINUS — Denário — 1 exp. 110 a. C.

1) Cabeça nua da deusa Roma, com o capacete alado; atrás X e uma urna de voto. R/ C. CASSI. ROMA. (*Caius Cassius. Roma*). A liberdade, ostenta um cetro e um barrete, de pé, numa quadriga a galope.

4) L. CASSIUS CAECIANUS — Denário — 1 exp. 90 a. C.

CAECIAN (*Caecianus*). Cabeça de Ceres, à esquerda, coroada de espigas; atrás CT. R/ L. CASSI (*Lucius Cassius*). Dois bois jungidos a um arado e caminhando para a esquerda. No campo: CF ER.

#### CIPIA

201) M. CIPIUS M. f. — Denário — 2 exp. 94 a. C.

1) M. CIPI. M. F. (*Marcus Cippius Marci filius*). Cabeça da deusa Roma com o capacete aladado; atrás X. R/ Victoria empunhando uma palma, numa biga, galopando; por baixo, um leme.

#### CLAUDIA

174) C. CLAUDIUS PULCHER — Denário — 3 exp. 106 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, toucada com o capacete alado. R/ C. PULCHER (*Caius Pulcher*). Victoria numa biga, galopa.

249) TI. CLAUDIUS T. F. AP. N. NERO — 2 exp. 84 a. C.

5) Busto de Diana, com um arco e uma aljava sobre a espádua; adiante, S. C. (*Senatus Consulto*). R/ TI. CLAUD. TI. F. AP. N. (*Tiberius Claudius, Tiberii filius, Apii nepos*). Victoria numa biga a galope, segurando uma palma e uma coroa; debaixo da biga, A. XX e A'. N. Num anverso [c] LAD A'. N.

#### CLOULIA

148) T. CLOULIUS — Denário — 2 exp. 119 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com um capacete alado; por baixo a palavra ROMA; atrás, uma coroa. R/ T. CLOULI. (*Titus Cloulius*). Victoria dentro duma biga a galope; debaixo dos cavalos, uma espiga.

#### COILIA

205) C. COILIUS CALDUS — Denário — 1 exp. 94 a. C.

2) Cabeça da deusa Roma, toucada com o capacete alado. R/ C. COIL. CALD. (*Caius Collius Caldus*). Victoria numa biga a galope, para a esquerda. No campo: D.

205) C. COILIUS CALDUS — Denário — 2 exp. 94 a. C.

3) Cabeça da deusa Roma, à esquerda, com capacete alado. R/ CALD. (*Caldus*).  
Victoria numa biga a galope, para a esquerda; no exergo C; :O.

#### CORNELIA

194) CN. CORNELIUS BLASIO CN. F. — Denário — 2 exp. 99 a. C.

19) CN. BLASIO. CN. F. (*Cnaeus Blasio, Cnaei filius*). Cabeça com capacete, de Cipião, o Africano, o antigo; por cima uma estrela; atrás, uma marca monetária :TT e Φ.  
R/ ROMA. Júpiter, de pé, segura o raio e o cetro, entre Juno à sua direita e Pallas com capacete, à sua esquerda, que coroa o soberano dos Deuses.

276) CN. CORNELIUS LENTULUS P. F. MARCELINUS, QUAESTOR — 2 exp. 74 a. C.

50) Busto de Marte jovem, com capacete, visto a três quartos, e a lança sobre a espádua. R/ CN. LENTUL (*Cnaeus Lentulus*). A Victoria segura uma coroa, numa biga galopando.

#### CREPUSIA

252) P. CREPUSIUS — Denário — 3 exp. 84 a. C.

1) Cabeça laureada de Apolo, com um cetro sobre a espádua; no campo, uma ou duas marcas monetárias, H—?;ccc?;vP?. R/ P. CREPVI (*Publius Crepusius*). Cavaleiro brandindo uma lança.

#### CUPIENNIA

95) L. CUPIENNIUS — Denário — 2 exp. 164 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, toucada com o capacete alado; atrás, uma cornucópia, adiante, X. R/ L. CUP. ROMA (*Lucius Cupiennius. Roma*). Os dióscuros a cavalo galopam.

#### CVRTIA

151) Q. CURTIUS — Denário — 2 exp. 114 a. C.

2) Q. CVRT. (*Quintus Curtius*). Cabeça da deusa Roma, toucada com o capacete alado; atrás, X. R/ M. SILA. ROMA (*Marcus Silanus. Roma*). Júpiter dentro duma quadriga a galope, empunhando um cetro e lançando um raio. Por baixo, o *Lituus*.

#### FABIA

110) Q. FABIUS LABEO — Denário — 4 exp. 144 a. C.

1) LABEO. ROMA. Cabeça da deusa Roma com o capacete alado; adiante, X. R/ Q. FABI. (*Quintus Fabius*). Júpiter empunha o cetro e lança um raio, de pé numa quadriga galopando; debaixo da quadriga, um esporão dum navio.

#### FANNIA

107) M. FANNIUS C. F. — Denário — 2 exp. 149 a. C.

1) ROMA. Cabeça da deusa Roma com o capacete alado; atrás, X. R/ M. FAN. C. F. (*Marcus Fannius, Caii filius*). A Victoria segura uma coroa, numa quadriga a galope.

## FLAMINIA

199) L. FLAMINIUS CILO — Denário — 2 exp. 94 a. C.

1) ROMA. Cabeça da deusa Roma com o capacete alado; adiante, X. R/ L. FLAMINI. CILO (*Lucius Flaminius Cilo*). A Victoria, ostentando uma coroa de pé numa biga, galopando.

## FONTEIA

159) C. FONTEIUS — Denário — 3 exp. 112 a. C.

1) Cabeça laureada e bifronte de Fontus, filho de Janus, com uma barba curta; à direita, X; à esquerda, uma marca monetária variável [Var. G 1...; N...; L] G.... R/ C. FONT. ROMA. (*Caius Fonteius. Roma*). Galera com um piloto e três filas de remadores, navega para a esquerda.

178) MAN. FONTEIUS — Denário — 1 exp. 104 a. C.

7) Cabeças ligadas e laureadas dos Dióscuros sobrepujados por duas estrelas; adiante, X. R/ NV. FONTEI (*Manius Fonteius*). Galera munida de remos, com um piloto ao leme; no campo, uma marca monetária.

226) Cabeça laureada de Apolo Vejovis. Por cima, um raio. R/ Júpiter em cima de uma quadriga a galope, lançando um raio.

237) MAN. FONTEIUS C. F. — Denário — 1 exp. 89 a. C.

9) NV. FONTEI. C. F. — (*Manius Fonteius Caii filius*). Cabeça laureada de Apolo Vejovis. Por baixo, um raio; adiante,  $\rho$  (Apollo). R/ O génio alado de Apolo Vejovis, criança, montado na cabra Amalteia; por cima, os barretes dos Dióscuros; em baixo, um tirso; o todo dentro de uma coroa de loureiro.

10) NV. FONTEI. C. F. (*Manius Fonteius Caii filius*). Cabeça laureada de Apolo Vejovis, jovem, montado sobre a cabra Amalteia; por baixo, um tirso; o todo dentro duma coroa de louros.

12) EX AP. (*ex argento publico*). Cabeça laureada de Apolo Vejovis; por baixo, o raio. R/ O génio alado de Apolo, jovem, montado sobre a cabra Amalteia; de cada lado, os barretes dos Dióscuros; por baixo, um tirso. O todo dentro de uma coroa de louros.

## FVRIA

180) M. FOURIUS L. F. PHILUS — Denário — 2 exp. 104 a. C.

18) M. FOURI. L. F. (*Marci Fourii, Lucii filii*). Cabeça laureada de Janus. R/ PHILI. ROMA. A deusa Roma toucada, de pé, voltada para a esquerda, empunha um ceptro na mão esquerda e coroa um trofeu, debaixo do qual estão dois escudos e dois *caryx*; por cima uma estrela.

## HERENNIA

195) M. HERENNIUS — Denário — 2 exp. 99 a. C.

1) PIETAS. Cabeça diademada da Piedade; no campo um Ç. R/ M. HERENNI (*Marcus Herennius*). *Amphinomus* ou *Anapias*, nu, e caminhando para a frente, leva o seu pai aos ombros.



## JULLIA

218) L. JULLIUS L. F. CAESAR — Denário — 2 exp. 90 a. C.

4) CAESAR. Cabeça com capacete de Marte, à esquerda; no campo uma marca monetária  $\overline{\text{P}}$ ; · E · E. R/ L. IVLI. L. F. (*Lucius Julius Lucii filius*). Venus Genetrix num carro alado, à esquerda, e puxado por dois Amores; adiante, uma lira. No campo, uma marca monetária  $\overline{\text{P}}$ ; · E.

238) L. IVLIVS BVRSTO — Denário — 4 exp. 88 a. C.

5) Cabeça de Apolo Vejovis, voltada, os cabelos anelados e tendo asas nas têmporas; atrás, um tridente e uma marca monetária. R/ R. IVLI. BVRSTO (*Lucius Julius Bursio*). A Victoria segura uma coroa, numa quadriga galopante.

## IVNIA

230) D. IVNIVS SILANVS L. F. — Denário — 7 exp. 89 a. C.

15) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; atrás uma letra alfabética:  $\overline{\text{L}}$ ; v; P; H; M; C. R/ D. SILANVS L. F. ROMA (*Decimus Silanus Lucii filius. Roma*). A Victoria numa biga a galope; por cima um número variável: XIII; XIII; ?; IV; VI —  $\overline{\text{L}}$ ; V — XIII; P — XIII; H — ?; M — IV; C — VI.

D. IVNNIVS SILANVS — Denário — 3 exp. 89 a. C.

16) Variante, com D. SILANVS ROMA. — ? E; H — XXII; H — ?

18) SALVS (as letras A L em monograma). Cabeça diademada de Salus, adiante, uma letra. O todo dentro dum colar. R/ ROMA. D. SILANVS L. F. (*Roma. Decimus Silanus, Lucii filius*). A Victoria numa biga a galope, segura uma palma e um chicote.

230) Denário — 1 exp. 89 a. C.

19) Máscara de Sileno coroada de ramos de pinheiro; por baixo, uma charrua. O todo dentro duma gargantilha. R/ D. SILANVS L. F. (*Decimus Silanus, Lucii filius*). A Victoria dentro duma biga a galope, segurando uma palma e um látigo; debaixo da biga um *cornyx*.

## LICINIA

160) P. LICINIUS NERVA — Denário — 1 exp. 110 a. C.

7) ROMA. Busto da deusa Roma, à esquerda, tocada com um capacete com duas plumas, empunhando na mão esquerda um dardo apoiado na espádua; no braço esquerdo, um escudo cujo distintivo é um cavaleiro galopante, à esquerda; por cima da cabeça, um crescente; diante do busto X. R/ P. NERVA (*Publius Nerva*). Três cidadãos romanos, com a toga, no recinto dos comícios: um apoiado no estrado deposita o seu voto na urna; o segundo, colocado também sobre o estrado parece receber um boletim de voto das mãos do terceiro visível somente até meio do corpo. Atrás dos personagens, duas linhas paralelas simulam uma cancela e mais um *scabellum* dos tribunos da plebe.

264) C. LICINIUS L. F. MACER — Denário — 2 exp. 82-81 a. C.

16) Busto jovem, diademado de Apolo Vejovis lançando um feixe de flechas, voltado à esquerda e visto de costas. R/ C. LICINIUS L. F. MACER (*Caius Licinius Lucii filius Macer*). Palas numa quadriga a galope, segurando um escudo e uma lança.

## LVCILIA

234) M. LUCILIUS RUFUS — Denário — 3 exp. 89 a. C.

1) PV. (*Publice*). Cabeça da deusa Roma, com o casco alado e sobrepujado por uma cabeça de águia. Tudo dentro duma coroa de louros. R/ M. LVCILI. RVF. (*Marcus Lucilius Rufus*). A Victoria ostenta um látigo, numa biga a galope.

## LUCRETIA

96) CN. LUCRETIUS TRIO — Denário — 2 exp. 164 a. C.

1) TRIO. Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; adiante X. R/ CN. LUCR. ROMA (*Cnaeus Lucretius. Roma*). Os dióscuros a cavalo, galopam.

278) L. LUCRETIUS TRIO — Denário — 2 exp. 74 a. C.

3) Cabeça laureada de Neptuno, com um tridente sobre a espádua; atrás um número variável [XXI e LXXII]. R/ L. LUCRETI TRIO (*Lucius Lucretius Trio*). Um Cupido sobre um delfim, nada.

## LVTATIA

181) Q. LUTATIUS CERCO, QUAESTOR — Denário — 4 exp. 104 a. C.

2) CERCO. ROMA. Cabeça da deusa Roma, com um capacete com crinas e ornamentado com uma pluma e duas estrelas; atrás X. R/ Q. LVTATI. Q. (*Quintus Lutatius, quaestor*). Galera cuja proa é ornada com uma cabeça com um capacete, e a popa, dum *acrostolium*; o todo dentro duma coroa de folhas de carvalho.

## MAENIA

164) P. MAENIUS ANTIATICUS — Denário — 4 exp. 110 a. C.

7) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; atrás, X. R/ P. MAE. ANT. ROMA. (*Publius Maenius Antiaticus. Roma*). A Victoria, segurando uma coroa, numa quadriga a galope.

## MALIA

197) T. MALLIUS, QUAESTOR URBANUS — Denário — 1 exp. 99 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, toucada com o capacete alado; atrás um objecto tendo a forma circular inscrita num triângulo. R/ AP. CL. T. MAL. Q. VR. (*Appius Claudius, Titus Mallius, quaestores urbanis*). Victoria numa biga galopando.

197) Variante 99 a. C.

2) A mesma descrição, mas a legenda do R/ é disposta: T. MAL. AP. CL. Q. VR. (*Titus Mallius Appius Claudius, quaestores urbanis*).

## MANLIA

259 bis) L. MANLIUS, PROQUAESTOR — Denário — 2 exp. 82 e 81 a. C.

4) L. MANLI. PROQ. (*Lucius Manlius, proquaestor*). Cabeça da deusa Roma, toucada com o casco alado. R/ L. SULLA IM. (*Lucius Sylla, imperator*). Sylla numa quadriga a passo, segurando um cetro e coroada pela Victoria.

## MARCIA

- 158) L. MARCIUS PHILIPPUS — Denário — 2 exp. 112 a. C.  
 12) ROMA (em monograma). Cabeça de Filipe V da Macedónia, toucada com o capacete real macedónio, ornado por dois cornos de bode, dum diadema e de paragnatides; adiante a letra Φ (Φίλιππος). R/ L. PHILIPPVS (*Lucius Philippus*). Na base duma estátua equestre representando um guerreiro que tem um ramo na mão direita; debaixo do cavalo um ramo inclinado; no exergo, X.
- 166) Q. MARCIUS PILIPUS — Denário — 2 exp. 109 a. C.  
 11) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ Q. PILIPUS. ROMA. (*Quintus Pilius. Roma*). O rei Filipe da Macedónia, armado com uma lança e vestido com traje grego, a cabeça toucada com o capacete macedónio, sobre um cavalo galopando; no campo, o capacete real macedónio é ornamentado de cornos de bode.
- 248) C. MARCIUS CENSORINUS — Denário — 2 exp. 84 a. C.  
 18) Cabeça barbada de Numa Pompilius e a cabeça imberbe de Ancus Marcius, juntos e diademados; sobre as cabeças H. R/ C. CENSO. (*Caius Censorinus*). Dois cavalos galopando; sobre um deles um jovem — *desultor* — armado com um látego e saltando dum para o outro; no campo XXXII.
- 19) Cabeça diademada de Apolo, os cabelos ondulados. R/ C. CENSORI. (*Caius Censorinus*). Cavalo em liberdade, a grande galope.
- 253) L. MARCIUS CENSORINUS — Denário — 2 exp. 84 a. C.  
 24) Cabeça laureada de Apolo. R/ L. CENSOR. (*Lucius Censorinus*). O sátiro Marsyas, de pé, à esquerda, com uma cauda e borzeguins, levando um outro sobre a espádua e levantando o braço; atrás dele uma coluna encimada por uma estátua vestida (felpuda).

## MEMMIA

- 268) L. MEMMIUS L. F. et C. MEMMIUS L. F. — Denário — 2 exp. 82 a. C.  
 8) EX S. C. (*Ex senatus consulto*). Cabeça laureada de Saturno, à esquerda, a fouce ou *harpé*. R/ L. C. MEMMIES. L. F. CAL. (*Lucius, Caius Memies, Lucii filii, Galeria*). Venus empunhando um cetro, numa biga a passo e coroada pelo Amor que para ela avança, voando.

## MINUCIA

- 105) Q. MINUCIUS RUFUS — Denário — 1 exp. 149 a. C.  
 1) RVF. (*Rufus*). Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; atrás, X. R/ Q. MINV. ROMA. (*Quintus Minucius. Roma*). Os dióscuros a cavalo galopam.
- 154) TI MINUCIUS AUGURINUS — Denário — 2 exp. 114 a. C.  
 9) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; atrás, X. R/ TI. MINVCI. C. F. AVGVRI. ROMA. (*Tiberii Minucii, Caii filii, Augurini. Roma*). Coluna jónica, formada por pedras, umas sobre as outras, no cimo uma estátua; a base é ornada com espigas; ao lado dois togados: um L. Minucius, com o pé pousado sobre um alqueire, tem nas mãos um pão e um prato; o outro M. Minucius Faesus empunha o *Lituus* ou vara augural.

## MINUCIA

221) Q. MINUCIUS THERMUS — Denário — 2 exp. 90 a. C.

19) Cabeça da deusa Roma, à esquerda, com o capacete de crinas e plumas.  
R/ Q. THERM. M. F. (*Quintus Thermus, Marci filius*). Dois guerreiros combatentes; um é um legionário romano, o outro é um bárbaro e tem um capacete adornado de cornos e um escudo chanfrado; entre estes um guerreiro romano derribado.

## OPIMIA

127) L. OPEIMIUS — Denário — 2 exp. 134 a. C.

12) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; atrás, uma coroa de louros; à frente, X. R/ L. OPEIMI. ROMA. (*Lucius Opeimius, Roma*). A Victoria sustenta uma coroa, numa quadriga a galope.

128) M. OPEIMIUS — Denário — 1 exp. 134 a. C.

16) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado; atrás, um tripé; à frente, X. R/ M. OPEIMI. ROMA. (*Marcus Opeimus, Roma*). Apolo armado com um arco, uma flecha e com uma aljava, de pé numa biga, galopando.

## PAPIRIA

112) M. PAPIRIUS CARBO — Denário — 3 exp. 139 a. C.

6) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, um ramo de loureiro; à frente, X. R/ M. CARBO. ROMA. (*Marcus Carbo, Roma*). Júpiter empua um raio e o cetro, numa quadriga a galope.

## PINARIA

77) PINARIUS NATA — Denário — 2 exp. 200 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ NATTA. ROMA. A Victoria numa biga galopa e segura um látigo em que por vezes a ponta está enrolada no cabo.

2) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e com uma cabeça de águia; atrás, X. R/ NAT. ROMA. (*Nata, Roma*). A Victoria segurando um látigo, numa biga a galope.

## POMPEIA

140) SEX POMPEIUS FOSTULUS — Denário — 3 exp. 129 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com o casco alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, um vaso para leite; à frente, X. R/ SEX. PO. FOSTLVS. ROMA. (*Sextus Pompeius Fostlus, Roma*). A Loba aleita os gémeos Romulus e Remus, debaixo da figueira Ruminal, sobre a qual se vêem três aves; à esquerda, o pastor Faustulus, de pé, apoiado no cajado.

## POMPONIA

213) L. POMPONIUS — Denário denteado — 1 exp. 92 a. C.

7) L. POMPONI. CN. F. (*Lucius Pomponius Cnaei filius*). Cabeça da deusa Roma, com o casco alado; atrás, X. R/ L. LIC. CN. DOM. (*Lucio Licinio, Cnaeo Domitio*). Bituitus, de pé numa biga, galopa; leva um escudo e um *carnyx* e arremessa um dardo.



## PORCIA

106) C. PORCIUS CATO — Denário — 3 exp. 149 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás X. R/ C. CATO. ROMA (*Caius Cato. Roma*). A Victoria empunha um látigo numa biga a galope.

135) M. PORCIUS LAECA — Denário — 2 exp. 129 a. C.

3) LAECA. Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; diante, X. R/ M. PORC. ROMA (*Marcus Porcius. Roma*). A Liberdade empunha um barrete e um ceptro, de pé, numa quadriga a galope e coroada pela Victoria que voa por cima dos cavalos.

161) P. PORCIUS LAECA — Denário — 2 exp. 110 a. C.

4) P. LAECA (*Publius Laeca*). Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; à frente, X. R/ PROVOCO. Guerreiro romano armado com uma couraça e uma espada e seguido por um lictor levando o feixe; o guerreiro, voltado para a esquerda, estende a mão por cima da cabeça dum cidadão togado.

185) M. PORCIUS CATO — Denário — 1 exp. 101 a. C.

5) M. CATO ROMA (*Marcus Cato. Roma*). Cabeça com o diadema da Liberdade. R/ variante 6/ VICTRIX. Victoria alada e sentada, tendo uma pátera e uma palma. Debaixo da cadeira ST (*stipendium*).

214) L. PORCIUS LICINUS — Denário dentado — 1 exp. 92 a. C.

8) L. PORCI. LICI. (*Lucii Porcii Licini*). Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ L. LIC. CN. DOM. (*Lucio Licínio, Cnaeco Domítio*). O rei arverno Bituitus, nu, com capacete, segura um escudo e o *carnyx*, e arremessa um dardo, de pé numa biga galopante.

## POSTUMIA

131) L. POSTUMIUS ALBINUS — Denário — 1 exp. 134 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, toucada com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, um *apex*, à frente, X. R/ L. POST. ALB. ROMA (*Lucius Postumius Albinus. Roma*). Marte, toucado, com o casco armado com uma lança e um escudo e levando um trofeu, de pé numa quadriga que galopa.

244) A. POSTUMIUS ALBINUS — S. f. — 1 exp. 89 a. C.

4) ROMA. Busto de Diana com o arco e a aljava sobre a espádua. R/ A. ALBINUS S. F. (*Aulus Albinus, Spurii filius*). Três cavaleiros galopam à esquerda, a lança em riste, armados de escudos ronds; diante deles um guerreiro derrubado, e no campo a extremidade de duas insígnias militares.

6) Cabeça laureada de Apolo; por baixo, R. (*Roma*); à frente, X; atrás, uma estrela. R/ A. ALBINUS S. F. (*Aulus Albinus Spurii filius*). Os Dióscuros Castor e Pollux, de pé e à esquerda apoiados na sua lança e deixando beber os cavalos na fonte Juturna; por cima um crescente.

293) C. POSTUMIUS At... (ou ta...) — 4 exp. 64 a. C.

9) Busto de Diana, com o arco e a aljava. R/ C. POSTUMI. (*Caius Postumius*). Cão correndo a toda a velocidade, por baixo uma alabarda de caça; no exergo o monograma *Ā*.

## RENIA

103) C. RENIUS — 2 exp.

154 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ C. RENI, ROMA. (*Caius Renius. Roma*). Juno Caprotina segurando o ceptro e um látigo, vestida com *astola*, de pé numa biga atrelada a bodes, a galopar.

## RUBRIA

258) L. RUBRIUS DOSSENSUS — 6 exp.

83 a. C.

1) DOSSEN. (*Dossenus*). Cabeça laureada de Júpiter, o ceptro sobre a espádua. R/ L. RUBRI. (*Lucius Rubrius*). Carro triunfal — *tensa* — atrelado a quatro cavalos a passo, ornado por um raio e sobrepujado pela Victoria voando e empunhando uma coroa.

2) DOS. (*Dossenus*). Cabeça diademada e com um véu, de Juno, o ceptro sobre a espádua. R/ L. RUBRI. (*Lucius Rubrius*). Carro triunfal — *tensa* — atrelado a quatro cavalos a passo, ornado duma águia sobre um raio, e sobrepujado por uma Victoria voando e segurando uma coroa.

3) DOS. (*Dossenus*). Busto com capacete da deusa Roma. R/ L. RUBRI. (*Lucius Rubrius*). Carro triunfal — *tensa* — atrelado a quatro cavalos a passo, ornado por uma águia sobre um raio e sobrepujado por uma Victoria numa biga a galope.

## SAUFEIA

78) L. SAUFEIUS — Denário — 2 exp.

200 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com um capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ L. SAUF. ROMA. (*Lucius Saufeius. Roma*). A Victoria empunha um látigo, numa biga a galope.

## SCRIBONIA

74) C. SCRIBONIUS CURIO — Denário — 2 exp.

204 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ C. SCR. ROMA. (*Caius Scribonius. Roma*). Os dióscuros a cavalo, galopando.

## SENTIA

233) L. SENTIUS C. f. — 2 exp.

89 a. C.

1) ARG. PUB. (*argento público*). Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia. R/ L. SENTI. C. F. (*Lucius Senti Caii filius*). Júpiter segura o ceptro e o raio, dentro duma quadriga a galope; no campo uma letra alfabética: Q. L.

## SERGIA

182) M. SERGIUS SILUS — quaestor — Denário — 2 exp.

104 a. C.

1) ROMA. Ex S. C. (*Roma. Ex senatus consulto*). Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ M. SERGI.

SILUS. (*Marcus Sergius Silus*). No campo Q: (quaestor). Um cavaleiro, armado com capacete e couraça, galopa para a esquerda. Tem na mão esquerda a espada e segura pelos compridos cabelos a cabeça dum inimigo vencido, talvez de um gaulês.

## SERVILIA

143) C. SERVEILIUS M. f. Augur — Denário — 2 exp. 124 a. C.

1) ROMA. Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, uma coroa de louros e X. R/ C. SERVEILLI M. F. (*Caius Serveilius Marci filius*). Os Dióscuros a cavalo, galopando em sentido contrário, olham-se com as suas lanças descidas e os seus capacetes estão sobrepujados por estrelas.

202) M. SERVEILIUS C. f. — Denário — 1 exp. 94 a. C.

13) Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ M. SERVEILLI C. F. (*Marcus Serveilius Caii filius*). Dois cavaleiros armados com espadas e escudos combatem de pé, perto dos seus cavalos; no exergo B.

236) P. SERVILIUS M. f. RULLUS — 1 exp. 89 a. C.

14) RULL. I. Busto com o capacete de Palas, à esquerda, com a égide no peito. R/ P. SERVILLI M. F. (*Publii Servillii Marcii filii*). A Victoria segura uma palma, numa biga galopando; debaixo da biga, P (*publice*).

## SPURILIA

62) A. SPURILIUS — Denário — 2 exp. 214 a. C.

1) Cabeça da deusa Roma, com o casco alado e sobrepujado por uma cabeça de águia; atrás, X. R/ A. SPURI. ROMA. (*Aulus Spurilius. Roma*). Diana, com a cabeça por cima de um crescente e empunhando uma vara, de pé, numa biga a galope.

## THORIA

203) (?) T. THORIUS BALBUS — Denário — 2 exp. 94 a. C.

I. S. M. R. (*Juno Sispes Mater Regina*). Cabeça de Juno Lanuviana, coberta por uma pele de cabra. R/ L. THORIUS BALBUS (*Lucius Thorius Balbus*). Touro furioso, cabriola, no campo as letras E; O.

L. THORIUS BALBUS entrou na guerra de Espanha contra Sertório, sob as ordens de Metellus e nesta campanha 79 a. C. foi derrotado e morto por Hirtuleius.

## TITIA

219) Q. TITIUS — Denário — 1 exp. 90 a. C.

1) Cabeça do deus Mutinus Titinus, barbado e cingindo um diadema adornado de pontas de asa. R/ Q. TITI. (*Quintus Titius*). Pégaso voando.

219) Q. TITIUS — Denário — 2 exp. 90 a. C.

2) Cabeça de Bacchus, coroado com pâmpanos. R/ Q. TITI. (*Quintus Titius*). Pégaso a voar.

## TITURIA

- 232) L. TITURIUS L. f. SABINUS — 2 exp. 89 a. C.  
 2) SABIN. (*Sabinus*). Cabeça nua e barbuda do rei Sabino Tatius; adiante, uma palma. R/ L. TITURI. (*Lucius Titurius*). Dois guerreiros romanos elevam dois Sabinos.  
 4) SABIN. (*Sabinus*). Cabeça nua e barbuda do rei Sabino Tatius; diante, uma palma. R/ L. TITURI. (*Lucius Titurius*). Tarpeia, os cabelos esparsos, levanta os braços ao céu e a metade oculta sob um montão de escudos, entre dois guerreiros que combatem e que ela tenta separar; no campo, uma estrela dentro do crescente lunar.  
 5) SABIN. A. PU. (*Sabinus. Argento público*). Cabeça nua e barbuda do rei Sabino Tatius; na frente, uma palma. R/ (idêntico a 4).  
 6) SABIN. (*Sabinus*). Cabeça nua e barbuda do rei Sabino Tatius. R/ L. TITURI. (*Lucius Titurius*). A Victoria segura uma coroa e de pé numa biga a galope; no exergo, uma marca: espiga — raio.

## TULLIA

- 125) M. TULLIUS — Denário — 1 exp. 135 a. C.  
 1) ROMA. Cabeça da deusa Roma, com o capacete alado e sobrepujado por uma cabeça de águia. R/ M. TULLI. (*Marcus Tullius*). Victoria; segura, uma palma, de pé numa quadriga galopante, por cima uma coroa; sob a quadriga a marca de valor X.

## VALERIA

- 177) L. VALERIUS FLACUS — Denário — 1 exp. 104 a. C.  
 11) Busto alado da Victoria; à frente, X. R/ L. VALERI. FLACCI. (*Lucii Valerii Flacci*). Marte nu, encasquetado, voltado para a esquerda, ostenta um trofeu e uma lança; no campo uma espiga de trigo, à esquerda um *apex* ou barrete de flâmينة.

## VIBIA

- 220) C. VIBIUS C. f. PANSA — 1 exp. 90 a. C.  
 1) PANSA. Cabeça laureada de Apolo; à frente, um símbolo — cajado? R/ C. VIBIUS C. F. (*Caius Vibius Cail filius*). Palas, segura na mão direita um cetro e na mão esquerda um trofeu, de pé numa quadriga a galope.  
 2) PANSA. Cabeça laureada de Apolo, com grandes fivelas nos cabelos; a diante um símbolo variável. R/ C. VIBIUS. C. F. Palas, segura na mão direita um cetro e na sinistra um trofeu, de pé numa quadriga a galope.

## VOLTEIA

- 239) M. VOLTEIUS M. f. — 1 exp. 88 a. C.  
 1) Cabeça de Júpiter. R/ M. VOLTEI. M. F. (*Marcus Volteius, Marci filius*). Templo de Júpiter Capitolino, com um pórtico de quatro colunas dóricas e com três portas e um raio alado sobre o frontão.

Foram estes os denários consulares (217 a 64 a. C.) que pudemos estudar entre aqueles que apareceram dentro dos vasos descritos em seguida.

## OS VASOS DE PRATA

É consabido que as várias betas argentíferas da *Hispania* produziram enormes quantidades de metal que se exportava para a Metrópole e além de ser utilizado no fábriço da moeda servia para o fabrico de objectos de luxo, quer fossem valiosas vasilhas, quer esplêndidas jóias, as quais eram muito apreciadas pelos romanos. A ourivesaria hispano romana abraça dois grupos diferentes: o primeiro é a continuação da tradição ibérica, assimilando progressivamente os gostos e as técnicas romanas até chegar ao fabrico de exemplares que com grande dificuldade sabemos distinguir se importados de Roma, se lavrados na *Hispania*. O segundo é constituído por todas aquelas peças que podemos positivamente considerar como importadas e que puderam servir de modelo para as diversas réplicas indígenas (1).

O primeiro grupo aparece principalmente nos achados denominados *tesouros*, constituídos por objectos díspares. Alguns são indiscutivelmente indígenas, outros fabricados na nossa região por artistas inspirados e educados, cada vez mais intensamente, nos gostos e processos romanos.

É evidente que nem toda a ourivesaria romana que tem sido encontrada no nosso rincão, foi importada e podemos assegurar a existência de artífices peninsulares baseados em diversos testemunhos, sem faltar o epigráfico — lápide valenciana dedicada a um Júlio Apolastro, fabricante de vasos de prata.

Geralmente podemos estabelecer que a técnica própria e característica das peças de ourivesaria romana é o emprego de duas paredes para a execução de cada superfície decorada, uma formando o *emblema* e outra o suporte. No *emblema* repuxavam-se ou gravavam-se os elementos ornamentais cujo reverso era tapado pelo suporte. Como ficava um espaço oco e para evitar as deformações, enchia-se tudo com massa, o que explica o pouco peso destas vasilhas.

Não é tarefa fácil proceder ao estudo dos vasos argênteos do Lugar

---

(1) PEDRO M. DE ARTIÑANO Y JOSE FERRANDIS. *Artes industriales Hispano Romanas*, História de España. II pág. 755.



do Poio, uma vez que a bibliografia sobre as nossas baixelas pré-romanas é escassa, para não dizer inexistente (1).

Temos de nos socorrer da bibliografia que estuda os tesouros com vasilhas de prata da Andaluzia ou da região Lenantina e pertinentes à cultura e arte peculiares da Betúria, que deve ter florescido séculos antes de Cristo nos arredores do Cerro de las Cuatro Villas, o Ἀργυροῦνορος de ESTRABÃO, chamado por Avieno *Mons argentarius*, depois irradiante por toda a fértil veiga do Guadalquivir, a via da prata dos tartéssios, fenícios e gregos.

Devemos assinalar a grande analogia artística entre todas estas peças.

Alguns destes tesouros seriam as reservas duma oficina de prateiro numa época de lutas, de intranquilidade e saque.

As analogias que se observam em todos achados fazem pensar na existência duma indústria florescente de lavrantes de prata, com um grande intercâmbio gremial dos seus artistas da época pré-romana, mas na época do seu ocultamento já

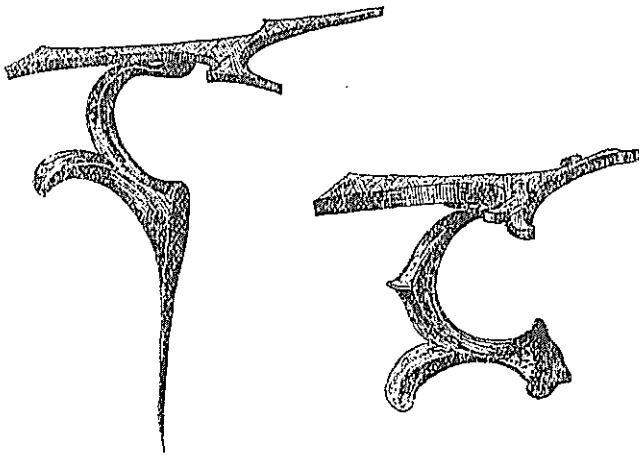


Fig. 1 — Asas de prata cinzelada existentes nos vasos n.ºs 3 (da esquerda) e 5 (à direita). Red. 2/3. São comparáveis às dos vasos de *Bosco Reate*.

(1) Para o estudo destes achados deve consultar-se: W. L. HILDBURG, *Tesoro del Marrubial, Córdoba*, *Archaeologia*, LXXXII, págs. 171-184; FIDEL FITA, E. ROMERO TORRES, in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. LXVI, págs. 574, 1915; *El Tesoro de Casio Cauci*; SANDARS, *El Tesoro de Mogon*, Bol. R. Ac. Historia LXXXV, pág. 123 e MELIDA, *Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional*; MELIDA, *El Tesoro de Santisteban del Puerto*, Adq. del M. Arq. Nac. en 1917, JULIAN SAN VALERO APARISI, *El Tesoro Preimperial de Plata de Drieves (Guadalajara)* Madrid, 1945; JUAN CABRÉ AGUILÓ, *El tesoro de ofebreria de Santiago de la Espada (Jean)*, Arch. Esp. de Arq. 1943; FRANCISCO ALVAREZ OSSORIO, *El tesoro ibérico, de plata, procedente de la Torre de Juan Abad (Ciudad Real)*, Arch. Esp. de Arq. 1945; MANUEL HELENO, *Jóias pré-romanas*, Ethnos, 1935.

os objectos eram antiquados perante as novas e elegantes formas romanas.

Nos nossos vasos do Poio, encontramos galbas romanas; porém o vaso de perfil campaniforme e a escudela, mostram-nos como ainda se mantinham formas anteriores e locais.

Podemos comparar os dois vasos cilíndricos e de fundo esférico, com dois outros descobertos em *los Almadenes*, Pozoblanco e que hoje se encontram no Museu Arqueológico de Córdoba, sob os números: (5.219) — 0<sup>m</sup>,12 de diâmetro e 0,075 de altura e o outro (5.221) — 0,085 de diâmetro e 0,045 de altura (tendo os pesos de 0,185 e 0,095 kg. respectivamente) (1).

São construídos pela técnica de repuxado, martelando uma placa discóide de prata, até se obter o perfil de fundo hemisférico que os caracteriza tendo o fundo por vezes um repuxado anelar a que se soldou um aro para servir de pé (Fig. 3 e 5).

Em muito pior estado que os vasos anteriormente considerados apareceu um outro cuja forma recorda os vasos tulipóides ou campaniformes (n.º 5.220 — Lam. XXVI, 3). Pesa cerca de 200 grs. e o seu diâmetro aproximado é de 0,160 × 0,110 de altura, carecendo em absoluto de decoração e unicamente junto ao bordo apresenta uma estria feita por martelamento, paralela e em redor da boca (Fig. 4).

No território português podemos comparar, o perfil deste vaso

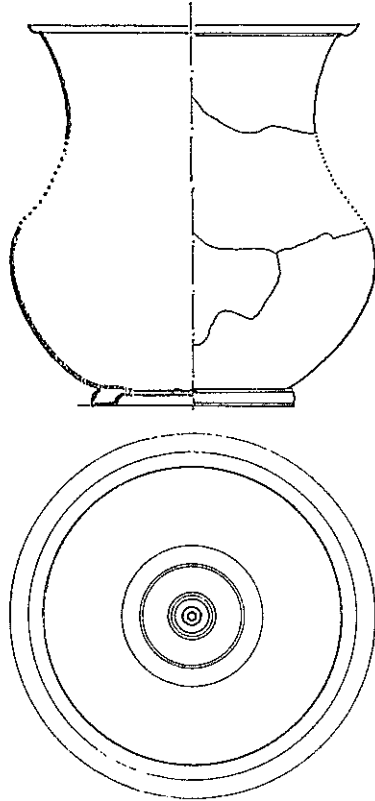


Fig. 4 — Urna campaniforme da época de La Tène. Red. 1/2.

(1) SAMÚEL DE LOS SANTOS GENER — *Tesoro Hispánico anteromano de los Almadenes de Pozoblanco*, Memórias de los Museos Arqueológicos Provinciales. 1941, pág. 69 ss. L. XXV e anteriormente publicado no *Boletín de la Real Academia de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes de Córdoba*, n.º 21, 1928.

com o que foi encontrado em Setembro de 1934, junto a uma lúnula de ouro, três outras de prata e um *torques* funicular do mesmo metal (1).

Segundo a descrição dada teria este vaso de Pragança o seu bojo esférico, e o colo estrangulado (2). Como nos faltam quaisquer outros informes, quanto ao seu peso e medidas, não o podemos aproveitar senão como elemento formal, como tendo também um perfil campaniforme peculiar às vasilhas originárias da região do Betis.

Quanto à cronologia proposta, parece ser um pouco remota demais. Os informes que temos de outros locais, e o aparecimento de torques, como bem lembra MANUEL HELENO, devem indicar-nos uma cronologia dentro da Idade de Ferro, embora certos motivos decorativos das lúnulas nos pudessem levar a épocas mais remotas. Temos porém o *torques* da Cortinha (Tua) que pode ser datado da época de Tibério. Não podemos deixar de considerar a persistência a dentro das nossas culturas, de certo conservadorismo, na manutenção de determinados perfis e motivos ornamentais.

No *tesoro de plata de Salvacañete*, hoje no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (3), existem quatro vasos de prata de perfil campaniforme que podemos aproximar do similar vaso do tesouro de Poio (Fig. 4).

Alto . . . . .	115 m/m	95 m/m	83 m/m	88 m/m
Boca . . . . .	140 m/m	115 m/m	70 m/m	88 m/m
Peso . . . . .	185 grs.	115 grs.	105 grs.	83 grs.

Descreveremos museològicamente o vaso do Poio como:

«Vaso de prata, campaniforme, liso e sem qualquer verdugo na separação do bojo ou na escócia do colo. O bordo interno da boca é decorado com uma escócia; altura 0,101; diâmetro da boca 0,088. A base do bojo é ressaltada e decorada por dois filetes paralelos.»

Em primeiro lugar o vaso de prata da fig. 4 apresenta-nos francamente um estilo *La Tène*. A sua galba é análoga à de muitos outros de barro cozido que encontramos nos nossos povoados castrejos ou em numerosas urnas funerárias dos arredores de Elvas.

(1) MANUEL HELENO, *Jóias Pré-Romanas*, Ethnos, I, 239. Lisboa, 1935.

(2) Vid. aut. cit. Est. V, fig. 24.

(3) JUAN CABRÉ, *Adquisiones*, etc., 1940-1945, pág. 59, *Archivo Esp. de Arte e Arqueologia*, 1936.

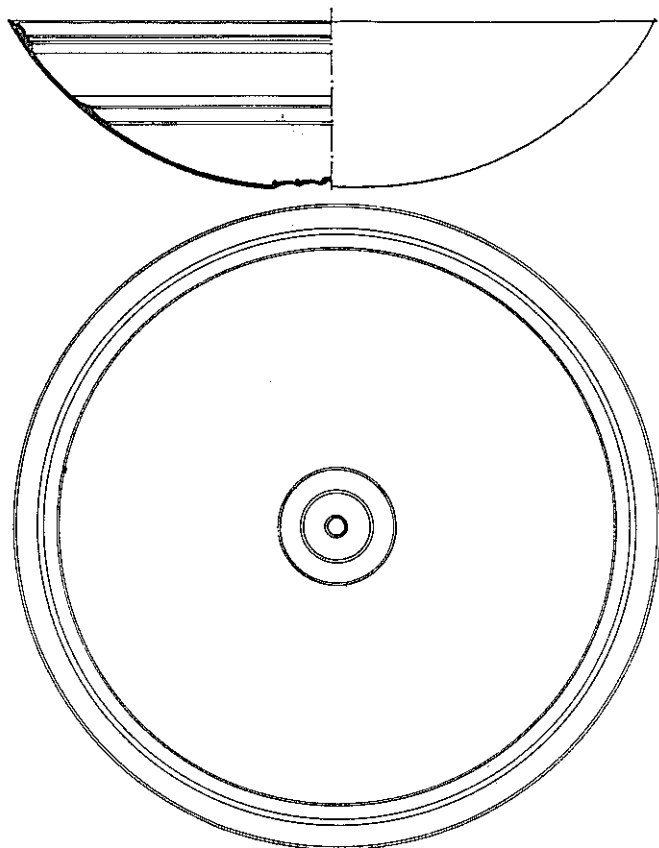


Fig. 2—Patena argentea, ou *acratophorum* (?), sem pé. Red. 1/2.

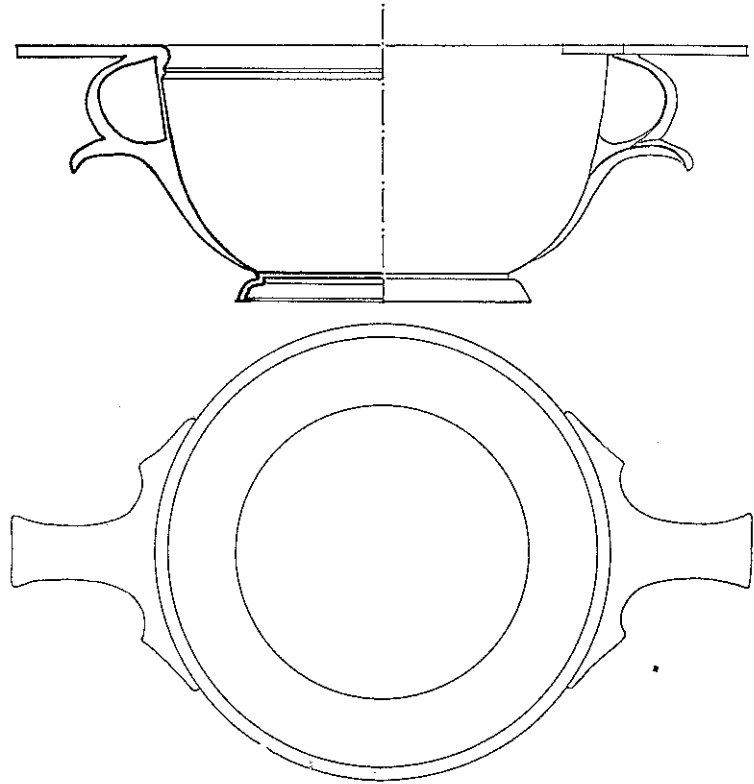


Fig. 3—Urna cilíndrica, com o fundo hemisférico e aro ou pé basal. Red. 1/2.



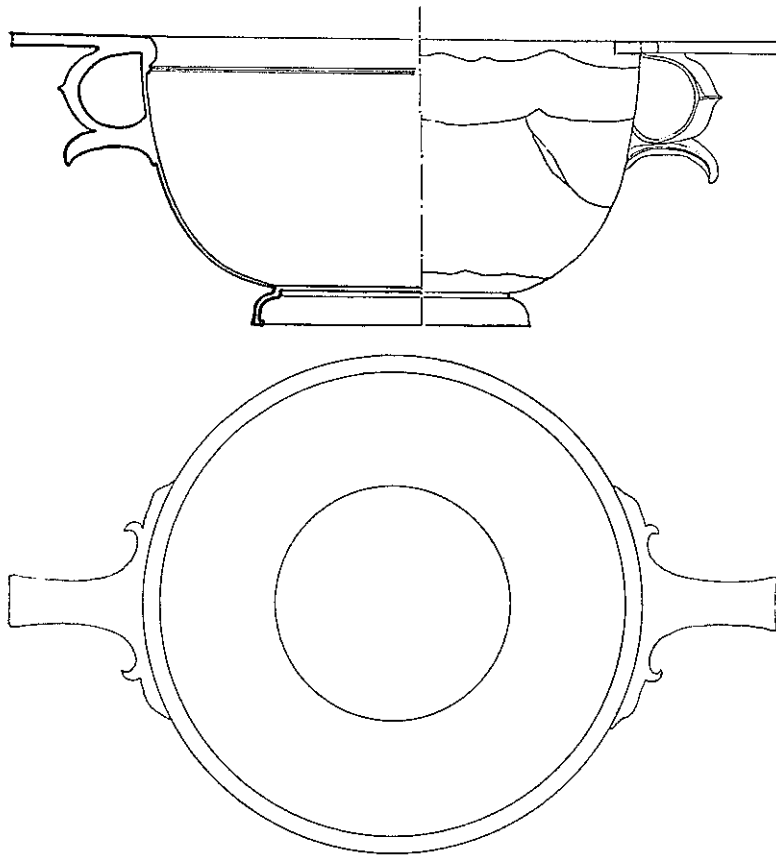


Fig. 5 — Urna cilíndrica e fundo hemisférico. Como a anterior é semelhante a outros vasos do Tesouro de Bosco Reale. Red. 1/2.



Muitas destas urnas, de barro cinzento, pardo ou negro, apresentam a singularidade de parecerem originárias de um protótipo metálico. Bastam estes antecedentes para deixar de insistir no estilo céltico deste vaso.

Entre os outros vasos um deles apresenta-se-nos com a forma duma calote esférica com 0,173 mts. de diâmetro por 0,045 de altura e é decorada interiormente com várias mulduras corridas normalmente ao eixo (Fig. 2).

O seu perfil aproxima-se do prato de tipo I do Tesouro de Abenjibre (Albacete) e da pátera do Tesouro de Santiago da Espada (Jaen) (1). Pertence ao tipo de *patena* ou *acratophorum* (?) resultante das vasilhas cónicas, de tipo *futile*, sem pé e quando cheias tinham de ser seguras nas mãos.

A técnica para construí-la deve ter sido o do repuxado por martelamento, batendo numa placa circular de prata e adelgçando a sua superfície só por um lado, excepto no bordo, de forma a conseguir-se uma forma aproximada a um cone.

Se pelos caracteres estilísticos e cronológicos classificamos independentemente cada uma das peças de prata que integram o tesouro do Poio, obteremos a evidência que parte delas pertence à cultura céltica posthallstática do interior da Península, mas as outras duas são nitidamente romanas, de forma mediterrânica (Figs. 3 e 5). A sua galba e a forma das asas pode ser comparada às do tesouro de *Bosco Reale*, do séc. I. J. C., exposto no Louvre (Figs. 1, 3, 5).

Ainda que geralmente nos tesouros de prata e ouro, da segunda Idade de Ferro, descobertos na Península Ibérica, figurem peças que pertencem aos começos, devem, no entanto, situar-se nos fins da mesma, porque podem, por vezes, considerar-se como esconderijos de ourives de prata transumantes dos primeiros séculos anteriores a Cristo, e que reservavam tais peças para trabalhos da sua profissão, e que, apesar do seu interesse artístico, as utilizavam quando não tinham matéria prima.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular,  
Universidade do Porto, Agosto de 1952.

(1) CABRÉ AGUILÓ, «*El Tesoro Iberico de platos argenteos de Abenjibre* (Albacete), Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional, 62, Madrid, 1947; idem, *El Tesoro de orfebreria de Santiago de la Espada* (Jean). Arch. Esp. de Arqueologia, n.º 53, pág. 343 ss., Madrid, 1943.



# LA CECA VISIGODA DE "CEPIS" POBLACION DEL DISTRITO DE OPORTO

PELO ENGENHEIRO Wm. REINHART

Desde que Alois Heiss publicó en el año 1872 su obra fundamental sobre las monedas visigodas <sup>(1)</sup>, no han cesado los trabajos de investigación de esta rama numismática. Gran parte de estos trabajos se extendían sobre los numerosos talleres de acuñación, cuyo número en la obra de Heiss alcanzó ya a 61, cifra que entre tanto se había podido aumentar a unos 75.

El estudio de las cecas visigodas ofrece interés en varios aspectos y podemos mencionar entre ellos los nombres de lugares, el orden económico y sistema fiscal y metrológico, así como la paleografía y el romanismo de sus inscripciones. También señalan ciertas características tipológicas regionales, ya descubiertas por Heiss <sup>(2)</sup> y que en algunos casos dudosos han ayudado a la atribución a uno u otro taller monetario.

Dichos talleres no se distribuyeron uniformemente por todo el reino visigodo, pues mientras faltaron en la región Cantábrica y Vasconia, países pobres y poblados principalmente por pastores, había gran número de ellos o sea aproximadamente la mitad, en la provincia de Gallaecia, muchos de ellos en poblaciones modestas, algunas hoy ya desaparecidas.

Otra particularidad de las monedas visigodas es que han sido

---

(1) Description Générale des Monnaies des Rois Visigoths d'Espagne.

(2) Utilizadas por F. Mateu y Llopis en su « Catalogo », Madrid 1936.

acuñados solo trientes de oro. Ello se había relacionado con el sucesivo derrumbamiento del sistema monetario romano desde los tiempos de Diocleciano, con la consiguiente inflación de la moneda y carestía general en toda la Romanía. Como divisores bastaron las grandes cantidades de monedas de plata y cobre romanos, aún en circulación.

El gran número de talleres monetarios en Gallaecia tenía su origen, sin duda, en tiempos del reino suevo, al cual pertenecía junto con la parte septentrional de la Lusitania y que tenía una duración de 176 años (409-585). También los suevos acuñaron casi exclusivamente monedas de oro, en su gran mayoría trientes (1). Conocemos de la provincia de Gallaecia hasta ahora las siguientes cecas suevas: Bracara (Braga), Beriso (El Bierzo), Laura (Laure), Murelos (Maurelos), Leione (Leon), Portucale (Oporto), Senapria (Pueblo de Sanabria), Tude (Tuy), y, probablemente, Verenganos. Es muy posible que, por el pequeño número de monedas acuñadas en poblaciones pequeñas, se perdieron muchos de ellas o fueron refundidas posteriormente.

El haber habido cecas tan numerosas precisamente en Galicia se ha relacionado con las minas auríferas gallegas, de las que no solo tenemos noticias literarias, sino también por numerosos hallazgos arqueológicos, como torques y otros objetos de oro. En tiempos posteriores se sacaba el oro de la arena de algunos ríos, y se supone que se aprovechó este metal para fines tributarios, una vez convertido en monedas. En tiempo suevo no fué privilegio del monarca la acuñación y lo podían efectuar particulares, de manera semejante como se lo hizo en Galia. Sobre ello contamos hoy con un interesante estudio de Henri Pirenne, que dedica en su obra «Mahomet et Charlemagne» (2) un capítulo preliminar a las condiciones monetarias en tiempo merovingio, basándose sobre estudios anteriores de Luschin v. Ebengreuth (3) y Engel-Serrure (4). Según ellos admitía el fisco la tributación tanto en productos naturales como en monedas de oro. En nuestro caso podían ser los aureos romanos o los trientes nuevamente acuñados con el oro disponible.

---

(1) WM. REINHART: «El reino suevo y sus monedas» Archivo Esp. Arq. 1942. Las monedas suevas están nuevamente tratadas por el mismo autor en su libro próximamente a salir (Madrid, 1952) «Historia General del Reino hispanico de los Suevos».

(2) Traducido en alemán bajo el título: «Die Geburt des Abendlandes» Nimega (Holanda), segunda edición 1941, pág. 104.

(3) «Allgemeine Münzkunde und Geldgeschichte des Mittelalters und der neueren Zeit» Viena 1926, pág. 97.

(4) «Traité de numismatique du moyen age», I. Paris 1891, pág. 96-98.



Los monetarios no eran, según Luschin, empleados gubernamentales, sino agentes tributarios que convirtieron el oro en monedas «in situ». Prou (1) en cambio opina que eran monetarios ambulantes que aprendieron su oficio en talleres oficiales que luego abandonarían.

Todo ello nos hace resumir que las pequeñas poblaciones en cuestión no poseían talleres monetarios estables oficiales y que acuñaron las monedas más bien para fines de propia conveniencia. La prueba la vemos en las leyendas de las monedas suevas que desde mitades del siglo V solo contienen el nombre de lugar junto con las palabras Latina Munita o semejante. Circulaban, sin embargo por toda la Península, dado su valor intrínseco del oro (2).

El reino suevo fue conquistado en los años 582-585 por el poderoso rey visigodo Leovigildo, el verdadero creador de la monarquía hispánica, e inmediatamente después empezaron las acuñaciones visigodas en Gallaecia. En ellas, sin embargo, vemos una novedad, sin duda por orden real: Los anversos de los trientes llevan el nombre del rey y solo los reversos el del taller monetario.

Una de estas primeras monedas, acuñadas en el pueblo CEPIS por Leovigildo, es la que nos ocupa en este trabajo. Dicha moneda fue emitida en los años 585 o 586, o sea en los dos últimos años de Leovigildo y pertenece al tipo III de las monedas de dicho rey con sus bustos en frente, tanto en el anverso como en el reverso. Con esta serie de trientes restableció Leovigildo el sistema metrológico romano, creado por Constantino, que había sido abandonado hacia mitades del siglo VI con los trientes del tipo primitivo con la Victoria en el reverso; tal vez en armonía con los trientes suevos que a la sazón solo señalan un peso de unos 1.23 gramos (3). Aún las primeras monedas de Leovigildo con su busto a la derecha en el anverso muestran dicho peso. La nueva serie de las monedas de Leovigildo, con la cual volvió al sistema metrológico romano, tiene el peso legítimo de unos 1.45 a 1.52 gramos y fue mante-

(1) Catal. de monn. Meroving. de la Bibl. Nationale, 1895, pág. LXXXI.

(2) Últimamente se lo ha comprobado por el hallazgo de un tesoro en las ruinas del antiguo Recopolis, el cual contenía un triente suevo junto unos 90 visigodos y tres merovingios. Véase El tesoro visigodo de las excavaciones de 1944/45 en Zorita de los Canes (Guadalajara) por Juan Cabré en su Memoria de la Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas, Madrid, 1946.

(3) Sobre ello véase mis trabajos: «Die Münzen des westgotischen Reiches von Toledo» en el Deutsches Jahrbuch für Numismatik, 1940/41, pág. 69 y «Nuevas Aportaciones a la Numismática Visigoda» en el Archivo Esp. de Arqueología, 1945, pág. 213.

nido por sus sucesores, con solo ligeras variaciones, hasta el fin de la monarquía visigoda en 711.

Con ello volvemos a nuestra moneda de Cepis, cuyo peso es de 1.45 gramos y que hoy forma parte de la colección de Don Domingo-Sastre Salas de Madrid. Las leyendas son las siguientes:

Anverso: + LEOVIGILIUS RE.

Reverso: + CEPIS IUSTUS.

Se trata pues de un triente acuñado en Cepis, población que, según la División Eclesiástica del rey Wamba pertenecía a la Diócesis de Portucale, hoy Oporto (Fig. 1).



MODULO 16-17 m/m

FIG. 1

La ceca de Cepis fué conocida ya por una moneda del rey Recaredo, hijo de Leovigildo. Pertenecía a la colección del numismata Luiz José Ferreira, Oporto, y fué publicada allí por E. A. Allen en el año 1890. Dicha colección, desafortunadamente, se dispersó, desconociéndose hoy su paradero <sup>(1)</sup>. La publicación de Allen, sin embargo, incluía el diseño de este triente y lo reproducimos en la fig. n.º 2. Coincide tipológicamente, como se ve, con la moneda de Leovigildo y las leyendas son las siguientes:

Anverso: + RECCAREDUS RE.

Reverso: + CEPIS IUSTUS.

Nos interesa, naturalmente, conocer la población de hoy que en tiempo visigodo había sido taller de acuñación. E. A. Allen ya se ocupó de su investigación, citando la conocida obra de Pinho Leal: «Portugal Antigo e Moderno» en la que se encuentra Cepins o Sepins,

(1) Tal vez sirve este artículo para descubrirlo.

Cepães o Cepões, Cepos, Cepellos y Cepêda. Otra obra, citada por Allen, la de los Sres. Coronel Baptista e filho: «Chorographia», señala aun mayor numero de poblaciones con semejante nombre, o sean: 6 veces Cepa, 2 veces Cepões, 4 veces Cepeda, 3 Cepellos, 3 Cepo, 4 Cepões y 5 Cepos. Es, como se ve, algo difícil en el primer momento, encontrar la poblacion que correspondria con el taller monetario visigodo. Aquí



MODULO 17 m/m

FIG. 2

nos ayuda la División de Wamba y E. A. Allen sigue textualmente en su laborioso estudio:

«De todas estas povoações as unicas porém que se nos anto-  
lham como prováveis representantes da Cepis monetaria, são as  
Cepedas pela grande semelhança que oferecem com os casos obli-  
quos d'aquella — Cepidis, Cepidem, semelhança que não parece de  
modo algum ser fortuita.

Seria fastidioso indicar aqui uma por uma todas as parti-  
cularidades que em cada das outras povoações destôam com a  
nossa hypothese, se bem que a Cepins das visinhanças de Canta-  
nhede nos fez algum tempo hesitar, pois que n'aquellas paragens  
ha tradições e vestigios de uma importante povoação archaica.  
Aos entendedores que se não inclinarem para a nossa opinião,  
campo livre fica para a discutirem a fundo.

Ora das diversas Cepedas, a que nos parece ter tido sufficiente  
importancia para ter cunhado o triente em questão, só pode ser a  
Cepeda de Paredes, como esperamos mostrar extrinsecamente pelas  
seguintes considerações topographicas, economicas e sociologicas.

Lá temos além dos antiquíssimos Castellões de Cepeda, a  
antiga Ponte de Cepeda sobre o rio Souza. Lá se estende nas

margens d'esse rio, e tambem prolongada pelas do seu affluente Ferreira, a fertilissima e formosa veiga, cuja amena feracidade tem sido admirada e aproveitada em todos os tempos: esse horto e vergel a que por isso os Mouros deram o nome de Arrifana, e aonde mais tarde assentaram de preferencia os seus Solares (Paço de Souza) os capitães da Expedição transpyrenaica, que no século X.<sup>o</sup> vieram arrebatá-lhes este canto da Peninsula e preparar a futura nacionalidade Portugueza, reedificando o Porto, e habilitando-o a ser constituido cabeça do novo Condado. Em tempos bem proximos de nós, o crescente florescimento d'esta regiuncula, cuja hegemonia passára para a vizinha Penafiel, forneceu ensejo ao Ministro Pombal para crear mais um titulo de cidade, e mais um bispado de que carecia para os seus planos.

Não admira pois que n'este centro populoso, activo e intelligente, houvesse já nos tempos Visigodos uma povoação adequada para merecer ao Soberano a concessão d'officina monetaria.»

No creemos necesario añadir algo a estas consideraciones toponímicas de E. A. Allen, pues ponen de claro manifesto que la poblacion Cepis que acuñó monedas visigodas pertenecia a la diocesis de Oporto.

# NUMÁRIA

## D'EL-REI DOM AFONSO MENRIQUES

Balanço analítico dos exemplares conhecidos

PELO DR. PEDRO BATALHA REIS

Tão importante para a História de Portugal é tudo o que constitua documentação do nosso primeiro Rei, que não será demasiado, no campo da Numismática, dar um balanço aos exemplares que existem coevos da Fundação do Reino, ou melhor, que se conhecem d'El-Rei D. Afonso Henriques.

Além disso reproduzimos aqui, e pela primeira vez, a última moeda que se achou, ainda não há um mês, na histórica Vila de Óbidos.

\*

O primeiro Numismata que publicou as moedas de D. Afonso Henriques foi o consagrado Dr. Teixeira de Aragão, reproduzindo cinco tipos diferentes (1).

Analizados e estudados os exemplares descritos, chegamos à seguinte conclusão:

---

(1) Não merece referência especial o que foi publicado por Amaral do Toro — (o falsificado *morabitino* de Braga, de que nos ocupamos nos *Morabítnos Portugueses*, Lisboa, 1940, pág. 29) pela falta de idoneidade científica do seu autor.

- 1) *Morabitino* de Braga: é uma mistificação provada (1).
- 2) *Morabitino* de Cruz: os verdadeiros pertencem a D. Afonso II, sem embargo da existência de exemplares falsificados, nomeadamente do último quartel do século passado (2).
- 3) *Mealha* com escudo: quanto a nós, não pertence a D. Afonso I, mas sim a D. Afonso II (3).
- 4) *Dinheiro* com o sino-saimão: esta é, das moedas de D. Afonso Henriques apresentadas por Teixeira de Aragão, a *única cuja autenticidade para nós, é indiscutível* (4).
- 5) *Dinheiro* com a cabeça de perfil d'El-Rei: muito embora a tomemos com reserva, não ousamos contudo repudiá-la do numerário afonsino, sem mais aprofundado estudo.

Do exposto se verifica que dos cinco exemplares analisados, apenas dois se aproveitam, e mesmo assim só um deles não suscita dúvidas da sua genuína autenticidade: aquele que ostenta o Signo de Salomão. Merece, pois, este exemplar, algumas considerações especiais.

Assim, desses *dinheiros* com o sino-saimão, tudo neles concorre para reforçar a sua autenticidade, bem como a judiciosa atribuição deles a D. Afonso Henriques, que Aragão publicou.

Com efeito, não sòmente existe o conhecimento exacto do local onde essas moedas foram encontradas, em 1875, mas ainda temos a sorte de possuir como que um auto do facto, relatado pelo antigo Lente da Universidade de Coimbra, o Dr. Serra Mirabeau, numa carta escrita ao Dr. Leite de Vasconcellos, onde miudamente se descreve o modo de como o achado foi feito, ao demolir-se uma parte da antiga muralha de Coimbra, junto à Estrela. Além desse testemunho escrito, afirmou-lhe ainda o Dr. Mirabeau que «se havia alguma moeda autêntica, era esta».

Não menos importantes são as considerações que resultam do seu exame objectivo: Desde a técnica monetária que esses exemplares nos revelam, ao simbolismo deles que se enquadra perfeitamente na época, à

---

(1) Veja-se o nosso estudo dos *Morabitos Portugueses*, a pág. 26 e sgs., donde se colhe a impossibilidade de D. Afonso Henriques lavrar moeda de ouro, independentemente da prova que se faz de falsidade daquela moeda.

(2) Cfr. Ob. cit., pág. 40 e Est. I.

(3) Vid. *Idem, ibidem*, pág. 53 n.º 4.

(4) Acerca da autenticidade desta moeda veja-se o que dissemos num artigo publicado no *Jornal de Notícias* em 4-II-46.



expressão plástica comum às moedas do tempo, tudo nelas concorre para corroborar a sua autenticidade indubitável.

Como se não bastassem no entanto todos esses elementos, outro, e há poucos anos, se lhes veio juntar, com o aparecimento de uma moeda, protótipo daquelas! — Referimo-nos ao exemplar pertencente ao ilustre colecionador Senhor Ed. M. v. d. Niepoort, que publicamos no *Diário de Notícias* de 14-I-946 (1), e que sendo do mesmo tipo, diverge contudo daquelas em ser mais tosco ainda o seu cunho, e ter invertida a ordem de suas letras da palavra PORTVGAL, que ladeiam a cruz: VT em vez de TV. Letras que Aragão tomou como sendo uma deturpação do *alpha* e *omega*, que por vezes apareciam nas moedas do tempo, especialmente francesas, e que para nós não são mais do que a continuação da legenda: POR — TV — *galis*; tal como ocorre em outros exemplos da numária portuguesa, ao lembrarmos-nos de várias moedas de D. João III, e nomeadamente no caso semelhante dos conhecidos engenhosos de 1562, em que as letras G — A ladeando o Escudo nacional, não são mais do que a continuação da legenda, e daquela mesma palavra PORTVGA(LIAE) (2).

Ao tratar desta moeda impõe-se-nos a explicação do que representava a estrela de cinco pontas, ou melhor o Signo de Salomão no simbolismo medieval. Assim, dando aqui apenas as conclusões a que chegamos já em dilatado estudo do assunto que temos em preparação, diremos que o sino-saimão, ou pentalfa, simbolizava então a Trindade de Deus, e a sua Eternidade representada em três triângulos entrelaçados numa só figura, sem princípio nem fim. Porisso que igualmente colhemos larga documentação da representação desses símbolos nas Igrejas românicas desse tempo, como sinal de grande veneração dos cristãos.

Como antecedente encontramos também esse mesmo símbolo escolhido pela Rainha D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, para os seus selos ródados, o que influenciaria seu filho a tomar igualmente o pentalfa para seu emblema pessoal: tal nos autoriza a pensar o tipo destas moedas, se outros documentos não existissem, pois é sintomático que esse sinal ocupe todo o campo da moeda, tendo em volta dela somente o nome do Rei: ALFONSVS.

Esse seria, pois, o emblema pessoal d'El-Rei, ao tempo em que a

(1) É este quanto a nós o mais antigo exemplar da série afonsina. Veja-se a nossa *Cartilha da Numismática Portuguesa*, Est. I, n.º 1.

(2) Cfr. o nosso *Guia duma notável coleção*, Lisboa, 1948, a pág. 13-14 e Est. VI, n.º 48.

Heráldica ainda não existia <sup>(1)</sup>, pois quanto a nós também, a introdução dela em Portugal deve apenas datar das relações com a Flandres por ocasião do casamento da filha de D. Afonso Henriques, a Infanta D. Teresa, com o Conde de Flandres, em 1184 (depois chamada Dona Matilde), e conseqüentemente quando ainda não existiam as Quinas como brazão de Armas do Rei e da Nação <sup>(2)</sup>.

Analizadas, pois, sumariamente, as moedas do Fundador da Nacionalidade descritas por Teixeira de Aragão, verifica-se que, duas são falsificadas, uma é duvidosa, outra pertence a D. Afonso II, do que resulta ficar só uma merecedora de todo o crédito: aquela a que acima nos referimos mais de espaço que apresenta a Cruz dum lado e o Signo de Salomão do outro.

A acrescentar a esta temos mais três exemplares diferentes já publicados por nós há anos, e de tipos todos diferentes e inéditos, além de mais outra semelhante a uma daquelas, de que hoje damos a reprodução.

Feita, *in fine*, a computação geral por tipos, temos:

1) *Dinheiro* com cruz e pentalfa (tendo a ladear a cruz: V—T, como protótipo do seguinte; pertence ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Niepoort): exemplar único conhecido; RRRRR <sup>(3)</sup> (Fig. 1).

2) *Dinheiro*, semelhante àquele, de cunho mais correcto, tendo a ladear a cruz: T—V; (pertence à colecção do Rei D. Luís): existem quatro exemplares; RRRR (Fig. 2 e ampliação).

3) *Dinheiro*, com o perfil do Rei, e a marca monetária Co—publicada por Teixeira de Aragão; embora a tomemos com toda a reserva <sup>(4)</sup>: único conhecido; RRRRR <sup>(5)</sup> (Fig. 5).

4) *Mealha* com a inicial do Rei A sobre uma cruz; pertencente ao Eng.<sup>o</sup> Michaëlis de Vasconcellos: único conhecido; RRRRR <sup>(6)</sup> (Fig. 3).

5) *Mealha* com a effigie do Rei de face—pertencente ao Dr. Raul Soares Duque: existe somente outro exemplar; RRRR <sup>(7)</sup> (Fig. 4).

(1) Pois que os primeiros documentos heráldicos não vão além, e lá fora, dos meados do século XII.

(2) Cfr. a nossa *Cartilha da Numismática Portuguesa*, a págs. 265 a 268.

(3) Publicado por nós no *Diário de Notícias* de 14-I-46.

(4) Tanto esta como a anterior são as duas moedas que Aragão publica no texto do seu 1.<sup>o</sup> vol. a pág. 143.

(5) Não obstante Aragão falar, por informação do «Sr. Ferraz», na existência de outro exemplar, cujo paradeiro se ignora.

(6) Publicado por nós no *Diário de Notícias* de 12-I-45.

(7) Igualmente publicado por nós naquele jornal em 20-I-37.

Desta última apareceu outro exemplar semelhante em Óbidos, no mês passado (Setembro 1952), que foi piedosamente recolhido, das mãos profanas que o acharam, pelo Prior da localidade, Rev.º P.º Adelino Cardoso Coelho (1). Neste exemplar, pertencente ao Sr. César de Almeida, um elemento se mostra com perfeita clareza que aqueloutro não tem nesse particular: a *coroa* que encima a cabeça real.

No que toca à liga, apresenta esta moeda, como as anteriores, um teor de bolhão elevado, o que muito deve ter contribuído para o seu bom estado de conservação.

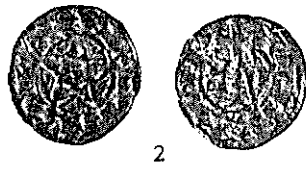
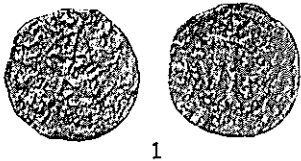
Temos, pois, nesta era de 1952, andados que são dez meses dela, conhecidos cinco tipos diferentes, numa totalidade de 9 exemplares, de moedas mandadas cunhar pelo nosso primeiro Rei, constituindo esses raros e preciosos documentos os testemunhos monetários coevos dos primeiros anos da existência de Portugal como nação independente.

---

(1) No *Diário de Lisboa*, de 25-X-52, foi dada notícia do achado.

D. AFONSO HENRIQUES

(1128-1185)



Ampliação: três diâmetros





# MOEDAS DE D. FERNANDO

Um quarto de barbuda da oficina monetária do Porto

PELO ENGENHEIRO J. FERRARO VAZ

Acerca das primeiras casas monetárias que funcionaram na invicta, nobre «e leal cidade, donde teve origem (como é fama) o nome eterno de Portugal» (1), sabemos tão pouco como da sua própria história, que se perde na noite dos tempos.

Qual foi o soberano que primeiro bateu moeda no Porto; que espécie de moedas aí se bateram; e, ainda, onde funcionaram as oficinas monetárias e quem foram os seus gravadores e mais artistas?... tudo está sem resposta... e representa assunto cheio de interesse tanto na história geral como na história local da numismática.

Com Manuel Severim de Faria, o Porto teria sido o berço da numismática portuguesa, como consta do seu «Discurso IV» das *Notícias de Portugal* (2); todavia tal suposição carece de fundamento, e

---

(1) *Os Lusíadas*, Canto 6.º, LII.

(2) Firmino Pereira, in *O Porto d'outros tempos* diz-nos que «no largo dos Loios, á esquina da rua de Traz, e pouco acima da albergaria de Rocamador, existiu a primeira Casa da Moeda que houve em Portugal»; e, para lhe chamar *primeira*, baseia-se principalmente na simples afirmação com que Severim de Faria abre o § XXII do Discurso IV:

«A primeira casa de Moeda, que houve em Portugal, foi no Porto, onde os primeiros Reis deste Reyno fizeraõ bater Moeda, mandando vir Officiaes Eſtrangeiros, porque os não havia no Reyno».

Em opposição, V. «*A Casa da Moeda do Porto no Sistema Monetário Português*, conferência do Senhor Professor Doutor Damião Peres», in *Boletim cultural* da Câmara Municipal do Porto, vol. XII, fascs. 3-4, 1950.

outras primazias mais prováveis se opõem, tudo se inclinando para as vetustas cidades de Braga ou de Coimbra.

Até aqui falam da sua origem, quase exclusivamente, os próprios numismas conhecidos, portadores de sinais monetários <sup>(1)</sup> ou de características que nos levam a fazer a sua atribuição; porque os documentos, escassos, pouco nos dizem que possa vir confirmar e completar a ciência adquirida na observação directa destes monumentos, principalmente dos que respeitam às primeiras épocas.

Contudo, quer-nos parecer que ainda muito haverá a exumar dos arquivos, onde uma riqueza de conhecimentos espera que alguém a queira explorar, só com a condição de o fazer com método e objectivamente. Enquanto isso não acontece e não passa de aspiração, resta-nos analisar as moedas que vão aparecendo e tentar tirar delas todo o partido possível.

É neste sentido que vamos focar uma peça cheia de interesse que o Prof. J. Leite de Vasconcelos registou na importante publicação *O Archeólogo Português*, onde há sempre que ler e aprender.

Referindo-se a uma das suas excursões de estudo, a Alcácer do Sal, diz-nos este eminente investigador <sup>(2)</sup>:

«Da epocha portugueza possui o Museu exemplares de cerâmica, e moedas. Das moedas a que mais me chamou a attenção foi uma meia-barbuda (de bolhão) que represento na fig. 7, e que, como julgo, constitue uma variedade inedita de algum merecimento:

Anverso: FER—N[AN]—DUS—REX: Cruz cortando a legenda, cantonada por quatro letras, O, T, R, P, isto é, PORT(O).

Reverso: + SI DOMINVS: MI[CH]I AJV: Celada ou barbuda, voltada para a esquerda, com corôa em cima, e em baixo as quinas...; á direita P (mas á esquerda não tem estrella, como no

---

(1) É com D. Fernando que aparecem as letras e símbolos monetários a identificar o local da oficina criadora dos numismas.

Embora nos reinos cristãos vizinhos a moeda seja geralmente portadora do nome ou símbolo representativo da cidade onde fora batida, em Portugal só esporadicamente nos aparecem letras monetárias em duas moedas, aliás discutidas e discutíveis, anteriores à época de D. Fernando: o *morabitino de Braga* e o *dinheiro de Coimbra*, que Mestre Aragão atribui a Afonso Henriques (tomo I das *Moedas de Portugal*, Est. II, n.º 1 e pág. 143).

(2) Vol. I, 86.

exemplar descrito pelo Sr. Aragão, ou, se a tinha, desapareceu quando fizeram o furo que a moeda hoje apresenta).

...Esta moeda, apesar de eu a ter examinado rapidamente (de noite), pareceu-me authentica.»

É notável tal descrição ter resultado de uma análise rápida e que não tinha como finalidade o estudo das moedas, mas sim uma revisão geral de tudo que no Museu fosse digno de atensão. A única novidade que daremos ao leitor estará, afinal, na consideração do módulo e do peso e suas consequências.

Passamos imediatamente a representar a moeda em questão, para não afastar a nossa reprodução fotográfica do desenho de *O Archeólogo* (fig. 7) e, assim, se poder comparar e verificar as pequenas diferenças que existem; e, além disso, vamos pôr em relevo os elementos donde resultam as conclusões que nos propomos levar à consideração dos entendidos e que já sintetizámos no título desta notícia.

Esta gravura fixa o módulo da peça, que é de 19mm; e o seu peso é de 0,82 gramas (com um pequeno furo e um tanto gasta).

Se aproximarmos esta fracção de *barbuda* das outras espécies afins que conhecemos e se atentarmos nos seus módulos e pesos relativos, parece não haver dúvida de estarmos perante um novo elemento da intrincada e exuberante numária do Rei Formoso — *o quarto de barbuda*.

As peças que vamos aproximar são todas do mesmo tipo, embora sejam diferentes as formas de indicação da oficina monetária do Porto, a que pertencem.

Como se vê, em todas elas aparece o escudo com a mesma inclinação e com 5 pontos em aspa, o que só se nota nas *barbudadas* desta origem e das primeiras emissões <sup>(1)</sup>; e ainda, pormenor curioso, em todas há um ponto à esquerda da coroa, no anverso.

Realmente, não encontramos referências que confirmem a hipótese aventada de haver esta fracção da *barbuda*, que valeria o mesmo que um *pilarte* <sup>(2)</sup>, isto é, 7 dinheiros, conforme as reduções de valor que se

(1) Dizemos primeiras emissões porque encontramos o mesmo escudo nas *barbudadas* desta origem com reverso idêntico ao das *dobras gentis* (Ver o n.º 17 de Aragão, est. V). Desta peça, que pertence hoje ao Ex.<sup>mo</sup> Snr. Eng.º Costa Couvreur, há outro exemplar no Museu Municipal de Alcácer do Sal, com legenda diferente no anverso.

(2) Ou *coroadado*, moeda posterior e mais simples, que viria imediatamente às primeiras cunhagens dos *quartos de barbuda* para os substituir; como os *graves* substituiriam as *meias barbudas*.



seguiram às Cortes de Lisboa de 1371; mas também isso acontece com a *meia barbuda* e outras moedas, aceites hoje sem discussão.

O que sabemos destas moedas é o que nos dizem as crónicas e a Lei de 1378, adiante referida.

Aragão, partindo dessas fontes e dos pesos dos exemplares que observou, estabeleceu a seguinte metrologia:

*Barbuda* — 53 peças em marco — 86,94 grãos (4,34 grs.);

*Meia barbuda* — 106 peças em marco — 43,47 grãos (2,17 grs.).

Daqui tira-se, por extensão:

*Quarto de barbuda* — 212 peças em marco — 21,73 grãos (1,08); metrologia a que obedece, dentro de aproximações admissíveis, a moeda do Museu Municipal de Alcácer do Sal de que nos ocupamos.

Pertencem estas peças ao tipo da «Moeda de brudas ã foy feita na cidade do porto, ã he myguoada da ley», e de «que Muyta Moeda falsa foy feita, e que foy e he metuda nos nossos Regños», a que se refere D. Fernando na lei de 8 de Fevereiro de 1378, onde ordena:

«...façam apreguoar ã do dia do preguão ataa viijº (8) dias pry-meiros seguytes venham, ou ãviem cada huũ dizer e mostrar e fazer escrever, todallas brudas que tiuerem da moeda ã foy feita no porto, ã som de cinco letras, que dizem porto por letra e nõ som breue. E os ã a esse tempo vierem trazer as ditas brudas sejamlhy paguadas dos diñ ã colherem das dictas talhas e fintas da vallia em ã ora esas brudas corriam e valliam... E des pois ã esta moeda meuda dos dyñ nouos ã ora correm, e seja laurada na cidade de lixboa, e do porto aa ley e peso de estes dyñ (dinheiros) nouos ã ora correm. E per façam e paguo della aos outrº vivos ã ficarõ por pagar... E ordinhamos ã este preguão e escriptura da dicta moeda se façam geralmente ã todo o regno primeiro dya dabrill ataa os viij dias primeiros segũites do dicto mes dabrill passados, que as dictas Moedas lauradas feitas no pº (Porto) das dictas cinqº letras nõ valham cousa em todo este regno.

Este passo da lei que transcrevemos <sup>(1)</sup> tem aqui grande interesse por nos ensinar que os *dinheiros* também se bateram no Porto, ainda

---

(1) Aragão, Ob. cit., t. I, 350. A lei diz «cinco letras, que dizem porto» mas só se conhecem moedas com as quatro letras PORT — talvez porque o gravador eliminasse um dos oo por sobreposição para salvar a simetria.

que não sejam portadores de letras monetárias, possivelmente por não caberem no seu diminuto campo.

A propósito, apresentamos uma questão: — quais são os *dinheiros* da oficina do Porto? — Os que têm uma arruela no reverso, entre os primeiros dois escudetes verticais: os que aparecem com a legenda AL GA RB II rodada de 45° e iniciada por GA; ou outra combinação semelhante?

Os achados locais e as investigações acerca das respectivas oficinas poderão, porventura, projectar a luz necessária para destrinçar as origens desses belos e raros numismas.

Ao fechar, aprez-nos apresentar os nossos agradecimentos ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Mendês Baptista, conservador e animador do Museu Municipal de Alcácer do Sal, pela gentileza de nos ter facilitado o estudo que apresentamos; e ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng.<sup>o</sup> Paulo de Lemos, que nos facultou reproduzir duas peças da sua colecção especializada.

Porto, 25 de Julho de 1952.

#### NOTA ACERCA DA COLOCAÇÃO DAS GRAVURAS

Como é uso e correcto, as moedas são representadas dispendo na gravura o anverso seguido do reverso; e há, portanto, necessidade de fornecer a tais vocábulos uma definição diferenciadora, além do simples sentido de opposição.

Os dicionários ensinam que *anverso* (ou obverso) é a face principal, «a face da medalha que tem a effigie ou o emblema» (João de Deus); ou «face de moeda ou medalha que traz a effigie, vulgarmente chamada *cara*. A outra face é o *reverso*» (G. Enciclopédia Portuguesa e Brasileira).

Mas, enquanto há moedas que não oferecem dúvidas, visto uma das faces impor a primazia, outras há que necessitam ser analizadas sob vários aspectos para se encontrar uma solução satisfatória, que sirva a todas as suas variantes.

Analizemos o caso actual das *barbudas* à luz da definição numismática de anverso.

«Du côté de l'avvers se trouve en général la tête d'un prince ou d'une divinité, ou d'un grand homme» (*Numismatique Générale* de J. Lefebvre).

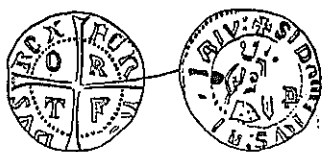
«L'avvers (est) consacré à recevoir la tête du souverain, ou de la divinité tutélaire de la ville ou de la nation» (*Numismatique Ancienne* de J. B. A. A. Barthelemy).

A estas condições obedece a face da *barbuda* que ostenta a *celada* coroada. E o facto de o nome do rei aparecer geralmente na outra face não dará razão bastante para remeter a *celada* para o reverso, demais que em certos exemplares ela é acompanhada do nome do rei, que chega mesmo a aparecer nas duas faces.

Se esta característica — nome — determinasse o anverso, este oscilaria duma face para a outra ou ficaria indeterminado, estabelecendo a confusão e dificultando as descrições.

A figura determinante da *barbuda* é, sem dúvida, a *celada* que, estando coroada, representa o príncipe reinante. Além disso a letra monetária, acompanhando tal representação, obedece à regra geral e confirma, portanto, a escolha do anverso.

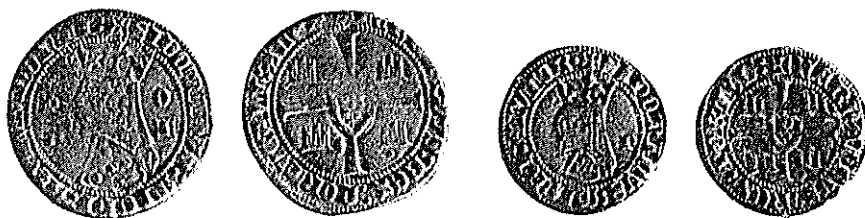
Salvo raríssimas excepções assim acontece em toda a numária; a menos que a letra se desdobre e vá ornamentar a moeda no reverso, como acontece em determinadas espécies com cruz de Cristo, a partir da Restauração.



(Fig. 7)



Reprodução fotográfica da moeda  
acima desenhada com a indicação  
de fig. 7.



**Barbuda**  
módulo = 27 mm  
peso = 3,50 gramas

**Meia barbuda**  
módulo = 22 mm  
peso = 2,00 gramas



**Quarto de barbuda**  
módulo = 19 mm  
peso = 0,82 gramas



# O NUMISMATA DR. MIRABEAU

POR LUÍS PINTO GARCIA

Já não me recordo bem como e quando tomei conhecimento com o Dr. Mirabeau. Sei apenas que nos ficaram ligando, desde o nosso primeiro encontro, fortes e indissolúveis laços de amizade, robustecidos pelas, para mim valiosas, palestras na antiga Casa Almeida, Limitada e na sua residência, à Rua Presidente Arriaga, e por ininterrupta correspondência durante anos.

Cultivámos a Numismática com tal espírito de camaradagem que chegámos a esquecer que nos separavam 50 anos! A sua morte, ocorrida em 6 de Agosto de 1940 (já lá vão 12 anos!), fechou impiedosamente o ciclo das nossas amistosas relações. À sua veneranda memória presto sempre homenagem quando relembro as suas prelecções magistrais e as suas palavras de estímulo e quando releio as suas cartas, pletóricas de ensinamentos, e onde ainda vou, por vezes, buscar lições de cultura numismológica.

\*

Por rara felicidade fiquei possuidor dum artigo original seu que envolve estudo sério sobre dois períodos confusos da história numismática portuguesa — D. Fernando e D. João I — a que se devotou apaixonadamente.

Recordo-me ainda com que entusiasmo o Dr. Mirabeau se exprimia quando soia aparecer qualquer exemplar fernandino ou do soberano de Boa Memória único ou raro, mesmo que não fosse aquisição sua. Acarinhava-o e enchia de desvelados cuidados o seu estudo e, o exemplar em questão, era objecto diário e obrigatório da conversa, durante uns tempos, com os numismatas que tinham a sorte feliz de frequentar a sua

tertúlia. A moeda, que o acaso fizera surgir, inundava-o de tão grande alegria, e emprestava-lhe tal dose de saúde, que mais se assemelhava a rara panaceia! Dir-se-ia que rejuvenescia, e a sua alegria patenteava-se de maneira tão exuberante que os seus verdadeiros amigos se achavam felizes e alegres só por o verem tomado de tais eufória e entusiasmo.

O artigo, intitulado *Duas moedas portuguesas raras*, não chegou, infelizmente, a ser publicado em vida, por razões que ignoro, presumindo que o Autor não procurou dá-lo à estampa por verificar (e com que mágoa!) o grande desinteresse por estes assuntos na época em que o escreveu — 1935-1936 (?) — segundo calculo, pois, apesar de não haver uma revista da especialidade, não desdenharia aceitá-lo, nas suas colunas, qualquer outra de carácter arqueológico que então via a luz da publicidade.

Entendo, e nesta sincera presunção sou, bem o creio, acompanhado por todos os genuínos cultores da «Res Numaria», que semelhante escrito não deve perdurar por mais tempo inédito.

E assim, gostosamente, e como saudosa homenagem, devidamente autorizado pela Excelentíssima Família do falecido numismatógrafo, publico-o hoje, antecedido de meia dúzia de palavras desvaliosas.

\*

O Dr. Pompeu de Carvalho Mirabeau, cuja biografia já foi dada pela *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 17.º, nasceu na freguesia de S. Cristóvão de Coimbra, em 25 de Agosto de 1861, e era filho de Dona Maria Augusta de Carvalho Mirabeau e do Doutor Bernardo António Serra de Mirabeau, deputado, professor da Faculdade de Medicina e administrador do Hospital da Universidade de Coimbra. Terminando o bacharelato em Medicina na cidade natal, em 12 de Junho de 1883, iniciou a sua carreira pública como facultativo municipal do do partido médico de Castelo de Vide. Pouco tempo depois, a 2 de Junho de 1886, ingressava no Exército como cirurgião-ajudante, sendo colocado no Regimento de Lanceiros 1 (de Vítor Manuel). Em 15 de Novembro de 1894 foi colocado no Regimento de Infantaria 1, já como cirurgião-mor, transferindo-se posteriormente, no posto de capitão-médico, para o Regimento de Caçadores 4 e, em 1902, para o Batalhão de Caçadores 4. Como major, em 1911, foi nomeado sub-inspector dos Serviços de Saúde da 5.ª Divisão, seguidamente director do Hospital Militar de Coimbra (então provisoriamente em Elvas), em Junho de 1913

inspector interino dos Serviços de Saúde da 7.<sup>a</sup> Divisão, cargo em que se tornou efectivo já com o posto de tenente-coronel, exercendo em em Julho de 1917, cumulativamente, o cargo de chefe da 5.<sup>a</sup> Repartição da 2.<sup>a</sup> Direcção Geral do Ministério da Guerra. Promovido a coronel em 17 de Setembro do mesmo ano, veio a ocupar sucessivamente os cargos seguintes: director do Hospital de Campolide em 15 de Fevereiro do ano seguinte, inspector dos Serviços de Saúde da 1.<sup>a</sup> Divisão em 4 de Novembro de 1921 e inspector geral dos Serviços de Saúde do Exército em 22 de Setembro de 1922. Passou à situação de Reserva em 29 de Agosto de 1925, reformando-se em 4 de Setembro de 1931.

Constam da sua nota de assentos 3 louvores, com as datas de 2 de Dezembro de 1921, 9 de Agosto de 1924 e 29 de Agosto de 1925. O último, publicado na *Ordem do Exército* n.º 17 — 2.<sup>a</sup> série, de 5 de Setembro de 1925, é de redacção sumamente honrosa «... pela superior competência profissional, inextinguível dedicação e extrema lealdade, manifestada não só no exercício de tão altos e importantes cargos, como no de todos os que exerceu na sua longa carreira militar na qual sempre evidenciou os mais elevados dotes de carácter, saber e patriotismo, sendo tais serviços considerados como extraordinários e importantes».

Tinha os Graus de Cavaleiro (Junho de 1902), comendador (?) — Janeiro de 1918 — e grande oficial (5 de Outubro de 1923) da Ordem Militar de Avis, e possuía a medalha de prata de comportamento exemplar (17-2-1903), medalha de ouro de comportamento exemplar (30-11-1917) e medalha militar de ouro da classe de bons serviços (Setembro de 1925).

\*

De seu pai, o Doutor Bernardo António Serra de Mirabeau (1), herdou o ilustre biografado o gosto pela colecção de moedas. É o Dr. Mirabeau que, no prólogo do catálogo manuscrito da colecção, nos revela que seu pai começou a coleccionar em 1869. Em 1874 fazia o Dr. Serra de Mirabeau (2) a classificação do numofiláceo da Biblioteca

(1) Sobre o apelido *Mirabeau* leia-se a nota 3 do excelente artigo *Um coleccionador ilustre: O Doutor Pompeo de Carvalho Mirabeau*, da autoria do Dr. Pedro Batalha Reis, inserto no «Diário do Alentejo» de Beja, de 27 de Fevereiro de 1942.

(2) No *Dicionário Numismático (Subsídios para um)* — Castelo Branco, 1939, págs. 128-129, faço ligeira referência ao eminente professor e seguidamente a seu filho. O Dr. Serra de Mirabeau foi autor de várias obras sobre Medicina e sobre a História da Faculdade de Medicina de Coimbra.



da Universidade de Coimbra (1). Herdeiro da colecção paterna conservou-a e aumentou-a, melhorando-a consideravelmente, como mais de uma vez tive ocasião de observar, substituindo exemplares de deficiente estado de conservação por outros melhor conservados. Espécimes houve que foram substituídos três e quatro vezes! A este ponto levava o Dr. Mirabeau a ânsia de melhorar, como verdadeiro coleccionador e autêntico conservador (na vera acepção do termo) que foi da sua colecção. Posso, até, afirmar que esse era mais um motivo de orgulho da sua colecção, orgulho que não procurava disfarçar (e sabia-se quão modesto sempre era), quando se proporcionava aos visitantes percorrer os olhos extasiados pelos tabuleiros do belo monetário.

Tenho uma vez mais diante de mim o bem organizado catálogo manuscrito da colecção Mirabeau que se precede dum prólogo datado de Setembro de 1936 e que não transcrevo por o já ter sido feito quase integralmente pelo meu distinto confrade Dr. Batalha Reis (2). Por ele se verifica a existência de aproximadamente 1.900 exemplares assim distribuídos:

19 ibéricos (13 de prata e 6 de bronze); República Romana (220 *denários*); Império (1 *áureo* e 3 *soldos*; 50 *denários*; e 121 *grandes, médios e pequenos bronzes*); Pre-leovigildianos (2 *trientes*); visigodos (11 *trientes*); suevo-lusitanos (2 *trientes*); portugueses: 297 moedas de ouro (continentais e coloniais); 800 de prata e bilhão (continentais); 110 exemplares de cobre, bronze e níquel (continentais, incluindo ensaios); Ilhas (7 moedas de prata); Colónias africanas (22 moedas de prata); Colónia do Brasil (60 moedas de prata); Índia (54 moedas de cobre); Ilhas (18 moedas de cobre); Colónia do Brasil (36 moedas de cobre); Índia (41 moedas de cobre e calaim); e Colónias africanas (22 moedas de cobre),

que o Dr. Mirabeau apresenta muito bem descritos, referenciados, os portugueses, a Aragão e, os do Brasil Colonial, ao catálogo de Santos Leitão, valorizando-os seguidamente em dinheiro português, ou pela maior oferta que lhe tivessem constado ter obtido, ou pelo valor atribuído por Aragão, a par do valor em *florins* (com base em licitações nos leilões de J. Schulman).

Está fora dos meus propósitos fazer uma apreciação crítica do que foi um valioso monetário, por já, hoje, se tornar impossível ser ele observado pelos numismatas e coleccionadores, mas não fujo à tentação

(1) Opus. cit., pág. 31.

(2) In-artigo citado.

de destacar alguns exemplares dignos de nota, quer pela sua beleza, quer pela raridade, valor estimativo e invejável estado de conservação. Vejamos:

## OURO

### BÁRBAROS

— Os 2 *trientes* pre-leovigildianos citados, um dos quais com a legenda SVRRVNIII TAVRRVS, que suponho ser do grupo ou tipo CVRRV ou CVRV (1), tão discutido, lendo-se portanto CVRRVNIII TAVRRVS; e os 2 *trientes* suevo-lusitanos, igualmente mencionados.

### PORTUGUESES (continentais e coloniais)

*Morabítimo* de D. Sancho I; *Cruzado* de D. Afonso V com o nome do soberano nas duas faces; *Português* de D. João III, variante de Aragão n.º 2; *S. Vicente* e *Meio S. Vicente* do mesmo monarca, o primeiro variedade de Aragão n.º 7 e o último do tipo de Aragão n.º 8; *500 Reais* de D. Sebastião com  $\dot{P}$  —  $\ddot{O}$ ; *Quatro Cruzados* de D. João IV, de 1642; *Moeda* de 1678, *Meia Moeda* da mesma data e *Quarto de Moeda* de 1679, da D. Pedro, Príncipe; *Dobra de 8 Escudos* de 1725, Lisboa, de D. João V; vários *Dobrões* e *Meios Dobrões*; várias *Peças de jarra*; *Degoladas*, etc., além das moedas de 4.000 réis e 1.000 réis de D. José I, de 1755, para Moçambique e uma série de indo-portugueses.

## BILHÃO

### PORTUGUESES

*Dinheiro* (2) de D. Afonso I, idêntico ao do Aragão n.º 4; várias *Barbudas* de Milmanda, 1 *Grave* e um *Pilarte* da mesma localidade; *Grave* de Tui; *Meia Barbuda* da Corunha; e *Meio Tornês* de busto da dita cidade galega, de D. Fernando, etc..

## PRATA

### PORTUGUESES

O *Tornês* de Çamora raríssimo, de D. Fernando, primeiro objecto do seu estudo inédito; *Real de 9 dinheiros* de D. João I como Regedor e Defensor do Reino, idêntico ao descrito por Aragão (n.º 3); *Meio Real* do

---

(1) Estas moedas têm sido até agora um verdadeiro mistério para os especialistas. Têm-nas estudado os numismatas português Tenente-Coronel Elias Garcia, espanhóis Filipe Mateu y Llopis e Juan Cabré e austríaco Eng.º Wilhelm Reinhart.

(2) Vide o artigo citado do Dr. P. Batalha Reis.

mesmo soberano, também como Regedor e Defensor do Reino, exactamente metade do anterior, e segundo objecto do seu estudo inédito; e um raríssimo *Real de 6 dinheiros*, ainda de D. João I; de D. Afonso V: *Real grosso*, variedade de Aragão n.º 6; *Real Grosso* cunhado no Porto; *Real de 11 dinheiros e 4 grãos* com as armas de Leão e Castela; outro exemplar semelhante com L sobre as armas, extremamente raro; e 2 *Chinfrões* do Porto, ainda daquele rei; 3 *Cinquinhos* de D. Manuel I; *Meio Tostão* híbrido de D. Manuel e D. João III; e 2 exemplares de *Vinténs*, também híbridos e dos mesmos monarcas; 2 *Cinquinhos* de D. João III; *Meio Tostão* de D. Sebastião, tipo Aragão n.º 19, com os carimbos do Açor e 75 coroados; *Vintém* de D. Henrique; *Cruzado* de D. António I, variedade de Aragão n.º 7, com as armas cortando a legenda; *Tostão* de Angra com o carimbo do Açor; outro exemplar sem carimbo; *Meio Tostão* (Aragão n.º 10) e *Vintém* também de D. António; 2 exemplares de *Tostão* de Filipe I com a legenda PHILIPPVS: I; e *Meio Tostão* com a mesma legenda; 2 exemplares de *Vintém* híbrido de D. Sebastião e Filipe II; de D. João IV: uma Conceição em impecável estado de conservação; *Meio Cruzado* de D. Afonso VI, tipo Aragão n.º 4, cunhado em Évora; *Quatro Vinténs* com a contramarca 100; e 1 ensaio de uma moeda de 1.000 Réis ouro de 1666, sobre o averso de *Meio Tostão* da segunda série, do mesmo soberano; de D. Pedro—2.ª série como Príncipe: *Cruzados* de 1681 e 1682; *Meio Cruzado* de 1681; *Tostão* da mesma data, considerado ensaio; e *Dois Vinténs* com PETVS e 679, considerado igualmente ensaio monetário; D. Pedro II com coroa de Príncipe: *Cruzado* de 1683; e *Meio Cruzado* de 1684; *Cruzados* de 1707 e 1708 e *Meio Cruzado* de 1707, de D. João V; e *Seis Vinténs* e *Três Vinténs* de D. Pedro IV.

#### MOÇAMBIQUE

800 e 400 Réis de 1755, de D. José I; e uma bonita série

#### INDO-PORTUGUESA:

#### COBRE E BRONZE

#### PORTUGUESES

2 exemplares de *Real* com R e 1 *Real* com M de D. Manuel I; *Dez Reais* de D. João III com o carimbo de Açor (Aragão n.º 47); *Dez Reais* (Aragão n.º 27) e 2 exemplares de *Cinco Reais* (Aragão n.º 29) de D. Sebastião, ambos com idêntico carimbo; 3 exemplares de *Quatro Reais*, 2 de *Dois Reais* e *Real* de D. António I; de D. Pedro como Príncipe e coroa real: os ensaios de 1683 — *Dez*, *Cinco* e *Três Réis* e *Real e Meio*; de D. Pedro II: os ensaios de 1688 — *Cinco Réis* e *Real e Meio* (este, extremamente raro); 2 exemplares de *Dez Réis* de 1749 (1) de D. José I, curiosos pela anomalia da data; de D. Maria I e de D. Pedro III: *Três Réis* de 1777 com o carimbo 5; de D. Maria I: *Cinco Réis* de 1799 (?) com o carimbo 10; D. João P. R.: *Dez Réis* de 1812, 2 exemplares carimbados com escudete; *Cinco Réis* de 1799

e outro de 1812, ambos híbridos, o primeiro com anverso de D. João e reverso de D. Maria I e o segundo com o anverso de D. Maria I e reverso de D. João; ensaio em bronze de *Vintém* de 1811 (modelo maior); D. João VI: *Vinte Réis* e *Cinco Réis* de 1800 e *Cinco Réis* de 1801 (esta, moeda raríssima); *Dez Réis* de 1820, ensaio monetário extraordinariamente raro com as legendas DECUS ET TUTAMEN e TUETUR ET ORNAT; e os ensaios belgas de *20, 10 e 5 Réis* (Aragão n.ºs 14, 15 e 16) de D. Luís I.

#### AÇORES

*Três Réis* de 1750, de D. José I, à flor do cunho.

#### MADEIRA

*Cinco Réis* de 1750, de D. José I, 2 exemplares.

#### BRASIL

*V Réis* de 1749, de D. João V, para o Maranhão.

#### ÍNDIA

Uma regular série que é acompanhada por outra de calaim, realçando na primeira um espécime com a cruz de Cristo no anverso e, verosimilmente, uma esfera no reverso, que no catálogo se atribui a D. Manuel I e se classifica de *Meio Real*, e da qual me não recordo.

\*

Apesar de a Numismática ter sido, como muito bem diz o Dr. Batalha Reis (1), «nos últimos anos, depois de aposentado, o melhor entretenimento, a mais absorvente ocupação de espírito, do ilustre coleccionador», pouco escreveu. E é lamentável que isso tivesse acontecido, pois o grande numismata, dedicando-se profundamente aos obscuros problemas da numária de D. Fernando e de D. João I, grandes novidades, e quiçá a chave de problemas ainda insolúveis, que se prendem umbilicalmente à história monetária e à metrologia fernandinas e joaninas, nos teria proporcionado. No seu estudo inédito versa exactamente os temas que lhe eram queridos, a propósito do aparecimento de dois exemplares argênteos raríssimos que, por último, vieram enriquecer o seu já precioso medalheiro. Publica-se seguidamente e os leitores, melhor do que eu, aquilatarão o real valor deste seu escrito, que o falecido Autor apresentava em forma de comunicação ao res-

---

(1) In-artigo citado.

trito <sup>(1)</sup> mundo numismático de há 5 lustros. No seu final ecoa ainda um grito de alarme contra o escoamento das boas colecções nacionais para além-fronteiras o qual, como foi bem notório, se fez sentir em toda esta primeira metade do século,

Em letra de forma apenas nos deixou o artigo *Algumas considerações sobre moedas de D. Afonso V, e de um achado monetário que teve lugar em Elvas no ano de 1907* que se inseriu no *Arquivo Transtagano* de Elvas — Ano V — 1938, no fascículo I, de 15 de Maio, o derradeiro desta interessante revista regionalista, de que foi director, editor e proprietário o falecido publicista elvensê António José Torres de Carvalho. Nele se historia o célebre achado da Rua de Alcamim, constante de inúmeras numismas de D. Afonso V e espanholas, de que grande parte enriqueceu certas colecções nacionais (principalmente em Elvas, Portalegre e Vila Viçosa) e outra, segundo se presume <sup>(2)</sup>, escapou pela fronteira próxima, e se burilam judiciosas considerações sobre as moedas do Africano.

\*

Falecido, como disse, em 6 de Agosto de 1940, em Lisboa, a sua colecção foi vendida a Almeida, Limitada, da capital, em 1941 (ano em que esta casa de câmbio, com secção de comércio numismático, se transformou na casa bancária Almeida, Basto & Piombino & C.<sup>a</sup>), após avaliação feita por mim.

Ao Dr. Pompeu de Carvalho Mirabeau havia eu dedicado em 1938 o meu opúsculo *Numismática de alguns soberanos portugueses que cunharam moeda no estrangeiro* <sup>(3)</sup>, o que constituiu a minha primeira homenagem, em vida, ao insigne médico militar e consagrado numismólogo. Sirvam estas palavras descoloridas, que antecedem o seu brilhante artigo, de primeira homenagem à sua memória augusta.

---

<sup>(1)</sup> Como já atrás salientei o Dr. Mirabeau viveu numa época de grande desinteresse por estes problemas. Ele próprio, no prólogo do catálogo, observa que o número de colecionadores diminuiu de 1900 em diante (escrevia em 1936) e que muitas colecções portuguesas desapareceram, vendidas lá fora, mormente por J. Schulman, de Amsterdão, o qual, delas, nos deixou preciosos catálogos.

<sup>(2)</sup> Na época fizeram-se diligências em Badajoz e o achador foi preso em Elvas, de regresso daquela cidade da Extremadura espanhola, onde tinha vendido, ao que se supõe, bastantes exemplares. Das moedas apreendidas em Badajoz e ao achador vieram a formar-se três lotes. Não repugna acreditar que muitas das moedas, entradas ilícitamente em Espanha, não tornaram a voltar. De certeza sabe-se que muitos exemplares não saíram do país e não chegaram a ser apreendidos!...

<sup>(3)</sup> Impresso em Castelo Branco.

## DUAS MOEDAS PORTUGUESAS RARAS

POR POMPEU DE CARVALHO MIRABEAU, † 1940.

1.<sup>a</sup> — Tornês de prata de D. Fernando.

Os torneses e meios torneses de D. Fernando, de prata ainda que baixa, são extremamente raros, por se terem fundido em grande número, pouco tempo depois da sua cunhagem, para serem convertidos em moedas de bolhão, em consequência das necessidades de numerário que determinava a guerra com Castela.

Dos torneses, que pelo desenho se assemelham aos primeiros reais de prata do mesmo rei, é conhecido o exemplar em bolhão, que descreve Aragão sob o n.º 10 no vol. I pág. 180, considerando-o como de bolhão muito baixo na referência da pág. 190, mas que ainda assim é bastante raro, faltando na maior parte das colecções existentes.

Também é notável a parecença deste tornês de bolhão com algumas moedas da dinastia de Aviz, denominadas reais brancos, e o próprio Aragão o considerou como tal, no seu livro «*Histoire du travail*» pág. 42, sendo porém certo que as moedas com o nome de reais brancos são posteriores ao reinado de D. Fernando, e têm outras características diferentes dos torneses.

Conheceu Aragão dois possuidores deste tipo de tornês, entre os quais cita o distinto coleccionador que foi Judice dos Santos, mas segundo o catálogo da colecção deste numismata, que foi vendida em 1906 pela casa Schulman, o exemplar de referência diverge do que estampa o livro de Aragão, em ter o anverso igual aos dos reais de prata de 11 dinheiros, sendo a moeda nesse catálogo considerada como real inédito de bolhão, e obtendo em leilão o preço de 85 florins.

Aparece agora o tornês do mencionado tipo de Aragão n.º 10, em prata, cuja liga se não pode verificar com exactidão, e que deverá ser baixa, mas em todo o caso muito superior à das moedas de bolhão, correspondendo talvez aos exemplares de melhor espécie metálica que foram cunhadas nos primeiros tempos do reinado de D. Fernando.

Nele consigna o rei formoso a posse de Samora, tanto na legenda da moeda, como nas duas letras do campo que ladeiam a inicial F do seu nome, em virtude daquela terra ser das primeiras que se lhe ofereceram — a arvorar a bandeira por ele — em seguida à morte de D. Pedro I de Castela.

Eis as características da moeda:

† FERNANDVS \* REX \* PORTVGALIE \* SAM...E

Quinas dentro de quatro arcos, tendo nos lugares de junção três pontos.

Ṛ DOMINVS \* MICHI \* AIVTOR \* ET: EGODIS \* ESPICIAM \* INIMICOS \* MEOS \*

Escrito em dois círculos: no campo F encimado pela coroa real, tendo à esquerda um C e à direita um A. A moeda é de prata baixa, talvez de 6 dinheiros e está em excelente conservação, faltando-lhe porém um pequeno fragmento do bordo, pelo que estão suprimidas no anverso as letras da palavra Samora. Tem o módulo de 0,027 e pesa 2,95.

## 2. — Meio real de prata de D. João I.

Por muito tempo foi desconhecida esta moeda, que os grandes publicistas da numismática portuguesa nunca chegaram a ver, nem sequer a presumir que existisse. A legislação monetária de D. João I é omissa e confusa em muitos pontos, e deixa dúvidas sobre a terminologia e taxonomia dos diferentes exemplares de moedas que se cunharam neste reinado.

As mesmas razões que, no tempo de D. Fernando, levaram a *quebrar moeda* para acudir às necessidades da guerra, subsistiram e agravaram-se, quando o fundador da dinastia de Aviz subiu ao trono.

Assim as moedas de prata cunhadas por D. João I pouco tempo duraram, não tardando em enfraquecer-se, isto é, em ser substituídas por outras, de menor valor intrínseco (de bolhão), e estas em tornar-se sucessivamente depreciadas no peso e na qualidade da espécie metálica, correndo porém todas com a valia das primitivas, e como tais aceites pelo povo, que deu um exemplo de devoção cívica sem igual na história.

São por consequência raras as moedas de prata deste reinado, mas conhecem-se ainda que mal definidas as disposições que determinaram a cunhagem dos reais de prata de 9 dinheiros, em que D. João se intitula regedor e defensor do reino, e presumem-se as que levaram ao fabrico dos reais de 10 dinheiros em que o monarca aparece com o título de rei. Dos tipos de reais existem exemplares em várias colecções.

Desconhecia-se porém a existência do meio real de prata do tipo de regedor e defensor do reino, que apareceu pela primeira vez descrito no «Arqueologo Portuguez», vol. VIII, pág. 149, como pertença do coleccionador Cyro Augusto de Carvalho, e tem passado até hoje como moeda única.

O numofiláceo deste amador foi vendido em Amsterdam em 1905

pela casa Schulman, e no respectivo catálogo vem mencionado com o N.º 42 o referido meio real, que foi adquirido pelo distinto coleccionador Sr. Robert Shore.

Descobre-se agora outro exemplar, inteiramente semelhante, que vem corroborar a existência de uma moeda portuguesa, que teve curso no fim do século XIV, sem referência nas crónicas ou nos documentos legislativos da época, e que pelas características é sem dúvida o meio real de prata de D. João I como regedor e defensor do reino. Eis a moeda:

$$+ \text{Ihns} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{D} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{G} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{R} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{D} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{R} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{PO} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{ALGAR} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{B} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix}$$

As quinas postas em cruz num círculo de quatro arcos com flores nos pontos de junção.

$$\text{R} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{ADIVTORVM} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{NRV} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{QI} \begin{matrix} \times \\ \times \end{matrix} \text{FEC}$$

No campo I h A S e por cima entre duas hâsteas a cruz de Aviz; em baixo L entre duas rosáceas.

A moeda é de prata com boa liga, e está bem conservada achando-se apenas apagadas as letras ALGA na legenda do anverso. Tem o mod. 0,018 e pesa 1,3.

\*

As duas moedas citadas vieram parar à mão de um amador português que lhes aprecia o valor que têm, e que representam na numismografia nacional. Seria para desejar que os exemplares de igual merecimento não saíssem do País em busca de remuneração condigna que têm nos vários museus da Europa, e entre os amadores com fortuna que nos países estrangeiros se dedicam ao culto da numaria.

Para isso deveriam os nossos museus ter uma dotação conveniente para os seus conservadores fazerem as aquisições monetárias nos poucos estabelecimentos do País, que tratam da compra e venda de moeda antiga portuguesa, e onde entram e saem do balcão muitas preciosidades cujo destino se ignora.

---

*Nota* — Por um equívoco de tipografia, a segunda parte deste artigo (Duas moedas portuguesas raras) foi há meses isoladamente publicada numa Revista portuguesa e assinada com as iniciais L. P. G.

A «Nummus» acedeu ao pedido de rectificação feito pelo ilustre colaborador, Dr. Luís Pinto Garcia, não só pela consideração em que é tido este Ex.<sup>mo</sup> Sr. como também, e principalmente, por ter reconhecido de grande interesse a maior divulgação, no meio próprio, do assunto versado pelo falecido Dr. Mirabeau.



# UMA MEDALHA DEDICADA AO DR. FRANCISCO DE ANDRADE LEITÃO

PELO DR. ARY DOS SANTOS

A páginas 5 do volume II da «Descrição Geral e Historica das Moedas cunhadas em nome de Reis, Regentes e Governadores de Portugal» — Lisboa 1877, diz A. C. Teixeira de Aragão que, por não conhecer descrição alguma referente à medalha oferecida pela Holanda ao Dr. Andrade Leitão, a estampou no seu valiosíssimo trabalho, fazendo-a acompanhar de uma pequena nota, que a meu ver merece alguns reparos.

A medalha que lhe serviu para essa descrição é de prata, da mais alta raridade e pertenceu à colecção de sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luís.

Trinta-e-cinco anos mais tarde, Schulman, dá-nos a conhecer na célebre «Collection Le Maistre — Pax In Nummis», um outro exemplar igual, mas de diferente metal — estanho, idêntico ao existente na nossa colecção e que aqui se reproduz fotograficamente.

No anverso destaca-se o busto do Dr. Francisco de Andrade Leitão, voltado à direita, envergando armadura, tendo pendente ao peito o hábito de Cristo.

Leitão, que se evidenciara como diplomata de extrema finura, granjeou a simpatia de D. João IV que, reconhecendo-lhe talento e méritos o nomeou desembargador do Paço.

Formado em leis pela Universidade de Coimbra, marcou pelos seus dotes de inteligência, profundos conhecimentos e muita sensatez, uma situação tal que o elevou à categoria de um dos nossos maiores valores sociais. Em 1638, foi chamado a Madrid, por desejo manifestado por

Filipe IV para, conjuntamente com outros elementos mais representativos da Sociedade portuguesa, emitir parecer sobre uma projectada reforma administrativa, mero pretexto, que serviu para ocultar o desejo do rei de Espanha, de afastar do nosso País as pessoas de maior evidência para assim aniquilar a revolta que começava a esboçar-se contra a dominação dos Filipes.

Coube ao Dr. Andrade Leitão, como sabemos, a honrosa missão de proferir no dia 15 de Dezembro de 1640 a oração de juramento de D. João IV, discurso que foi uma notável peça oratória em que o ilustre jurisconsulto imprimiu grande elevação patriótica e grande significado político.

Em 1641, fez parte da embaixada enviada à corte inglesa, conseguindo a assinatura do tratado de paz e comércio de 29 de Janeiro de 1642.

Por ordem de D. João IV foi transferido, em Março de 1642, de Londres para Haia, com instruções de protestar contra o procedimento dos holandeses em Angola e no Brasil e de convencer os Estados Gerais a restituírem a Portugal, Luanda e S. Tomé.

Num notabilíssimo discurso proferido em assembleia pública e que foi publicado na Holanda e mais tarde em Lisboa, Andrade Leitão defendeu com desusado brilhantismo os direitos de Portugal e as vantagens de uma política de paz entre os dois países.

Continuando da descrição da medalha que estamos a estudar, occupar-nos-emos da legenda e da assinatura do gravador que Teixeira de Aragão apenas se limitou a citar.

A curiosa legenda que circunda o busto de Leitão, gravada junto à orla é do seguinte teor:

FRANC. DE ANDRADA (sic.) LEIT. R. PORTVG. CONS. AD TR. PAC. LEG. PLEN. EXTR.

Andrade Leitão, enviado de Portugal a Haia, foi encarregado de partir para Münster com a missão especial de conseguir que Portugal fosse admitido no congresso que ia tratar da paz de Westphalia, cuja finalidade era como se sabe, pôr termo à Guerra dos Trinta Anos, tratado este, assinado naquela cidade a 24 de Outubro de 1648.

Faz, Maximiano de Lemos, na sua «Encyclopédia Portugueza» a seguinte referência ao célebre quadro de Terburg que representa a reunião dos plenipotenciários:

«O momento escolhido pelo artista é aquelle em que toda a assembléa se levanta e os plenipotenciarios juram a paz. Apesar de serem retratos pintados do natural é impossivel perceber-se que elles se collocaram em posição deante do artista, tal é a solemnidade perfeita com que representam o acto. O toque é avelludado; os meios planos accusam precisão, e as pareenças são accentuadas.»

Neste quadro distingue-se bem a figura do Dr. Francisco Andrade Leitão.

Assinada a paz, Leitão regressou ao reino tendo falecido a 17 de Março de 1655.

Esta medalha foi gravada pelo medalhista alemão, GEORGE WILHELM VESTNER, nascido em Schinfurth a 1 de Setembro de 1677 e falecido em Nuremberg a 24 de Novembro de 1740. Tem a assinatura mais frequente usada por esse gravador: v. c. PR. S. C. M., assinatura esta que se observa na maioria das medalhas dedicadas aos embaixadores que tomaram parte no tratado de Westphalia.

Que me conste foram gravadas 26 medalhas referentes aos principais embaixadores, cabendo só a G. W. Vestner, nada menos de 20 desses exemplares, dos quais 16 têm a assinatura igual à da medalha que estamos a ocupar.

Com a assinatura: VESTNER, encontrei uma;

Com a assinatura:  $\frac{C. PR}{C.}$ , duas e finalmente,

Com: c. PR. SC. M., outra.

Vestner, mudava com frequência a sua assinatura e, assim, encontramos noutros exemplares as variantes:

V.;

V. F.;

G. W. V.;

VESTNER F.;

VESTNER SEN. F.;

C. P. C. VESTNER e por último

C. PR. S. C. M. VESTNER F.

Vestner, foi iniciado na gravura de cunhos por um parente de sua mãe, medalhista de renome universal, SUHL.

Diz Forrer: «Encontramo-lo em 1701 empregado pelo Bispo de Chur; em 1704 mudou-se para Berlim e dali para Weimar, assentou-se definitivamente em Nuremberg no ano de 1705.

Em 1720, foi nomeado gravador da Sede Episcopal de Würzburg, tendo-lhe sido concedida em 1728 licença (Privilegium) para cunhar medalhas na sua própria casa. Finalmente, em 1732, era feito Medalhista da Corte do Eleitor da Baviera».

Gravou centenas de medalhas, tendo sido ajudado por seu filho, ANDREAS VESTNER, a partir de 1726. Assim, as medalhas gravadas entre esta data e a de 1740 foram feitas, na sua maioria de mútua colaboração.

AMMOM, era de opinião que as medalhas feitas entre 1726 e 1740, assinadas simplesmente com a inicial V. deveriam ser atribuídas a Andreas Vestner, apesar de algumas das medalhas deste medalhista gravadas antes da morte de seu pai, terem as assinaturas: A. V. OU VESTNER I. V. N.

(Veja-se «Biographical Dictionary of Medallists» — L. FORRER, vol. VI, págs. 250-257).

Trataremos agora do reverso da medalha.

Legenda: MELIOR EST TVTA PAX QVAM SPERATA VICTORIA

No campo: escudo partido. No primeiro, que é verde, nota-se uma banda vermelha, perfilada a ouro, saindo das bocas de duas serpes (Armas dos Andrades); no segundo, que é de prata, observam-se três faixas vermelhadas (Armas dos Leitões). Em cima, elmo entre ornamentações, tendo por timbre duas serpes enlaçadas.

Inocência Francisco da Silva, cita, no seu «Diccionario Bibliographico—Tomo 2.º, pág. 334, as obras da autoria de Francisco de Andrade Leitão):

«Oração recitada a 15 de Dezembro de 1640 no auto de juramento de elrei D. João IV. — Lisboa, por Antonio Alvares 1641. fol.»

«Discurso político sobre o se haver de largar á coroa de Portugal Angola, S. Tomé, e Maranhão, exclamado aos Altos Estados da Hollanda. — Lisboa, pelo mesmo 1642, 4º. Consta de seis quartos de papel sem numeração.»

«Copia das proposições, e segunda allegação aos altos Senhores, Ordens gerais e potentes Estados das Provincias unidas, ácerca da restituição da cidade de S. Paulo de Loanda em Angola. Lisboa, por Lourenço de Anvers — 1642. 4º.»

«Alem d'estes tres pequenos opusculos, que são raros e estimados e de outros em latim, cujos titulos podem ver-se na Bibl. Lus., deixou manuscritos tres tomos de folio, com o titulo de «Observações de Francisco de Andrade Leitão», e dous outros intitulos: «Embaixada de Francisco de Andrade Leitão.»

«Consta-me que estes cinco volumes existiram em tempos na antiga livraria do Conde de Redondo, á qual foram comprados com muitos outros livros ahi existentes para a bibliotheca real, no reinado de D. José I ou pouco depois. Pagou-se pelos ditos tomos a quantia de 52:800 reis, em que estavam avaliados. É portanto de supor que existam hoje entre os manuscritos da livraria real d'Ajuda, o que todavia não posso certificar.»

Pelo que acabamos de expor se conclui que esta medalha, da mais alta raridade, é uma homenagem póstuma ao notável e erudito juriscônsulto, Francisco de Andrade Leitão, razão por que não podia ter sido oferecida pela Holanda ao homenageado, como diz Teixeira de Aragão.



# MOEDAS DE D. MIGUEL I

Um ensaio inédito de peça, de 1829

PELO ENGENHEIRO RAUL DA COSTA COUVREUR

No reinado de D. Miguel existem na moeda de ouro os dois tipos, conhecidos pelos reversos diferentes, denominados de *palmas para dentro* de 1828, e de *palmas para fora* a partir de 1830, não se conhecendo moedas de 1829.

Segundo informam T. de Aragão e A. Lamas os cunhos das primeiras foram abertos por Simão Francisco dos Santos, discípulo de José Gaspard, sucessor de Mengin, e os das segundas começados pelo mesmo gravador, mas, pelo falecimento deste, foram acabados por seu irmão Domingos José da Silva, por sua vez discípulo do insigne gravador Bartolozzi.

Quanto a moedas de 1829, sabe-se que o Provedor da Casa de Moeda teria submetido à apreciação real em 14 de Janeiro de 1830 um ensaio de peça aberto por António José do Valle, cujo modelo não conhecemos; que não teria agradado, e na obra de T. de Aragão encontra-se sob o n.º 3 a gravura do anverso apenas, de um ensaio, de moeda do mesmo ano, de autoria do já citado gravador Domingos José da Silva.

Na colecção do Museu Numismático Português, de Lisboa, encontram-se dois exemplares em estanho igualmente do anverso deste ensaio, não havendo do reverso.

Na colecção de cunhos, encontra-se o do anverso de outros exemplares da mesma data assinado Dubois, e não conhecemos de catálogos,

quaisquer outros exemplares por onde se possa seguir a evolução dos cunhos, a não ser pelo que a seguir se reproduz batido em cobre, reprodução completa do trabalho de Dubois.



*Anverso* — Busto de D. Miguel com coroa de louros, circundado pela legenda MICHAEL, I. PORTUGALIE, ET. ALGARB. REX. no exergo 1829. Sob o busto, DUBOIS, F.

*Reverso* — Armas do reino entre palmas, voltadas *para dentro*, menos no entanto que nas moedas de 1828 e acompanhando melhor o escudo.

Segundo os autores citados o gravador Jean Joseph Dubois teria vindo para Portugal em 1823 ou pelo menos em tal data requereu licença para cunhar na Casa de Moeda, a *medalha nacional*, comemorativa da Revolução de 1820.

Gravou também medalhas alusivas à Guerra Peninsular e a dedicada pela Academia das Ciências a D. Miguel que, por pormenores, suscitou interpretações que conjuntamente com o facto de ter lavrado a *medalha nacional* o fizeram considerar como *pedreiro-livre* e a ter de abandonar o país.

Os factos indicados mostram que se teriam feito esforços para alterar em 1829 o aspecto de moeda. Os ensaios conhecidos, em cujos aversos a effigie do monarca é, se não igual, pelo menos de grande semelhança com a que apresentam as moedas de 1823, fundamente alterada nas de 1830, parecem indicar justeza no retrato, e o motivo da rejeição dos ensaios não devia estar também em imperfeição, pois que a execução afigura-se perfeita.

Quanto ao reverso, o facto de não conhecermos nem o do ensaio de António José do Valle nem o do de Domingos José da Silva, não nos permite qualquer hipótese, mas é curioso que no ensaio de Dubois a forma das palmas é como que de transição de *palmas para dentro* para *palmas para fora*, afigurando-se-nos mais equilibrada que qualquer destas.

# VASCO VALENTE

## DESENHADOR DE MEDALHAS

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Já lá vão 3 anos e parece-me que foi ontem!

O meu saudoso Director, vindo dos salões de pintura contemporânea, interpelara-me com a sua vincada bonomia, tão característica e tão fidalga, que sempre nos cativava.

— Bom dia Sr. Barros, veja lá, aprecie a obra dum novo desenhador de medalhas.

E com o seu bondoso sorriso, expôs à minha curiosidade, a medalha galardão de tempo de serviço prestado pelo pessoal da Fábrica da *Vista Alegre*.

Naquela sala de numismática do Museu Nacional de Soares dos Reis, entre milhares de medalhas concebidas pelos maiores artistas do Mundo, as palavras daquele meu inesquecível Amigo, despertaram a minha curiosidade.

Conhecia de há muito a sua grande bagagem artística, a sua paixão enorme pelas coisas de arte, o seu imenso prazer em desenhar, pintar e esculpir, mas nunca me constara que a gravura de medalhas jamais o interessasse. E entretanto, ali estava um magnífico testemunho da sua prodigiosa compreensão da Arte e da sua prodigiosa habilidade, dom misterioso e interno que, aniquilando-lhe pouco a pouco os bens materiais, o elevava e o distanciava da vulgaridade mesquinha e opaca.

Portuense Ilustre, Vasco Valente, o entusiasta privilegiado que dedicava os últimos anos da sua vida de labor intelectual, ao vasto plano da organização do Museu Nacional de Soares dos Reis, o guia estudioso,



autor da forma diferente como se conseguira fazer sobressair o valor de tantos objectos de arte, o Gentleman portuense, quase último abenceragem da sã fidalguia do Norte, numa honrosa homenagem aos bons serviços do pessoal da *Vista Alegre*, encarregara-se de lhes desenhar uma medalha.



Vasco Valente era também o Director Artístico desta fábrica, cargo que exercia com notável proficiência e onde com carinho inextinguível organizou um museu de cerâmica que, ufanamente, mostrava aos visitantes daquele estabelecimento industrial, quando porventura ali se encontrava.

Trabalhador infatigável, figura imprescindível em todas as manifestações artísticas da cidade do Porto, deve-se-lhe o mais valioso estudo, sobre cerâmica, publicado até hoje em língua portuguesa, que mereceu o valioso 1.º prémio «Dr. José de Figueiredo» de 1949.

É essa notável medalha, cuja gravura ornamenta estas notas, que nas páginas da NVMMVS fica registada, para servir a história da Medalhística Portuguesa, como testemunho perene, da poliformia artística do ilustre espírito portuense que a concebeu e desenhou.

# V Á R I A

## A EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA DO PEJÃO

Entre as poucas manifestações Numismáticas portuguesas contemporâneas, uma há que pelas características e regularidade de que se reveste bem merece ser divulgada, já pela propaganda que a esta ciência vem fazendo, já por partir de uma empresa particular que para a sua realização não conta com mais do que o ilustrado espírito dos seus Administradores e o gosto numismático dos expositores, colaboradores dos primeiros.

A Exposição Numismática do Pejão, que a Empresa Carbonífera do Douro, L.<sup>da</sup>, vem realizando todos os anos por alturas da sua festa anual e por intermédio do seu Centro Artístico, já não é só um número das suas festas, mas sim um acontecimento que transcende o âmbito local e interessa já a estranhos.

À tão simpática manifestação de Arte, nem sequer falta o belo panorama que envolve o local onde é realizada. Pedorido, Castelo de Paiva, na margem esquerda do rio Douro, completa o interesse que nos leva à deslocação até lá, oferecendo-nos uma paisagem cheia de beleza.

Exposição bem cuidada, tanto no aspecto geral como no pormenor, apresenta bem documentada sinopse para guia do visitante.

Alguns expositores dispõem o seu monetário em pequenos tabuleiros bem talhados e de fácil manuseamento a par do seu catálogo onde se encontra a descrição de cada moeda.

Entre belos exemplares destacam-se por vezes numismas de uma certa raridade, tendo havido até um expositor que apresentou no seu numofilácio da Índia, moedas valiosas em óptima conservação.

A Exposição tem comportado quatro secções: Portugal, Colónias

Portuguesas, Exemplos Raros e Amor à Numismática, e atribui prêmios a cada uma delas, constituídos por moedas de ouro, proporcionando assim o aumento das coleções dos expositores.

As três exposições já realizadas constituíram outros tantos triunfos, sendo de desejar que aqueles se repitam e se ampliem por forma a constituírem um seguro meio de divulgação numismática donde forçosamente há-de resultar algo de útil e vantajoso para o progresso desta ciência histórica.

As maiores felicitações, pois, ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jean Tyssen, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Carbonífera do Douro, L.<sup>da</sup>, pelo carinho que vem dispensando a estas Exposições.

CARLOS M. P. BRAGA.

## PERMUTAS NUMISMÁTICAS INTER-ASSOCIADOS DA S. P. N.

(INQUÉRITO)

Por um dos associados da Sociedade Portuguesa de Numismática, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Basílio Gomes da Silva, e com a louvável intenção de ser útil aos colecionadores de moedas e medalhas que, por viverem em meios pequenos e por vezes isolados, têm mais limitadas possibilidades de intercâmbio com os colegas, foi lançada a ideia de se criar uma «folha volante» a intercalar em cada número da Revista NVMMVS, na qual os Associados possam anunciar as cedências ou permutas dos seus numismas repetidos, indicar os espécimes que desejam receber em troca, fazer conhecer as suas preferências, as especializações a que se dedicam, etc., etc..

A «folha volante» seria absolutamente grátis para os associados da S. P. N. . . .

A ideia inicial foi assim, . . . louvável e desinteressada. Chegou mais ou menos nestes termos ao conhecimento da Direcção da Sociedade. Porém, como quem governa é obrigado a fazer contas . . . logo apareceram os «mas», as dificuldades.

Como poderia imprimir-se (ainda que em ciclostilo) e distribuir-se gratuitamente uma folha que contivesse as indicações do primeiro colecionador disposto a anunciar 200 moedas diferentes, por exemplo?

Quanto tempo duraria a boa vontade do Associado que se encarregasse graciosamente da organização da folha volante?

Quanto custaria este trabalho se tivesse de ser pago?

Tem a Associação possibilidades de arcar com despesas extraordinárias nesta altura da vida associativa, a dois dias da sua fundação e quando, por assim dizer, está tudo por criar?

Pesados e repesados estes e outros problemas, teve de ser posta de parte a ideia da criação *gratuita* da «folha volante» — pelos menos por agora — e estudada outra modalidade, a do pagamento estritamente indispensável dos anúncios, por forma a cobrir apenas a despesa efectuada, sem lucro algum para a S. P. N..

Foi este o primeiro princípio assente. O segundo foi que a folha não faria parte do corpo da NVMMVS; seria uma folha solta. Para os demais e para as outras questões que se tratam ao pôr a ideia na prática, ainda se não assentou definitivamente, porque se pretende fazer um *inquérito inter-sócios* para se conhecerem melhor tendências, gostos, desejos e possibilidades.

Que título deve ter a folha volante? Foram já lembrados: A MEALHA, A PERMUTA, A TROCA, A MANCOLISTA.

Será uma folha solta saída apenas com cada número da NVMMVS ou publicada e distribuída à medida que se complete a impressão?

Pagamentos por anúncio, por moeda anunciada, por linha, por valor dos numismas?

Deverá haver limite para os anúncios?

Que disposição dar às folhas volantes (cabeçalho), etc., etc.?

Aguardamos com muito interesse os alvites que os nossos estimados Consócios se dignarem fazer chegar às mãos da Direcção da S. P. N., e o mais rapidamente possível, para que no 2.º número da NVMMVS possamos indicar já as bases estabelecidas.

## 1.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE NUMISMÁTICA

Sob os auspícios de uma Comissão, que será composta por alguns dos mais consagrados numismatas de Portugal, a S. P. N. propõe-se realizar em 1953 uma exposição de numismática, em local a designar oportunamente.

Para estudo do respectivo plano e das possibilidades desta nossa

iniciativa, ficamos muito gratos a todos os leitores desta revista que nos enviem a sua adesão.

A exposição constará de exemplares ou núcleos de moedas e medalhas portuguesas ou referentes a Portugal, apresentados como documentação de determinada época, ou tema numismático, à escolha do expositor.

A apresentação de textos não é obrigatória, mas todos os expositores, que o desejem, podem expor objectos, plantas, fotografias, etc., que documentem os assuntos a tratar e apresentar teses ou formular opiniões, que, se a Comissão o entender, serão publicadas em catálogo especial a distribuir durante a exposição.

A 1.<sup>a</sup> Exposição Nacional de Numismática destina-se a vulgarizar a alta importância desta ciência, a promover a expansão do gosto pela colecção de moedas e medalhas, a divulgar as opiniões e estudos dos numismatas portugueses e o valor artístico e científico das colecções já existentes.

Dezembro de 1952.

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE NUMISMÁTICA

PARIS 6-11 DE JULHO, DE 1953.

Organizado pelas *Commission Internationale de Numismatique* e *Société Française de Numismatique* conforme a decisão tomada na reunião de 2 de Setembro de 1950 durante o IX.<sup>o</sup> Congrès International des Sciences Historiques, vai realizar-se no próximo ano e no mês de Julho, em Paris, mais um Congresso Internacional de Numismática.

A Comissão Organizadora pensa que o custo da inscrição será de 2\$00 fs. fs..

*Organização das Sessões Científicas.* Como nos outros Congressos, presume-se que a Numismática deve ser considerada no seu sentido mais amplo. Convidam-se portanto aqueles investigadores que, dum maneira geral, se preocupam com questões de história política, económica, artística, religiosa, e de geografia histórica, a participar dos trabalhos do Congresso.

Estão previstas as secções: Numismática grega, Romana, Bizantina, Bárbara, Medieval, Moderna, Oriental. Papel moeda, Medalhas e contos, Técnicas monetárias, Moeda falsa.

Todos os interessados poderão obter maior cópia de pormenores na Sociedade Portuguesa de Numismática, onde também serão recebidas as inscrições.

## COMITÉ INTERNATIONAL DES SCIENCES HISTORIQUES

### COMISSÃO INTERNACIONAL DE NUMISMÁTICA

Na reunião de Paris, realizada no Cabinet des Médailles de *La Bibliothèque Nationale*, aos 2 de Setembro de 1950, ficou resolvido que a Comissão Numismática do Comité Internacional das Ciências Históricas ficava encarregada de facilitar a cooperação dos estudiosos e investigadores de todos os países no âmbito dos estudos numismáticos.

Para atingir os seus fins a Comissão reunirá pelo menos uma vez anualmente, por ocasião de cada Congresso Internacional das Ciências Históricas e do Congresso Internacional de Numismática.

No mês de Maio de 1951, reunindo-se a comissão sob a presidência do Dr. Jean Babelon, foi demonstrada a necessidade de aproximar a História Económica da Numismática e ficou resolvido que devem incluir-se nos estudos numismáticos o de qualquer espécie monetária, considerando-se, no entanto, que a História Económica pura não entrará nos planos de trabalhos da Comissão.

Adrien Blanchet pediu para que a C. I. N. reafirme uma vez mais dever ser a Numismática considerada como a principal ciência auxiliar da História. Nesta conjectura deve preparar-se o *Onomasticon* numismático, ou *Dicionário do nome de moedas*, mencionando os diferentes significados e formas dos nomes, a cronologia e topologia dos termos. Para o estudo desta proposta foi nomeada a comissão constituída por: Adrien Blanchet, F. Mateu y Llopis e Eun van Gelder.

Walter Hävernick propôs a maneira de estabelecer o inventário dos achados monetários dos tempos Medievais e Modernos.

Como para a realização imediata de tal inventário seria necessária a admissão de pessoal suplementar, resolveu-se solicitar da UNESCO a consideração das novas directivas propostas.

Numa outra comunicação, por P. Grierson e E. van Gelder foi lembrada a conveniência de se elaborar uma Bibliografia dos catálogos de venda de moedas, sugerindo-se que fosse apensa à bibliografia dos catálogos das colecções públicas de moedas e medalhas.

Por sugestão de Philips Grierson ficou resolvido circular a todos os monetários recomendando o envio dos moldes de moedas, para fins científicos, exclusivamente executados em gesso branco, salvo recomendação especial dos petiçãoários.

## OBITUÁRIO

Finou-se no dia 14 de Dezembro de 1952 o nosso querido associado Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Jorge Pereira da Gama. Muito novo ainda e posto que sofresse de doença para a cura da qual se tinha deslocado recentemente à América, não era de prever o seu tão prematuro e rápido desaparecimento.

Era um cavalheiro de uma simpatia e fino trato inexcedíveis e um interessado e grande coleccionador de moedas.

A S. P. N. apresenta as suas condolências à Excelentíssima Família Pereira da Gama associando-se comovidamente ao seu luto.

## REFERÊNCIAS À S. P. N.

A S. P. N. regista com profundo desvanecimento o amigo e simpático gesto da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do seu ilustre Presidente, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, que expressaram directamente e por voto redigido e lançado em acta, o seu regozijo pela fundação da Sociedade Portuguesa de Numismática.

Também torna público o seu agradecimento às revistas da especialidade «Nvmisma» da Sociedade Iberoamericana de Estudios Numismaticos, de Madrid e «Italia Numismática», de Oscar Rinaldi & Figlio, Mantova, pelas referências feitas ao seu aparecimento no mundo numismático e pela expressão dos seus bons desejos.

## CATÁLOGO DE MOEDAS INSULARES E COLONIAIS

Não fecharemos este número sem anunciar que estamos esperançados em incluir, no próximo, um trabalho de catalogação das nossas moedas insulares e coloniais que, não sendo mais do que um modesto contributo para uma obra futura, nos trará desde já maiores facilidades nas referências àqueles numismas.

# NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA



VOL. I

N.º 2

PORTO  
ABRIL-1953



# N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA  
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME I, N.º 2

Publicação quadrimestral por tomos de 64 páginas apr.

Condições de assinatura para 1953:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Direcção executiva:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS  
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA  
FERNANDO RUSSELL CORTEZ  
ANTÓNIO DA SILVA GUIMARÃES  
ED. M. VAN DER NIEPOORT  
MÁRIO RAMIRES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Sede provisória

Rua de S. Francisco, 23-2.º — PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

IMPRENSA MODERNA, L.<sup>DA</sup>

Rua da Restauração, 317-2.º — PORTO

## S U M Á R I O

Diocles, el «As» de los Circos Romanos, <i>por Dr. A. Garcia y Bellido</i> . . . . .	81- 91
Ensayo sobre la Evolucion Comercial y Monetaria en Byzancio <i>por Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i> . . . . .	92- 96
Contos para contar ou moedas para correr? <i>por Engenheiro Paulo Ferreira de Lemos</i> . . . . .	97-106
A propósito dum Conjunto de Moedas de Malaca, <i>tradução por Dr. Luís Pinto Garcia</i> . . . . .	107-120
A Meia Tanga de D. Filipe III, <i>por Dr. Joaquim Fronteira</i> . . . . .	121-127
Uma Medalha de Ouro de Napoleão III, <i>por Engenheiro Salvador de Sá Nogueira</i> . . . . .	128-130
Vária . . . . .	131-142
Vida Social . . . . .	143
Noticiário. . . . .	144-146

**As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.**

A colaboração deste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão insertos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

# DIOCLES, EL «AS» DE LOS CIRCOS ROMANOS

POR A. GARCIA Y BELLIDO,  
Catedrático de Arqueología da Universidade de Madrid.

El monumento mas insigne de la epigrafía latina relativa a los juegos circenses es, sin duda alguna, el que enumera las victorias y premios obtenidos, durante veinticuatro años de actividad profesional en las pistas de los circos romanos, por el «recordman» de los aurigas de todos los tiempos, por el «as» de las carreras de carros circenses, por el famosísimo «agitator» Caius Apuleius Diocles, héroe de las muchedumbres mas apasionadas, ídolo de un pueblo que cifraba su felicidad en estas dos solas palabras: *panem et circenses*.

De Diocles han llegado a nosotros dos informes epigráficos, uno oriundo de Roma (es el aludido en las líneas anteriores), otro procedente de Palestrina (antigua *Praeneste*). Por ambos sabemos que era español de nacimiento (*natione hispano*, dice el documento de *Praeneste*) y, mas concretamente, de la Provincia Lusitania (*natione hispanus lusitanus*, repite y añade la lápida de Roma). El lugar preciso de su nacimiento no consta en ninguno de estos dos testimonios epigráficos. Pero del principal de ellos, del romano, se deduce que nació hacia el año 104, es decir, en tiempo del Optimus Princeps, de su compatriota el Emperador Traianus. Por el mismo epígrafe se sabe, tambien, que hacia el año 146, contando 42 años de edad y 24 de actividad deportiva, abandonó su oficio, se «retiró», — como decimos hoy —, lleno de fama y de dinero. Había vencido 1.462 veces y había ganado tantos y tan cuantiosos

premios que, en junto, sumaron nada menos que 35:863.120 de sestercios, vale decir unos 135:000.000 de nuestra peseta de hoy día (1953) (1).

La lápida procedente de Roma, en la que se conmemoraban las hazañas de nuestro auriga circense, debió de levantarse en el Circo de Calígula, sito en el área cercana a la actual Basílica del Vaticano. Al menos allí parece que fué encontrada. Es de subrayar que en este lugar han aparecido varios monumentos mas de la misma especie (2).

El Circo llamado de Calígula y conocido igualmente como de Nero por haber sido este Emperador quien lo amplió y mejoró (*Circus Caii et Neronis*), tuvo en su *spina* el enorme obelisco que hoy se alza, cerca de su antiguo emplazamiento, en el centro de la Plaza de Bernini, frente al Vaticano. Fué llevado por Calígula de Heliópolis (Egipto) y trasladado por Sixto V, en 1586, a su lugar actual como trofeo de la victoria del Cristianismo sobre el mundo pagano. En estos lugares cayeron, efectivamente, los primeros mártires tras del incendio neroniano del año 64 y, entre ellos, San Pedro. Este obelisco, el segundo en altura del mundo (el primero es el que hoy se alza en la Plaza del Laterano), y ese circo *Caii et Neronis*, fueron testigos sin duda de muchas de las resonantes victorias de Diocles. Nada de extraño tiene que aquí se le erigiese el monumento que sus admiradores y colegas de oficio debieron costear en homenaje al mas grande de los *agitatores* hasta entonces conocidos, en honor de Diocles, que acababa de abandonar su espléndida carrera (y nunca mejor empleada la palabra) retirándose a la vida privada en plena gloria. Tampoco ha de sorprender que este monumento honorífico contuviese una enumeración detalladísima de todas y cada una de las carreras que Diocles ganó y de todos y cada uno de los premios que tales victorias le reportaron. Era preciso levantar acta en piedra de aquellos sorprendentes y estupendos triunfos, jamas igualados; y era

---

(1) La carrera deportiva de Diocles como *agitor* circense comenzó en el año 122, siendo Emperador el español Hadrianus. Debía de tener entonces Diocles como 18 años, según deducciones que luego se aclararán. En el 124 obtuvo su primera victoria luchando por la facción blanca (línea 4 del epígrafe de Roma). Como en la lápida se dice que corrió durante 24 años (lin. 6), el monumento debió erigírsele en el 146 o poco después, en tiempos del Emperador Antoninus Pius, como el mismo texto dice (lin. 24). Así, pues, Diocles debió nacer en el 104; comenzar su brillante carrera a los 18 de edad, en el 122; y retirarse a los 24 años de practicarla, es decir, contando 42 años de vida. La edad de 18 años en este oficio debía ser la normal. Sabido es que para el deporte, en general, la edad óptima comienza hacia los 18 años. Crescius, otro *agitor* circense, había comenzado a correr, excepcionalmente, a los 13.

(2) Véase BORSARI, *Bull. arch. com.* XXX, 1902, 183.

necesario que tal acta se alzase a la vista de todos, en el Circo donde Diocles debió correr infinidad de veces arrebatando de entusiasmo a los expectadores, arrancándoles aullidos de júbilo que irían a perderse por entre las calles desiertas y lejanas de la ciudad.

La buena suerte, que tanto favoreció a Diocles en vida, ha hecho que llegue a nosotros otro documento mas de su persona, el ya aludido de Palestrina (*Praeneste*). Es una lápida que hace sospechar que Diocles, una vez « retirado », debió buscar descanso y paz en la cercana ciudad de *Praeneste* gozando en ella de lo que le quedase de aquella inmensa fortuna que sus victorias le proporcionaron y del recuerdo de sus mejores dias, cuando alcanzaba la meta el primero después de una portentosa carrera contra rivales de primerísimo orden, cuando los expectadores se alzaban en pie incapaces de contener su emoción; cuando toda la enorme cavidad del circo explotaba en un alarido de salvaje entusiasmo. Es posible que la muerte le sorprendiera en la misma Praeneste. Allí al menos convivían con él dos hijos suyos, un varon y una hembra, cuyos nombres da la lápida. Esta dice así (1).

C · APPVLEIO · DIOCLI  
 AGITATORI · PRIMO · FACT  
 RVSSAT · NATIONE · HISPANO  
 FORTVNAE · PRIMIGENIAE  
 D · D  
 C · APPVLEIVS · NYMPHIDIANVS  
 ET · NYMPHIDIA · FILII

Volviendo a la lápida capital, la de Roma, anotemos que se perdió hace ya mucho tiempo (2), pero que quedó de ella una copia excelente, debida al cuidado de Smetius, quien trasladó con exquisito cuidado todo

(1) (*CIL.* XIV 2884):

(2) Se describe como una losa de marmol de cuatro pies de altura, ocho de longitud y cuatro dedos de grosor. Era pués una lastra muy fina, alargada en sentido horizontal, que debió, estar empotrada, inserta, en el plinto de algun monumento, acaso de una estatua que efigiase a Diocles. Dícese que las letras eran bellísimas. Estuvo en el Vaticano y luego fué llevada al Campo de Marte, señalándose en la casa de Domenico Cechini, cerca de Montecitorio, en las proximidades de la iglesia de San Lorenzo in Damaso.

su contenido. Ello se comprueba al hacer las complicadas cuentas y cálculos implícitos en el texto, que — como el lector verá al punto — contiene numerosas cifras relativas a victorias y premios de distintas especies, cifras que unas veces se dan como sumandos y otras como sumas. Pues bien, estas cuentas resultan exactas.

El texto latino puede verse en *CIL*. VI 10048 = DESSAU 5287. Lo reproduce también Drexel en Friedländer-Wissowa *Sittengeschichte Roms* 10ª edición, Leipzig, 1921, 186-187. Prescindimos de él aquí y nos limitaremos a dar su traducción castellana, una traducción directa y completa, que si no yerro es la vez primera que se hace en nuestra lengua (1). La tarea no me ha sido nada fácil pues las numerosas expresiones latinas referentes a estos juegos no tienen correspondencia con ninguna moderna, por la misma razón que voces actuales como «gol», «remate», «cabeza», «mano», o cualquier otra equivalente de los deportes modernos, no podrían trasladarse al latín sino fuera por medio de una glosa o paráfrasis que diese una idea somera de su verdadero y propio significado. Afortunadamente los estudios circunstanciados de estas expresiones hechos por O. Hirschfeld (2), Mommsen (3), Henzen y De Rossi (4) y F. Drexel (5) han despejado el camino facilitando esta versión española que doy a título de ensayo y con el único deseo de rememorar entre nosotros, españoles y portugueses, una gloria, pretérita y olvidada, que nos fue común (*hispanus lusitanus*, dice la lápida principal) y un nombre preclaro (*omnium agitatorum eminentissimus*), entre los de su arte y en su tiempo, de la historia deportiva de la antigua Hispania.

Antes de pasar al texto epigráfico conviene recordar que en las carreras de carros solían tomar parte cuatro bandos o *factiones*, cada una con su color distintivo. Así se citaban la *factio albata*, o partido blanco, la *factio veneta*, o facción azul, la *factio prasina*, o partido verde, y, finalmente, la *factio russata*, o facción roja. Estas *factiones* constituían verdaderas asociaciones o, más propiamente, verdaderas empresas, en las que había enormes capitales empleados en caballos,

(1) No conozco tampoco traducción completa en ninguna otra lengua moderna.

(2) *Archäologisch-Epigraphische Mittheilungen aus Oesterreich* II, 1878, 188 nota 1.

(3) «Comentatio» XXVIII, *Ephem. Epigr.* IV, 1881, 247 ss. Véase también *Gesammelte Schriften* vol. VIII, 1913, 385 ss. «Epigraphische und Numismatische Schriften I».

(4) *CIL*. VI (1822) 10048.

(5) En FRIEDLÄNDER, *Sittengeschichte Roms*, 9ª y 10ª edic. IV (1921) Anhang XIII, 185 ss.

carros, sueldos de corredores, establos, empleados, manutención, traslado, cuidado de bestias y hombres, etc.. Los «aurigas» o «agitadores» eran gentes a sueldo, verdaderos «profesionales», como diríamos hoy. Los premios habían de distribuirse entre los «agitadores» y la empresa o *factio*, y aun muchas veces estas *factiones* no se bastaban a si mismas, pese a la cuantía de los premios otorgados. No es este el lugar de extenderse en otras consideraciones sobre los juegos de carros. Aconsejamos al lector lea el brillante capítulo dedicado a estos espectáculos en el libro de Friedländer, *Sittengeschichte Roms*, ya citado (hay traducción española, aunque privada de las notas, que son valiosísimas, y de los apéndices de Wissowa, que son imprescindibles).

Ahora pasemos a nuestra versión castellana, advirtiendo que los términos especiales latinos van transcritos y glosados en las notas del pie de página. He aquí el documento íntegro:

C. Appuleius Diocles agitador <sup>(1)</sup> del bando <sup>(2)</sup> rojo, de nación española, de la Lusitania <sup>(3)</sup> con 42 años, 7 meses y 23 días. Comenzó corriendo en la facción alba siendo Cónsules Acilius Aviola y Corelius Pansa <sup>(4)</sup>. Su primera victoria la tuvo corriendo por el bando blanco siendo Cónsules M. Acilius Glabrio y C. Bellicius Torquatus <sup>(5)</sup>.

Comenzó a correr en la facción verde siendo Cónsules por segunda vez Torquatus Asprenas y Annius Libo <sup>(6)</sup>. Venció por vez primera corriendo por el bando rojo en el consulado de Laenas Pontianus y Antonius Rufinus <sup>(7)</sup>. Resumiendo <sup>(8)</sup>: condujo cuadrigas <sup>(9)</sup> durante 24 años, corriendo <sup>(10)</sup> 4.257 veces, venciendo 1.462

---

(1) Guía, conductor, de carros de carrera. Correr en una carrera de carros era *agitare*. Se suele traducir también como «auriga», palabra griega equivalente.

(2) *Factio*.

(3) *Natione Hispanus Lusitanus*.

(4) Este año consular es el 122.

(5) Año consular correspondiente al 124.

(6) Año consular correspondiente al 128.

(7) Consulado correspondiente al año 131.

(8) El texto dice *summa* que ha de entenderse como *summa summarum*, cfr. DESSAU 5.283.

(9) *Quadriga agitavit*.

(10) *Missus ostio mitti* significa en general tomar parte en una carrera.

veces, de ellas 110 en carreras de honor celebradas a comienzo de la fiesta (1).

En carreras de un solo carro por cada uno de los cuatro bandos (2) venció 1.064 veces, de ellas 92 veces en certámenes en los que se disputaban premios en dinero (3). Estas últimas se distribuyen así: 32 victorias en las que el premio era de 30.000 sestercios (4) de ellas 3 con carros tirados por seis caballos (5); 29 victorias en las que el premio consistió en 50.000 sestercios, de ellas 1 con carros tirados por siete caballos (6); 3 victorias con premios de 60.000 sestercios.

En carreras en las que por cada facción corrían dos carros (7), venció 387 veces; cuatro de ellas ganando un premio de 15.000 sestercios y corriendo con carros de 3 caballos. En carreras en las que cada bando corría con tres carros (8), triunfó 51 veces (9). Obtuvo premios de

---

(1) La palabra latina para esta forma de la carrera es *a pompa*. Esta carrera seguía inmediatamente después de la procesión, lo que era un gran honor que fué otorgado a Diocles 110 veces en su vida profesional. No se dice cuántas veces triunfó en estas carreras *a pompa*, que, por lo demás, van implícitas ya en la suma total de carreras corridas (4.257).

(2) *Singularum quadrigarum certamina*, o más brevemente, como en este caso, solo *singularum*.

(3) *Praemia maiora*.

(4) El sestercio venía a ser como 0,25 pts. oro.

(5) *Seiuges*.

(6) *Septeiuges*.

(7) (*In certaminibus binarum (quadrigarum)*).

(8) (*In certaminibus ternarum (quadrigarum)*).

(9) La enumeración de las victorias comienza en la línea 7. El total de ellas es de 1.462, lo que se deduce haciendo la suma de la suma de las tres primeras sumas. Es decir:

Carreras de una cuadriga para cada color ( <i>in certaminibus singularum (quadrigarum)</i> ) . . . . .	1.064 veces
Carreras de dos cuádrigas por cada color ( <i>in certaminibus binarum (quadrigarum)</i> ) . . . . .	347 »
Carreras de tres cuádrigas por cada color ( <i>in certaminibus ternarum (quadrigarum)</i> ) . . . . .	51 »
Total . . . . .	<u>1.462 »</u>

Estas cantidades, cuya precisión se comprueba de la suma, denuncian, además, lo frecuentes que eran, en proporción con las otras, las carreras de un solo carro por cada

varias classes (1) en 1.462 carreras; segundos premios (2), 861 veces; terceros, 576 veces; cuarto una sola vez, y con premio de 1.000 sestercidos; y no se clasificó (3), 1.351 veces (4). Con el bando azul venció

uno de los cuatro colores o bandos. Eran raras ya las dé cuatro carros por cada facción. Entre las 1.064 victorias en carreras de un solo carro (*singularum*), Diocles ganó 92 veces los *praemia maiora*, que fueram:

Premio de 30.000 sestericios (entre ellos 3 con carros de 6 caballos) . . . . .	32 =	960.000 s.
Premio de 40.000 sestericios (de ellos 2 con carros de 6 o 7 caballos). . . . .	28 =	1.120.000 s.
Premios de 50.000 sestericios (de ellos uno con un carro de 7 caballos) . . . . .	29 =	1.450.000 s.
Premio de 60.000 sestericios. . . . .	3 =	180.000 s.

Añádanse las carreras de dos carros por color:

Prémio de 15.000 sestericios (corrió con carros de 3 caballos). . . . .	4 =	60.000 s.
Total de <i>praemia maiora</i> . . . . .	96 =	3.770.000 s.

Resulta claro que precisamente en los *certamina binarum* las carreras eran de *trigae* (carros tirados por tres caballos), pues los ocho carros sumaban 24 caballos. Estos ocupaban en la pista casi el mismo espacio que los 16 caballos de los cuatro carros en los *certamina singularum*; por ello tambien se explica que los premios fuesen mucho menores aquí que en las carreras con seis o siete caballos por carro.

Puesto que Diocles (lín. 10) ganó en total 35.863.120 sestericios, si restamos de esta suma los premios extraordinarios ya mencionados (3.770.000 s.) obtendremos la de los premios ordinarios, es decir una cantidad que alcanza a 32.993.120 s.

(1) *Ad honorem venit.*

(2) *Tulit secundas.*

(3) *Frustra exit.*

(4) Puesto que aquí (escepto algunas victorias de la lín. 9, que han de estar comprendidas en todo caso dentro de una de las cifras mayores) se da cuenta del número de triunfos en los que Diocles solo obtuvo segundos, teceros y cuartos premios, o ninguno, esta cantidad ha de añadirse a la suma de victorias (1.462) y con ella tendremos la suma total de todas las carreras (4.257). Asi se obtiene:

Victorias . . . . .	1.462
Segundos premios . . . . .	861
Terceros » . . . . .	576
Cuartos » . . . . .	1
Sin premios . . . . .	1.351
Total . . . . .	4.251 carreras corridas.

Es un problema saber cuales son las seis carreras que faltan para el total de 4.257 cifrado en la lín. 6. Mommsen y Borman suponen con razón son las de la línea 10:



10 veces, con el blanco 91, de ellas 2 con sendos premios de 30.000 sestercios. Ganó en total 35.863.120 sestercios, venciendo con carros de dos caballos que ya habían triunfado en 1.000 o más carreras, 3 veces, de ellas corriendo una en la facción de los blancos y dos en la de los verdes <sup>(1)</sup>. Se mantuvo a la cabeza desde el comienzo hasta el fin de la carrera venciendo al final <sup>(2)</sup>, 815 veces; pasó del segundo lugar al primero ganando la carrera <sup>(3)</sup> 67 veces; fué dejado atrás recuperando luego el primer puesto y ganando al final la carrera <sup>(4)</sup> 36 veces. En otros géneros de certámenes <sup>(5)</sup> triunfó 42 veces. En carrera difícil ganó al final con un último esfuerzo <sup>(6)</sup> 502 veces; de ellas 216 corriendo para los verdes, 205 para los azules y 81 para los blancos. Hizo que 9 caballos llegasen a alcanzar cada uno más de cien triunfos <sup>(7)</sup> y que dos caballos alcanzasen cada uno las 200 victorias <sup>(8)</sup>.

Según consta en las actas de su facción <sup>(9)</sup>. Avilius Teres fué el primero que consiguió llegar a las 1.011 victorias de las que... <sup>(10)</sup>

*Praeterea bigas miliarias vicit III, ad albatu I, ad prasinu II.* Mommsen interpreta *ad albatu vicit* como una carrera en la que Diocles venció a dos «agitadores» pero fué vencido por los blancos. Drexel supone una carrera en la que llegó a la par que los blancos, en otro caso la palabra *vicit* de la lin. 9 sería aquí difícilmente segura. El número de carreras de Diocles (4.257) en 24 años da un promedio anual de unas 117, mientras en un año, contando solo 50 días de fiestas circenses con 16 carreras cada una, se corrian 800, es decir muchas más. Crescens, otro de los grandes «agitadores» cuyas hazañas han llegado a nosotros, corrió en 10 años 686 veces con cuadrigas.

(1) Se llamaban *bigae milliariae* a las bigas formadas por dos caballos que ya habían llegado a las 1.000 victorias.

(2) *Occupavit et vicit.*

(3) *Succesit et vicit*; de dudosa interpretación.

(4) *Praemisit et vicit.* También es dudoso. Parece ser que en estas carreras se dejaba de intento que los demás pasasen adelante para superar a todos en un arranque espectacular poco antes de llegar a la meta.

(5) *Variis generibus.*

(6) *Eripuit et vicit.*

(7) *Equos centenarios fecit.*

(8) *Equos ducenarios fecit.* Sigue un trozo con lagunas que dice: *Insignia eius... to sibi, quo anno primum quadrigis victor extitit bis, eripuit bis.* Las dos primeras victorias de Diocles con cuadriga son de las más difíciles (*eripuit et vicit*).

(9) Parece ser que las facciones circenses tenían sus actas en las que constarían todas y cada una de las carreras corridas, las clases de ellas, los premios y los nombres de los «agitadores». De estas actas debieron tomarse los datos que figuran en el documento epigráfico de Diocles que comentamos, así como en otros de su mismo género.

(10) Aquí falta un trozo con la cantidad.

fueron ganadas en un solo año (1). Pues bien Diocles fué el primero que en un solo año llegó a alcanzar 100 victorias venciendo 103 veces, de ellas 83 en carreras de un solo carro por color (2).

A más de ello, acreciendo la gloria de sus méritos, superó a Thallus, de su misma facción (3), primero que en el bando rojo... (4). Pues bien, Diocles, el mas destacado de todos los agitadores (5) en un año venció 134 veces llevando en el lado izquierdo un caballo ajeno (6) de éllas 118 fueron certámenes en los que corría un carro por cada color. Con ello Diocles superó a todos los agitadores de todos los colores que hayan tomado parte nunca en juegos circenses.

De todos fué percibido y admirado el hecho de que en un solo año, corriendo con un caballo ajeno en el lado izquierdo y dos en el centro, donde íban Cotynus y Pompeianus (7), venciase 99 veces, una de ellas jugándose un premio de 60.000 sestercios, cuatro de 50.000, una de 40.000 y dos de 30.000 sestercios (8). ... (9) de la facción verde venció 1.025 veces, siendo el primero desde los mas remotos tiempos de Roma (10)

---

(1) Avilius Teres fué un «agitator» que floreció bajo Domitianus y Traianus. Era un liberto perteneciente, probablemente, a la misma familia que el esclavo citado luego, en la lin. 14, un tal Thallus. El patrón de ambos era un tal L. Avilius Planta, *dominus factionis rusatae*, en cuyo servicio estaba Thallus, según se sabe por *CIL. VI 621 = DESSAU 3.532*. Diocles se va a comparar con los primeros corredores de su propia facción y luego, desde la lin. 17, con los de los demás colores.

(2) *Singularum vicit*. Era motivo de legítima glória, pues como se desprende de la lin. 14 el mérito de un «ag. tator» era tanto mayor cuantas mas victorias en *certamina singularum* hubiese alcanzado. De ello se desprende, a su vez, que estas carreras debían ser las mas difíciles.

(3) El Thallus este es el mismo que cita MARTIALIS en IV 67, 5 (*praetor ait «Scis me Scorpo Thalloque daturum»*). La inscripción *CIL. IV 621 = DESSAU 3.532* dice que era esclavo de L. Avilius Planta, según se advirtió.

(4) Laguna en el texto.

(5) *Omniun agitatorum eminentissimus*.

(6) *Alieno principio*. No se sabe con certeza su valor. En la lin. 16 se dice *alieno principio, duobus introiugis Cotyno et Pompeiano vicit...* Drexel supuso que los dos caballos citados son los del centro de la cuadriga. *Principium* debe designar el de la izquierda, el caballo principal de la cuadriga (*qui demonstrabat quadrigam*, según se decía). El mérito en estos casos consistía, al parecer, que el «agitator» venciase con caballos de otro rival.

(7) Véase la nota interior.

(8) *Introiugis*, o *equi iugales*, eran los caballos de en medio de una cuadriga, los que íban atados a la vara, bajo un mismo yugo...

(9) Falta texto, pero hay que suponer el nombre de algún famoso «agitator».

(10) *Primus omnium urbis conditae*.

que venció en siete carreras con premios de 50.000 sestercios. Pero Diocles, superándolo y llevando en su cuadriga a tres caballos ajenos (1), Abigeius, Lucidus y Paratus, venció ocho veces en carreras en las que el premio era de 50.000 sestercios. Asimismo, superando a Communis, Venustus y Epaphroditus, tres agitadores miliarios (2) de la facción azul, que lograron vencer 11 veces en carreras de 50.000 sestercios de premio, Diocles, llevando en el centro de la cuadriga a los caballos Pompeianus y Lucidus (3), logró vencer en carreras cuyos premios eran de 50.000 sestercios mas de 12 veces (4). ... (5) de la facción verde, vencedor 1.025 veces, y Flavius Scorpus (6), vencedor en 2.048 carreras, y Pompeius Muclosus, vencedor en 3.559 certámenes, três agitadores que en junto vencieron en 6.632 carreras llevándose de ellas 28 premios de 50.000 sestercios, a todos aventajó Diocles, el mas sobresaliente de todos los agitadores, ya que en solo 1.462 carreras obtuvo de ellas 29 premios de 50.000 sestercios.

Con nobilísimo esplendor brilla el nombre de Diocles al ver que si Fortunatus, de la facción de los verdes, corriendo con el caballo vencedor de nombre Tuscus logró 386 victorias y de ellas 9 de 50.000 sestercios de premio, Diocles, corriendo con el caballo vencedor Pompeianus, en solo 152 victorias obtuvo 10 de 50.000 sestercios de premio y una de 60.000. Diocles descolló alcanzando nuevas marcas (7) nunca registradas antes de él, ganando en un solo dia dos carreras de 40.000 sestercios de premio con carros tirados por seis caballos (8) y aun

---

(1) *Introiuugis tribus.*

(2) *Agitatores miliarii*, que habian alcanzado ya las 1.000 victorias.

(3) *Pompeiano et Lucido duobus introiuugis.*

(4) La cantidad no consta por laguna en el texto, pero se deduce del otro término de comparación.

(5) Laguna en la que constaria el nombre de otro agitator célebre.

(6) Este Scorpus es el aludido por Martialis en el lugar ya citado en nota anterior, Además en V 25, 10; X 50 y XI 1.

(7) Aunque la traducción no pueda hacerse conto da precisión, el sentido de este párrafo es claro en general. *Novis coactionibus* es la parte mas oscura. Mommsen la interpretó como *comparationes victoriarum* (principalmente con sus rivales). Friedländer la entendió como «conquistas», o, apoyándose en el contexto, como «combinaciones». Creo que la versión mas justa es la que nos proporciona hoy dia la palabra inglesa «record», corriente en todos los deportes para ejercicios en los que se llega a una nota sobresaliente, a alcanzar una «marca», como tambien se dice empleando ya una voz castellana.

(8) *Seiuges.*

más... (1) ...con un tiro de siete caballos uncidos entre si (2) espectáculo nunca visto hasta entonces con tal número de caballos, ganó un certámen de 50.000 sestercios y descolló victorioso con Abigeius y sin látigo (3) salió victorioso de otros concursos con premios de 30.000 sestercios. Y como estas novedades se vieron entonces por vez primera, Diocles se adorno de doble gloria. Según se dice el que va a la cabeza de todos los agitadores miliarios (4) es Epaphroditus (5), agitator de la facción azul, el cual, en tiempo de nuestro Emperador Antoninus Pius Augustus, venció 1.467 veces, de ellas 940 en carreras de un solo carro por facción. Pués bien, Diocles, sobrepasándole, resultó vencedor en 1.962 carreras, de ellas 1.064 de un solo carro por color. En estos mismos tiempos Pontius Epaphroditus venció 467 veces en carreras malas, ganadas en una arranque final (6). Pues bien, Diocles, con este mismo modo de victoria obtuvo el triunfo 502 veces. El agitator Diocles en ese año venció 127 veces, de ellas 103 con los caballos Abigeius, Lucidus y Pompeianus uncidos en el centro (7) de ellas... (8) ...entre destacados agitadores vencieron muchas veces llevando de introyugos a Afer; Pontius Epaphroditus, de la facción azul, venció con Bubalus 134 veces; Pompeius Musclosus, del color verde, con el caballo... (9) ...salió victorioso en 115 carreras; Diocles, empero, sobrepasó a todos, resultando vencedor con Pompeianus 152 veces, de las que 144 lo fueron en carreras de un solo carro por facción. Y aumentando su gloria obtuvo 445 victorias llevando como introyugi cinco caballos, Cotynus, Galata, Abigeius, Lucidus y Pompeianus, de ellas 397 ganadas en carreras de un solo carro por color (10).

(1) Laguna en el epígrafe.

(2) *Septem equis in se iunctis*. Tal vez la conducción del carro se hiciese mas difícil, sobre todo en las vueltas.

(3) *Sine flagello*.

(4) Que han llegado ya a las 1.000 victorias.

(5) Diocles, tras haberse comparado con los «agitadores» mas eminentes del pasado lo va a hacer ahora con los del presente coetáneo.

(6) *Eripuit et vicit*.

(7) *Introyugis tribus*. Véase la nota final de estos comentarios.

(8) Laguna. Debíó darse el número de victorias de alguna de las clases conocidas dentro de las 127 citadas.

(9) Laguna.

(10) Diocles tenía a mucha gloria el haber ganado un gran número de carreras con los mismos «introyugi». Los últimos cinco «introyugi» citados no dibujaron ir uncidos simultáneamente, ya que no eran frecuentes las carreras con carros de seis o siete caballos. Es de suponer que Diocles ganase aquellas 445 carreras alternando como «introyugi» con los cinco caballos citados. Lo mismo debe aplicarse a los tres «introyugi» citados líneas antes (*Abigeius, Lucidus y Pompeianus*).

# ENSAYO SOBRE LA EVOLUCION COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

PELO DR. ANTONIO MANUEL DE GUADAN  
Y LÁSCARIS COMNENO

## INTRODUCCION

El presente ensayo sobre política económica y monetaria del Imperio Bizantino, así como de las causas que originaron la devaluación de su patrón oro, no pretende ser más que un resumen del actual estado de la investigación histórica sobre estas materias, no considerando al Imperio Bizantino como un ámbito meramente cronológico acotado entre dos fechas, sino más bien como una época histórica compleja, a su vez dividida en períodos diferentes según el aspecto en que se enfoque el estudio, períodos en los cuales el estilo vital homogéneo y la coincidencia de factores económicos, sociales, artísticos e políticos, determina características peculiares y concretas.

Con mucha frecuencia ha sido motejada su política económica de estrecha y funesta, dirigida por un estatismo absolutista, pero las modernas historias y ensayos, han probado con toda certeza que esta afirmación está muy alejada de la realidad y que por el contrario la idea directriz siempre ha estado basada en un principio justo y de gran elevación moral, pues tendía teóricamente a establecer, dentro de las posibilidades económicas de cada período, un régimen de equidad y de fraternidad.

Durante siglos produjo efectos altamente beneficiosos, impidiendo la especulación, ayudando al equilibrio de los cambios y realizando una especie de organización nacional del trabajo, de lo que tanto sienten la necesidad las sociedades modernas. Pero como en todos los restantes aspectos de Bizancio, con el tiempo las organizaciones y la estructura funcional fueron perdiendo su savia, secándose y quedando únicamente el aspecto externo de lo que en su origen, fue fecundo y lleno de vida, pues el Imperio Bizantino como el Romano, no nos ha legado nada que no lleve la impronta de un pensamiento elevado.

Ya la reforma de Diocleciano nos ha legado también un prototipo de los motivos generales, que ocasionaron la crisis financiera Bizantina. Ni este ni sus sucesores inmediatos pensaron jamás en restaurar el antiguo y complicado sistema tributario, que tenía en cuenta las condiciones individuales del contribuyente, y en cambio tomaron el camino más sencillo de aceptar como definitivas las prácticas del siglo III, transformar en un sistema las medidas de urgencia, y simplificar y generalizar lo casuístico y limitado hasta entonces, sin tener en cuenta para nada las peculiaridades de la vida económica en continua evolución, y la diferente estructura social.

La inestabilidad y la depreciación de la moneda tanto en Diocleciano como en los Paleólogos, hacía que el sistema tributario no pudiese basarse en ella; Diocleciano volvió al sistema primitivo de los cobros en especie con la «anona»; los Paleólogos que ni este recurso tenían a mano, por la pérdida del «hinterland» anatolico, optaron por abandonarse a la ventura sin directriz económica alguna, pidiendo al extranjero los empréstitos que pudiesen hacer vivir unos años más al agonizante Imperio. Lo mismo que Diocleciano transformaron en definitivo y general el sistema que los emperadores de Nicea habían establecido como medida de urgencia provisional, hasta la reconquista de Constantinopla. El paralelismo es muy fuerte, aun salvando las naturales diferencias de once siglos de historia.

Más de 800 años entre Diocleciano y Alejo Comneno, no han dejado la huella de una crisis económica fuerte, lo que sin duda se debe a su moneda de curso verdaderamente Universal, «el dólar de la Edad Media», como le han llamado muy recientemente. La buena economía y la plenitud del tesoro Imperial no bastan para ello; hace falta además una autoridad fuerte y acatada en todos sus dominios, y cuando esta autoridad se debilita, en parte por la política feudal de los grandes terratenientes, contagiados por los Cruzados, y en parte por los exce-

sivos privilegios consentidos a las republicas Italianas, con su secuela de disminucion de ingresos, la moneda pierde estabilidad, se disminuye su contenido en metal fino como un ultimo intento de salvación y al final sobreviene irremediamente la descomposicion y la caída final del estado Byzantino, que en puridad no debe su muerte a los Turcos en 1453 ya que para entonces poco quedaba aparte de la Nueva Roma, enorme cabeza sin cuerpo, aislada y bloqueada entre turcos, francos, serbios, e italianos sin ninguna zona agricola ni ganadera, empobrecida y arruinada por la incomprension occidental y falta de medios para subsistir. Desde la cuarta Cruzada el Imperio solo llevó una vida precaria, cada vez mas acentuada en todo el periodo de los Paleólogos; el viaje de Juan V, a Italia (1369-1371) era la ultima esperanza de salvación, pero Venecia no permitió que se le escapase su presa, ya que Constantinopla era la única garantia a sus empréstitos.

Cuando en 1453 desapareció el milenario Imperio, aun no estaba pagada la quinta anualidad del ultimo empréstito que Juan VIII en 1448, firmó con el Dogo de Venecia, Francisco Foscari, quedando los ornamentos, coronas y vestiduras imperiales adornados con joyas falsas, en lugar de las legitimas ya vendidas a los Venecianos, para poder sostener al exiguo ejercito mercenario que defencia la ciudad.

Cierto es que el periodo de estabilidad hasta el siglo XIII no fué continuo, pero todas las crisis pasajeras fueron superadas por periodos de intensa actividad comercial y florecimiento. A un Emperador pródigo sucedía un buen economista, a Irene sigue Nicéforo; a Miguel III, Basilio el Macedonio. Solo a partir del siglo XIV el mal es incurable y se desperdicia el ejemplo de voluntad energica, valor e inteligencia que derrocharon los Emperadores de Nicea, hasta lograr la reconquista de Constantinopla.

Divido el presente ensayo en cinco diferentes capitulos, que no obstante se complementan y aunan entre sí, pues su exposicion conjunta dañaria la mejor comprensión de las distintas epocas de actividad comercial, de los distintos tipos de impuestos indirectos evolucionando al par que las restantes instituciones Byzantinas, y que la organizacion estatal del comercio, de la variacion iconografica y artistica en los simbolos monetarios, que permiten seguir la marcha de la Numismatica Byzantina en su conjunto, y por ultimo de las consecuencias economicas que tuvo la devaluacion del patron oro a partir del siglo XIV, sin entrar en ningun momento en un estudio exhaustivo, sino hasta donde es necesario, para la mejor unidad del plan esbozado, económico-numismático en su esencia.

El Capítulo III sobre la Organización estatal del comercio, relacionado con la Sigilografía mas que con la Numismática, lo es así, pues por los sellos de los Comerciantes se ha podido determinar con precisión la evolución del impuesto, y en cambio la Numismática no aporta ninguna luz nueva sobre este tema, debido a la limitación del simbolismo en todos los siglos de amonedaciones Bizantinas.

Muchas han sido las obras consultadas, pero en esencia las principales fuentes han de limitarse a los clásicos tratados de Historia Bizantina (Diehl, Bréhier, Vasiliev, Bratianu, Levtchenko, Heyd, Miller, Runciman, Krumbacher, Grabar, Andreades, Blanchet) y aun Romana en varios aspectos (Rostovtzeff, Duruy, Mommsen), a los libros de viajes (Cosmas, Tafur, Alejandro el Escriba, el Periplus de la edición Criddle de Londres, Benjamin de Tudela, de la Broquiére, Ibn Batoutah, Villehardouin, Pegolotti, Crónica de Novgorod) y a los pocos de Numismática de esta época, (de Saulcy, Sabatier, Tolstoi, Wroth y Goodacre), unidos a monografías, extractos y artículos en las Revistas especializadas en la materia, entre las que destacan como mas importantes: *Byzantion* (Belgica), *Byzantis* (Atenas), *Byzantino-Slavica* (Praga), *Byzantinische Zeitschrift* (Alemania) *Epeteris* (Atenas), *Mélanges Bidez* (Belgica), *Mélanges Nicolas Iorga* (Francia) *Mélanges Schlumberger* (Francia), *Revue des Etudes Byzantines* (Francia), *Studi Bizantini Mercati* (Italia) y *Speculum* (Norte-America).

Debo tambien hacer patente mi gratitud a los consejos y orientaciones en tan difícil tema, que he recibido del Doctor Bertelé de Roma y del Padre Laurent, de Paris, figuras cumbres de la Byzantinología contemporánea a los que tanto deben los estudios históricos y numismáticos de la especialidad.

El Estado Romano y el Bizantino no tuvieron nunca un presupuesto regular y por ello cuando llegaba una situación difícil se carecía de reservas fijas y estables de que disponer. De tiempo en tiempo algunos Emperadores económicos acumulaban dinero, pero luego era fácilmente derrochado por emperadores pródigos, y no constituyó nunca un capital bien administrado e invertido con buenas garantías. En los tiempos difíciles, los tributos ordinarios quedaban relativamente descuidados, y se obtenían los principales recursos por medio de tributos extraordinarios (*aurum coronarium* en los Romanos, cambios de Indicación, monopolios, depreciación monetaria en los Bizantinos). Este sistema unido a la inseguridad general de los tiempos, condujo a la desorganización del comercio y de la industria, y por ello a una consi-



derable disminucion del rendimiento de las contribuciones indirectas, para lo que no era solucion ni el edicto del año 301 de Diocleciano fijando precios de productos, ni las exenciones fiscales y tributarias a los Italianos, para activar el comercio de Byzancio, con los Paleólogos.

La tragedia del Imperio es solo una tragedia financiera. A demostrar este aserto va dirigido el presente ensayo, al que desde luego podran achacarse muchos defectos, omisiones y errores, pero que en todo momento ha procurado ser el reflejo de una absoluta ecuanimidad en la interpretacion de las fuentes de la época, y de los trabajos de especialistas en estos periodos históricos, de tan distintas tendencias y opiniones, asi como de la cristalización de un profundo amor al tema y su significado histórico.

Santander, Diciembre de 1952.

*( A continuar ).*

# CONTOS PARA CONTAR OU MOEDAS PARA CORRER?

PELO ENG.º PAULO FERREIRA DE LEMOS

O estudo dos contos para contar, conhecidos também como dinheiros de conto, não foi até hoje sistematizado e pena é que o não tenha sido, pois que, as suas relações com as moedas e com a ciência do cálculo são múltiplas e a sua evolução é uma fonte capaz de fornecer elementos preciosos para os investigadores.

A bibliografia, no que se refere aos contos portugueses, é relativamente pobre e Batalha Reis, dá (1) dela uma sùmula bastante perfeita.

Parece não restarem dùvidas que os contos existiram e tiveram utilidade desde o reinado de D. Dinis, mas o que nos vai ocupar neste artigo não é mais que a destrinça entre contos e moedas.

Conto para contar ou moeda para correr?

É uma interrogação que nos tem aparecido por mais de uma vez, e não vamos certamente esclarecer o problema na sua generalidade, mas se sobre ele chamarmos a atenção dos numismatas e coleccionadores de modo a que tentem aclará-lo com as suas ideias e com seus estudos, já teremos conseguido mais do que esperamos.

Analisando o que, sobre contos, disseram vários autores verificamos que espíritos dedicados à numismática não resolveram o assunto de maneira a não permitirem reticências, lacunas e até fundamentadas dùvidas na interpretação de numismas sobre os quais as incertezas se acumulam.

---

(1) *Cartilha da Numismática Portuguesa*, pág. 401.

Para principiarmos vejamos o que diz o padre-mestre da numismática portuguesa, Teixeira de Aragão (1):

*« Os contos são peças de cobre ou latão, cunhadas, e algumas vezes fundidas.*

*Em França chamavam-lhe jetons e mereau, e em Portugal contos; nestes as suas legendas, conquanto variadas, dizem, a maior parte das vezes, contos, contos para contar ou dinheiros de contos.*

*Também os havia para as repartições públicas, e nesses achava-se geralmente o nome do monarca reinante.»*

Teixeira de Aragão na nota transcrita não faz referência a um factor importante na identificação dos contos o qual consiste na impossibilidade de pelo peso se integrarem nas séries monetárias do respectivo monarca, e indica alguma das características porque se reconhecem e, cautelosamente (e bem) não é peremptório nas afirmações.

Sobre o metal diz que pode ser cobre ou latão, e segundo cremos poderia afirmar que se fosse latão o numisma era certamente um conto.

Quanto às legendas: *« eram variadas e os usados nas repartições públicas tinham geralmente o nome do monarca reinante ».*

Não se refere à deturpação dos símbolos gravados (cruz, escudo, ornamentos, etc.), usualmente vista em todos os contos.

Teixeira de Aragão chegou a anunciar a publicação de um estudo sobre contos para contar, o que mostra bem o interesse que estas peças mereciam a uma pessoa que levou tão alto o seu carinho por tudo que se relaciona com a numismática.

Outro autor que se refere a dinheiros de conto é Júlio Meili, que nos dá (2) uma lista e gravuras de alguns contos que constituíam a sua colecção e na qual estes se encontram divididos por três épocas:

1) *« Século XIV e XV*

*Diâmetro de 0<sup>m</sup>,021 a 0<sup>m</sup>,024, correspondendo mais ou menos ao meio tornês de D. Fernando».*

2) *« Fins do Século XV*

*Diâmetro de 0<sup>m</sup>,026, correspondendo mais ou menos ao real grosso de D. Afonso V».*

---

(1) *Descrição geral e histórica das moedas*, pág. 246, nota.

(2) *O Arch. Port.*, vol. V, págs. 54 e seguintes.

3) «*Século XVI*

*Diâmetro de 0<sup>m</sup>,028 a 0<sup>m</sup>,031 correspondendo mais ou menos em módulo, espessura e tipo ao tostão de D. Manuel. Parece que os exemplares com a figura do pelicano devem também entrar nesta categoria».*

Os factores de diferenciação a que o numismógrafo citado se ligou foram além do módulo, o metal de que eram feitos os numismas, as legendas e, certamente, o aspecto.

Mas, foi o erudito investigador Manuel Joaquim de Campos quem realmente maior avanço deu para o conhecimento destas interessantes peças. Transcrevemos alguns períodos do seu bem elaborado artigo (1) que servem o fim que temos em vista:

*«Os contos são típicos e absolutamente originais; as suas gravuras não têm semelhanças com as de outras espécies metálicas de parentesco próximo usadas lá fora» (2).*

E falando das legendas diz que (3):

*«Nalgumas legendas há palavras incompletas, como VERDA, CONT, e outras a que não pode ligar-se qualquer significado, tal é a sua variedade».*

*«Certas abreviaturas confundem a investigação e a encaminham dolosamente nos enredos do enigma».*

*«Palavras repetidas em ordem simétrica... e iniciais na mesma disposição».*

*«Abundam letras desnecessárias».*

*«Alguns nomes próprios foram um tanto desfigurados».*

*«A palavra Portugal apresenta também variedades gráficas».*

*«Há notoriamente palavras retrógradas, algumas com letras invertidas».*

*«Nas legendas em latim, que são as mais raras, é exquisita a barba-ridade ortográfica».*

---

(1) O *Arch. Port.*, vol. 7, págs. 289 e seguintes.

(2) Idem, pág. 292.

(3) Idem.

E na página 294 afirma que:

*« Caracterizadas com o escudo de armas do reino elles tem aparência de moedas ».*

Na seriação, Campos, distinguiu 5 grupos, dos quais nos interessa em especial o primeiro, sobre o qual escreve:

*« No primeiro, século XIV, predominam tipos aproximados aos do dinheiro da época. Escudetes com quinas, dispostos crucialmente, e cruces da Ordem de Cristo, ou semelhantes a ela, contornadas de florões, estrelas ou anéis. Bolhão, cobre e latão. Diâmetros 21 a 23 milímetros. »*

O 2.º grupo compreende os contos do século XV com diâmetros de 24 a 27 milímetros, de cobre ou latão.

O 3.º, séculos XV e XVI, em que o cobre é menos frequente que o latão, e os diâmetros são de 29 a 31 milímetros.

4.º grupo, século XVI, legendas em dois círculos, cobre e latão módulo de 28 a 30 milímetros.

O 5.º grupo é um conto datado de 1556.

É de ter em atenção, em especial, a afirmação que nos contos do 1.º grupo o autor admite a existência de contos em bolhão e não se trata de afirmação ligeira porquanto mais adiante o autor escreve:

*« São raríssimos aqueles exemplares batidos em bolhão, atribuídos aos reinados de D. Fernando e de D. João I... ».*

O artigo do Archeologo, de Campos, termina pela descrição e gravuras de alguns contos de José Ferreira Braga em que, além das legendas e descrição cuidada, se indica também o metal, o peso e o módulo.

Finalmente vejamos o que outro numismata ilustre, Dr. Pedro Batalha Reis, nos diz <sup>(1)</sup> em relação com o nosso problema.

Transcrevemos algumas passagens que julgamos elucidativas.

*« Os contos para contar como substitutos físicos que eram da moeda nas operações comerciais, assemelhavam-se por vezes, e de tal modo que os mais antigos quase se confundem com elas... Os primeiros contos, como*

---

(1) *Cartilha da Numismática Portuguesa*, pág. 401 e seguintes.

*acima dissemos, de tal modo se assemelhavam às próprias moedas que deviam representar, que até numismatas modernos as consideraram moedas, cujo valor não atinavam no sistema monetário português.»*

*«Esse inconveniente deve ter sido outrora notado, o que motivou o afastamento de semelhança com os protótipos monetários, primeiro nas legendas e depois no tipo que os caracterizava.»*

*«Do reinado de D. João I por diante já o mesmo se não verifica».*

*«De passagem diremos que todos os nossos contos foram somente de cobre (sem qualquer liga de prata), ou de latão»...*

Batalha Reis indica, embora implicitamente, as características fundamentais dos contos para contar, em primeiro lugar o peso, «*cujo valor não atinavam no sistema monetário português*».

É esta sem dúvida uma característica muito importante na classificação de um numisma quando se trata de o classificar como conto ou como moeda.

Outra característica de importância é certamente o metal em que foi batida a peça, e muito embora em desacordo com Manuel Joaquim de Campos (citação anterior em que se afirma a existência de contos em bolhão), o Dr. Batalha Reis diz que o material de que são feitos os contos nunca foi liga de prata.

Não conhecemos nenhum espécimen de conto (sobre o qual não se possa estabelecer controvérsia) que tenha sido feito em bolhão, todavia não nos parece improvável que os tenha havido pois que, como é do conhecimento geral, em outros países os houve, quer em bolhão, quer em prata ou mesmo em ouro,

Isto não invalida que uma outra valiosa informação, na destrição entre moeda e conto, seja na realidade o metal de que é feito o numisma.

De todo este arrazoado se pode concluir, em primeiro lugar, que a confusão apenas se pode dar nos numismas gravados até ao reinado de D. João I, isto é, durante o primeiro período de M. J. de Campos, pois não parece fácil, na realidade, que se levantem hoje confusões com as moedas de Afonso V ou João II como aconteceu, e Teixeira de Aragão cita na pág. 6 da sua *Histoire du Travail*.

A classificação de um numisma tem então de ser efectuada tendo em vista factores diversos e que vamos enumerar pela ordem da sua importância, sem contudo negar que qualquer deles, em condições especiais, pode adquirir uma importância primordial.

Temos assim:

- a) *Peso* — Possibilidade de pelo peso se integrar no sistema monetário da época, e mais restritamente ainda, dentro de uma série monetária.
- b) *Módulo* — Idênticas observações às anteriores.
- c) *Metal* — Liga metálica, densidade, determinação da liga.
- d) *Legenda* — Possibilidade de deturpação voluntária de palavras, repetição de letras e palavras.
- e) *Manufatura do numisma e figuração dos símbolos gravados.* — Diferença em relação às moedas conhecidas.

E ainda, e, sem constituir factor decisivo é de ter em conta a opinião, evidentemente de carácter subjectivo, que pessoas conhecedoras de assuntos numismáticos possam ter em relação ao numisma em estudo.

\*

\*   \*

Vamos agora descrever alguns espécimens em relação aos quais se podem estabelecer dúvidas e sobre eles aplicar as considerações anteriores com o propósito de tentar a sua diferenciação.

**Fig. 1** — Numisma que pelas legendas foi batido no reinado de D. João I, de peso 1,54 com aparência de cobre ou bolhão extremamente baixo, mal conservada.

A ornamentação do anverso pode ser considerada pouco vulgar e parecida com a dos contos pois que é semelhante à dos contos n.<sup>os</sup> 3, 5, 6 e 9 de Meili.

Trata-se de uma moeda ou de um conto?

Para tentar responder analisemos pormenorizadamente o numisma:

a) *Peso* — 1,54 gramas, e como não é um exemplar completo, não é exagero computar o seu peso inicial à roda de 1,7 ou 1,8 gramas, o que corresponde a cerca de 36 grãos.

É peso possível em moedas de 1409 a 1415 (38 48/120, Teixeira de Aragão).

b) *Módulo* — 20 milímetros.

Levemente superior ao diâmetro de moedas denominadas  $\frac{1}{2}$  reais (19 milímetros) na classificação do Engenheiro Raul Couvreur (1).

c) Metal — É uma liga que contém além de cobre uma percentagem pequena de um metal menos denso, como se pode reconhecer tendo em atenção a sua densidade ( $d=8,3$ ), valor mais baixo que a densidade do cobre.

d) Legendas — Perfeitamente correntes em moedas do reinado e não tem deturpação alguma que denuncie tratar-se de um conto.

Anverso: Quinas

IhN — ... — .PO — RTº

Reverso: Cruz

ADIVTOR... NO...

Em baixo: P — O (Porto)

e) Manufactura e representação dos símbolos — muito semelhante ao que se encontra em moedas deste reinado, embora a ornamentação do escudo não seja vulgar.

Note-se a semelhança com o reverso da moeda n.º 52 da Cartilha de Numismática.

Julgamos tratar-se de uma moeda, pois não há no numisma qualquer indício que denuncie o conto para contar.

Será assim um novo  $\frac{1}{2}$  real a acrescentar à já longa numária do Mestre de Avis.

**Fig. 2** — Trata-se, com evidência, de um conto para contar, pois que basta ter em atenção a liga metálica, que pela cor é certamente latão, para o podermos afirmar.

O mesmo poderíamos concluir pela análise das legendas, que são:

Anverso: Quinas

DIV — D. . — DI . — DI.

Reverso: Cruz

RX — RX — RX — RX

e que permitem classificar o numisma como batido no reinado de D. Dinis, e portanto do reinado em que, julgamos, apareceram em Portugal pela primeira vez os contos para contar.

(1) Moedas de D. João I — Tomo 3.º da *Revista de Arqueologia*.



A forma da cruz, pois que esta figuração não aparece na numária deste monarca, pode ser levada à conta de deturpação propositada.

O peso é 1,4 gramas e a densidade é 7.

**Fig. 3**—Descrição em J. J. Campos <sup>(1)</sup> como conto de D. João I, na colecção Ferreira Braga.

Apenas nos referimos a este conto para mostrar que as dúvidas que surgiram quando nos veio à mão, puderam ser esclarecidas pelo critério exposto.

a) Peso — 2,75 gramas, o que não parece concludente em virtude de as únicas moedas de cobre do reinado, os ceitis, se apresentarem com pesos que vão de 1,8 a 2,3 gramas.

Contudo a pequena diferença notada pode ser apontada como uma primeira indicação.

b) Módulo — 23 milímetros, somente possível em ceitis do reinado.

c) Metal ou liga metálica — Aparência de cobre, de densidade igual a 7,5, portanto menor que a do cobre, permite dizer ser a liga de cobre com um metal mais leve (cobre com estanho ou talvez latão com estanho).

d) Legendas

Anverso: Quinas

✠ IhNSoDEIoGRAoREXoPO

Reverso: Cruz

✠ IhNoDEIoGRACIAoREXoPO

O AC de GRACIA em monograma

A repetição da legenda não é normal, e ainda menos a falta do S no nome do rei e monograma AC.

e) Manufactura muito diferente das moedas da época, cruz de Aviz desenhada de maneira diferente da usual, ornamentação invulgar.

A densidade, a legenda e a ornamentação mostram tratar-se de um conto.

---

(1) *O Arch. Port.*, vol. 7.

**Fig. 4** — O espécimen tem a aparência de uma barbuda do Porto e só uma análise cuidada nos indica algumas anomalias. Assim:

*a)* Peso — 3,0 gramas, muito inferior ao peso normal (4,3 gramas, Aragão) muito embora conheçamos barbudas do peso igual a 3,7, em razoável estado de conservação.

Vem a propósito lembrar que as barbudas que têm as letras PORT, foram mandadas recolher, por reclamação popular, devido ao seu peso e escassês de prata, «minguadas da lei», e todavia têm além da aparência de prata o peso de 3,7 gramas.

*b)* Metal ou liga metálica: Parece tratar-se de um bolhão muito baixo, mas outro exemplar muito semelhante que possuímos de peso 3,2 e densidade 8,7 é totalmente de cobre.

A densidade desta peça é 8,9 o que indica a possível presença de prata.

*c)* Legendas.

Quer no anverso quer no reverso apresenta particularidades que ainda não pudemos constatar em outro numisma, e que nos parecem flagrantes deturpações.

Assim:

Anverso (Busto armado e coroado)

✠ SI:DNS:MICHI:AIVTOR:NON:RIOC

Reverso (Cruz contornada por castelos)

✠ FERNDVS:REX:..... TVGALI:... IR.

A terminação da legenda do anverso deveria ser TIMEBO e, é evidente que não se trata de um engano, pois que o outro exemplar semelhante já referido termina em R. O.

Note-se no reverso a grafia do nome do monarca, deturpada pela falta de 2 letras.

*d)* Manufactura e figuração dos símbolos. — Não é muito diferente das barbudas conhecidas, porém apresenta um maior cuidado na gravura: coroa com flores de 2 pérolas entre os florões; gargantilha entre o elmo e o pescoço; rosácea, junto do escudo, de maior perfeição que a usual.

Trata-se de uma moeda, de um conto para contar ou de uma falsificação da época? Dizemos da época, porque a ser recente não valeria a

pena a gravação e, certamente teria sido cunhada como cópia exacta de alguma outra conhecida, o que se não verifica.

Não nos parece uma falsificação por se tratar de uma peça com aparência de cobre e que no seu tempo não poderia ser passada como moeda de bolhão, ademais, o seu peso é tão diminuto que não parece crível que os fabricantes executando cunho ainda mais perfeito do que o das moedas correntes, não lhe dessem, pelo menos, um peso muito aproximado.

Julgamos, portanto, tratar-se de um conto e, embora nos inclinemos para esta hipótese, sabemos contudo que os argumentos aduzidos poderão ser contraditados.

Gostosamente agradecemos ao Ex.<sup>mo</sup> Senhor Engenheiro Raul da Costa Couvreur, que nos permitiu descrever a moeda de D. João I e o conto de D. Dinis, numismas que fazem parte da sua celebrada colecção.

Igualmente expressamos os nossos agradecimentos ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eduardo v. d. Niepoort por nos ter fornecido mais as seguintes indicações a respeito do numisma citado em primeiro lugar (Fig. 1):

— Na sua colecção existe um exemplar semelhante, em bom estado de conservação, que apresenta na legenda do Anv. a abreviatura IhNS, completa, enquanto a moeda descrita só tem gravado IhN.

— O catálogo Schulman, da colecção Judice dos Santos, na pág. 31 e com o n.º 504, enumera um outro exemplar, chamando-lhe, interrogativamente, real de 10 soldos.

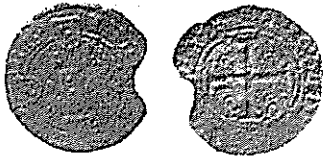


Fig. 1



Fig. 2



Fig. 5



Fig. 4



# A PROPÓSITO DUM CONJUNTO DE MOEDAS DE MALACCA

PELO DR. R. HANITSCH.

TRADUÇÃO DE

LUÍS PINTO GARCIA.

Autorizada pelo Presidente e Direcção da Secção Malaia  
da Real Sociedade Asiática.

## À GUISA DE PREFÁCIO

*Há quase cinquenta anos que foram publicados os dois artigos que oferecemos agora ao leitor em versão portuguesa. Saíram ambos a lume no Journal of the Straits Branch (agora Malayan Branch) of the Royal Asiatic Society, respectivamente nos n.ºs 39, de Junho de 1903, págs. 183-202, e 44, de Julho de 1905, págs. 213-216, com os títulos originaes On a collection of coins from Malacca e On a second collection of coins from Malacca. Apesar de citados, principalmente o primeiro, eram, pode-se afirmar, inteiramente desconhecidos em Portugal.*

*Foi seu autor o Dr. Hanitsch que, no período dos achados — 1900 e 1904 —, se encontrava na Península de Malaca como funcionário.*

*K. R. Hanitsch era alemão, pois nasceu na cidade de Altenburgo, capital do ducado de Saxe — Altenburgo, no ano de 1860. Graduado em Ciências pela Universidade de Iena, onde foi discípulo dilecto do grande naturalista germânico Ernesto Haeckel, veio para Inglaterra, tornando-se demonstrador de Zoologia da Universidade de Liverpool. Em 1895, já em Singapura, foi nomeado conservador e bibliotecário do Museu e Biblioteca Raffles. Trabalhando afincadamente em todas as secções do Museu, ficou-lhe este estabelecimento a dever grande parte do seu desenvolvimento durante os 24 anos de desempenho das suas funções (1895-1919).*

*Dedicando-se apaixonadamente à Entomologia, em que foi internacionalmente conhecido, deixou um estudo profundo sobre os Blattidae (baratas malaios).*

*De volta à Europa em 1919, fixou residência em Oxford, onde faleceu em 13 de Agosto de 1940, com 80 anos de idade, portanto.*

*Foi membro honorário da Royal Asiatic Society, onde havia ingressado como sócio ordinário em 1895, sendo eleito membro vitalício em 1920. Igualmente elemento activo dos seus corpos directivos, foi conselheiro de 1897 a 1919, tesoureiro de 1898 a 1906, 1910-1911 e de 1914 a 1919, e secretário em 1912-1913.*

*Era Mestre em Artes «honoris causa» pela Universidade de Oxford.*

L. P. G.

## I

Há cerca de 3 anos, (1) durante umas excavações perto da foz do rio Malaca, foi encontrada uma considerável quantidade de moedas espalhadas pelo lodo. Foram reunidas e entregues ao Senhor W. Egerton, ilustre Residente de Malaca ao tempo e, por sua vez, oferecidas por ele ao Museu Raffles (2). Verificou-se ser o conjunto do maior interesse. Continua moedas tanto de origem asiática como europeia, sendo estas portuguesas, holandesas e inglesas, e envolvendo, praticamente, toda a história das várias ocupações europeias de Malaca. Cobriam assim um período de aproximadamente 400 anos.

As moedas mais interessantes são as de origem portuguesa, todas de estanho. São elas provavelmente, únicas, pois o Museu Britânico não possui nenhuma e numerosas indagações a que procedi a seu respeito em vários pontos, incluindo Lisboa, não deram qualquer resultado. A propósito da sua descoberta o Senhor Egerton escreve:

« As moedas de Malaca foram encontradas ao abrir um canal da foz do rio em direcção ao mar. Para lá da foz há uma lagoa profunda e, para além dela, um banco que fica submerso com a preamar e que se estende meia milha ou mais para o mar. Foi neste banco que as moedas se acharam, disseminadas por pequenas cavidades. No banco existiam detritos caseiros, louça partida, velhas ferragens, tijolos, louça de barro, etc.. Suponho que neste banco tivesse havido edifícios construídos sobre estacas, como os que agora se vêem junto à costa, ou, possivelmente, todos estes restos foram lançados de bordo de navios ancorados, ou depositados fora do rio. Muitas das moedas foram achadas nas primeiras cem jardas para lá da grande lagoa acima referida. Lá devem estar muitas ainda ».

## 1.º — AS MOEDAS ASIÁTICAS

Está provado que existiam em Malaca moedas de estanho, cunhadas pelos habitantes da praça antes da chegada ali dos portugueses, por certas descrições dos *Commentarios* de Albuquerque (12) (3), mas o facto parece

---

(1) 1900.

(2) De Singapura.—*N. N. do T.*

(3) Estes números referem-se à bibliografia inserta no fim deste trabalho.—*N. do A.*

ter escapado aos numismatas, porque Millies (12), pág. 140, falando das moedas correntes na Península de Malaca, diz: «O próprio Estado tão célebre de Malaca, que tinha chegado ao seu apogeu no começo do século XVI, quando caiu sob a poderosa força material e heróica dos portugueses, não nos deixou nenhum monumento numismático conhecido e nós nem mesmo sabemos se este Estado Malaio possuía já uma moeda própria» (1). Nisto está certamente Millies enganado, porque nos *Commentarios* de Albuquerque (2), vol. III, pág. 77, se acha a citação duma moeda nativa quando conta como o rei Xaquendarxa (isto é, o Xá Iskander), soberano de Malaca, foi visitar o rei da China, por desejar tornar-se seu vassalo, levando consigo muitos presentes, recebeu em troca, entre outros privilégios, licença para cunhar moeda de estanho miúda «a qual moeda ele mandou lavar tanto que chegou a Malaca, e pôs-lhe nome *Caixes* que são como os nossos» (isto é, portugueses) «*Ceitis*, e cento deles valiam um *Calaim*, e cada *Calaim* valia por lei posta onze *réis*, e quatro *Ceitis*. A prata, e o ouro não se tratava por moeda, senão por mercadoria». O facto que Malaca possuía moedas de estanho nativas na altura da chegada dos portugueses torna-se indiscutível quando tomamos conhecimento que Albuquerque, após a ocupação de Malaca, cunhou moeda em nome do seu rei D. Manuel «por apagar a moeda dos Mouros, e lançar suas prantes, e nome fora da terra» e que, logo após as novas moedas estarem prontas, ordenou «que todos os Mouros, que a tivessem do Rei de Malaca, a levassem logo ali» (isto é, à Casa da Moeda) «sob pena de morte; e veio tanta quantidade dela por medo da pena que lhes era posta, que os oficiais não se podiam valer com o despacho» (vol. III, pág. 138).

Lamento não poder provar duma maneira concreta que o conjunto realmente contenha moedas daquele primitivo período. Há cerca de 150 moedas de estanho com legendas árabes, porém, as poucas que estão bastante nítidas para serem decifradas, são de data muito posterior. Pode ser que as muito safadas e deterioradas pertençam à época anterior à chegada dos portugueses (2).

.....  
 O conjunto também possui algumas moedas chinesas, *cash*, que estão muito corroídas para poderem ser identificadas.

(1) Original em língua francesa.—*N. do T.*

(2) Segue-se a descrição das moedas orientais referidas, que não traduzimos.  
 — *N. do T.*



## 2.º — AS MOEDAS EUROPEIAS

## a) PORTUGUESAS

As moedas europeias achadas em Malaca são portuguesas, holandesas e inglesas e, como disse antes, as suas datas envolvem todo o período da ocupação daquela praça por estas três nações.

Malaca foi conquistada pelos portugueses comandados por Albuquerque em 1511 e conservada por eles até 1641. Os reis de Portugal durante esse período foram:

- D. Manuel (1495-1521)
- D. João III (1521-1557)
- D. Sebastião (1557-1578)

e quatro <sup>(1)</sup> outros dos quais não há necessidade de nos referirmos neste trabalho. De 1641 a 1795 os holandeses mantiveram-se ali, de 1795 a 1818 os ingleses, de 1818 a 1824 novamente os holandeses, e desde então os ingleses.

As moedas do conjunto em questão, que datam da época da primeira ocupação holandesa, são todas mais ou menos conhecidas, mas o mesmo já não se dá com um grande número de moedas de estanho cunhadas pelos portugueses na própria Malaca. De facto, como eu disse anteriormente, parece duvidoso que alguma destas seja hoje conhecida. Contudo a notícia da primeira casa da moeda estabelecida por Albuquerque em Malaca dada nos seus *Commentarios* e transcrita mais adiante, não deixa dúvidas quanto à sua identificação.

Esta casa da moeda foi a única aberta em Malaca por europeus. Foi em 1511 logo após a conquista da praça. No ano anterior, 1510, Albuquerque tinha conquistado Goa e ali fundado uma casa da moeda, e por isso, como as circunstâncias que presidiram à abertura das duas oficinas foram idênticas, e, desde que, como se demonstrara posteriormente, as moedas de Malaca foram batidas segundo os mesmos modelos que as de Goa, embora de metais diferentes, deve-se em primeiro lugar descrever resumidamente a história da fundação da Casa da Moeda de Goa.

---

(1) O autor diz erradamente *four*. — *N. do T.*

Imediatamente depois da tomada de Goa em 1510 os notáveis mouros e indús do país dirigiram-se a Albuquerque e contaram-lhe como o comércio daqueles povos sofria por não haver moeda corrente própria, pedindo-lhe para cunhar algum dinheiro ou, pelo menos, para consentir que a moeda do Cabaio (1), o soberano anterior, que tinha sido proibida, se tornasse corrente. Em consequência disto, Albuquerque convocou uma reunião de ourives, peritos portugueses e mercadores nativos e discutiu o assunto, depois do que ordenou que se emitisse dinheiro em ouro, prata e cobre, o qual num lado teria a cruz da Ordem de Cristo e no outro uma esfera — o emblema do rei D. Manuel —. Logo que o dinheiro se cunhou (12 de Março de 1510) Albuquerque «mandou logo trazer a bandeira real, e as trombetas, e atabales, e ajuntar toda a gente da Armada e a Tristão D'Ega, que a fosse apregoar, e elle se foi com toda esta gente por toda a cidade, e a cada pregão que se dava, lançavam muita moeda por cima do povo, que era muito, e foi assim nesta ordem correndo toda a cidade» (vol. II, pág. 131).

Quando alguns meses depois Goa foi retomada pelos mouros, Albuquerque teve que a reconquistar e estabelecer ali uma nova casa da moeda (vol. III, pág. 41).

Albuquerque chegou diante de Malaca nos meados de Junho de 1511, fez o primeiro ataque a 25 de Julho, conquistou-a em Agosto e depois tomou rápidas medidas para restaurar a ordem na praça, tendo-lhe Ninachatu, um rico mercador indú, prestado os maiores serviços neste capítulo. Ninachatu e alguns dos «governadores da terra» depressa se aproximaram de Albuquerque e lhe disseram que o povo sofria graves inconvenientes com a falta de moeda corrente e solicitaram-lhe que ordenasse se fizesse qualquer emissão. Logo Albuquerque convocou mercadores, os governadores e os principais homens da cidade e combinou com eles o lavramento de moedas de ouro, prata e estanho, ficando as moedas de estanho a substituir as de cobre de Goa, aproveitando-se assim a riqueza natural de estanho da Península de Malaca. Dizemos atrás que a moeda nativa antes da chegada dos portugueses era de estanho. Exactamente ainda hoje as moedas desse metal são correntes em Trengganu e Kelantau.

A moeda de ouro chamada *Católico* pesaria um quarto de *tundia* e, entre os portugueses, valia 1.000 réis. As moedas de prata chamadas

---

(1) Cabaio ou Sabaio. — *N. do T.*

*Malaqueses*, isto é, peças de Malaca, teriam o mesmo valor de quarto de tundia (1). As moedas de estanho eram de 3 denominações, a saber:

1.º — *Dinheiro* [isto é, dinheiro (2)] a mais pequena moeda, igual a dois *caixes*, anteriormente existentes, do soberano de Malaca, trazendo a esfera do rei D. Manuel;

2.º — *Soldo* igual a dez *dinheiros*;

3.º — *Bastardo*, igual a dez *soldos*.

Abriu-se imediatamente uma casa da moeda e obrigou-se, sob pena de morte, toda a gente a entregar a antiga moeda do rei de Malaca ali para ser recunhada. Quando esta medida se executou e passou a haver suficiente quantidade de dinheiro cunhado, Albuquerque fixou o dia para a proclamação da nova moeda corrente e os principais do povo juntaram-se na fortaleza a Albuquerque com os Capitães, Fidalgos e Cavaleiros da Armada para formarem uma procissão que percorreria a cidade. A descrição feita desta procissão e da proclamação é tão interessante e pitoresca que a dou textualmente:

«Ia deante de todo o povo um dos principais governadores da Cidade em cima dum Alifante com seu castelo emparamentado de seda, e levava nas mãos uma bandeira das armas d'El-Rei de Portugal em uma haste comprida, e após ele ia todo o povo a pé duma parte, e da outra como em procissão, e no meio desta gente ia um Mouro em cima doutro Alifante, emparamentado tambem de seda, dando os pregões, e após ele as trombetas, e atrás dela os Governadores da Cidade e todos os Mercadores, e principais homens dela, e no couce desta gente iam, António de Sousa, filho de João de Sousa de Santarém, e o filho de Ninachatu ambos juntos em um Alifante grande que fora da pessoa do rei com seu castelo emparamentado de panos de brocado, e levavam consigo muita soma de moeda de ouro, prata e estanho (3), que lançavam por cima de todo o povo, a cada pregão que o Mouro dava, o qual era tanto que não cabia pelas ruas e com muitos cantares e tangeres à sua

(1) «... e que tivesse o mesmo preço de quarto de *tundia*...» dizem os *Commentarios*.

(2) No original *money*. — *N. N. do T.*.

(3) Isto é provavelmente um erro, pois nenhuma moeda de cobre de Malaca são mencionadas anteriormente. Verosimilmente quere-se dizer moedas de estanho. — *N. do T.*. No original inglês transcrito por Hanitsch está incompreensivelmente *copper!* — *N. do T.*.

usança, davam grandes louvores a Afonso Dalboquerque pela mandar por conselho, e parecer de seus naturais» (vol. III, pág. 141). A notícia desta primitiva casa da moeda de Malaca é também dada por Dauvers (5), vol. I, pág. 230 e Stephens (15), pág. 152.

Além destas duas oficinas de Goa e Malaca, outras os portugueses fundaram em Ceilão, Cochim, Diu, Baçaím, Damão e Chaúl. As letras monetárias de seis destas cidades são as seguintes segundo Cunha (4), parte I (1), pág. 273, parte III (1), pág. 202 e parte IV (1), pág. 21:

G ou G — A . . . . .	Goa
M ou M — A . . . . .	Malaca
C — LO . . . . .	Ceilão
D . . . . .	Damão
D ou D — O . . . . .	Diu
B . . . . .	Baçaím

Finalmente a letra A que se encontra nalgumas moedas supõe-se significar *Ásia* (ver Cunha, parte I, pág. 271), mas sugere-se também que signifique *Albuquerque*.

Cunha (2), a primeira autoridade sobre este assunto, alude às muitas dificuldades que o estudo das moedas cunhadas por estas casas da moeda apresenta, e afirma que as moedas foram emitidas pelos vice-reis ou mesmo pelos funcionários da Casa da Moeda da maneira mais caprichosa e que elas frequentemente ostentavam desenhos e effigies que não se relacionavam de maneira nenhuma com os monarcas reinantes dos períodos em que foram lavradas e ainda que, algumas delas, foram cunhadas anos depois dos reis, cujos bustos traziam, terem falecido (4), parte I, pág. 267. Cunha continua: «Mas estas dificuldades elevaram-se ao décuplo devido à falta absoluta de espécimes do primeiro período do governo português na Índia, sendo deficientemente supridos por alguns relatórios oficiais ou memórias particulares. Se as moedas dos séculos XVI, XVII e XVIII são escassas, os documentos escritos, que a elas se referem, são raros ou deficientes».

Para Valentyn (16) elas parecem ter sido inteiramente desconhe-

---

(1) Respectivamente fascículos I, III e IV. A paginação referida é a do *Journal of Straits Branch of the Royal Asiatic Society* e não da separata das *Contributions...* saída em 1883. — *N. do T.*

(2) Dr. José Gerson da Cunha. — *N. do T.*

cidas. Millies (12), pág. 140, diz: «Um dos verdadeiros monumentos da vitória do grande Afonso d'Albuquerque — a moeda que ele fez bater em Malaca — desapareceu de tal maneira, que nos tem sido completamente impossível descobrir um exemplar» (1). Birch (2) numa nota nos *Commentarios* de Albuquerque, vol. II, pág. 130, refere-se, quanto a descrições das primitivas moedas portuguesas, às obras de Faria (6) e Fernandes (8) e assevera que «as próprias moedas são tão raras que quase se podem descrever como já não existentes» e que aqueles escritores não reproduziram nenhuma delas. Eu não consegui ver as obras de Faria e Fernandes, mas satisfaz-me dizer que o conjunto exumado em Malaca contém algumas dessas primitivas moedas e, sem dúvida, algumas delas podem ser espécimes idênticos àqueles que Albuquerque lançou sobre a multidão admirada durante a procissão e a proclamação da nova emissão de Malaca em 1511.

Os mais antigos espécimes são três moedas em muito bom estado de conservação pertencentes ao reinado de D. Manuel, que governava quando Malaca foi tomada. O seu diâmetro é de 30 mm. ou 1 polegada e  $\frac{3}{16}$  e o seu peso 10,3 a 10,8 gramas e, portanto, provavelmente, *bastardos*. Têm no anverso as armas portuguesas e em volta a legenda

EWANVEL (2) : R : P : ET : A : DOVINE (5)

A segunda e quarta letras da primeira palavra estão invertidas e a última palavra, com cinco ou seis (4) letras, está menos nítida do que as restantes. Podia significar DOMINE (5). A significação dos outros caracteres é de facto *Emanuel* (6) *Rex Portugaliae et Algarbiorum* (7). Os Algarves foram primeiramente conquistados pelos portugueses cerca de 1188 e o seu nome é ainda mencionado nas moedas actuais (8).

(1) Texto em francês.

(2) Na moeda está +I : E $\overline{W}$ ANVEL :

(3) Erro de leitura do autor, seguido de outro, como se verá na referência do texto.  
— *N. do T.*

(4) São perfeitamente visíveis seis.

(5) No exemplar fotografado lê-se perfeitamente D GVINE. Veja-se igualmente a observação feita em nota, por J. Schulman, do exemplar n.º 1.296 no catálogo da colecção Grogan — *Collection Henry Thomas Grogan* — Amesterdão — Fevereiro de 1914. O que não está bem visível é o *n*, não se percebendo se está N ou se está Ñ.

(6) *I Emanuel (Primus Emanuel)*.

(7) ... *Dominius Guineae*.

(8) 1903. — *N. do T.*

O reverso da moeda traz a esfera—o emblema do rei D. Manuel—como as moedas batidas em Goa. O emblema da esfera é usado propositadamente como um símbolo das gloriosas conquistas universais de Portugal (vide lam. 1, figs. 2 e 2.<sup>a</sup>).

Albuquerque morreu fora de Goa em 16 de Dezembro de 1515 e o rei D. Manuel em 1521. Do reinado do soberano seguinte, D. João III—1521-1557—estão representados no conjunto entre 50 a 60 moedas. A primeira espécie, provavelmente o *Soldo* (módulo 24 mm. ou  $\frac{15}{16}$  de polegada com o peso de 3,2 a 3,9 gramas) é de cunho muito nítido, trazendo no anverso uma cruz e em volta a legenda.

IOA:III:POR:ET:AL:R:

isto é, *Ioannes III Portugaliae et Algarbiorum Rex* e no reverso a costumada esfera. Esta moeda de estanho condiz, por conseguinte, exactamente com a descrição das moedas de ouro, prata e cobre cunhadas em Goa que tinham duma parte «uma cruz de Kristus, e da outra uma esfera (divisa d'El-Rei D. Manuel)». Desta moeda há sòmente três espécimes (lam. II, figs. 9 e 9.<sup>a</sup>).

Outra espécie, da qual há 15 espécimes, assemelha-se a esta última em todos os detalhes, excepto o fabrico que é muito mais grosseiro e a cruz que é ligeiramente diferente como se vê:



Dum módulo mais pequeno do que esta moeda, provavelmente *Dinheiro*, há aproximadamente 40 espécimes, alguns deles em muito bom estado de conservação. O módulo é de 19 mm. ou  $\frac{5}{4}$  de polegada e o peso de 2 a 2,3 gramas. O anverso tem em volta da cruz a legenda

IOA:III:POR:ET:AL.

O reverso tem a esfera (lam. II, figs. 10 e 10.<sup>a</sup>).

Há algumas moedas que no anverso, em volta das armas, mostram a legenda assim:

IOANNES.R.P.ET.AL.D.G.

isto é, *Ioannes Rex Portugaliae et Algarbiorum Dei Gratia* e no reverso a esfera. Se bem que não especifiquem claramente serem de D. João III, não há dúvida nenhuma que elas igualmente pertencem ao seu reinado e não ao de D. João IV — 1640-1656 —, no 2.º ano do qual os portugueses perderam Malaca, nem ao de D. João V — 1706-1750 —. Destas há 20 espécimes, mas muitas em mau estado de conservação. O seu módulo é de 24 mm. ou  $\frac{15}{16}$  de polegada e o peso 6,3 a 6,4 gramas (lam. II, fig. 8 a 8.ª).

Uma moeda mais pequena, de que há 2 espécimes, tem no anverso a cruz com as letras ISMA nos seus quatro ângulos, e no reverso novamente a esfera. Estas letras, com todas as probabilidades, significam *Ioannes Malaca*, mostrando que a moeda foi batida em Malaca por um rei João, provavelmente ainda D. João III. A cruz é muito semelhante à cruz de certas moedas desenhadas por Cunha (Parte I, lam. I, figs. 3, 4 e 7) das casas da moeda de Goa e Diu e aparentemente pertencendo ao século dezoito. O módulo é de 17,5 ou  $\frac{11}{16}$  de polegada e o seu peso 3,8 a 3,9 gramas (lam. II, figs. 13 a 13.ª).

Pertencendo provavelmente ao reinado do soberano seguinte, D. Sebastião — 1557-1578 —, há 6 espécimes duma moeda de grandes dimensões que tem no anverso as duas letras S. B. com três setas cruzadas entre elas, e no reverso as armas. O S quer significar *Sebastião* e a letra B pode significar *Baçaim*, uma das cidades com oficina monetária, ou *Bastardo*, a denominação da maior moeda de estanho. As setas são o símbolo do martírio de S. Sebastião, nome que veio a ser dado ao rei. O módulo da moeda é de 30 mm. ou 1 polegada e  $\frac{3}{16}$  e o peso 11,3 a 11,9 gramas (lam. I, figs. 4 e 4.ª).

Outra moeda que tem foros de pertencer também a este reinado ostenta no anverso as letras B e A com 3 setas cruzadas entre elas, e no reverso a esfera. A moeda é muito pequena para a letra B significar *Bastardo* e é, provavelmente, a marca monetária de *Baçaim*, enquanto que a letra A pode significar *Ásia* ou *Albuquerque* (vide a pág. 190) (1).

As três setas cruzadas mostram que a moeda foi cunhada durante o reinado de D. Sebastião, como a moeda anterior e é muito provável que os dois pontos sobre aquelas indiquem o seu valor em *dinheiros*. Encontraram-se 8 espécimes: módulo 17 mm. ou  $\frac{11}{16}$  de polegada e peso 3,5 a 3,7 gramas (lam. II, figs. 12 e 12.ª).

A moeda fotografada na lâmina 1, fig. 1, de que há somente um espécime, foi provavelmente cunhada em Goa, porque o seu anverso traz

(1) Paginação do original. Na tradução pág. 112. — *N. do T.*

um emblema muito semelhante à roda, o símbolo do martírio de Santa Catarina, padroeira de Goa. Esta roda é muitas vezes achada nas moedas batidas nesta última cidade, comemorando a sua conquista pelos portugueses no dia do seu santo nome, 25 de Novembro (de 1510). O reverso é completamente liso. Módulo: 27 mm. ou 1 polegada e  $\frac{1}{16}$  e o peso de 8,9 gramas.

Uma moeda pequena, representada por 5 espécimes, mostra no anverso as armas e no reverso um navio, mas legendas de espécie nenhuma. Módulo: 18 mm. ou  $\frac{3}{4}$  de polegada; peso: 2,2 a 2,4 gramas (lam. I, figs. 6 e 6.<sup>a</sup>).

Uma outra moeda consideravelmente maior mostra no anverso as armas e no reverso a esfera e, igualmente, sem legendas. Há dela 5 espécimes. Módulo: 28 mm. ou 1 polegada e  $\frac{1}{8}$ ; peso: 10 a 11,2 gramas (lam. I, figs. 3 e 3.<sup>a</sup>).

Por fim existe nma moeda, representada apenas por 1 espécime, ostentando no anverso umas armas pequenas rodeadas por grandes letras romanas profundamente gravadas, e no reverso a esfera. Não obstante as letras estarem profundamente gravadas, como digo, e pouco gastas, são tão grosseiras que os meus esforços para as ler não têm tido successo. Módulo: 24 mm. ou  $\frac{15}{16}$  de polegada; peso: 3,7 gramas (lam. II, fig. 7) (1).

.....  
 .....  
 .....  
 .....

---

(1) O capítulo seguinte trata de moedas holandesas, francesas e inglesas.—*N. do T.*



## BIBLIOGRAFIA (1)

- 1.º ATKINS (James) — *Coins and Tokens of the Possessions and Colonies of the British Empire* — London, 1889.
- (2.º) BIRCH (W. de Gray) — *The Commentaries of the Great Afonso Dalboquerque, Second Vice-Roy of India*. 4 vols. — London, 1875-1884 (Hakluyt Society).
- 3.º CRAWFORD (John) — *A descriptive dictionary of the Indian Islands and Adjacent Countries* — London, 1856.
- (4.º) CUNHA (J. Gerson da) — *Contributions to the Study of Indo-Portuguese Numismatics — Journal of Bombay Branch of the Royal Asiatic Society* — Parte I, vol. XIV, págs. 267-273, 1 pl.; Parte II, vol. XIV, págs. 402-417; Parte III, vol. XV, págs. 169-202, 1 pl.; Parte IV, vol. XVI, págs. 17-73, 4 pls. (2); (1880-1883).
- (5.º) DAUVERS (F. C.) — *The Portuguese in India*. 2 vols. — London, 1894.
- (6.º) FARIA (Manuel Severim de) — *Notícias de Portugal* — Lisboa, 1791.
- 7.º ELLIS (Lt. Col. H. Leslie) — *British Copper Tokens of the Straits Settlements and Malayan Archipelago — Numismatic Chronicle*, ser. 3, vol. XV, págs. 135-153, pl. IV.
- (8.º) FERNANDES (M. B. L.) — Título da obra? (3) — *Mem. Acad. Real das Sciências de Lisboa* — 1856.
- 9.º MARSDEN (W.) — *The History of Sumatra*. 3rd edition — London, 1811.
- 10.º — *Numismata Orientalia Illustrata* — London, 1869.
- 11.º MILLIES (H. C.) — *De Munten der Engelschen von der Ost-Indischen Archipel* — Amsterdam, 1852.
- (12.º) — *Recherches sur les monnaies des indigènes de l'Archipel Indien et de la Péninsule Malaie* — La Haye, 1871.
- 13.º NETSCHER & CHIJS (E. — J. A. vander) — *De Munten van Nederlandsch Indie* — Batavia, 1860 (?).
- 14.º RODGERS (Chas. J.) — *Catalogue of the Coins of the Indian Museum* — 4 parts — Calcutta, 1893-96.
- (15.º) STEPHENS (H. Morse) — *Albuquerque (R. I.)* — Oxford, 1892.
- (16.º) VALENTYN (François) — *Oud en Nieuw Ost-Indien*. 5 vols. — Dordrecht e Amsterdam, 1724.

---

(1) Os números entre parênteses são os referentes às obras relacionadas com a parte traduzida, isto é, que dizem respeito à numismática luso-oriental.

(2) A obra de Gerson da Cunha publicada em separata tem ao todo 9 lâminas.

(3) *Memória das moedas correntes...* Lisboa — N. N. do T.

## ADDENDUM

### AS MOEDAS

- N.º 1 — Desconhecida.
- » 2 — Tipo Grogan (1), lam. VIII, n.º 1296 (D. Manuel — *Bastardo*).
  - » 3 — » Grogan, lam. VIII, n.º 1309 (D. João III — *Bastardo*).
  - » 4 — Falta em Grogan.
  - » 5 — Moeda malaia.
  - » 6 — Falta em Grogan.
  - » 7 — Desconhecida.
  - » 8 — Tipo Grogan, lam. IX, n.os 1304 e 1306 (D. João III — *Soldos*); talvez exista maior semelhança no anverso com o n.º 1304 e no reverso com o n.º 1306.
  - » 9 — Tipo Grogan, lam. VIII, n.º 1302 (D. João III — *Dinheiro*), mas de módulo maior e legenda mais completa em Hanitsch. Divergem, além disso, noutros pormenores do reverso.
  - » 10 — Tipo Grogan, lam. VIII, n.º 1302 (D. João III — *Dinheiro*) (2). Esta é que, verdadeiramente, corresponde à n.º 10 de Hanitsch.
  - » 11 — Moeda malaia.
  - » 12 — Tipo Grogan, lam. IX, n.os 1311 e 1312 (D. Sebastião — Moedas de 2 *Bazarucos*). Apresenta mais semelhanças com a 1311. Repare-se no zodíaco.
  - » 13 — Falta em Grogan.

---

(1) *Collection Henry Thomas Grogan* — Février, 1914 — J. Schulman, Amsterdam.

(2) É notável o estado de conservação do exemplar apresentado pelo Dr. Hanitsch. —  
N. N. do T.

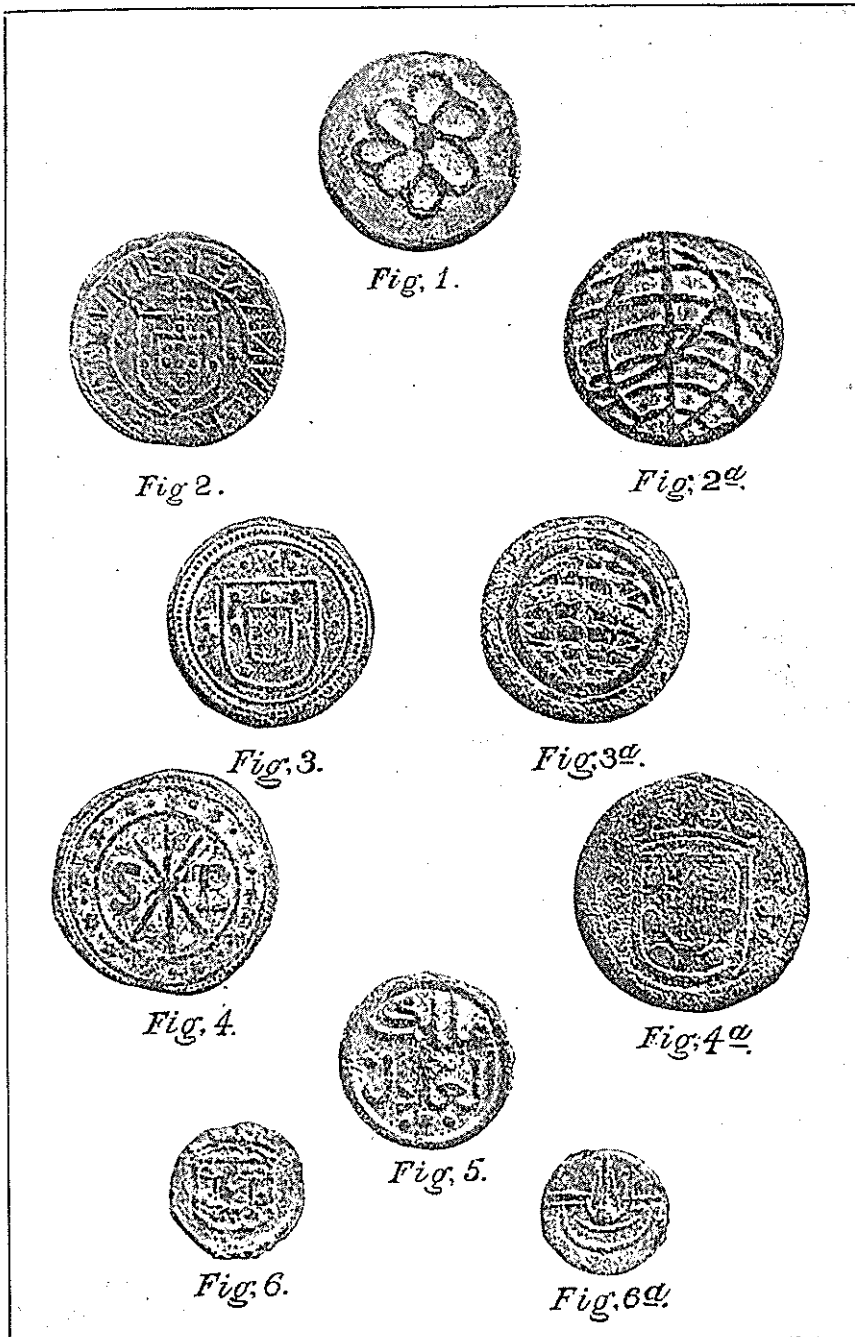
## GRAVURAS

### LAMINA I

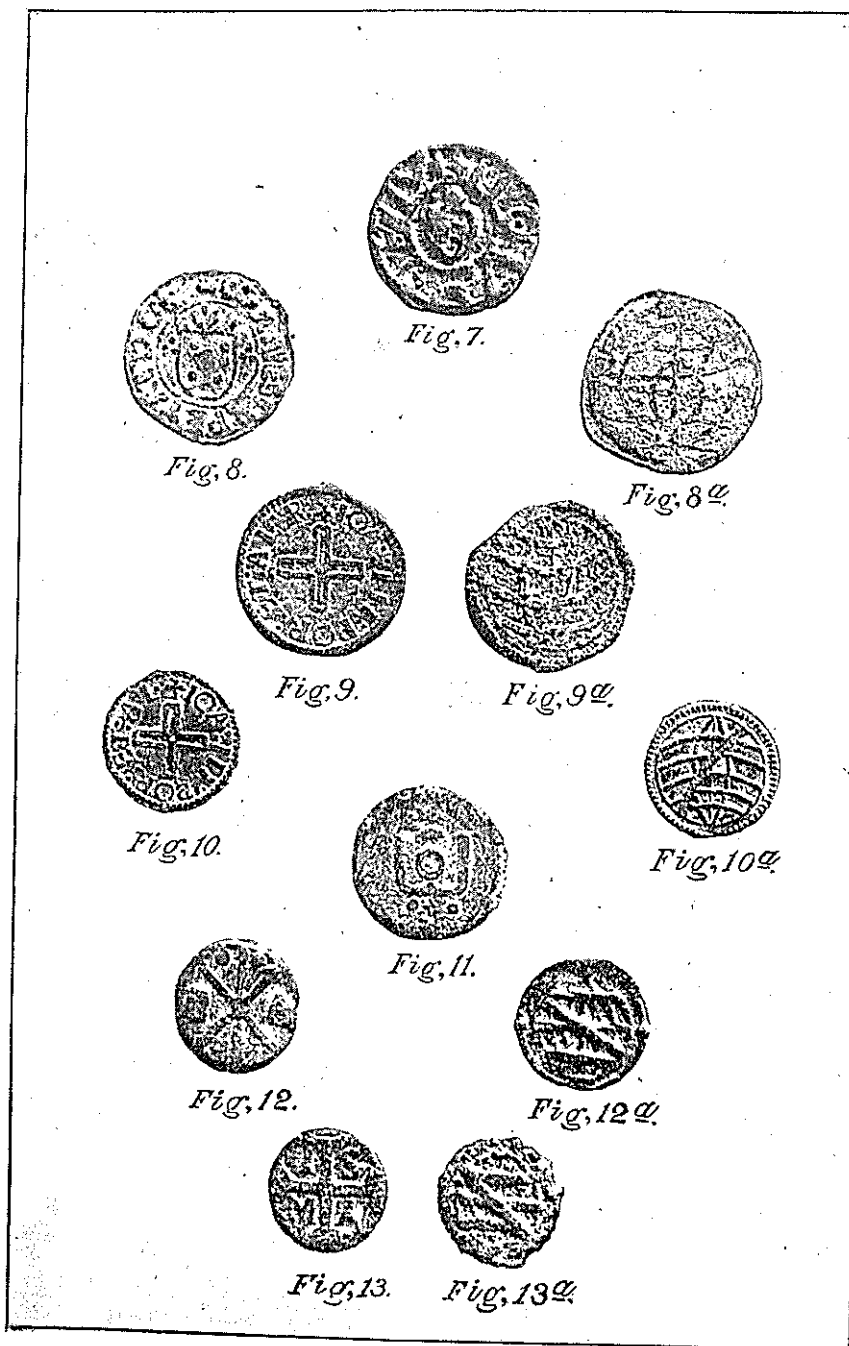
Fig. 1	no original	pág. 193	—	na tradução	pág. 116
Figs. 2 e 2. <sup>a</sup>	»	»	»	191 — »	» » 115
Figs. 3 e 3. <sup>a</sup>	»	»	»	193 — »	» » 117
Figs. 4 e 4. <sup>a</sup>	»	»	»	183 — *	» » 116
Fig. 5	»	»	»	186 — »	» » —
Figs. 6 e 6. <sup>a</sup>	»	»	»	193 — *	» » 117

### LAMINA II

Fig. 7	no original	pág. 193	—	na tradução	pág. 117
Figs. 8 e 8. <sup>a</sup>	»	»	»	192 — »	» » 116
Figs. 9 e 9. <sup>a</sup>	»	»	»	191 — »	» » 115
Figs. 10 e 10. <sup>a</sup>	»	»	»	192 — »	» » 115
Fig. 11	»	»	»	186 — »	» » —
Figs. 12 e 12. <sup>a</sup>	»	»	»	193 — »	» » 116
Figs. 13 e 13. <sup>a</sup>	»	»	»	192 — »	» » 116



Tin Coins from Malacca



Tin Coins from Malacca

# A MEIA TANGA DE D. FILIPE III

PELO DR. JOAQUIM FRONTEIRA.

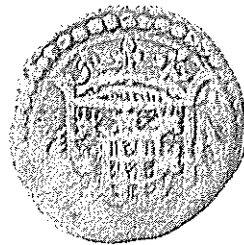
Dentre as moedas de prata que os amadores da numária indo-portuguesa mais apreciam, encontram-se as pequenas tangas e meias tangas, nalgumas das quais, embora minúsculas, o artista indú procurou reproduzir, se não com fidelidade, com sentimento e personalidade, as reais effgies. Estão neste caso certos exemplares de tangas e meias tangas de busto de D. João V e de D. Maria I, sendo, destas, particularmente curiosas aquelas em que a rainha se apresenta com o véu de viúva.

Da 3.<sup>a</sup> dinastia rareiam tais numismas, mormente os que têm no anverso a imagem de S. Filipe, patrono dos três monarcas espanhóis que a constituíram. É duma delas, que cremos inédita — a meia tanga de D. Filipe III — que nos vamos ocupar.

Este exemplar da nossa pequena colecção, adquirido em Goa, encontra-se bastante bem conservado, em especial no reverso. No anverso, devido mais ao sistema de cunhagem indígena do que ao desgaste motivado pelo uso, não é possível distinguir a letra colocada à direita do santo.



A



B

Ampliado a 5 diâmetros

## Descrição do exemplar:

- A — S. Filipe, em pé, de face, ou ligeiramente à esquerda, segurando com a mão direita uma cruz comprida. No campo, do lado esquerdo, uma letra indecifrável (talvez um S); do lado direito um F. Orla perlada, entre dois círculos concêntricos. Sem data.
- B — Armas do reino, acostadas por um G à esquerda e um A do lado oposto. Orla perlada, entre dois círculos concêntricos. — Prata. Módulo-11,5 mm. Peso 1,02 grs.

São muito mais raras as meias tangas de prata com a imagem de S. Filipe, do que as tangas com anverso idêntico. No próprio catálogo de venda da coleção de Henry Thomas Grogan, justamente considerada como das mais completas da Índia Portuguesa e que foi leiloadada em Amsterdam, em Fevereiro de 1914, não existe um único exemplar dessas meias tangas, com S. Filipe.

Apenas encontramos descrições destas moedas, atribuídas ao reinado de D. Filipe I, na *Numismática Indo-Portuguesa*, de Manuel Joaquim de Campos; no *Catálogo das moedas indo-portuguesas, do Museu Municipal do Porto*, do Dr. Damião Peres; e na *Numismática da Índia-Portuguesa*, de José Maria do Carmo Nazareth.

Constam do Quadro I algumas das respectivas características:

I—Meias tangas, de Goa, com a figura de S. Filipe no anverso  
(prata)

OBRA	N.º	Reinado	Data	Letras no anverso	Módulo (mm.)	Peso (gramas)
Numismática Indo-Portuguesa, M. Campos . . . . .	12	D. Filipe I	s/d	M - A	13	1,65
Catálogo das moedas Indo-Portug., do Museu do Porto (a)	9	D. Filipe I	s/d	M - A	(14)	1,75
Numismática da Índia Portuguesa, Carmo Nazareth . .	289/10	D. Filipe I	(1594)			1,69

(a) Classificada como tanga.

Vemos que em todos os exemplares o peso é superior ao do nosso, bem conservado, como se verifica pela gravura junta, o mesmo se observando quanto aos módulos indicados. As letras do anverso, que ladeiam a figura do santo, são o M e o A, respectivamente, inicial e terminal da palavra M(alac)A. Trata-se, segundo parece, de tangas cunhadas para Goa (G—A, no reverso, acostando as armas do reino), mas segundo as faladas leis de Malaca.

Nos Quadros II e III damos algumas características de tangas e tangas dobradas, mandadas cunhar por diversos Vice-reis, durante a dinastia filipina.

## II — Tangas, de Goa, com a figura de S. Filipe no anverso

(prata)

OBRA	N.º	Reinado	Data	Letras no anverso	Módulo (mm.)	Peso (gramas)
Catálogo da Colec. Grogan, 1914	1517	D. Filipe I	(1594)	T - A	16	3,62
Id. id. . . . .	1529	D. Filipe III	16..	S - ?	16/16,5	2,17
Catálogo da Colecção Dr. Jules Meili, 1910 . . . . .	1382	D. Filipe I		T - A	16	2,50
Id. id. . . . .	1393	D. Filipe III	16..	S - ?	17	2,20
Numismática Indo-Portuguesa, M. Campos . . . . .	18	D. Filipe III	1640	S - F		2,18
Descrição Geral e Histórica, T. de Aragão . . . . .	1	D. Filipe I		T - A		3,78
Numismática da Índia Portu- guesa, C. Nazareth . . . . .	288/9	D. Filipe I	(1594)	T - A		3,59
Id. id. . . . .	295/16	D. Filipe III	1640	S - F		1,89

## III — Tangas dobradas, de Goa, com a figura de S. Filipe no anverso

(prata)

OBRA	N.º	Reinado	Data	Letras no anverso	Módulo (mm.)	Peso (gramas)
Catálogo da Colec. Grogan, 1914	1527	D. Filipe III	1640	S - F	19	4,39
Id. id. . . . .	1528	D. Filipe III	1640	S - F	19/20	4,35

É para notar que só as tangas batidas no reinado de D. Filipe III têm as letras S—F (São Filipe) acostando a imagem do santo, o mesmo sucedendo às tangas dobradas.

As tangas de D. Filipe I têm, em vez daquelas, as letras T—A (tanga?) e um peso que oscila entre 2,50 e 3,78 gramas, ao passo que as de D. Filipe III variam entre 1,89 e 2,20.

Vejam agora como podemos calcular o peso médio das meias tangas de D. Filipe I, servindo-nos dos elementos apresentados nos Quadros I e II. Deste utilizamos as tangas batidas no seu reinado e como,



por lei, as meias tangas deviam pesar metade das tangas, obtivemos, assim, mais quatro pesos de meias tangas que agrupados com os indicados no Quadro I, permitiram determinar para elas o peso médio  $\bar{S}=1,691$ . Interessa, evidentemente, calcular desvio padrão desta média e, assim, determinamos  $\sigma=0,194$ . Como foi de 7 o número de exemplares obser-

vados, teremos  $\sigma_{\bar{S}} = \frac{\sigma}{\sqrt{7}} = 0,073$ .

Trabalhando com  $2\sigma$ , será

$$1,691 \pm 2\sigma_{\bar{S}} = 1,691 \pm 0,146 \begin{cases} 1,837 \\ 1,545 \end{cases}$$

Pesando o nosso exemplar 1,02 gr., é óbvio que não poderá considerar-se como pertencendo ao grupo das meias tangas de D. Filipe I.

Calculamos, depois, o peso médio das meias tangas de D. Filipe III, servindo-nos dos elementos constantes dos Quadros II e IV e procedendo de forma análoga à anteriormente indicada, o que é lícito, pois que a lei monetária não distingue, quanto a pesos, as meias tangas com a imagem do santo, das outras com diferente anverso.

A seguir apresentamos dois Quadros com algumas das características das tangas e meias tangas sem a figura de S. Filipe: umas com a grelha de S. Lourenço, outras com as letras M — T (meia tanga), etc..

#### IV — Meias tangas, de Goa, sem a figura de S. Filipe

(prata)

O B R A	N.º	Reinado	Data	Letras no anverso	Módulo (mm.)	Peso (gramas)
Descrição Geral e Histórica, T. de Aragão . . . . .	3	D. Filipe II	?	M - T		1,44
Numismática da Índia Portuguesa, C. Nazareth . . . . .	290/11	D. Filipe II	(1614)	M - T		1,54
Id. id. . . . .	294/15	D. Filipe III	(1630)	G - ?		0,90
Catálogo das moedas Indo-Portuguesas do Museu do Porto.	11	D. Filipe III	?	G - ?		0,98
Memória sobre as moedas cunhadas em Goa, F. N. Xavier . . . . .	III-10	D. Filipe II	?	M - T		1,49

V — Tangas, de Goa, sem a figura de S. Filipe  
(prata)

OBRA	N.º	Reinado	Data	Letras no anverso	Módulo (mm.)	Peso (gramas)
Catálogo da Colec. Grogan, 1914	1522	D. Filipe II	?	G - A	16/18	2,56
Catálogo da Colecção Dr. Jules Meili, 1910 . . . . .	1391	D. Filipe III	16..	G - A	15	2,10
Descrição Geral e Histórica, T. de Aragão . . . . .	2	D. Filipe II	?	I - T		2,99

Fazendo, pois, idêntico raciocínio, obtivemos os valores seguintes:

$$\bar{S} = 1,017 \quad \sigma = 0,078 \text{ e, portanto,}$$

$$1,017 \pm 2 \frac{\sigma}{S} = 1,017 \pm 0,063 \begin{cases} 1,080 \\ 0,954 \end{cases}$$

É manifesto que o peso do nosso exemplar (1,020) está compreendido entre os limites agora apresentados, pelo que, juntamente com o facto, já referido, de só as tangas batidas no reinado de D. Filipe III apresentarem no anverso as letras S—F, consideramos aquele como uma meia tanga do último rei da 3.<sup>a</sup> dinastia.

Resta-nos localizar o ano em que teria sido cunhado.

Foram três os Vice-reis que, em tempo de D. Filipe III, ordenaram a cunhagem de meias tangas de prata: D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, em 1630; Pedro da Silva, em 1637; e António Teles de Menezes. Este, porém, não fez qualquer alteração na legislação monetária existente, pelo que não nos interessa analisar a cunhagem de moedas feita durante o seu governo.

Na «*Memória sobre as moedas cunhadas em Goa*», de Felipe Nery Xavier, in «*Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa*», a pág. 80, lê-se a seguinte informação acerca da cunhagem ordenada pelo primeiro destes Vice-reis:

«1630 — Mandou-se cunhar *patações* de prata de reales, que os particulares levassem á casa da moeda, na seguinte proporção: *patações de 6 tangas* — *meios patações de 3 tangas* e *moedas de tangas* e *meias tangas*, tendo o patação o peso de 345 grãos, e nesta razão regulando o peso das outras.

Não existem moedas deste cunho, especialmente as primeiras duas: as *tangas* e *meias tangas* que temos visto não podemos dizer que pertençam a este cunho, por falta de anno, pois que o assento do conselho da fazenda que as mandou cunhar não determinou o seu padrão.»

Teremos, portanto, feita a devida conversão em gramas:

Patações de 6 tangas	345	grãos	. .	17,181	gramas
Meios patações de 3 tangas	172,5	»	. .	8,591	»
Tangas	57,5	»	. .	2,864	»
Meias tangas	28,75	»	. .	1,432	»

Quanto à cunhagem mandada fazer por Pedro da Silva, informa-nos:

«1637 — Mandou-se cunhar de prata da lei a toque do tostão do reino, *xerafins* do peso de 312 e meio grãos, *meio xerafim* 156 e um quarto de grão, *uma tanga* de 62 e meio grão, e *meia tanga*, 31 e um quarto de grão, que é conforme o peso que tem as tangas que se fiserão para Malaca.

Não existem moedas deste cunho, nem se sabe qual foi o seu padrão.»

Feitas as necessárias conversões, teremos:

Xerafins	312,50	grãos	. . . . .	15,563	gramas
Meios xerafins	156,25	»	. . . . .	7,781	»
Tangas	62,50	»	. . . . .	3,113	»
Meias tangas	31,25	»	. . . . .	1,556	»

Vejamos a cunhagem de 1630. Comparando o peso do nosso exemplar com o indicado para as meias tangas, nota-se uma diferença de 0,41 gramas. Certo que representando isso uma perda de uns 28,6 % do seu peso original (?), para moeda tão pequena poderá parecer exagerada, senão improvável, essa redução. Atente-se, porém, nos factos seguintes:

1.º Quanto menor for a moeda, desde que ande em circulação normal, mais sujeita está a gastar-se, devido ao natural cuidado para que se não perca, o que a força a um atrito quase total com os dedos, para melhor a segurar;

2.º Constatando-se, não obstante, que as pequenas moedas chegadas até nós estão, por via de regra, menos gastas do que as maiores, tal deve atribuir-se a que não terão circulado durante muito tempo, ou por terem

sido guardadas como amuletos, ou porque a sua pequenez suscitou particular interesse, ou por terem estado perdidas, escondidas, etc.;

3.º É sabida a latitude tomada na operação da cunhagem pelo artífice indiano, sempre tentado a reduzir, em proveito próprio, o seu valor intrínseco, o que nos permite admitir a possibilidade de o nosso exemplar ter saído cunhado com um peso tal que o actual não represente, para ele, uma perda da ordem acima indicada;

4.º A declaração feita, *in fine*, por Nery Xavier, de que as tangas e as meias tangas que viu não tinham ano marcado, «pois que o assento do conselho da fazenda que as mandou cunhar não determinou o seu padrão».

A conjugação dos factos expostos, e ainda o de as meias tangas cunhadas em 1637 deverem pesar, legalmente, bastante mais (1,566), permite-nos apontar o ano de 1630 como data da cunhagem da meia tanga de D. Filipe III.

Terminado, assim, este breve estudo, cumpre-nos agradecer ao nosso colega e amigo Dr. António José Lopes, Chefe da Repartição de Estatística e Informação de Goa, os seus bons officios para a aquisição do exemplar descrito; e ao nosso confrade e amigo Eng.º Joaquim Ferraro Vaz, insigne numismata, a copiosa bibliografia que, com a costumada gentileza, quis pôr à nossa disposição.

# UMA MEDALHA DE OURO DE NAPOLEÃO III

PELO ENG.º SALVADOR DE SÁ NOGUEIRA.

A medalha aqui referida foi conferida pelo Imperador dos Franceses, Napoleão III, em 1862, ao Contra-Almirante Rodrigo de Sá Nogueira de quem se darão aqui umas ligeiras notas biográficas.

Trata-se de espécie única em virtude da inscrição que se contém no seu reverso e que é a seguinte:

«A Rodrigo de Sá Nogueira Cap.º du port de Pedra Badejo Services à la Marine Marchande Française 1861.»

Circunda estas palavras uma coroa de louros e aos lados delas vêem-se duas belas figuras. Por cima e em arco os dizeres: «Ministère de la Marine & des Colonies».

No anverso a effigie de Napoleão III, cercado das palavras: «Napoléon III Empereur» e o nome do gravador: «Caqué. F.».

No diploma em que o Imperador confere a graça ao nosso Almirante lê-se o seguinte:

Marine (As armas imperiais) et Colonies.

Le Ministre Secrétaire d'Etat au département de la Marine et des Colonies — Certifie que, par un décret en date du 14 Décembre 1861 l'Empereur a décerné une Médaille d'honneur en or a M.<sup>r</sup> Rodrigo de Sá Nogueira, capitaine du port de Pedro Badejo (îles du Cap Vert)

pour sa belle conduite á l'occasion du naufrage du navire de commerce français le *Georges*, aux abords du port de Pedro Badejo, le 21 Juin, 1861.

Paris, le 21 Février 1862.

(uma assinatura ilegível)

Par le Ministre :

*Le Conseil d'Etat, Directeur du Personnel.*

(outra assinatura ilegível)

No estojo da medalha e do diploma em forma de livro, estas palavras exteriormente, em ouro :

Ministère de la Marine

Médaille d'honneur

Diplôme ;

e interiormente :

Extrait des règlements concernant les médailles d'honneur.

Les personnes auxquelles il a été accordé une médaille d'honneur pour actes de courage et de devouement ont le droit de la porter suspendue á la boutonnière par un ruban tricolore également divisé, c'est—à—dire sur lequel chacune des couleurs nationales occupe un espace égal en largeur.

L'usage de tout autre ruban est expressément interdit. Le ruban ne peut pas être porté isolément et sans la médaille comme un ruban d'ordre.

Agora algumas notas biográficas do agraciado :

Rodrigo de Sá Nogueira nasceu em 28 de Março de 1811 e faleceu em 2 de Agosto de 1880. Foram seus pais Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, alcaide-mor de Cadaval, Capitão-mor e Coronel de Milícias de Santarém, corregedor do Ribatejo, desembargador da Relação do Porto, juiz do Tombo da Casa do Infantado, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Comendador na mesma Ordem, moço-fidalgo com exercício no Paço, senhor do grande prazo do Reguengo em Santarém e doutros, etc., e D. Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godolphim, filha de Estêvão de Sá e Mendonça, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão-mor da vila das Pias, termo de Tomar, almo-

xarife de Dornes, 9.º senhor do morgado de Priscoxe, 4.º senhor do de Nossa Senhora do Desterro, administrador de muitos outros morgados, fidalgo de solar e cota de armas, etc., e de sua mulher D. Maria Inácia Cabral da Cunha.

Rodrigo de Sá Nogueira foi moço-fidalgo da Casa Real e assentou praça na Armada como aspirante a guarda-marinha em 21 de Julho de 1826. Tomou parte activa nas guerras liberais, apesar de muito novo, com tamanha valentia e galhardia que, por decreto de Sua Majestade Imperial de 28 de Julho de 1834, foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito. Além desta possuía outras condecorações. Era irmão mais novo do marquês de Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo) que teve uma filha única que faleceu sem descendência.

Rodrigo de Sá Nogueira foi casado com D. Maria Teresa de Campos Pereira de Sá de quem deixou sucessão.

*N. da R.* — No intuito de saber se haveria mais algum português que tivesse tido a distinção de receber esta medalha, escrevemos a duas entidades francesas, mas ainda não obtivemos resposta.



# V Á R I A

## VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.<sup>a</sup> DINASTIA

Extracto da Comunicação apresentada à Sociedade Portuguesa de Numismática em sessão de 26 de Fevereiro de 1953.

A relação que tenho o gosto de apresentar aos meus ilustres Confrades diz respeito a um conjunto de moedas portuguesas da quarta Dinastia, variantes de datas e cunhos não mencionadas ainda no catálogo Ferraro Vaz nem nas posteriores adendas que este Ex.<sup>mo</sup> Sr. fez publicar nos n.<sup>os</sup> 44 e 61 de «A Moeda», da Casa A. Molder, respectivamente de 24 de Março de 1950 e 23 de Janeiro de 1951.

Tal conjunto é constituído, na sua maioria, por espécimes pertencentes à colecção Pinto de Magalhães, do Porto. Os que dela não fazem parte serão relacionados com a indicação dos seus possuidores.

De cada moeda se apresenta um decalque, julgado suficiente para se poder atestar a sua existência e apreciar o respectivo estado de conservação. Mas se a S. P. N. tiver empenho em obter provas em gesso para guardar em seus arquivos, haverá a maior facilidade na sua obtenção.

As moedas são as seguintes:

### A — *Moedas de ouro.*

#### D. PEDRO II

1 — Quartinho, de Lisboa, de 1703.

#### D. JOÃO V

2 — Meia moeda, de Lisboa, de 1708.

3 — Meio escudo, de Lisboa, de 1732 com reverso-desenho XXIV.



## D. JOSÉ I

4 — Escudo, da Baía, de 1757.

5 — Escudo, da Baía, de 1760.

## D. MARIA I e D. PEDRO III

6 — Meia peça, da Baía, de 1786.

7 — Escudo, de Lisboa, de 1781.

B — *Moedas de prata.*

## D. PEDRO II

8 — Doze vinténs, de Lisboa, de 1693.

## D. JOÃO V

9 — Doze vinténs, de 1750. Colecção Carlos Braga.

## D. JOSÉ I

10 — Doze vinténs, 1753 (IOSEPHUS), com coroa de 4 hastes.

## D. MARIA II

Pesos espanhóis carimbados com o escudo coroado de 1834:

11 — Duro de Fernando VI (México) de 1754. Colecção M. A. Azevedo.

12 — » » Carlos III » » 1788.

13 — » » » III » » 1797 ... Colecção Carlos Braga (a).

14 — » » » III (Lima) » 1805.

(a) Carimbo diferente do geralmente conhecido.

M. RAMIRES.

A PROPÓSITO DA EMISSÃO E CIRCULAÇÃO  
DE MOEDAS VISIGODAS (1)

Da Comunicação apresentada à S. P. N. em sessão de 20-2-1953.

Num trabalho anterior (2) procurei dar uma visão do desenvolvimento económico da região Duriense, através da cartografia dos numismas ali cunhados durante os tempos hispano-visigodos.

(1) *Panoias, Cidade dos Lapiteas*, Anais do Instituto do Vinho do Porto, pág. 21 da Sep. — Porto 1947.

(2) A pedido do autor deixa-se de referir a parte relativa à localização das «*cecas*» de *Cepis*, *Aliobrio*, e Lavre, e ao problema das três *Valentias*, que será ulteriormente tratada nas páginas desta Revista. — N. R.

Abordava, mui sumariamente, a sobrevivência das divisões e organização sueva nos tempos posteriores a Leovigildo, a multiplicidade de locais de cunhagem de moeda, facto atribuído ao sistema fiscal e económico, à grande riqueza aurífera da região, e também, a adaptação do sistema monetário à organização religiosa, nestes tempos em que as sedes paroquiais foram importantes centros de povoamento.

Os suevos e visigodos, no seu condomínio político, não destruíram a organização fiscal romana baseada em anteriores usanças persistentes, revitalizadas com o estilar da verdade cristã.

Com o progresso da administração romana, desde os últimos tempos da república até ao Baixo Império, assistimos ao cerceamento da importância dos *pagi* em benefício das *villae* — colonato — e dos *vici* — aldeamento — uma vez que tanto uma forma como a outra implicavam um melhor aproveitamento económico regional.

Não devemos, porém, esquecer que a maior parte da nossa população foi compelida a aceitar as condições impostas por Roma e quase sempre considerada como estipendiária. Desta forma asseguravam aos *pagi* a conservação do seu direito, da sua organização administrativa, judicial e territorial. A liberdade pessoal era garantida aos seus componentes que, igualmente, viam reconhecido o direito à propriedade privada ou comunitária. No entanto, era-lhes imposta uma contribuição — *vectigal* — na maior parte dos casos em espécie, ou então sob a forma de *tributum* ou *stipendium*, que tinha de ser pago, proporcionalmente, por todos os habitantes, daí a criação duma alfândega — *vectigal* — (devem resultar deste facto os nossos topónimos: Vidigal, Vidigueira, etc.), na qual só não pagavam portagem os cidadãos romanos.

Testemunhos temos para comprovar que, a esta forma de vida indígena, a sua organização peculiar ainda subsistia integrada na administração formal romana. Os novos Senhores germânicos não derogaram as formas administrativas (das populações hispano-romanas) que encontraram, antes permitiram um largo desenvolvimento de ideais que podemos considerar nacionalistas. Consentiram na descentralização, no ressurgimento de antigos usos e costumes.

Todas estas unidades territoriais — *Civitates*, *vici* e *pagi* — puderam então cunhar a sua própria moeda — desde sempre considerada como elemento de soberania — uma vez que, desde o domínio dos suevos, deixou de ser privilégio do monarca a emissão de moedas. Qualquer entidade, talqualmente o sucedido na Gália, mesmo um particular, podia cunhar a sua moeda. Os recolectores do imposto continuavam a admitir

o pagamento do tributo tanto em espécie como em ouro. Aceitavam tanto os áureos imperiais como os trientes cunhados com o ouro regional, desde que fossem respeitadas as condições metrológicas impostas pela reforma Constantiniana. Esta, entre o demais prescrevia o uso da balança nos cobradores de imposto (1).

Com idêntica intenção promulgam decretos Valentiniano, Teodósio, Arcádio (2) — e Justiniano (3) — que, entre o mais, ordena a conservação do peso tipo na Igreja mais importante de Constantinopla, e igualmente sejam enviadas cópias dele ao Senado e à Igreja de Roma (*Acceptas ab imperatore mensuras vel papa, vel senatus servabant*) (4).

Os moedeiros dos Séculos V a VII não eram, segundo Luschin, funcionários governamentais, especializados, os agentes fiscais que lavravam localmente as moedas, antes seriam moedeiros ambulantes que aprenderam o seu ofício nas oficinas governamentais e depois as abandonaram. É uma questão de somenos importância pois só nos interessa frisar a existência de emissões locais feitas adrede para suprir as conveniências tributárias locais. Todas estas moedas, então batidas, sempre subordinadas a tipos regionais e, pelo seu valor metálico intrínseco, tiveram curso e aceitação geral em toda a Península.

Eram os *solulidis* e *tremissis* (terço do soldo) de ouro, referidos nos textos legais. O *solidus aurii* romano, bizantino e godo correspondia ao *sextulo* da *uncia* que equivalia aproximadamente a 327 grs. o que dá para o sólido um peso teórico de 4,541 grs. e ao seu terço (*tremissis* ou *triente*) o de 1.513 gramas.

Toda a moeda visigoda que se afaste sensivelmente destes pesos — excepção admitida para poucos casos, como para as moedas de Tulga cunhadas em Córdova — deve ser considerada como falsa, ou melhor como falsificada, já que não é possível admitir sensíveis diferenças de peso entre moedas do mesmo valor teórico que conjuntamente circularam.

F. RUSSELL CORTEZ.

---

(1) *Código de Justiniano*, L, X, tít. LXXXIII, I.  
ECKHEL, *Doctrina numismatorum veterum*, III, 511.

SABATIER, *Monnaies byzantines*, I, pág. 50.

(2) *Código Teodosiano*, NOVELA XXV.

(3) *Código Justiniano*, LXXIII, 2; NOVELA CXXVIII, 15.

(4) PEDRO DE PALOL, *Ponderales y exagia romano-bizantinos en España*, Am-purias, XI, 130.

## PATACOS DA PATULEIA — 1847

Resumo da comunicação feita à S. P. N. na sessão de 17-4-953 sobre os patacos em rubrica, que foram cunhados na Casa da Moeda do Porto, estabelecida em Monchique, por decreto da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, de 9 de Fevereiro de 1847.

Em modesta síntese, foram descritas as fases em que o bronze foi utilizado pelo homem para pagamentos, primeiro na forma de utensílios, depois já vasado em lingotes, que durante algum tempo ainda se confundiam com aqueles e finalmente a fase monetiforme. Algumas inscrições do século IV ant. de C., citadas por Ernest Babelon, serviram nesta comunicação, para exemplificar as duas primeiras fases.

Aludiu-se à moeda de bronze, cunhada em Portugal, com a denominação de pataco e que foi fabricada no reinado de D. Maria I, pela primeira vez, já sob a regência do Príncipe D. João, reinante depois e sexto do nome. Teixeira de Aragão que relata pormenorizadamente o fabrico dos patacos desde 1811, apenas se refere, ao tratar dos patacos de 1847, às oficinas de João Baptista Moreira, como aliás todos os numismatas que até hoje trataram destes numismas.

Descreveu-se sucintamente os 40 réis cunhados no Porto em 1833 e vulgarmente conhecidos por patacos dos Lóios, indicando o local onde existiu a respectiva Casa da Moeda.

Divulgou-se a existência na Biblioteca Pública e Municipal do Porto, de um maço de manuscritos legados por D. Ana Rodrigues de Freitas, e que pertenceram a José da Silva Passos, que documentam o estabelecimento e funcionamento da Casa da Moeda de Monchique, por decreto da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino de 9 de Fevereiro de 1847, com todos os utensílios necessários ao cunho da moeda e alguns deles apreendidos a um falsificador, então residente na Rua Formosa.

Foi feita a leitura de várias cópias daqueles manuscritos e das tabelas do dinheiro cunhado na referida oficina monetária, cujos patacos eram remetidos, logo após o fabrico, para o Cofre Central do Distrito do Porto.

Da variada documentação existente se deduz que parte do metal aplicado no cunho dos patacos de 1847 foi proveniente de peças, morteiros e sinos inutilizados, existentes na cidade do Porto e arredores, tendo também servido para o efeito os caldeirões da «Sopa Económica» do tempo do «Cercos do Porto».

ALEXANDRE F. BARROS.

DADOS ESTATÍSTICOS DA CASA DA MOEDA  
MOEDA METÁLICA EMITIDA NOS ANOS DE 1947-1952

MOEDA CONTINENTAL

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
<b>Prata</b>						
10\$00 . . . . .	—	506.000	1.452	—	—	—
5\$00 . . . . .	2:443.708	2:015.710	2.164	—	932.000	6.418
2\$50 . . . . .	2:628.415	1:814.465	—	—	3:728.000	93.120
<b>Alpaca</b>						
1\$00 . . . . .	—	—	—	—	2:470.500	1:775.000
\$50 . . . . .	7:030.375	—	—	—	4:959.000	1:984.000
<b>Bronze</b>						
\$20 . . . . .	—	2:750.000	10:772.505	1:450.000	3:177.495	1:850.000
\$10 . . . . .	9:290.000	5:900.000	15:242.600	5:750.000	5:510.000	7:597.400

MOEDA CONTINENTAL

**ANGOLA**

Decreto n.º 35.486, de 4/2/946  
Moeda emitida em 1948.

20:000.000 de moedas de bronze de . . . . .	\$10
10:000.000 » » » » » . . . . .	\$20
8:000.000 » » » cupro-niquel de . . . . .	\$50

Decreto n.º 38.695, de 22/3/952  
Moeda emitida em 1952.

1:002.000 de moedas de prata de . . . . .	20\$00
2:004.000 » » » » » . . . . .	10\$00

**CABO VERDE**

Decreto n.º 37.274, de 4/1/949  
Moeda emitida em 1949.

1:000.000 de moedas de alpaca de . . . . .	\$50
500.000 » » » » » . . . . .	1\$00

**GUINE**

Decreto n.º 38.585, de 29/12/951

Moeda emitida em 1952.

750.000 de moedas de prata de . . . . .	20\$00
1:200.000 » » » » » . . . . .	10\$00
3:008.000 » » » cupro-níquel de . . . . .	2\$50
3:010.000 » » » bronze de . . . . .	\$50

**ÍNDIA**

Decreto n.º 36.476, de 20/8/947

Moeda emitida em 1948.

900.000 de moedas de prata de . . . . .	1 rupia
600.000 » » » cupro-níquel de . . . . .	1/2 »
800.000 » » » » » » . . . . .	1/4 »
1:000.000 » » bronze de . . . . .	1 tanga

**MACAU**

Decreto n.º 38.607, de 19/1/952

Moeda emitida em 1952.

500.000 de moedas de prata de . . . . .	5 patacas
520.000 » » » » » . . . . .	1 »
2:560.000 » » cupro-níquel de . . . . .	50 avos
6:818.000 » » bronze de . . . . .	10 »
1:020.000 » » » » » . . . . .	5 »

**MOÇAMBIQUE**

Decreto n.º 37.619, de 15/11/949

Moeda emitida em 1950 e 1951.

18:500.000 de moedas de bronze de . . . . .	\$20
8:000.000 » » » alpaca » . . . . .	\$50
8:000.000 » » » » » . . . . .	1\$00
8:000.000 » » » prata » . . . . .	2\$50
2:000.000 » » » » » . . . . .	5\$00

Decreto n.º 38.609, de 21/1/952

Moeda emitida em 1952.

1:500.000 moedas de prata de . . . . .	10\$00
1:002.000 » » » » » . . . . .	20\$00

**S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Decreto n.º 36.788, de 11/3/948

Moeda emitida em 1948.

100.000 moedas de prata de . . . . .	5\$00
120.000 » » » » . . . . .	2\$50
60.000 » » alpaca de . . . . .	1\$00
80.000 » » » » . . . . .	\$50

## Moeda emitida em 1951

40.000 moedas de prata de . . . . .	10\$00
72.000 » » » » . . . . .	5\$00
64.000 » » » » . . . . .	2\$50
18.000 » » alpaca de . . . . .	1\$00
48.000 » » » » . . . . .	\$50

**TIMOR**

Decreto n.º 37.091, de 9/10/948.

Moedas emitidas em 1948.

500.000 moedas de prata de . . . . .	50 avos
500.000 » » bronze de . . . . .	10 »

Decreto n.º 38.181, de 24/2/951.

Moeda emitida em 1951.

6:250.000 moedas de prata de . . . . .	50 avos
6:250.000 » » bronze de . . . . .	10 »

Ao apresentarmos estes dados estatísticos fornecidos pela Casa da Moeda, convém esclarecer que os números indicados em cada ano podem não corresponder às datas que as respectivas moedas comportam. Verifica-se este facto, por exemplo, em 1949 com as moedas de 5\$00 e 10\$00, de prata, para o Continente, que figuram respectivamente com as quantidades de 2.164 e 1.552 sem que, no entanto, existam moedas cunhadas com essa era.

Parece que deve atender-se, nesta Estatística, à moeda *emitida* em cada ano — que será a que sai daquele Estabelecimento à medida que lhe é requisitada — e não à moeda *cunhada*, que essa pode ficar em depósito por maior ou menor espaço de tempo dentro da Casa da Moeda.

Podemos imaginar, para melhor compreensão, que se cunhou um *milhão* de moedas de uma taxa qualquer no ano de 1952, por exemplo, e que nesse ano só foram requisitadas para circulação 500.000. As restantes aguardarão na Casa da Moeda nova requisição, no ano ou anos seguintes, e assim, irão figurar na Estatística com uma era de saída que não corresponde à inscrita nas moedas.

Julgamos que não haverá possibilidade de averiguar *concretamente*, por este documento, as quantidades cunhadas em cada ano, porque à Casa da Moeda não deve interessar esta *verdade numismática* mas apenas o acerto de valores entrados e saídos.

Poderemos acaso chegar a uma aproximação satisfatória pela comparação entre os números da Estatística e os que figuram nos decretos que ordenam as respectivas cunhagens?

Temos de ter em atenção que pode suceder, ao executar uma encomenda (aquele milhão de que acima falamos, por exemplo), que se passe, na operação de fabrico, de um ano para outro (1952 para 1953), caso em que haverá mudança de era nas moedas, isto é, datas diferentes para as peças da mesma encomenda. Quando tal acontecer a Estatística nada nos dirá a este respeito e então é que nem a comparação com os totais constantes dos decretos podem fazer luz no caso.

Só vemos uma possibilidade de resolver o problema: conseguir que a Casa da Moeda dê directamente estas indicações pormenorizadas à Sociedade Portuguesa de Numismática, o que julgamos não ser difícil, dada a natural e conhecida gentileza do seu ilustre Administrador e por partirmos do princípio de que tal concessão não briga com os interesses ou com as disposições legais que regem a vida interna daquele estabelecimento fabril do Estado.

Posteriormente foram-nos amavelmente fornecidas mais as seguintes indicações:

— Para o Continente não há moedas de 5\$00 e 10\$00 de 1949 nem de \$20 de 1950.

— Para o Ultramar assinalam-se os seguintes espécimes:

**Angola:** \$10 e \$20 de 1948 e 1949; \$50 de 1950; 10\$00 e 20\$00 de 1952.

**Cabo Verde:** \$50 e 1\$00 de 1949.

**Guiné:** \$50, 2\$50, 10\$00 e 20\$00 de 1952.

**India:** 1 tanga,  $\frac{1}{4}$  rupia,  $\frac{1}{2}$  rupia e 1 rupia de 1947.

**Macau:** 5 avos, 10 avos, 50 avos, 1 pataca e 5 patacas de 1952.

**Moçambique:** \$20 de 1949 e 1950; \$50 de 1950 e 1951; 2\$50 de 1950, 1951 e 1952; 5\$00 de 1949 e 1951; 10\$00 e 20\$00 de 1952.

**S. Tomé e Príncipe:** \$50, 1\$00, 2\$50 e 5\$00 de 1948 e 1951; 10\$00 de 1951.

**Timor:** 10 avos e 50 avos de 1948 e 1951.



## ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS

Para melhor atingir os fins estatutários apresentou a Direcção da S. P. N., em devido tempo, a candidatura de filiação da Sociedade na *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*.

Tal proposta mereceu o melhor acolhimento da Comissão Executiva daquela Associação que, em reunião de 4 de Março p. p., resolveu apresentá-la à sua próxima Assembleia Geral.

Entretanto a mesma Comissão deliberou desde já admitir a participação da Sociedade Portuguesa de Numismática nos Congressos em que tome parte a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.

Assim, vamos participar do XV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, nos termos da 1.<sup>a</sup> circular enviada, a seguir transcrita, para conhecimento dos interessados:

**«XV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.** — Promovendo a Associação Espanhola para o Progresso das Ciências o próximo Congresso Luso-Espanhol na cidade de Oviedo, de 27 de Setembro a 4 de Outubro do corrente ano, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> o obséquio de providenciar para que a notícia da celebração do referido Congresso seja levada ao conhecimento dos sócios dessa Sociedade Científica.»

Para a efectivação das inscrições devem os nossos consócios dirigir-se à Direcção da S. P. N. que fará seguir os pedidos para a secretaria do Núcleo do Porto da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. As comunicações devem ser enviadas para a VII secção.

Logo que saibamos maior soma de pormenores os remeteremos aos nossos associados, por circular.

R. C.

### I CONGRESSO ARQUEOLÓGICO DO MARROCOS ESPANHOL

Para tornar melhor conhecido o labor dos Serviços Técnicos do Museu de Tetuan, a *Delegacion de Educacion y Cultura*, de Marrocos, organizou um Congresso nos dias 22 a 26 do próximo mês de Junho.

O tema central da reunião será a discussão de: *Problemas da arqueologia e história antiga de Marrocos e Da África do Norte e suas relações com a Península Ibérica.*

Comunicações sobre outros assuntos ou relativas a outros países serão igualmente admitidas à discussão.

Durante os dias da reunião serão efectuadas excursões às ruínas de Lixus, Tabernae, túmulo de Mezora, ruínas de Tamuda, Cuevas de Hércules (Tânger), ruínas de Sidi Abdselam del Behar e Emsá.

Presta maior cópia de informes o Secretário do Congresso, Dr. Miguel Terradel. Museu Arqueológico Tetuan. Marrocos.

R. C.

### III CONGRESSO ESPANHOL DE ARQUEOLOGIA

Um voto aprovado na clausura do II Congresso Espanhol de Arqueologia, em 1951, designou a Galiza, como sede da III reunião arqueológica do País vizinho. Esta região possui, além de um carácter próprio, numerosas estações, algumas valiosas mas pouco conhecidas, pelo que, da sua visita e estudo, resultará certamente um mais completo esclarecimento dos seus problemas arqueológicos que, parcialmente, são também os nossos. (Decorrerá de 18 a 27 de Julho).

Da sugestão do Prof. J. M. Navascués, que o Congresso não poderia bem cumprir se não visitasse, embora fugazmente, o norte de Portugal, resulta uma excursão de três dias, com três sessões de trabalhos em Braga, a antiga capital da *Callaecia* romana.

Com a concentração em Orense, no dia 18 de Julho, inicia o Congresso os seus trabalhos, dirigindo-se depois para Santiago de Compostela, donde se irradiará para visitar os monumentos de Lugo, La Coruña, Pontevedra, Vigo, Santa Tecla. No dia 22 passarão os congressistas a fronteira, por Valença, visitando no percurso o acampamento romano de Cerdal, as presumíveis ruínas de Talabriga, Ponte de Lima, Ponte da Barca, antes da sua chegada a Braga.

Da nossa capital minhota irradiarão para visitarem as escavações em curso na Falperra, do Monte Crasto, da Quinta de Avelar, bem assim o *martirium de Montélios*, a Citânia de Briteiros e a cidade de Guimarães. De caminho para o Porto percorrerão os arqueólogos visitantes os recentes trabalhos da Cividade de Bagunte.

Os temas propostos para discussão pelo Congresso são: *As culturas do Noroeste* e *Problemas da romanização da Hispania*, sendo, no entanto, admitidos todos os assuntos de carácter arqueológico. Assim, e para maior proveito, as comunicações respeitantes a questões numismáticas constituirão uma sessão à parte, que reunirá em Santiago e em Braga.

A Secretaria da nossa Sociedade fornece maiores informes, especialmente sobre as sessões numismáticas a realizar em Braga, no caso das inscrições de numismatas portuguesas tal justificar.

R. C.

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE NUMISMÁTICA

A REALIZAR EM PARIS, DE 6 A 11 DE JULHO DE 1953

Está em distribuição o tomo 1.º dos trabalhos deste Congresso, comportando os «Relatórios» que hão-de ser presentes nas suas sessões. Dentre eles destacaremos, como merecedores do maior interesse geral: ACHADOS NUMISMÁTICOS, de Felipe Mateu y Llopis e NUMISMATIQUE ET METHODES DE LABORATOIRE, de Paul Naster.

A Sociedade Portuguesa de Numismática, na pessoa do seu Presidente, é *Delegado Nacional* nomeado pela Commission Internationale de Numismatique, e como tal faz parte do Comité d'Organisation International.

Como já se anunciou no número anterior da NVMMVS, a S. P. N. presta aos seus associados todos os informes respeitantes a este Congresso.

# VIDA SOCIAL

## SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

### CORPOS SOCIAIS

para o biénio de 1952-53

#### ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente — Coronel Mário Rodolfo Revisióni Ramires  
Secretários — Eng.º-Aux. Manuel António de Azevedo  
— Basílio Dias Gomes da Silva.

#### DIRECÇÃO:

Presidente — Dr. José de Barros da Rocha Carneiro  
Vice-Presidente — Eduard Marius van der Niepoort  
Secretário — Dr. Fernando Augusto de Barros Russell Cortez  
Tesoureiro — António da Silva Guimarães.

#### CONSELHO FISCAL:

Presidente — Jorge Kendall  
Secretário — António Pinto de Sousa  
Relator — Francisco Augusto dos Santos

### SÓCIOS FUNDADORES

considerados a título de terem subscrito a petição legal  
da constituição de Sociedade

- N.º 1 — Eduard Marius van der Niepoort — Comerciante  
» 2 — Dr. José de Barros da Rocha Carneiro — Juiz de Direito  
» 3 — Manuel António de Azevedo — Eng.º-Aux.  
» 4 — Carlos Morais Peixoto Braga — Industrial  
» 5 — António da Silva Guimarães — Contabilista  
» 6 — António Pinto de Sousa — Chefe de Escritório  
» 7 — Basílio Dias Gomes da Silva — Empregado Público  
» 8 — José Maria Santiago — Comerciante  
» 9 — Mário Rodolfo Revisióni Ramires — Coronel de Cavalaria  
» 10 — Dr. Fernando Augusto de Barros Russell Cortez — L.º em Ciências Geológicas  
» 11 — Jorge Kendall — Comerciante  
» 12 — Francisco Augusto dos Santos — Despachante  
» 13 — Carlos Fernandes de Sousa Santos — Gerente Industrial  
» 14 — Alexandre Ferreira Barros — Conservador Aj.te do Museu N. S. dos Reis  
» 15 — Dr. Elísio Ferreira de Sousa — Professor de Liceu  
» 16 — João António dos Santos Alfaro — Professor do Ensino Técnico  
» 17 — Dr. José Taveira de Carvalho — Juiz de Direito  
» 18 — António de Sousa Paupério — Industrial  
» 19 — Armando Nery Teixeira — Major de Engenharia  
» 20 — Frank Barrote — Empregado Comercial

# NOTICIÁRIO

## INSTITUTO «ANTONIO AGUSTIN» DE NUMISMÁTICA

Nos últimos anos foi muito acarinhada em Espanha a ideia de estimular o estudo e a investigação numismática. O meu malgrado amigo Prof. José Ferrandiz, da Faculdade de Letras e Instituto de Valência de Don Juan, intentou animar esta investigação, propugnando pela criação duma secção numismática no Instituto de «Diego Velasquez» de Arte e Arqueologia. A sua morte prematura quão inesperada fez atrasar uns anos a realização desta ideia.

Com o preenchimento da cátedra de arqueologia da Universidade de Madrid ocupada pelo Prof. J. M. de Navascués, a anterior ideia entrou novamente em actividade, e, em breve prazo o Consejo Superior de Investigaciones Científicas, criava em 1951, o Instituto «Antonio Agustin» de Numismática, dotando-o com os meios necessários para a sua montagem e início de seus estudos.

Este Instituto Numismático é constituído por duas secções, uma em Madrid, outra em Barcelona, dirigidas respectivamente pelos iminentes catedráticos Navascués e Amorós, tendo como base dos seus trabalhos as colecções numismáticas do Museu Arqueológico Nacional (Madrid) e do Gabinete Numismático de Barcelona.

O órgão oficial do novo centro de investigação é «Numario Hispanico», a nova revista de numismática espanhola — publicação semestral — de que há pouco apareceu o primeiro número, numa edição óptimamente apresentada e com colaboração das maiores autoridades numismáticas do país vizinho.

No plano da sua organização são admitidos os temas relativos ao estudo da moeda espanhola e da sua história, os que, sem lhe pertencerem, com elas tenham no entanto alguma relação, os temas numismáticos no seu aspecto ou ligação com a Museologia e ainda os que tratem assuntos relativos a medalhas e outras peças monetiformes.

Auguramos uma longa vida a este novo instituto de investigação científica, ao qual não faltará o apoio moral e material do Estado Espanhol, de cujos trabalhos resultará obviamente uma mais ampliada contribuição da numismática para o conhecimento da História Espanhola.

R. C.

## « NVMISMA »

É o órgão oficial da *Sociedade Ibero Americana de Estudos Numismáticos* (S.I.A.E.N.), fundada em 1951 e com a sede na Fábrica Nacional de Moneda y Timbre, Plaza de Colón, 4 — Madrid.

NVMISMA tem sido publicada trimestralmente em números soltos, de primorosa edição e profusamente ilustrados, contendo colaboração dos mais notáveis numismatógrafos espanhóis. É, sem dúvida, das melhores revistas actuais da especialidade. O último número publicado, o sexto, é referente ao trimestre Janeiro-Março de 1953.

## « ITALIA NUMISMÁTICA »

Em trabalho mensal de muito apreciável regularidade encontra-se no seu 4.º ano de publicação este « Periodico diretto » de Oscar Rinaldi, de Casteldario, Mantova — Itália.

Posto que de índole comercial (o seu proprietário é conhecido e conceituado negociante numismata, que também edita regularmente catálogos de venda de moedas), não deixa de inserir, a par de um muito completo conjunto de anúncios de firmas negociadoras de numismatas, uma esplêndida colaboração especializada de bons e bem conhecidos numismatas e medalhistas italianos. Oscar Rinaldi edita também o ANNUARIO NUMISMATICO RINALDI, aparecido depois de 1947.

## REVUE NUMISMATIQUE

Publicada com o concurso da Société Française de Numismatique e do Centre National de la Recherche Scientifique, de Paris, recebemos o tomo 13 1951 — desta excelente revista de numismática, que contém preciosos artigos da especialidade, firmados por Jean Babelon, Robert Feuarent, Adrien Blanchet, Jacques Schwartz, Gustav Braun von Stumm, Jean Lafaurie, Pierre Prieur, Vitalien Laurent, Jean Tricou, Eugène Cavaignac e Emile Brouette.

Revista científica de projecção mundial, apresenta-se belamente impressa e ilustrada, com o conteúdo pleno de interesse e de erudição.

## SCHWEIZER MÜNZBLÄTTER

## CAZETTE NUMISMATIQUE SUISSE

— Esta bela publicação da *Société suisse de numismatique*, de Basel, completou o seu primeiro volume com a saída do 12.º número, em Abril do ano decorrente.

Edição em bom papel couché, comportando valiosa colaboração em alemão e também em francês.

No final de cada número os artigos aparecem reproduzidos em resumo e no idioma diferente daquele em que foram desenvolvidos.

É redactor o Dr. Herbert A. Cahn, de Basel, e colaborador para os artigos em francês M. Charles Lavanchy, de Lausanne.

## 1.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE NUMISMÁTICA

Apesar de toda a nossa boa vontade não podemos dar, neste número da NVMMVS, informes muito *adiantados* relativos à efectivação deste certame. Contudo convém lembrar que não temos descurado o assunto e persistimos na ideia. Chamamos a atenção dos nossos prezados Consócios para o caso, rogando-lhes que vão pensando e agindo no sentido de organizarem as suas participações.

## « A PERMUTA »

Parece facto assente que « A Permuta » caíu bem no meio Associativo, a avaliar pelas liçonjeiras apreciações de muitos Associados e pelos anúncios já recebidos para inserção no segundo número. Este não tardará muito a ver a luz da publicidade; talvez possa sair nos primeiros dias do próximo mês de Julho.

Rogamos a todos os interessados que não demorem a enviar os seus anúncios, artigos ou notícias, ou mesmo sugestões e conselhos.

## OBITUÁRIO

Quando estávamos tendo como certa a sua próxima vinda ao Porto para a realização de uma conferência de assunto histórico-numismático na sede da nossa Associação, recebemos a infausta notícia do falecimento, em Santander, do nosso prezado consócio, colaborador e iminente numismata Eng.º Wilhelm Reinhart.

O seu passamento representa uma irreparável perda para a numismática portuguesa, tão grande era o seu valor como historiador do período suevo-visigodo da nossa história.

A sua última obra de numismatógrafo foi a HISTORIA GENERAL DEL REINO HISPANICO DE LOS SUEVOS—Madrid, 1952—com a qual culminou a bibliografia referente à dominação bárbara no NW da Península.

À família de Wm. Reinhart apresentamos o nosso profundo sentimento de pesar.

## CATÁLOGO DAS MOEDAS INSULARES E COLONIAIS

Por dificuldades na obtenção de gravuras não nos foi possível ver satisfeitas por enquanto as esperanças que formulamos no primeiro número da NVMMVS.

*A Memória do*

DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

*o Eminente Numismata  
como Professor, Investigador e Escritor,*

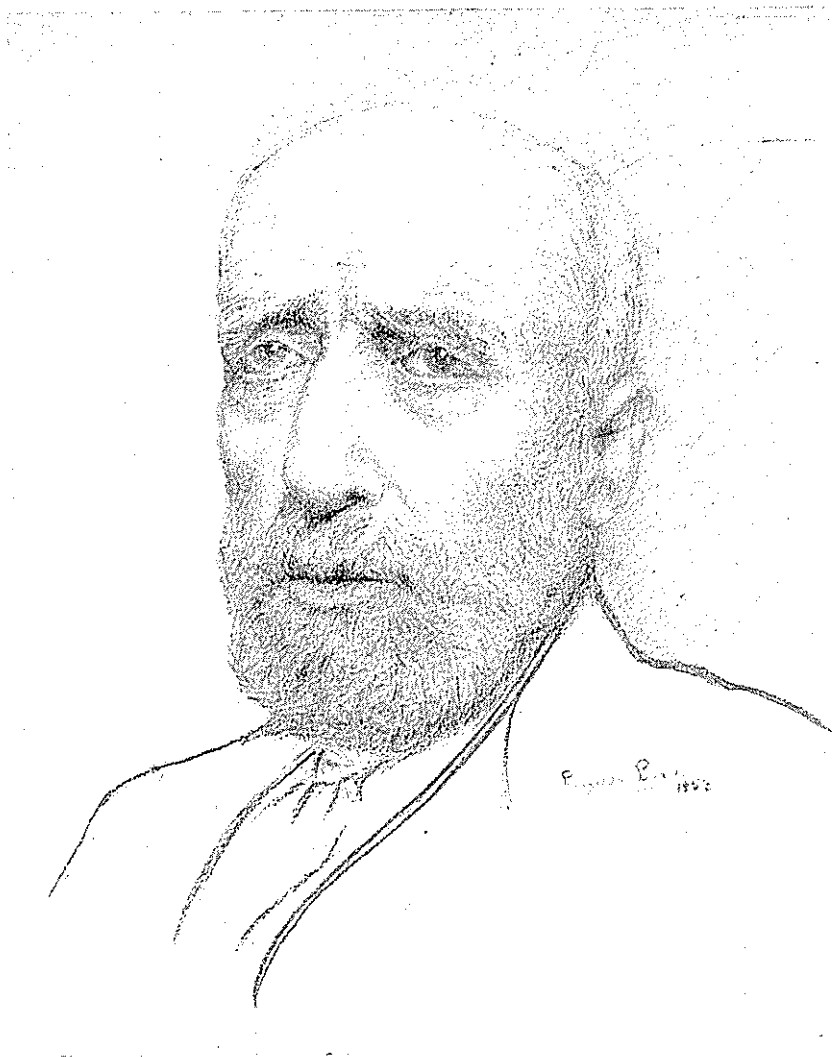
*o Medalhista,*

*o Insigne Arqueólogo*



*Homenagem da*

*Sociedade Portuguesa de Numismática*



DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS CARDOSO PEREIRA DE MELO  
(1858-1941)



# NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NUMISMÁTICA – MEDALHÍSTICA – ARQUEOLOGIA



VOL. I

N.º 3

PORTO  
AGOSTO-1953

# N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA  
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

---

VOLUME I, N.º 3

Publicação quadrimestral por tomos de 64 páginas apr.

Condições de assinatura para 1953:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Direcção executiva:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS  
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA  
FERNANDO RUSSELL CORTEZ  
ANTÓNIO DA SILVA GUIMARÃES  
ED. M. VAN DER NIEPOORT  
MÁRIO RAMIRES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Sede

R. de Santa Catarina, 339-3.º—PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

IMPRESA MODERNA, L.ªA  
Rua da Restauração, 317-2.º — PORTO

## S U M Á R I O

Una colección numismática en la Villa de Gata, <i>por Dr. J. Maluquer de Motes</i> . . . . .	149-152
Ensayo sobre la Evolucion Comercial y Monetaria en Byzancio <i>por Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i> . . . . .	153-166
A localização da cunhagem de «Aliobrio», <i>por Dr. F. Russell Cortez</i> . . . . .	167-170
Duas moedas portuguesas híbridas, <i>por Coronel Mário Ramires</i> . . . . .	171-178
A propósito dum segundo conjunto de moedas de Malaca, <i>tradução por Dr. Luís Pinto Garca</i> . . . . .	179-182
Medalha comemorativa do duplo casamento dos filhos de D. João III com os Infantes de Espanha — 1542, <i>por Dr. Pedro Batalha Reis</i> . . . . .	183-186
Mais uma tanga inédita da Índia Portuguesa, <i>por Dr. Joaquim Fronteira</i> . . . . .	187-188
Barras de ouro das casas de moeda do Brasil, <i>por Kurt Prober</i> . . . . .	189-196
Vária . . . . .	197-202
Novas medalhas . . . . .	203-205
Achados Numismáticos . . . . .	206-211
Vida Social . . . . .	212
Noticiário. . . . .	213-214

**As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.**

A colaboração deste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão insertos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

# UNA COLECCIÓN NUMISMÁTICA EN LA VILLA DE GATA (CÁCERES)

J. MALUQUER DE MOTES

Catedrático de Epigrafía, Arqueología e Numismática

El interés que la numismática alcanzó a mediados del pasado siglo en España, motivó la formación en todas partes de colecciones particulares más o menos nutridas, carentes las más de las veces del menor criterio de clasificación, en las que se reunían desde los «chavos morunos» hasta las piezas ibéricas, con exclusión por lo general de monedas medievales ante la dificultad de su interpretación. La mayor parte de estas colecciones estaban constituidas por moneda romana muy abundante en tierras hispanas y fácil de clasificar para una generación que se hallaba familiarizada con las *vidas paralelas* y recitaba la lista de los emperadores romanos y de los Reyes godos. La mayoría de estas abigarradas colecciones carecía de todo valor y pasada la ilusión del que las formó, se perdieron o engrosaron las tiendas de los chamarileros, pero otras fueron adquiridas por coleccionistas más tenaces y depuradas, constituyeron el núcleo de muchas colecciones actuales. Otras, en fin, poseen cierto valor al haberse conservado más o menos íntegras y entre estas destacan por su interés las formadas en medios rurales o que reflejan la circulación monetaria en determinado territorio y época.

Entre estas últimas figura una pequeña colección de monedas antiguas que fueron de don Filipe Leon Guerra, vecino de la villa de Gata y que poseen sus familiares los Sres. de Guervós, casi íntegra, colección que hemos podido examinar gracias a los buenos oficios de nuestro buen amigo Don Máximo Martín, Canónigo de la Catedral de Ciudad Rodrigo.

Destaca en esta colección el intento de clasificación con sentido histórico con que fué organizada por don Felipe, persona cultísima, inquisidor inquieto de antigüedades, medio arqueólogo medio historiador cuya personalidad merecería un detenido estudio. Se trata de una pequeña colección principalmente de monedas romanas recogida por un asiduo lector de Cean Bermúdez y Rodrigo Caro, de la que hizo un cuidadoso catálogo fechado en 27 de diciembre de 1875 del que existe otra copia de 1908 debida a alguno de sus familiares.

Las monedas se hallan numeradas y descritas, organizadas en los apartados: *a)* Monedas Celtibéricas; *b)* De romanos antes de su imperio; *c)* De Emperadores; *d)* de Emperatrices y *e)* de ciudades.

La primera sección comprende cinco monedas: Un denario ibérico de Bolscan, que como era general en su época se atribuía a Elman, es decir a Salamanca y que actualmente falta en la colección (n.º 1). Se clasifica con arreglo al libro de Bernardo Dorado, *Compendio histórico de Salamanca*, aunque se dice que la pieza era distinta de las reproducidas en aquel libro; un denario ibérico de Turiaso, hallado «cojiendo aceituna cerca de esta villa (Gata) en el sitio llamado *La Gomana*»; un as bilingüe de Celsa, otro ibérico ilegible y un bronce de Castulo que describe sin clasificar.

La sección de monedas republicanas comprende los n.ºs 6 a 18 y son denarios de las familias: *Atilia*, *Lucilla*, *Curiatia*, *Postumia*, *Fabia*, *Volteia*, *Cipia*, *Marcia* y *Cornelia*. El mas antiguo, n.º 7, de *M. Atilius Saranus* (194 a. C.), hallado «junto el pueblo de Holguera» y otros dos de *M. Lucilius Rufus* y *C. Curiatio Trigemino*, hallados en «Muda el Pelo, sitio cinco cuartos de legua de Cáceres en el camino viejo de Sierra de Fuentes, mi patria».

Las monedas de los emperadores, n.ºs 19 a 99 estan organizadas con criterio cronológico, hay denarios y bronce, *observándose gran escasez de bronce del Alto imperio y abundancia de bronce del siglo III* en adelante y mayormente del IV. Entre los denarios uno de Tiberio, hallado «en las viñas de la inmediata villa de Torre de Don Miguel, donde está el Castillo de Almenara». Otros de Galba, Neron, Vespasiano, etc..

Le sección de emperatrices es muy pobre, pues solo la constituyen siete bronce de Octacilia Severa, Salonina y Elena. Pocas mas son las de ciudades (alguna incluida entre las de Emperadores) entre las que se mezcla una pieza de Roma, otra de la ceca de Callet, con algunas de Turiaso, Emerita, Ergavica, Clunia, Osca, Caesaraugusta, y Bilbilis, en

total 16 piezas. Es curioso como entre estas de ciudades se catalogan dos trientes visigodos uno de Vamba con *Ispali Pius* y otro de Recesvinto con *Tarracos Pius*. Ambas monedas de oro junto con el denario de Bolscan, que por considerarse de Salamanca se le dió mayor valor, así como algunas más, faltan actualmente en la colección, por lo que no hemos podido comprobar su real existencia aunque dada la minuciosa descripción del catálogo ésta debe aceptarse siendo su desaparición bien explicable.

En conjunto la colección consta de algo mas del centenar de piezas y como tal carece de valor, aunque algunos de los pequeños bronce están muy bien conservados, pero lo interesante de ella, aparte de las noticias de hallazgos concretos que hemos transcrito y que pueden servir de indicio para prospecciones arqueológicas ulteriores. es el hecho de que se trate sin duda de una colección formada en Gata, pueblo serrano y por lo mismo puede supornese que gran parte de ellas proceden de la region cacereña y ello permite algunas consideraciones de indole historico geografica de algun interés. La villa de Gata que da nombre a la famosa sierra que desde la Peña de Francia se extiende hasta la frontera portuguesa separando las provincias de Cáceres y Salamanca, se levanta sobre un antiguo castro prerromano cuya verdadera importancia estriba en dominar el paso geográfico natural entre ambas mesetas, que constituye el llamado Puerto de Perales y su zona. La distribución y frecuencia de las monedas en la colección nos habla de la escasa circulación de moneda ibérica por estos territorios occidentales a escepción de los denarios de Bolscan y Turiaso, documentados tambien por outros hallazgos y en todo caso la nula circulación del bronce que no tendria practicamente valor en estas tierras serranas. La relativa abundancia de denarios republicanos y del primer siglo imperial que arroja esta colección se completa por los abundantes hallazgos idénticos que se realizan con frecuencia en dicha zona (en Céspedes de Agadones, por ejemplo los hemos visto entre la gente del campo em varias ocasiones) y explica tambien que en el monetario de la Catedral de Ciudad Rodrigo abunden los denarios. Por una parte el camino romano de union de las dos mesetas explica los hallazgos, por otra, el que sea solo plata confirma la tardia romanización de los centros de población serranos, que sólo en el Bajo Imperio y más aún en los siglos visigodos, vieron la circulación abundante del bronce como se comprueba en todos los castros de la region en los que superficialmente se recogen en abundancia.



En el catálogo no se especifica el lugar de procedencia de las dos piezas visigodas, pero dados los hallazgos frecuentes en Salamanca y Cáceres podemos suponer que fueran también locales donde el oro circuló y se atesoró en abundancia desde la Edad del Bronce y donde los «orives» locales funden aun ilegalmente cada año grandes cantidades de oro amonedado para atender a la tradicional ostentación y gusto por las joyas áureas de las mujeres serranas.

Seminario de Arqueología de Salamanca.

# ENSAYO SOBRE LA EVOLUCION COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(CONTINUACIÓN DEL NÚMERO ANTERIOR)

PELO DR. ANTONIO MANUEL DE GUADAN  
Y LÁSCARIS COMNENO

## CAPITULO PRIMERO

### El comercio exterior en Byzancio

La fuerza y la seguridad, que son las características de la eficiencia de todos los servicios del Imperio Bizantino, han tenido siempre su mas firme base en la politica económica y en el comercio exterior, elementos que han facilitado el numerario para su pago. La Historia de Byzancio, es, en esencia la historia de su politica financiera (1).

La Industria y el Comercio tenian un fuerte control del Estado, que reglamentaba la producción, y en muchos casos fabricaba él mismo las mercancías, las compraba y vendía, reservandose el derecho de Monopolio y vigilando estrechamente las actividades de las empresas privadas (2). El Estado siempre exigió la buena calidad en la fabricación, determinando la cantidad a producir y el precio justo exigible. Esta economia dirigida, estatal pudiera decirse, no tenia como en los estados modernos un fin casi exclusivo de racionamiento y monopolio; su máxima preocupacion era el tener asegurado el abastecimiento de la

---

(1) Runcyman—*Byzant. Civilisation*. London, pag. 163.

(2) G. Millet—*Melanges Schlumberger*, pag. 305.

poblacion, refrenar el afan de lucro excesivo en los comerciantes, e incrementar la recaudacion fiscal hasta el limite posible. En cuanto este sistema decayó, la economia del pais se vino abajo. La liberalidad de muchos emperadores desde el siglo XIII en adelante, con las consiguientes reducciones y franquicia de derechos de aduanas, hizo a los extranjeros, genoveses y venecianos en su mayoria, los efectivos dueños del comercio, en detrimento de los propios ciudadanos de Byzancio.

Por regla general la politica economica del Imperio Byzantino, no fué nunca partidaria de abrir nuevos canales comerciales y dirigir hacia el mundo entonces conocido su comercio de exportación; preferia que el Bósforo fuese el punto neurálgico del comercio en el mundo, y que todos los comerciantes tuviesen que venir a Constantinopla, para comprar y vender sus mercancías y como es lógico traer su oro a la Ciudad. Debido a ello ésta era un inmenso «entrepot», con un bien calculado derecho de aduanas a la importación y exportación, que significó solo en Constantinopla en el siglo XII, la enorme renta de 7.300000 sólidos de oro anuales (1). Pero la inevitable consecuencia de este aislacionismo fué la pérdida progresiva de los ricos mercados exteriores, a donde los navegantes extranjeros, mas activos y emprendedores, llevaban los productos, desplazando el centro comercial del Bósforo. Al debilitarse así el mercado, se dieron mayores libertades al libre comercio, no estatal, y al mismo tiempo desaparecieron los monopolios, con lo que el estado Byzantino sufrió una enorme crisis, como ha demostrado G. Bratianu, en una reciente obra (2).

Pocas ciudades han tenido en toda la historia de la humanidad una posición comercial tan excelente como Constantinopla, colocada en el canal marítimo entre el Norte y el Sur y en el puente terrestre entre el Oriente y el Occidente; y pocas razas han tenido un sentido comercial mas agudizado que los griegos y los armenios que la formaban casi en su totalidad. Hasta la época de los grandes descubrimientos geográficos, el comercio del mundo seguia un único camino desde el mas lejano Oriente hasta el Mediterráneo. Ya desde los primeros siglos despues de J. C. el comercio de artículos de lujo con el Oriente era muy intenso; como mas adelante veremos Roma necesitaba una gran cantidad de especias y maderas finas de la India y sobretodo seda cruda de la China.

---

(1) Ch. Diehl — *Byzant. Civilis.* C. M. H., pag. 763.

(2) G. Bratianu — *Le monopole du blé á Byzance.* B. N., 1934, pag. 643.

Como contrapartida solo las exportaciones de vidriería y cerámica contaban, por lo que la balanza de pagos tenía que compensarse con una enorme cantidad de moneda que anualmente iba a parar al Oriente, sangría metálica que acabó por debilitar el régimen en su conjunto. Se tomaron medidas por el Senado para evitarla, una de ellas preveyendo el acortar el camino a recorrer para rebajar el costo bruto del producto, estudiando una vía mas económica de transporte. En la clásica obra de Heyd (1) sobre estas materias, se siguen las varias rutas utilizables, y las medidas tomadas, como la de abandono de la Via Persa, por los fuertes impuestos a las caravanas en tránsito, y la mas frecuente utilización de la del Norte y la marítima, para lo que tuvo la diplomacia Imperial que firmar tratados comerciales de libre paso con los turcos, los hunos y los abisinios.

El comercio extranjero estaba sometido en Constantinopla a la continua vigilancia del Prefecto de la Ciudad, y reglamentado en gremios, protegidos por severas leyes específicas para cada detalle. En el celebre *Libro del Prefecto o Eparka* que mas adelante estudiaremos, hay un claro ejemplo de esta minuciosa reglamentación, durante el reinado de Leon VI.

Los principales productos de importación fueron la seda cruda, con mas intensidad desde el siglo VI; la madera y las pieles del Norte; armas; especias del Oriente; tapices Persas y esclavos. La política fiscal fue variadísima y será estudiada con mas detalle en otro Capitulo, conociéndose exenciones arancelarias, embargos de mercancías e incluso prohibiciones de importar productos extranjeros como en el Imperio de Nicea (2).

Sobre el costo de vida en Byzancio no tenemos mas que muy pocos datos concretos, sobretodo de los últimos periodos (3). Como término medio puede decirse que los precios eran de cinco a seis veces mas bajos que en Europa antes del año 1914. En todo el largo periodo Byzantino, hubo modelo de toda clase de intentos para superar una crisis económica o financiera parcial; así Nicéforo I llegó en una de sus clásicas « vejaciones » a intentar la baja de precios reduciendo el nume-

---

(1) Heyd — *Histoire du Commerce du Levant*. Tomo I, pag. 1-24.

(2) Gregoras, 43.

(3) Vease además de la obra de Zakythinos, las publicaciones de la Cátedra de Economía Pública de la Universidad de Atenas, como *De la moneda y de su poder adquisitivo en Byzancio*.

rario en circulación, antecedente de las modernas escuelas económicas. Pero en general el alza fue ininterrumpida, si bien en una escala muchísimo mas reducida que la de la edad moderna, hasta llegar al periodo de los Paleólogos, donde alcanzó un tipo doble de los precios que bajo la dinastía Macedónica. La pérdida del Asia Menor como consecuencia de la batalla de Manzikert, fue el comienzo del fin; desde entonces, perdidas ya las ricas regiones agrícolas de la Anatolia, la moneda inició la evolución descendente hacia el caos final. De esta última época, muy mal estudiada hasta la fecha, pocos datos históricos quedan, aparte de las falseadas y parciales crónicas de algunos contemporáneos. Últimamente ha sido presentada al VIII Congreso Internacional de Estudios Bizantinos en Palermo, en Abril de 1951, una interesante comunicación sobre el libro de cuentas del comerciante veneciano Jacomo Badoer <sup>(1)</sup>, en donde aparecen asientos desde el día 3 de Septiembre de 1436 al 26 de Febrero de 1439, con minuciosos detalles sobre precios, embalajes, transportes, gastos de seguro y guardería, renta de Aduanas y pago del canon al Bailio de Venecia, etc., etc.. Cuando vea la luz la publicación citada, posiblemente quedará mas precisa la característica comercial de este último periodo.

Antes de entrar en el estudio concreto de cada época comercial Bizantina, conviene señalar las directrices económicas del bajo Imperio Romano, puesto que no hay ninguna solución de continuidad entre ambos, sino que las variaciones siempre han sido lentas, evolucionando en un ciclo comun de ambos Imperios. Para ambos era propiamente mundial alcanzando la Galia, el Danubio, el Dnieper, las costas del Mar Negro, la Rusia meridional, y el Caucazo. Con el Sur y el Sureste era mucho más escaso, limitándose al marfil y a los esclavos de Numidia y Mauritania. Mas importante era el de Egipto, mucho mejor estudiado tambien que los anteriores, pues los descubrimientos hechos en Meroc prueban que el Imperio Romano pagaba las mercancías importadas del Africa Central con los productos de la industria Egipcia. Por otra parte el comercio con las costas somalíes, se intensificó mucho, de lo que nos ha quedado un dato en una guía aduanera del año '90 despues de J. C. hallada en Koptos, que acredita un intenso trafico en la ruta de Koptos a Berenice a través del desierto <sup>(2)</sup>. Otra inscripción de Medamut

---

(1) Byzantion — Tomo XXI, fasc. I, pag. 123 y ss.

(2) M. Rostovtzeff — *Hist. Soc. y Econ. del Imp. Romano.* I, pag. 291.

prueba que las asociaciones ptolemaicas navieras y comerciales subsistían en el siglo III de nuestra era (1).

Pero no solamente el comercio exterior contaba para el Imperio Romano sino el comercio interprovincial, que constituía una saneada fuente de ingresos tan importante o más que la anterior. El comercio interprovincial suponía la fuente principal de riqueza para todas las ciudades marítimas y fluviales del Imperio, y consistía casi exclusivamente en artículos de primera necesidad. Centenares de inscripciones del siglo II mencionan las profesiones de los hombres de aquella época (2); muchas de ellas nos dan los nombres de los mercaderes e incluso nos informan de la especialidad que cultivaba cada uno. Atendiendo solo a los mayoristas, se aprecia que casi todos ellos comerciaban con artículos de consumo, especialmente en trigo, vino y aceite y luego en metales, maderas de construcción, telas y cerámica. Muchas provincias exportaban trigo sobretodo Egipto, Africa, Cerdeña, Sicilia, Galia y España. Grecia se abastecía en Asia Menor y en el Sur de Rusia. España producía enormes cantidades de aceite fino y lo exportaba a Galia, Britania e Italia. El aceite africano, en cambio, mas barato y de peor calidad, se usaba solo para lamparas y usos de tocador. En vinos los países mas productores eran Italia, Grecia, Asia Menor y Galia.

El principal consumidor de todo este activo comercio reseñado era la «anona» Imperial, trabajando los comerciantes en aspecto de funcionarios publicos muchas veces, como se deduce de la lectura de inscripciones en donde se habla de los «collegia» de mercaderes y navieros, de los «navicularii» de los mares y de los «nautae» de los ríos y lagos interiores. Casi todos estos Colegios estaban reconocidos e incluso favorecidos por el Estado, siendo la semilla de la organización estatal Bizantina de siglos posteriores (3). Las organizaciones privadas eran únicamente toleradas o aun mejor ignoradas por el Estado.

Después del suministro oficial, el comercio interprovincial también intervenía en negocios particulares, casi siempre productos industriales que no podían ser fabricados en una región o provincia determinada, o incluso suministros de artículos alimenticios a grandes ciudades del Oriente deficitarias en producción.

---

(1) A. Wilhelm—*Griechische Inschriften aus Medamut*. 1932. A. W. K. I-VI.

(2) V. Parvan—*Die nationalität der Kaufleute im röm. Kaiserrei*. pag. 44.

(3) Calistrato—*Dig.* 50, 6, 6, 3 y siguientes, que los considera del Estado.

Con el tiempo fue también variando la población que se dedicaba al comercio; los comerciantes romanos e itálicos fueron desplazados por los orientales, griegos, sirios, anatolios, egipcios, más astutos y arriesgados, que ni siquiera en los difíciles tiempos de las guerras civiles abandonaron sus depósitos o «stationes», comparables a los «métata» y «fundicus» de siglos posteriores. El Oriente no ejercía ya atracción alguna para los comerciantes itálicos y occidentales, que fueron desplazándose cada vez más, para resurgir de nuevo en los siglos de debilitación del Imperio Bizantino.

Poco se sabe de la organización comercial en el Bajo Imperio Romano. La actitud del gobierno central parece haber sido siempre de tipo librecambista manteniendo moderados derechos de Aduana, y propulsando en cambio el espíritu de empresa de los mercaderes y navieros, tan necesarios al Estado, otorgándoles privilegios y permitiéndoles desarrollar sus negocios y organizaciones profesionales con entera libertad. De este modo tanto en el comercio exterior como en el interprovincial, la política del gobierno fue siempre la del *laissez-faire*, restringiendo incluso la nacionalización comercial de los Ptolomeos en Egipto. Los funcionarios oficiales de la época helenística, pasaron en parte, a ser pequeños comerciantes libres, y sus obligaciones para con el Estado quedaron reducidas al pago de ciertos impuestos (1). Más tarde bajo Septimio Severo, evolucionó de nuevo hacia la estatización, embargando el Estado una buena parte de los productos de la industria Egipcia, como el vidrio, papiro, lino y cañamo, que se exportaba en bloque a Roma y la Galia para las necesidades del ejército, creándose así una rama especial del *ratio patrimonii*, el «anabolicum».

Estas numerosas asociaciones de mayoristas, transportistas y comerciantes, no hicieron perder al tráfico el carácter individualista, característico de la época Romana. La única excepción a esta regla pueden ser las compañías de recaudadores de impuestos, pero tienen solo un carácter meramente transitorio. La misma legislación Romana afirma más este individualismo del régimen comercial, puesto que no menciona nunca el tipo de las Compañías mercantiles actuales, y las «societas» romanas eran meras asociaciones cuyos miembros no veían apenas limitada su actividad individual por la existencia de la Compañía (2).

---

(1) M. Rostovtzeff — *Large Estate in Egypt*, pag. 117 y s. s.

(2) P. Girard — *Manuel élémentaire du droit romain*, 1918 — III-IV, cap. II.

La fuente principal de la prosperidad del Imperio Romano fue siempre el activo comercio exterior e interprovincial; las ciudades mas ricas, donde vivia la poblacion mas opulenta, eran siempre aquellas de mas intenso comercio y situadas junto al mar, a las grandes vias fluviales, o a las grandes calzadas de comercio internacional (1).

La organizacion gremial Romana, tambien tiene mucho interes, para comprender mejor la evolucion Byzantina, y sus características peculiares. Por regla general los artesanos cuyo trabajo creian necesario las ciudades o el Gobierno, formaban gremios obligatorios, teniendo forzosamente el hijo al cumplir los 20 años que seguir el negocio de su padre, bajo pena de pérdida de la herencia. Los mismos libertos que poseian 30 libras de plata, tenian la obligacion de entrar en el gremio de los descargadores, teniendo en cambio fuertes compensaciones por la inmunidad de los cargos municipales, principal privilegio que se les concedía. Estas exenciones asi como de impuestos extraordinarios, no era fija, sino en escala variable segun el gremio de que se tratase. Por ejemplo los «navicularii» recibian 1 sólido por cada 100 modios transportados y se les compensaba con un 4 por ciento de merma (2). Cada cargamento de 10.000 modios les valía la exencion del impuesto territorial para 50 yugadas y no pagaban derechos de puertas ni otros arbitrios por sus mercancías (3). Las corporaciones que percibían el impuesto en especie, recibían en indemnización un «epimeton» o medida de más, que se elevó hasta 1/40 del trigo y la cebada y 1/15 del vino y del tocino.

En el cuarto siglo se procura establecer hasta en las profesiones libres, el principio hereditario, pues ya Constantino en 317 escribe «... preciso es que los monederos permanezcan siempre en su taller» (4). De este modo los «fabricenses» de las manufacturas imperiales, los «navicularii» o transportistas marítimos, los «metallarii», los empleados de las oficinas y los miembros de los gremios útiles al Estado o a la Ciudad, estaban colocados en la misma condicion hereditaria de servidumbre «serviunt» (5). Y la condicion social de estos gremios, con excepción de algunos poderosos tal los «nautas» del Sena o del Ródano,

---

(1) K. Lehmann-Hartleben — *Die antiken hafenanlagen des Mittelm.* Klio. 14.

(2) Cod. Teod. XIII, 5, 7.

(3) Idem XIII, 14.

(4) Cod. Teod. X, 20, 1.

(5) Cod. Justin. XI, 7, 7, anno 380.



no era ciertamente envidiable. El Código de Justiniano establece al hablar de una tarifa de multas que un simple decurión o un hombre destinado a la curia, vale por cinco agremiados o «collegiati» (1).

Esbozado el panorama del comercio exterior, la política comercial y las asociaciones gremiales del bajo Imperio Romano, pasemos a los periodos comerciales Bizantinos, cuya subdivisión ha sido dictada por consideraciones de índole política, mercantil y monetaria, puesto que hasta la misma moneda de oro cambia de denominación en el decurso de todo el ciclo Imperial Bizantino; de sueldo o solidus (periodo 1 y parte del 2) pasa al Nómisma (parte del 2 y tercer periodo) y de este al Hypérpero (periodo cuarto), correspondiendo el primero al puramente Romano, el segundo al helenizado Bizantino y el tercero al decadente y rebajado en contenido de metal fino.

Los periodos que vamos a estudiar por separado son los siguientes:

*Periodo primero* — Desde los comienzos del Imperio Bizantino hasta el fin de la Dinastía Heracliana. Años 337 al 717.

*Periodo segundo* — Desde Leon III el Isaurio hasta Basilio I el Macedonio. Años 717 al 867.

*Periodo tercero* — Desde Basilio I el Macedonio hasta Alejo V Murzuflo. Años 867 al 1204.

*Periodo cuarto* — A su vez dividido en dos diferentes subperiodos:

a) El Imperio de Nicea, 1204-1258.

b) La Dinastía Paleóloga, 1258-1453.

## I

### El comercio exterior bizantino durante el primer periodo

Este primer periodo comercial del Imperio Bizantino, se caracteriza por la persistencia de una política de sana moneda, que después de un periodo de inflaciones, más intenso entre 330 y 360 (2), y la revalorización de la moneda de cobre bajo Constantino, conduce a una importante alza del oro en relación con la plata, que comienza a principios del siglo V.

(1) Cod. Justin. XII, 1, 146, anno 395.

(2) M. Segré — *Some traits of monetary inflations in the Mid. Ages.* Seminar. I-1943, pag. 20.

Una serie de decretos Imperiales, nos permiten seguir esta evolución, que no siempre presenta un aspecto completamente uniforme, (1), y que dió una gran seguridad al comercio, ya citada por los comentaristas de la época (2),

La difusión de la moneda Byzantina adquiere caracteres de universalidad, problema que ha sido estudiado en lo referente a España muy recientemente por los Doctores Mateu y Llopis y Ramos Folques.

Con la abolición del «crisargirio» por Anastasio, claro ejemplo de tributo impopular cuyo carácter era muy complejo desde principios del siglo IV (3), se dió un gran impulso a la seguridad interior y por consecuencia a la mejor distribución de la carga de impuestos, ya que en realidad no fué una completa desgravación, puesto que se creó la «crisotelia» o impuesto-oro, especie de contribución territorial destinada en su mayor parte al sostenimiento del ejército (4). Durante el reinado de este Emperador se creó también el gran «follis» de bronce, que perduró hasta Constantino IV y quedaron las arcas del tesoro con una gran reserva monetaria (5), lo que constituyó una excelente introducción al reinado de Justiniano el Grande.

El reinado de este Emperador es la época mas floreciente, económica y comercialmente de todo el Primer periodo. Su lucha contra los grandes terratenientes y sus «Novelas» sobre todo las del año 535, nos dan la clave de su carácter, fuerte y obstinado, dispuesto a mejorar la Administración y el comercio sin reparar en medios para ello. Pero la enorme carga de los presupuestos militares y sus ininterrumpidas campañas guerreras, anularon en gran parte sus esfuerzos, quedando el tesoro imperial casi exhausto, y solamente la fuerte intensificación del comercio exterior e interprovincial en su época, lo salvó de una crisis mas grave (6).

Desde la época Alejandrina el comercio mas importante y activo seguía siendo el del Oriente; su importancia aumentó aún mas durante el siglo VI en que los tapices y las sedas se consumían en Byzancio en

---

(1) E. Condurachi—*Le problème économique et monétaire du IV siècle*. Cronic. Nomism. Rumana. XV. 1940.

(2) Symmaco, según *Revue H. du S. E. Europeen*. Bucarest. XIX, 1942, pag. 419 ss.

(3) Pauly-Wissowa Encycl. T. iv pag. 370/376 arti, «Collatio Iustralis».

(4) Stein—*Studien zur Geschichte des Byzantinische Reiches*, 1919, pag. 146.

(5) Procopio en «*Historia Arcana*», 19, 7-8. lo cifra en unas 320.000 libras oro.

(6) Diehl - *Justinien*. pag. 311.

proporciones fabulosas. El comercio tenía múltiples dificultades y peligros, pero los beneficios lo compensaban <sup>(1)</sup> y sus antiguas rivales Alejandria y Antioquia, habían cedido a Constantinopla el monopolio y control del tráfico, y ser el depósito comercial mundial para estos productos.

Otros les seguían en importancia, las especias (pimienta, canela, clavo) que no solo se empleaban con frecuencia como medicamentos sino que constituían moneda de cambio con las tribus bárbaras, como lo prueba el hecho de que entre lo exigido por Alarico para levantar el sitio de Roma en 408, estaban 3.000 libras de pimienta <sup>(2)</sup>.

La ruta de la seda o camino comercial de tránsito de este producto, fué ya explorada en la época romana por un comerciante macedonio (Maes Titianos) quien enviaba a sus agentes al mayor depósito de seda cruda de la época, Kachgar, en el Oasis de Tarim <sup>(3)</sup>. Desde el Oriente llegaban las caravanas a Tarim y los Bizantinos desde Antioquia pasaban el Eufrates, atravesaban el territorio de los Partos, bordeaban Teheran y ganaban luego la meseta de Pamir. Las dificultades de tránsito eran enormes, pues tenían que atravesar grandes desiertos y pasar el Pamir y el Thian-Chan, de las más altas montañas de Asia, tardando en tiempos de Justiniano 150 días de la China a la frontera Persa y 80 desde esta frontera a Bizancio <sup>(4)</sup>. Además de estas dificultades naturales, los Persas trataban también de monopolizar este comercio e impedir o dificultar al menos, el paso de las caravanas Bizantinas, que derivando al Golfo Persico, embarcaban luego sus productos para Alejandria. Justiniano como contrapartida firmó una alianza con el Negus de Etiopia, para encauzar la corriente comercial del Indico a Ceilan, pero tampoco tuvo éxito franco en esta maniobra. La situación empeoró y muy posiblemente la segunda guerra de Justiniano con los Persas, le decidió a declarar el monopolio del Estado sobre la seda, fijando unos precios máximos de compra, que no fueron aceptados por los comerciantes. El prudente consejo de Pedro Barsymés, como *largitionum* y director de las fábricas de Palacio, fué al fin seguido por el emperador; se aceptaron precios más altos de compra, pero se condicionó la venta a las condiciones de cada momento y las necesidades de la Hacienda Imperial, por lo que más que un monopolio fué en esencia un nuevo

---

(1) Hesseling — *Essai sur la civilis. Byzantine*, 1907, pag. 61.

(2) Zozime le Diacre — *Pélerinage*, 1419-1421, Cap. V, pag. 41.

(3) R. Grousset — *L'Empire des Steppes*, 1939, pag. 79 citando a Maximo de Tyro.

(4) Diehl — *Justinien*, pag. 535.

impuesto de lujo, que gravaba el producto (1). Al mismo tiempo los entrepôts del Chersoneso, fueron cuidadosamente reglamentados, para intervenir las corrientes comerciales de los Países Nórdicos y otros Orientales, gravando las mercancías con sobreprecios variables (2).

Hacia el año 553 dos monjes nacidos en el Asia Central, introdujeron burlando la vigilancia china, algunas semillas de gusano de seda, consiguiendo criarlos con hojas de morera. Con ello la situación mejoró en Bizancio en lo referente a la seda cruda, aunque ciertamente la producción indígena nunca bastó para tener abastecido el mercado (3). Posteriormente las fábricas de seda se extendieron a Beirut, Tiro, Antioquía y Tebas, por lo que el sucesor de Justiniano, Justino, pudo enseñar a un embajador turco las fábricas de seda nacionales en plena producción (4).

Por el mar Rojo, Justiniano estableció una vía marítima, para librarlo de la dependencia de Persia, reconstruyendo en el Golfo de Akaba el puerto bizantino de Aila, sitio de embarque de los productos de Ofir, y desde donde las mercancías podían ser transportadas por tierra remontando Palestina y Siria, hasta el Mediterráneo. Otro puerto en el ángulo N. O. del Mar Rojo y cerca de Suez, Clisma, y la Aduana bizantina establecida a la entrada del Golfo de Akaba, constituían el cordón fiscal exterior de este período comercial (5). Su principal fin era controlar el comercio con Ceylan (Taprobrana) donde las flotas chinas descargaban la seda y las especias, y de este complicado tráfico solo tenemos ahora la única fuente de la Topografía Cristiana de Kosmas Indicopleustés (6), libro redactado a mediados del siglo VI; Kosmas natural de Egipto es el clásico tipo de comerciante de esta época en que las mercancías indias estaban de moda en Bizancio y hasta las aventuras de la juventud de Buddha fueron transcritas en la novela de Barlaam y Joasaph, traducida al griego; no temía aventurarse por mares desconocidos y regiones bárbaras, con tal de que los beneficios fueran proporcionados al riesgo. Según su relato se encontraba en el puerto de Adoulis en el año 525, cuando el Negus preparaba una expedición contra el Yemen y viajó por los golfos de Akaba y Suez, por la India interior y las costas de África hasta las Dioscorides (Socotora). Su descripción parece más

(1) Procopio de Cesárea. *De Bellis*, I-VII. acusando de especulación a Barsymés.

(2) M. V. Levchenko — *Byzance des Origines á 1453*. Paris 1949, pag. 77.

(3) Dichl. *Justinien* — pag. 148.

(4) Ebersolt. *Les arts somptuaires de Byzance*. 1923. pag. 12-13.

(5) Heyd. *Histoire du comm du Levant*. tomo I. pag. 10.

(6) Migne. *Patrolog. Graec.* 88.

bien referirse a las costas de Arabia y Africa que a la propia India, ya que su relato de esta última es copia de los relatos de otros navegantes como Sopatros (1). Desgraciadamente su libro contiene mas detalles de cosmología, tal y como se entendía en la época, que antecedentes económicos y comerciales, que son tratados muy someramente y mezclados a tradiciones locales no muy dignas de crédito. El texto actual procede de tres manuscritos diferentes: el Vaticanus gr. 699, escrito en onciales y que parece ser del siglo X; el Sinaiticus 1186 del siglo XI que contiene los doce libros, el ultimo incompleto, y el Laurentianus Plut. IX, 28, de fines del mismo siglo (2).

Los datos mas importantes en el aspecto comercial estan relatados en los libros II y XI, donde hace mencion de la admiración de todas las naciones ante el nómsima o sueldo Byzantino de oro y nos cuenta la conocida historia del Rey de Ceylan al decidir entre los comerciantes byzantinos y persas a favor de los primeros, por simple comparacion de las monedas de sus emperadores, el sueldo de oro byzantino y el dracma persa. La verosimilitud de este relato está probada por otro muy semejante citado por Plinio (3), y del que fueron protagonistas los embajadores enviados a Ceylan bajo el reinado de Claudio.

Además del comercio con el Oriente a que nos hemos referido hasta ahora, este primer periodo económico Byzantino se caracteriza por un activo intercambio con los pueblos del Norte, el Occidente y las colonias Sirias. Por los puertos de Crimea, Kherson y Bósforo, las mercancías se exportaban a los godos, hunos y avaros, grandes consumidores de las especias y los productos industriales de Constantinopla, recibiendo en cambio las pieles finas, el ambar del Baltico y los esclavos que se cambiaban por trigo y vino (4). De este trafico no nos quedan como del Oriental, fuentes documentales apreciables, pero son testigos del mismo los objetos de plata de indudable origen Byzantino del siglo VI, descubiertos en Rusia y Siberia. Son en su mayoría platos argénteos de poca profundidad y tamaño variable, con simbolos cruciformes y las efigies Imperiales nimbadas, a veces con punzones de control de los talleres artisticos y fieles contrastes de Constantinopla (5).

---

(1) Bury. *History of the late Roman Empire*. T. II, 1923, pags. 320-332-334.

(2) Migne. *Patr. Graec.*, 88.

(3) *Hist. Natural*, VI — 85.

(4) Diehl. *Justinien*, 1901, pag. 537.

(5) Maculevic — *Argenterie Byzantine en Russie*, II, pag. 292.

El Occidente, ocupado en su mayor parte por tribus bárbaras en el siglo VI, era un gran consumidor de los refinados objetos de arte Byzantinos; las victorias de Justiniano sobre los godos y los vándalos había asegurado la libertad de navegación, y hasta los comienzos de la invasión árabe el comercio fué activísimo. La isla de Délos, hoy estéril peñón, era un inmenso depósito comercial que sustituyó a la antigua Rodas desde el periodo helenístico. Los sirios eran con mucha frecuencia los intermediarios en esta vía comercial de primer orden, a los que los romanos no miraban con mucha simpatía, pero su espíritu práctico no dejaba de ver en ellos unos inmejorables aliados comerciales.

El comercio mediterráneo se alargó hasta las columnas de Hercules y llegó hasta las Islas Británicas, utilizando verdaderos viajes de escala regular con todos los países ribereños. Así se han conservado hasta nosotros los apelativos de «galodromo» para los buques fletados para las Galias, y «spanodromo» para los contratados al comercio con España (1); y el hecho histórico de una flota de la Iglesia de Alejandria que perdió su carga en el Adriático, consistente en trigo, tejidos, plata y artículos de lujo (2).

Los artículos de mayor comercio con el Occidente eran a la importación en Byzancio el aceite de oliva de Marsella y los vidrios de Sidon, que luego se reexportaban al Oriente; se exportaban en cambio tejidos de algodón desconocidos en las Galias, sederias y manufacturas suntuarias. Como ejemplo podemos citar un caso del puerto de Marsella, en donde se autorizó la entrada de las siguientes cantidades, como contingente por un viaje:

Aceite	10.000 libras	Canela	1 libra
Pimienta	30 »	Comino	150 libras
Nardo	2 »	Arroz	20 »
Pasas	30 »	Dátiles	50 »
Almendras	100 »	Hijos	100 »
Aceitunas	100 »	Salmuera de pescado	30 medidas
Papyro	50 fardos	Pieles	10 unidades
Cueros de Cordoba 10 unidades (3).			

(1) *Vie de St. Jean l'Aumonier* — Friburgo 1893, pag. 68.

(2) *Item, Item*, pag. 60.

(3) Pirenne — *Le commerce du Papyrus dans la Gaule merovingienne*, 1928, pags. 183-184.

Es curioso observar la mezcla de mercancías orientales con otras procedentes de los stocks Bizantinos de Délos, llevadas allí por los comerciantes sirios, para completar un cargamento que propiamente puede considerarse de aceite de oliva.

Las conquistas árabes del siglo VII, privaron al Imperio Bizantino de muchas de sus provincias orientales y meridionales, con lo que las características económicas variaron. Al disminuir territorialmente quedó Bizancio con predominio de pobladores de origen griego, causa de muchas de las variaciones económico-numismáticas que caracterizan a este segundo período comercial, inicio de la helenización y primer renacimiento del Imperio y que dura hasta la subida al poder de la dinastía Macedónica.

*(A continuar).*

# A LOCALIZAÇÃO DA CUNHAGEM DE «ALIOBRIO»

PELO DR. F. RUSSELL CORTEZ.

Aos 27 de Agosto de 1891, apareceu na propriedade — *La Capilla* — sita no termo municipal de Carmona, Espanha, um conjunto monetário visigodo constituído por mais de mil moedas, pertinentes à época compreendida entre Recaredo e Sisenando, 586/636, Rei de quem são as mais recentes.

Campaner (1), consegue sumariar este vultoso achado no seu *Indicador* baseado numa nota de Celestino Pojal y Camps que estudou mais de oitocentas moedas. No entanto, o conjunto foi descrito por Manuel Fernández López num folheto denominado *El tesoro visigótico de La Capilla* (2), Sevilla 1895.

O tesouro foi de enorme influência para um melhor conhecimento da história visigoda, fornecendo, além de moedas de «cecas» já consabidas, outras emissões de Reis que ignoravamos terem batido moeda nelas. Como novidade máxima ficamos a saber da existência de um novo Rei *Iudilla* que amoedou em *Emerita* e *Iliberri* e provavelmente um outro personagem igualmente desconhecido: *Jajita* ou *Jujita*.

Pela vez primeira tínhamos o testemunho da existência de ignoradas localidades onde se tinha batido moeda, como por exemplo *Leione*

---

(1) *Indicador Manual de la Numismática Española*, Palma de Mallorca, 1891.

(2) Este quantioso e valioso achado tem dado lugar a enorme bibliografia entre a qual destacamos: Hübner, recensão na *Revista Crítica de História y Literatura Españolas, Portuguesas e Ibero-americanas*, pág. 95, 1897; P. Fita, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, XIX, pág. 256; Pio Beltran Villagrasa, *Las monedas visigodas acuñadas en la Suevia española. Diócesis de Iria. Lucus, Aureense, Tude y Asturica*, Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense, 1915/16, n.ºs 101/106. Felipe Mateu y Llopis, *La monedas visigodas del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid 1936, etc..



(León, na diocese de *Asturica*, a Romana *Legio*) (1) e à cunhagem de Suintila em *Aliobrio*, da diocese do Porto.

Da localização de *Aliobrio* vou agora tratar.

Tal atribuição, o pertencer *Aliobrio* à Diocese do Porto, foi feita por Pio Beltran, em 1916, no seu já citado estudo baseado em documentos eclesiásticos — as pseudo Actas do Concílio de Lugo — dados até então como textos apócrifos.

Concluiu então este ilustre numismata, a preparar, de há tempo, um completo estudo da numária visigoda que será o mais e melhor documentado de quantos se tenham publicado (2), que «Los nombres de localidades que aparecen en las monedas, también están en el documento de la «División eclesiástica Suevo» impròpriamente llamada «Actas del Concilio de Lugo». Tal concilio no se celebró, o por lo menos sus actas son falsas y hurdidas partiendo de la «Division Suevo» que es autentica en su origen aunque contenga interpolaciones».

«Su autenticidad se prueba teniendo en cuenta, que todos los nombres nuevos que salen en las monedas, o las mala lecturas que se corrigen, siempre están en la «Division», y es de esperar que esto seguirá ocurriendo en lo sucessivo.»

«Tambien es cierto, que cuando un nombre que aparece en las monedas no parece estar en la «Division» es por que hallandose muy, corrupto, es dificil su identificación.»

«Esta coincidencia parece indicar que el documento en cuestión tuvo tanto de administrativo y civil como de eclesiástico.»

A uma conclusão semelhante chegou anos mais tarde o Cónego Dr. Pierre David (3) que demonstrou, em exaustivo estudo, tratar-se tal documento dum *parochiale* suevo.

Procurarei agora fixar topològicamente a situação de *Aliobrio* dentro dos limites da Diocese de *Portucale*.

No texto da *Divisio Theodemiri* — as anteriormente consideradas Actas do Concilio de Lugo — mandado elaborar no ano de 569, reintegrado por Pierre David (4), no capitulo respeitante *ad Sedem Por-*

(1) Op. cit. pág. 19 e ss.

(2) Sobre a existência do bispado Legionense na época Romana e visigoda, negada por Morales y Florez, ver Sánchez Albornoz, *Estampas de la Vida en León durante el Siglo X*, 1934, pág. 9, n.º 11, onde vemos curiosas referências à *Archidiócesis de Braga*.

(3) *Las monedas visigodas*, etc., pág. 54.

(4) *L'organisation ecclesiastique du Royaume Suève au temps de Saint Martin de Braga*, in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> ou XII<sup>e</sup> Siècle*, Coimbra 1947.

*tucalensem, in castro novo ecclesias que in vicino sunt, encontramos Aliobrio incluído na alínea: item pagi* (1).

Alberto Sampaio, ao estudar *as Póvoas marítimas do norte de Portugal* (2), aproveita a narração da visita, em 922, de Ordonho II e da Rainha Elvira a Gomado, bispo resignatário da Sé de Coimbra, recolhido no mosteiro de Crestuma — «dedit ipse rex et ipsi comites nabulum et portaticum de dorio in die Sabbati de portu de *aliourio* et per totos illos portus usque in illa foce de durio ubi eadit in mare». Alberto Sampaio conclui deste documento (5) que de *Aliourio* (por Aliovrio ou Aliobrio) até à Foz havia muitos sítios atracáveis «portus», onde os barcos pagavam certos impostos — «nabulum» e «portaticum» — que foram os cedidos, dos sábados, ao mosteiro de Crestuma.

Pierre David (4) opina igualmente que o referido documento «indique qu'Aliobrio commande un passage (portus) sur le Douro á la limite orientale du diocèse de Porto», Pelo mesmo *parochiale* suevo, nós sabemos que no século VI a diocese do Porto estendia-se ao longo da margem direita do Douro até *Valle Aritia*, o actual vale da Vilariça e consequentemente, será por toda esta extensa área geográfica que temos de procurar encontrar o *portus* de *Aliobrio* onde no século VII se cunhou moeda de ouro, no reinado de Suintila = 611-631.

Mais moderamente voltamos a encontrar uma referência documental a *Aliobrio* — topónimo pertencente ao substracto linguístico pre-romano Aliobrigo.

Julgo encontrar uma referência a esta localidade nas inquirições de D. Afonso III.

No Livro dos Forais, Doações, Privilégios e Inquirições da Ordem de Malta (5) ao tratar-se da inquirição do Julgado de Vila Nova e paróquia de Santiago de Vila Nova lê-se: r. // Et scit quod Mons de Azineira cum suo termino, qui est de Hermita de Carrego, qui est Regis, et modo tenent illum per forciam homines Sanctae Columbae, qui sunt de Militibus, et homines de *Alourio*, et homines veteribus de Alvazões, et modo Dominus Rex nihil habet inde, et scit, quod tota villa de Ses-

(1) Pierre David, op. cit. pág. 35, que nos informa as variantes de evolução da sua grafia nas várias cópias deste texto.

(2) Aut. et op. cit. Portugalia, II, pág. 227.

(3) Portugaliae Monumenta Historica, Dipl. et ch. XXV.

(4) Op. cit. pág. 35, nota 20.

(5) José Mendes da Cunha Saraiva, com prefácio de; in op. cit. pág. 136, vol. I, *Subsídios para a História da Ordem de Malta*. II, Lisboa, 1946.

mires fuit Regis, et modo Rex nihil habet inde, quia tenet eam Hospital, et Paubeiro de tempore Regis Domni Sancii Germani istius Regis.

Vemos assim que ao tempo de D. Afonso III o Monte da Azinheira (1) era ocupado à força pelos soldados de Santa Comba (2) e pelos habitantes de *Alourio* (por *Aliovrio*) (3) e Alvações do Corgo.

Supomos que o *Portus* de *Aliourio* referido no documento de Ordonho II, de 922, ficasse nas margens do Corgo, em Lobrigos, ou então nas proximidades da confluência do Corgo com o Douro (4).

A corroborar, de certo modo, a atribuição de Lobrigos como correspondência actual de *Aliobrio* dos tempos visigóticos, temos a informação fornecida pelo pároco local em 1758 (5):

«—Lobrigos tem nos limites da freguesia de Santo Antonio de Alvacois umas minas junto ao mesmo Rio Corgo nas quaes se tem tirado ouro há menos de cincoenta annos por ordem de sua Magestade que Deos Guarde, e há certeza que no mesmo sitio ha ainda ouro que se possa tirar, principalmente em hum posso do mesmo rio chamado Pego Negro, por informação do mesmo Mineyro que tirou o das Minas.»

Não faltavam em *Lobrigos* as condições económicas que justificam plenamente a necessidade da emissão de moeda no século VII, e cuja prova nos é fornecida pela moeda de *Suintilla* que estudamos e se encontra no tesouro de *La Capilla*, hoje no Museu da Sociedade Numismática de Nova York.

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular,  
Universidade do Porto — Julho, 1953.

(1) Corresponde ao alto da actual povoação da Azinheira, da margem esquerda do rio Corgo, acima de Alvações do Corgo e fronteira a S. Miguel de Lobrigos.

(2) Povoação próxima de Santa Marta de Penaguião.

(3) Deve estar por *Aliourio* ou *Aliobrio*.

(4) Aparece-nos um outro topónimo *Aliobrio*, num documento medieval, do ano 921, é a Delimitação do Couto de Dume, publicado por Florez na *España Sagrada* «vol. XVIII, cap. IX, n.º 28, de 28 Setembro de 921, depois transcrito no *Portugaliae Monumenta Historica* Dip. Ch. n.º XVII:» In Era DCCCCLVIII quarto Kal. Octobris facta est congregatio magna in locum praedictum *Aliobrio* in praesentia Domini Hordonio & collecti omnes Episcopi, . . . . ad ipsum locum ascedimus in monte qui est inter ipsum locum (*Aliobrio*) & Villae quae dicunt *Infidias*.»

Vemos por esta breve transcrição do documento que este *Aliobrio* ficaria na immediata proximidade da cidade de Braga e portanto mui ditanciado do território a que pertencia o *Aliobrio, pagus* dependente da Diocese Portuense, referido no *Parochiale Suevo* que atrás aproveitamos.

(5) Pedro A. de Azevedo, Extractos archeológicos das «Memórias parochiaes de 1758», Archeólogo Português, vol. V, pág. 155, Lisboa, 1900.

# DUAS MOEDAS PORTUGUESAS HÍBRIDAS

POR MÁRIO RAMIRES.

Tive há pouco tempo a oportunidade de ver e estudar duas pequenas moedas portuguesas híbridas que julgo inéditas e de tanto interesse que me sinto movido a dar delas conhecimento público e com isso concorrer com uma pequena achega para o estudo deste capítulo da numismática, no meu entender ainda pouco aprofundado.

O desejo de apresentar à luz da publicidade o aparecimento destes dois espécimes e o de o fazer nas páginas duma Revista da especialidade, do valor da NVMMVS, obrigou-me ao cuidado de consultar obras e catálogos, tantos quantos pude conseguir em curto prazo, para me certificar de que, pelo menos, não iria dar uma novidade... já conhecida.

O estudo assim feito, necessariamente perfunctório, levou-me à convicção de que o assunto das moedas híbridas está insuficientemente analisado entre nós e carece de ser revisto e tratado a fundo por aqueles que têm autoridade e conhecimentos numismáticos suficientes.

Confesso que tenho um bocado de receio de vir a público com as minhas considerações, por ter de me mostrar acaso em discordância com as opiniões de escritores e numismatas consagrados. Mas afoito-me ao cometimento porque sou por índole contrário a aceitar de olhos fechados as opiniões dos outros só porque eles têm um nome feito.

Para poder dar uma certa ordem e sequência naquilo que vou dizer, começarei por referir a parte propriamente pertinente ao título que encima estas linhas e só depois tratarei as considerações a que fui levado pela leitura e observação de certos artigos publicados sobre tal tema.

\* \* \*

A primeira das híbridas que apresento tem a valiosa particularidade de ser a mais antiga de todas as portuguesas conhecidas, ostentando numa das suas faces o nome de um monarca que até hoje não tinha ainda figurado nesta espécie de numismas.

Trata-se da moeda de

D. AFONSO V — D. DUARTE

Real preto



Anv.: EX . POR(?) . REX . PORTV

No campo, A coroado, com L à direita.

Rev.: EDVA(R)DVS.....

No campo, as quinas contornadas por 4 castelos

Cobre

Mod. 18,5<sup>mm</sup>

Peso 1,45 grs.

Conserv. B.

Pertence à colecção Ed. M. van der Niepoort, do Porto.

Embora querendo chamar-se-lhe moeda de imperfeição, moeda anormal, não há dúvida de que é mais uma peçazinha numismática que nos vem trazer ensinamentos ou, pelo menos, ampliar os que já possuímos. Por isso é bem-vinda, bem aparecida à luz da vida numismática.

A legenda do Anv., quase toda legível, ainda que não muito claramente nalguns caracteres, é, em todo o caso, muito diferente dos outros *reais pretos* mencionados por Teixeira de Aragão, constituindo um tipo novo. Lembra, no entanto, os exemplares conhecidos pelos leilões de Sousa Braga, Meili e outros.

O Rev. é mais ou menos do tipo do *real preto* do D. Duarte, n.º 7 de Teixeira de Aragão.

Cabe aqui dizer que, em minha opinião, a atribuição do Anv. e Rev. destas moedas híbridas — de dois monarcas — não oferece qualquer dúvida, dado ser hoje princípio assente (resultante da falta de quaisquer documentos ou elementos oficiais que tal comprovem) que não há, em Portugal, moedas de associação no trono de dois reis, mesmo

pai e filho. Sendo assim, o Anv. duma destas moedas é sempre do último dos monarcas, o que a emitiu, visto que o outro não pertencia ao número dos vivos na data da emissão.

A segunda híbrida apresentada é também um exemplar muito interessante e valioso, dizendo respeito a uma *imperfeição* normalmente rara duma moeda já de si de grande raridade.

### D. JOÃO III — D. MANUEL I

Cinquinho



Anv.: + IOANES. 3. R

No campo, I coroado com um ponto de cada lado.

Rev.: + (IE) MNVEL R P ET A. D:

Quinas.

Prata Mod. 13<sup>mm</sup> Peso 0,60 grs. Conserv. MB.

Pertence à colecção Pinto de Magalhães, do Porto.

O Anv. tem a particularidade interessante de se assemelhar ao da pequenina moeda indicada por Teixeira de Aragão com o n.º 33 (D. João III), que não é conhecida senão através do desenho da História Genealógica, tomo IV, est. 69, donde naturalmente foi copiada. Acrescenta aquele ilustre historiador que possuía um exemplar o Sr. Visconde da Torre da Murta.

A particularidade citada foi-me sugerida pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng. Ferraro Vaz quando tive o gosto de lhe mostrar a moeda e de com ele conversar sobre este lindo cinquinho, pequena peça que muito admirou e a que parece ter ligado bastante interesse.

\* \* \*

Que eu saiba pouco se tem escrito sobre o hibridismo, facto donde se poderia tirar à ilação de a matéria não ser de grande importância numismática se não fosse o desmentido que lhe dão a procura, o alto custo e o apreço destes numismas por parte dos coleccionadores. Alguma coisa disseram, porém, a este respeito os numismatas portugue-

ses mais categorizados, como Teixeira de Aragão, Leite de Vasconcelos, Raul Couvreur e Batalha Reis, o último dos quais o fez mais moderadamente, além do mais, na sua notável «Cartilha».

Teixeira de Aragão, o insigne mestre da Numismática Portuguesa, apresenta no seu precioso catálogo ou, mais pròpriamente, na sua Descrição Geral e Histórica das Moedas... no seu vol. I, pág. 237, um exemplar de moeda híbrida de ouro, único conhecido naquela época, que julga poder atribuir a um período de associação no trono dos monarcas, pai e filho, D. Afonso V e D. João II (Regência, 1477). Não pôde documentar oficialmente a sua asserção como soia fazer constantemente, mas apresentou-a, no entanto, fundamentado na legenda da face relativa ao Rei africano, que julga excepcional por não comportar a palavra CRVZATVS, e é diferente, por isso, de todos os cruzados daquele monarca por si conhecidos. É evidente que deve ter influido no seu julgamento o conhecimento histórico da *pseudo-abdicação* de D. Afonso V em seu filho, quando partiu em solicitação do auxílio do Rei de França para as suas pretensões sobre Castela, o que tornava muito verosímil e lógica a suposta cunhagem de moedas com os nomes dos dois soberanos.

O fundamento da legenda excepcional está hoje sem consistência, melhor, completamente destruído com o aparecimento de outros numismas áureos de D. Afonso V, com legendas semelhantes à da híbrida, em que não entra agora a palavra CRVZATVS. E, perante isto e a falta de elementos oficiais, a sua atribuição de moeda dos dois reis associados, não tem hoje justificação possível.

Leite de Vasconcelos, fez um estudo sobre esta moeda, referindo-o no *Elencho das lições de numismática*, II, pág. 56-58 sendo, creio eu, o primeiro a manifestar o conceito da sem razão que assistiu a Teixeira de Aragão ao atribuir tal numisma ao tempo da regência de D. João II.

Se acaso a tal respeito se argumenta apenas com a carência de documentação legal, mesmo não deixando de ter em conta o adiantamento que hoje se observa na investigação histórica nacional, creio que não seria descabida prudência pôr certa reserva na negação da hipótese de T. A., pois não estamos livres de ver aparecer amanhã um indício qualquer a seu favor.

Dos escritores portugueses que têm abordado este tema parece ter sido Raul Couvreur quem mais desenvolvidamente o tratou num artigo publicado em o «Archeologo Português», vol. 23.º, pág. 26-47, de 1918. Aliás, levou esse desenvolvimento a ponto tal que me parece

ter saído para fora da matéria, englobando na classificação de híbridas moedas que não têm as características geralmente apontadas no hibridismo — moedas de cunhos de espécimes diferentes ou, para os mais extremistas, moedas de dois reinados. Verdade seja que o autor reconhece a sua classificação como muito discutível e indica até argumentos que a contrariam; apresenta-a assim, no entanto, com a finalidade de mostrar novos tipos e suscitar a fixação das moedas que verdadeiramente devem ser consideradas híbridas.

O artigo é muito interessante, sendo de recomendar a sua leitura a todos os que o não conhecem e se interessam pelo assunto. São nele descritas 150 moedas, classificadas em 4 grupos, e com indicação, para cada uma, do número de exemplares que conhece e dos nomes dos possuidores ou das publicações onde as viu referidas.

Os grupos de classificação comportam respectivamente:

- 1.º — As moedas que apresentam em cada face indicação de reinado diferente.

Engloba 35 moedas, variantes incluídas. Elas são as híbridas indiscutíveis, com excepção da n.º 4.

- 2.º — As moedas dum reinado que apresentam data de reinado diferente.

Reúne 50 moedas, tais como o *quartinho* de D. José I, com data de 1749 (n.º 112 de F. V.) e também — o que já me não parece razoável — as *peças* de D. Maria I, Baía ou Rio, de 1800 a 1805 que sempre tenho visto considerar moedas normais.

- 3.º — As moedas dum só reinado que comportam um cunho não relacionado com a data.

Contém 53 numismas, de que podem indicar-se como tipo as moedas de D. Pedro, príncipe, com *coroa de rei*.

- 4.º — As moedas que apresentam numa das faces cunho de moeda diferente, erros de legenda, etc..

Inclui 12 moedas entre as quais se encontra, por exemplo, o muito conhecido *meio tostão*, de D. João IV, cunhagem do Porto, com o cunho do reverso (IN HOC SIGNO VINCES) em ambas as faces (n.º 45 de F. V.).

O mais moderno dos numismatógrafos portugueses que tem tratado publicamente este tema é, como já disse, o Dr. Pedro Batalha Reis, o ilustre autor de tantos valiosos trabalhos sobre moedas, o mais recente dos quais é a *Cartilha*, onde há algumas interessantes informa-



ções a respeito de híbridas e uma opinião a que adiante me hei-de referir especialmente e com a qual, na minha atrevida ignorância de incipiente dedicado a coisas de numismas, me atrevo a discordar.

As hipóteses formuladas acerca da origem e existência das moedas híbridas portuguesas têm sido muito variadas; a maior parte delas, pouco consistentes, têm sido a breve trecho postas de parte ou perderam quase completamente o seu valor. Poderei indicar as seguintes:

a) A que faz corresponder as moedas a um período em que se tenha dado a associação no trono de dois monarcas.

b) Demora na *completa* execução dos cunhos no começo dos reinados, levando a empregar numa das faces cunho do reinado anterior.

c) Pretenso direito de sucessor de um monarca, de cunhar moeda antes da subida ao trono.

d) Cunhagem efectuada entre o período de instituição de um herdeiro ao trono e a sua ascensão ao poder real.

e) Ensaio de cunhos, para os quais se teria empregado noutra face um cunho de acaso.

f) Intencionalidade patriótica.

g) Exclusiva deficiência de fabrico, isto é, engano de cunhos.

A última destas hipóteses é a que parece reunir a maioria dos sufrágios pois para ela se inclinam os três últimos numismatógrafos que cito, o último dos quais a adopta mesmo afincadamente, com carácter genérico, como a única possível. Diz-nos na sua *Cartilha*, pág. 325, textualmente, que aos olhos da moderna crítica as moedas híbridas não são mais do que o resultado de um *mero engano* (o itálico é meu) e repete várias vezes semelhante conceito, tanto nas referências de pág. 230 como no seu artigo publicado em *A Voz*, de 12-1-1946.

Ora bem; é desta opinião que eu me atrevo a discordar, parecendo-me que se se explica facilmente um ou outro caso isolado como *mero engano*, o mesmo não acontece para o conjunto de tantas das 150 moedas indicadas no trabalho de Raul Convreur e das mais que posteriormente foram aparecendo.

Mero engano sistemático e quase sempre igual desde D. Afonso V até à época da adopção dos balancés representa para mim uma tão excessiva coincidência que sai fora da verosimilhança. E, demais a mais, o engano a repetir-se, por via de regra, só nos começos dos reinados, segundo a opinião expressa no livro.

Só no escudo de oiro de D. Afonso V-D. João II vemos três meros enganos, que tantas são as variantes apontadas por Raul Couvreur.

Não se poderia admitir uma outra hipótese — para as híbridas de dois reinados, pelo menos, — atribuindo o fabrico destas moedas a uma possível prática, adoptada nas oficinas monetárias portuguesas, transmitida de geração em geração, de lançar mão dum cunho guardado em arquivo para não interromper o trabalho dos artistas duma máquina qualquer, quando acaso se partia algum dos que estavam em serviço, voltando para depósito logo que os abridores tivessem preparado o substituto respectivo?

Ainda sobre o mesmo assunto quero apontar o que se passa com os *vinhões* híbridos de D. Filipe III e D. Sebastião, moedas que são relativamente abundantes. Raul Couvreur, à sua parte, indica-nos 4 variantes, que o são menos pelos cunhos de D. Sebastião (sòmente 2) do que pelos de D. Filipe.

Nos deste último monarca, só pelo *número e colocação* dos pontos que envolvem o valor, conheço 6 variantes:

. X : X .	. Ẋ : Ẋ .	. Ẋ̇ . Ẋ̇ .	. Ẋ̇̇ : Ẋ̇̇ .	. Ẋ̇̇̇ : Ẋ̇̇̇ .	. Ẋ̇̇̇̇ . Ẋ̇̇̇̇ .
4 p.	6 p.	7 p.	8 p.	9 p.	11 p.

Estas e outras mais que são conhecidas constituem um total cuja existência julgo não poder ser admitida como fortuita.

Não haverá aqui o caso da intencionalidade patriótica do batedor ou batedores, indo procurar já não uma contra face do reinado anterior mas sim do reinado do seu Desejado?

Fantasia, talvez, com que a História se não compraz.

Não devo nem posso ir mais longe porque me falece autoridade. Mas como o tema aparenta ter interesse e dá pano para mangas, gostaria de ver os consagrados numismatas lançarem sobre ele as suas melhores atenções para o tornar esclarecido, sendo possível até ao âmago.

Antes de terminar e por sugestão duma referência às híbridas de ouro, expressa na «Cartilha», vou dar conhecimento da possível existência doutra inédita.

Quando Batalha Reis diz «o facto de se não conhecerem híbridas de ouro mas tão sòmente de prata e cobre» quer certamente significar que se conhece apenas o *cruzado* D. Afonso V — D. João II, indicado por Teixeira de Aragão. Pois bem; ao tratar da classifica-

ção e disposição de um pequeno grupo de moedas do espólio do saudoso amigo Sr. Augusto Pinto de Magalhães, encontrei um papel que serviu de invólucro a uma moeda de ouro e que tinha a seguinte anotação:

**Cruzado de D. João II**

híbrida

Este exemplar com as características do apresentado pelo Aragão n.º 2 valia 3.000 réis — é um exemplar mais valioso por ser híbrido — tem no Reverso D. MANUEL I.

O sobrinho do falecido, Sr. Afonso Pinto de Magalhães, não soube explicar o desaparecimento da moeda, conjecturando que seu tio a tivesse cedido ou oferecido a algum coleccionador amigo. Sabe muito bem do espécime de que se tratava, que muitas vezes observou e a respeito do qual escreveu a nota no papel em que eu a li.

Onde parará esta preciosidade? Oxalá que esteja em mãos de pessoa que saiba apreciá-la e lhe dê em breve a vida numismática de que carece e de que o enclausuramento a priva sem proveito para ninguém.

# A PROPÓSITO DUM SEGUNDO CONJUNTO DE MOEDAS DE MALACA

PELO

DR. R. HANITSCH

---

TRADUÇÃO DO

DR. LUÍS PINTO GARCIA


Autorizada pelo Presidente e Direcção da Secção Malaia  
da Real Sociedade Asiática

Num número anterior deste *Journal* <sup>(1)</sup> descrevi <sup>(2)</sup> um conjunto de moedas que no ano de 1900 se acharam em excavações perto da foz do rio Malaca e que foram reunidas pelo Senhor W. Egerton, ilustre Residente de Malaca, e oferecidas por ele ao Museu Raffles. As mais interessantes, não descritas anteriormente, eram determinadas moedas portuguesas de estanho da época dos réis D. Manuel (1495-1521) e D. João III (1521-1557), as mais antigas das quais deviam ter sido cunhadas por Albuquerque logo após a sua ocupação de Malaca (1511). Sucedeu que, pelos fins do ano passado (1904), o ilustre Residente de Malaca Sr. R. N. Bland obteve mais moedas, provenientes do mesmo local, que generosamente ofertou ao dito Museu. Disse-me Sua Ex.<sup>a</sup> que a draga as trouxe envolvidas numa espécie de argila azul, possivelmente um pouco mais para o lado do mar do que o sítio onde se encontraram as do Sr. Egerton.

---

(1) *A propósito dum conjunto de moedas de Malaca* — in «Journal of the Straits Branch of the Royal Asiatic Society» — n.º 39, Junho de 1903, págs. 183 a 202, com 2 lâminas. *N. do A.*

(2) O trabalho referido na nota anterior encontra-se já traduzido. *N. do T.*

As mais notáveis daquelas são 6 enormes moedas de estanho, de duas variedades, não trazendo nem data nem nome de monarca, mas de modelo igual aos das moedas batidas pelos reis D. Manuel e D. João III, especialmente as de cruz no anverso e esfera no reverso. Uma das variedades (vide figs. 1 e 1.<sup>a</sup>), de que há 5 espécimes, mede de 35 a 36 mm. de diâmetro, 6 mm. de espessura e pesa de 37 a 41,5 gramas. No anverso, em volta da cruz, está a segunda NOSTRE SPES VNICA CRUX XPI. O engano em NOSTRE é muito estranho, mas tais erros não são invulgares em moedas portuguesas antigas. As últimas três letras XPI, se fossem tomadas como caracteres latinos, seriam de difícil interpretação. Tomadas como caracteres gregos significariam *Cristo*, embora apareçam mais usualmente escritas na forma do monograma . Devo esta interpretação ao Sr. Robert Sewell, a quem estou muito grato, e que em Janeiro (1) passou por Singapura e gentilmente observou a moeda.

A legenda do reverso é mais difícil de ler, por as poucas letras finais, especialmente, estarem muito safadas em todas as cinco moedas. Elas parecem ser SMPRDEPV SORDIEM. Tomo os primeiros quatro caracteres pela abreviatura de *Semper*. As sete letras seguintes podem significar *Depulsor*, estando a letra L omitida ou coberta por parte do emblema, isto é, pelo prolongamento do eixo do globo. A palavra *Depulsor* aparece nalgumas legendas latinas, como um epíteto de Júpiter — o que impede o mal —. As últimas quatro ou cinco letras (2) são muito confusas. *Diem* daria dificilmente qualquer sentido e eu inclino-me a pensar que a legenda se leria talvez *Sempex Depulsor Deus* (3).

A outra variedade (vide figs. 2 e 2.<sup>a</sup>), de que há somente 1 espécime, é duma forma pouco vulgar, com um diâmetro de anverso de 37 mm. e de reverso de 35 mm. apenas, apresentando a moeda a forma dum tronco-cone. É a sua espessura de 6,5 mm. e pesa 45 gramas. Esta difere, além disso, da primeira variedade pela forma da cruz, cujas

(1) De 1905. *N. N. do T.*

(2) São mais letras, precisamente 7. Veja-se a gravura. Não deixa de ser interessante confrontar com as figs. 1291 e 1292 do catálogo de J. Schulman, sempre citado, « *Collection Henry Thomas Grogan* » — Amsterdão — 1914. As últimas 3 letras apresentam-se assim  $\pi \iota \pi$ .

(3) Está claramente  $DIEM_{\pi \iota \pi}$ , a não ser que os últimos três caracteres não fossem letras. Mesmo assim persistia a forma  $DIEM$ . É claro que eu sou de opinião que  $\pi \iota \pi$  é AIA.

linhas de braços não são paralelas umas às outras, embora converjam para o centro, e pela esfera, no reverso, que é algo mais pequena. A legenda, contudo, é a mesma nas duas variedades.

Muito semelhante a estas é uma moeda muito mais pequena (vide figs. 3 e 3.<sup>a</sup>, 4 e 4.<sup>a</sup>), também de estanho, com 24 mm. de diâmetro, 1,5 mm. de espessura e 4,1 gramas de peso. Mostra igualmente os emblemas comuns da cruz e da esfera. O reverso não tem legenda enquanto que o anverso apresenta as palavras NOSTRAE SPES VNICA, assemelhando-se às grandes moedas descritas anteriormente noutra quase incrível engano. A palavra *Cruz* omite-se, mas pode ser subentendida pela figura da cruz no campo da moeda (1). Existem 3 espécimes desta moeda.

As outras moedas portuguesas reunidas pelo Senhor Bland são idênticas às descritas no meu primeiro opúsculo (2). Por essa razão eu simplesmente menciono a quantidade de exemplares achados, com as referências devidas.

Oito moedas do reinado de D. Manuel (1495-1521), na pág. 191 (3), lam. I, figs. 2 e 2.<sup>a</sup>;

Oito moedas do reinado de D. João III (1521-1557), na pág. 192 (3), lam. II, figs. 8 e 8.<sup>a</sup>;

Cinco moedas do mesmo reinado, na pág. 192 (3), lam. II, figs. 10 e 10.<sup>a</sup>;

Três moedas sem legenda, na pág. 193 (3), lam. I, figs. 3 e 3.<sup>a</sup>;

Uma moeda com as letras B-A e três setas cruzadas entre elas, na pág. 193 (3), lam. II, figs. 12 e 12.<sup>a</sup>.

A juntar a estas há cerca de 25 moedas malaias, muitas delas, no entanto, tão gastas que não podem ser lidas (4).

.....

Eu desejo assinalar que as gravuras da lâmina deste opúsculo são reproduções fiéis dos originais, em tamanho natural, e que a sua falta de nitidez não é devida ao fotógrafo e ao gravador, mas ao estado de conservação em que as moedas foram encontradas. Sòmente observando-as a luzes diferentes (5) é possível ler as suas legendas.

(1) O Autor diz textualmente: «...in the middle of the inscription». *N. N. do T.*

(2) *A propósito dum conjunto de moedas de Malaca.*

(3) Do original. Na tradução págs. 8-9, 10, 10, 11-12 e 11, respectivamente.

(4) Seguem-se algumas considerações sobre elas.

(5) O autor deve querer dizer a uma certa disposição de luz.

## ADDENDUM

## AS MOEDAS

- N.º 1 — Tipo Grogan (1), lam. VIII, n.ºs 1291 e 1292 (D. Manuel — *Bastardo*) tem características de ambas o exemplar de Hanitsch.  
 N.º 2 — Falta em Grogan.  
 N.º 3 — Tipo Grogan, lam. VIII, n.º 1295 (D. Manuel — *Soldo*).  
 N.º 4 — Tipo Grogan, lam. VIII, n.º 1293 (Idem).

## GRAVURAS

## LÂMINA ÚNICA

- Fig. 1 — anverso — no original págs. 213-214 — na tradução págs. 180.  
 Fig. 1.<sup>a</sup> — seu reverso — no original pág. 214 — na tradução pág. 180.  
 Figs. 2 e 2.<sup>a</sup> — no original pág. 214 — na tradução pág. 180.  
 Figs. 3 e 3.<sup>a</sup> — no original pág. 214 — na tradução pág. 181.  
 Figs. 4 e 4.<sup>a</sup> — no original pág. 214 — na tradução pág. 181.

---

(1) *Collection Henry Thomas Grogan* — Février 1914, J. Schulman — Amsterdam.  
 N. do T.



FIG. 3



FIG. 3.A.



FIG. 1.



FIG. 1.A.

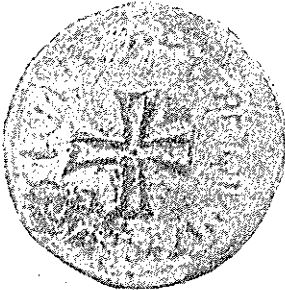


FIG. 2.



FIG. 2.A.



FIG. 4.

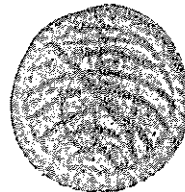


FIG. 4.A.



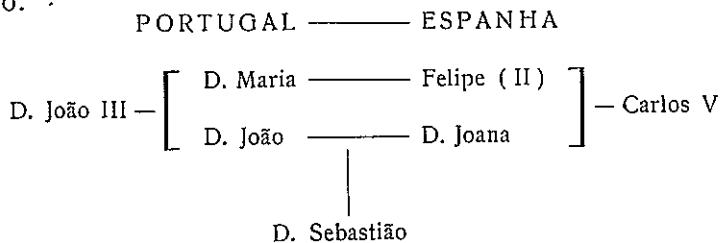


# MEDALHA COMEMORATIVA DO DUPLO CASAMENTO DOS FILMOS DE D. JOÃO III COM OS INFANTES DE ESPANHA — 1542

PELO DR. PEDRO BATALHA REIS

Nas obras portuguesas que descrevem as nossas medalhas, assim como as estrangeiras que a Portugal dizem respeito, e dentre as quais sobressaem a descrevê-las os Livros de Lopes Fernandes (1856) e Artur Lamas (1916) (1), não encontramos em nenhuma delas, nem tão-pouco em qualquer artigo avulso, notícia da medalha que hoje publicamos, comemorando o casamento do Infante D. João de Portugal, com a Infanta de Espanha D. Joana (2), pais que foram do Rei D. Sebastião.

Essa medalha, datada de 1542, foi mandada cunhar pelo Imperador Carlos V para comemorar o duplo casamento de seus filhos, D. Felipe e D. Joana, com os Infantes portugueses, filhos de D. João III, D. Maria e D. João.



(1) Além dessas obras concernentes à Medalhística portuguesa, apontaremos ainda como obras inéditas e que antecederam aquelas, expressamente também com esse objectivo, o trabalho de César Famin (c. 1840) e a raríssima e desconhecida *Mémoire sur les Medailles portugaises* escrita em 1781, pelo conceituado capelão francês residente em Lisboa, Abade Garnier, cuja notícia demos na *Cartilha da Numismática Portuguesa*, a pág. 417, e Est. XLIV.

(2) Desta Infanta era já conhecida entre nós uma medalha mandada fazer lá fora, de que Lopes Fernandes, dá notícia na sua *Memória das Medalhas*, Lisboa, 1856, pág. 8, Est. 3 n.º 9; todavia, que se refira ao Infante de Portugal D. João, nenhuma conhecemos, além da que hoje damos a público.

Esta medalha é pois um documento evocador da política matrimonial, digamos, de Carlos V, constituindo mais um laço das íntimas relações de amizade e parentesco então existentes entre as coroas de Portugal e Castela. Lembremo-nos de que os pais desses Infantes de Portugal, e de Espanha, que agora se consorciaram, tinham por seu turno feito casamentos semelhantes: Carlos V tomando por sua mulher a Infanta D. Isabel de Portugal, filha d'El-Rei D. Manuel I e irmã de D. João III, assim como este casara com D. Catarina, filha de Felipe I de Castela, e irmã de Carlos V. E se mais remontarmos continuaremos a encontrar essas alianças matrimoniais entre as coroas Peninsulares até aos pródromos da Monarquia portuguesa. No entanto esta cadeia de casamentos entre os Príncipes de Portugal e Castela, se bem que dos mais remotos tempos, como dissemos, fossem constantes em todos os séculos, foi no decorrer de quinhentos que essas uniões pela sua multiplicidade e sequência atingiram o auge, como acabamos de enumerar.

Essa política de alianças familiares feitas por casamentos não era todavia mais do que o reflexo acentuado do que frequentemente se praticou durante a Idade Média entre as Casas reinantes da Europa, e se dela advinham imediatos benefícios políticos, não deixava contudo de trazer igualmente graves consequências futuras para os Príncipes nascidos dessa múltipla consanguinidade de seus pais; assim a História o certifica, ao dar-nos tristes testemunhos, em certos Príncipes, da decadência fisiológica daí resultante.

A medalha que hoje publicamos é mais um documento a pôr em relevo a política a que acima nos referimos, pois sendo lavrada em 1542, temos que a esse tempo tinha apenas D. João de Portugal 5 anos (nascera em 1537), e a Infanta de Castela D. Joana 7 anos; o que levou a celebrar o matrimónio somente por *palavras de futuro* como então se dizia. Com efeito, esse casamento apenas se efectivou por *palavras de presente* dez anos mais tarde, em 1552, dele nascendo El-Rei D. Sebastião em 1554.

Os outros Infantes, D. Felipe e D. Maria de Portugal, tinham nessa data também a mesma idade de 15 anos, consorciando-se de facto, no ano seguinte ao comemorado naquela medalha, em 1543.

Deste enlace houve o Infante D. Carlos, cujo nascimento custou a vida a sua mãe, em 1545, vindo a falecer em 1568 com suspeita de ter sido envenenado, após ter estado retido num quarto por ordem de seu pai, o misterioso Felipe II de Castela (3).

---

(3) C. Teixeira de Aragão, *Descrição das Moedas*, Vol. I, pág. 309.

Eis a descrição da medalha de que nos ocupamos :

CAROLVS, HESPERY REX ET MODERATOR IBERI IN, em volta do busto de Carlos V à direita, que ostenta como que uma boina, tendo por baixo a assinatura do gravador: LVD. NEIFA. No bordo um forte cordão servindo de moldura.

Rev. TULIT AURIFERO ROMULA SCEPTRA TAGO. ANNO. 1542 LV. NE. Ao centro a águia bicefala, cuja coroa corta a legenda, poisada sobre as colunas de Hércules banhadas pelo mar, e que se encontram inclinadas uma para a outra, pela força das garras que as dominam. A ligar os fustes vê-se uma faixa com uma nova expressão da clássica legenda *Non Plus Ultra*. Em volta, a modo de cercadura, quatro troncos arqueados e toscos, cruzados nas pontas.

Prata, Mod: 40 mm. Peso 20,87 gramas (4). RRR.

Pertence à Casa Bancária Almeida, Basto & Piombino & C.ª de Lisboa, a quem agradecemos a autorização de a publicar.

As legendas desta medalha são também um exemplo característico do que algures dissemos (5), do reverso não ser mais do que a continuação ou complemento do anverso. Na verdade, prova mais evidente seria difícil encontrar, uma vez que a legenda neste caso é uma só, metade em cada face, e para mais com uma palavra cortada a meio: estando o princípio ainda no anverso e o final dela no reverso:

CAROLVS, HESPERY REX ET MODERATOR IBER IN —  
— TULIT AVRIFERO ROMVLA SCEPTRA TAGO :

*Carlos Rei da Hespéria e Árbitro da Ibéria  
deu ao Tejo aurífero os cetros de Rómulo.*

O vocábulo *Hespéria* é uma fórmula latina de raiz grega, que significa *O Ocidente*, e fora na Antiguidade empregada pelos gregos para designarem a Península Hispânica ou Ibérica, situada como estava a Ocidente deles. E, da importância que na política desempenhavam os consórcios reais, pelo papel preponderante e fundamental que o Rei então desempenhava, se deduz o epíteto de *moderator*, *moderador* ou *árbitro*, com que se intitula Carlos V.

(4) Muito embora não seja de uso dar o peso ao descrever uma medalha, não queremos deixar de registar mais esse elemento de identificação por se tratar duma rara medalha desconhecida entre nós.

(5) Vid. o nosso estudo *Cartilha da Numismática Portuguesa*, Lisboa 1952, págs. 256, 285, etc. .

Além disto, temos ainda a salientar a nova versão que aí se emprega da clássica e consagrada legenda *Non Plus Ultra*.

Em oposição, pois, à ideia que a Antiguidade criara das Colunas de Hércules, com a frase *Não mais além*, como terminus do *Mare Nostrum* e da civilização de outrora, em volta do qual ela se espalhava, respondia agora Carlos V dizendo, em relação àquele local, *Plus Ultra, Mais além...*, como visão do movimento expansionista espanhol, na criação dum grandioso Império de Além-Mar, aquele de que a Espanha usufruiu no Continente Sul-Americano.

O gravador desta medalha foi o austríaco *Ludwig Neufarer* ou *Neifahrer* como nela se lê: *LUD. NEIFA* e até de ambos os lados, como que a firmar ou frisar bem a paternidade da sua concepção; pois geralmente os gravadores, quando assinam, fazem-no somente dum lado.



A sua actividade localiza-se na primeira metade do século XVI, tendo sido a sua morte registada em 1563, muito embora se ignore a data do seu nascimento (6).

É esta, pois, mais uma medalha a incorporar na série portuguesa, admitido o critério de considerar não somente os espécimes propriamente Portugueses, mas também todos aqueles que não obstante serem de origem estrangeira se relacionem de qualquer modo com assuntos referentes a Portugal (7).

(6) Cf. L. Forrer, *Biographical Dictionary of Medallists*, London, 1909, vol. IV, pág. 247.

(7) Com efeito, este tem sido o critério orientador de todas as obras, antigas ou modernas, da Medalhística Portuguesa, e que perfilhamos inteiramente, por se nos afigurar que é o que melhor responde à ideia que deve nortear a colecção das «Medalhas Portuguesas» no seu sentido mais lato, de englobar as estrangeiras respeitantes a Portugal, e as portuguesas feitas lá fora qualquer que seja o seu significado.

# MAIS UMA TANGA INÉDITA DA ÍNDIA PORTUGUESA

PELO DR. JOAQUIM FRONTEIRA

Pelo interesse que para os coleccionadores da bela numária indo-portuguesa tem o aparecimento de um exemplar de tanga ainda não descrito — e devem ser bastantes os inéditos! — com a devida vénia se transcreve, traduzindo-a, da *Numismatic Circular*, vol. LXI. n.º 8-9, Agosto-Setembro de 1953, de Spink & Son, Ltd., o seguinte artigo da autoria do Dr. K. C. D. Perera, no qual descreve um curioso numisma da sua colecção: —

## «Uma tanga indo-portuguesa, inédita, de Ceilão



Anverso — Escudo coroadado, entre D T, dentro dum círculo de pérolas.

Reverso — Um grande A sobreposto a um grande T, também dentro de um círculo de pérolas.

Conhecem-se duas moedas com anverso idêntico, apresentadas no *The Gampota Larin Hoard* — Numismatic Notes and Monographs n.º 61 (V. Estampa X, 360), mas acho preferível transcrever Howland Wood.

«Este exemplar foi, provavelmente, cunhado no final do século XVI, pois que a coroa se assemelha muito à do S. Tomé de 1593 (confronte-se Aragão Pl. I, n.º 1 de D. Filipe I e Grogan na Circular de Spink de 1914,

col. 91). Esta coroa é diferente de qualquer das coroas mais modernas.»

O reverso, porém, é diferente e interessa particularmente porque nos permite traçar a evolução do monograma TA.

O exemplar apresentado por Howland Wood, Pl. X, 360, era considerado como o mais antigo numisma com o monograma TA. Mas a moeda em causa deve ser anterior ao tipo citado, embora o seu peso seja apenas de 41 grãos. Possuo, também, um bazaruco de cobre do mesmo tipo, mas sem as letras D T no anverso. Está muito mais gasto e pesa 36 grãos.

Codrington sugeriu que o D T significa De Tuticorin. Porém é significativo que todas as moedas deste tipo têm sido encontradas em Ceilão. É, portanto, lícito supor que aquele tenha sido o local da expedição, ou talvez que tenha sido cunhado em Tuticorin, para circular em Ceilão.»

#### Notas do tradutor

41 grãos	2,04 gramas
36 grãos	1,79 gramas

Tuticorin — Porto de mar na Índia, a pouca distância para SW. de Madrasta, sendo notável pelas suas pescarias de pérolas. Esteve durante muito tempo na posse dos holandeses, existindo ali grande número de católicos. O seu nome indígena é Tutukudí.

Porque relacionar a letra T com esta cidade, se na própria ilha de Ceilão já então existia a cidade de Trincomali?

# BARRAS DE OURO DAS CASAS DE MOEDA DO BRASIL

POR KURT PROBER.

Sob este título, o ilustre numismatógrafo Pedro Batalha Reis reproduz, na Estampa R.5 de sua magnífica *Cartilha de Numismática Portuguesa*, várias barras de ouro do numerário colonial brasileiro, e uma das respectivas guias.

Infelizmente, porém, o autor que tão galhardamente combate as falsificações de moedas portuguesas, foi de uma má sorte extraordinária ao comentar determinadas peças brasileiras, e, com tantas peças autênticas para reproduzir, teve a desventura de ilustrar o seu livro justamente com peças «genuinamente falsificadas», como já demonstrei à sociedade em vários trabalhos publicados aqui no Brasil.

Só de passagem quero aqui citar a contramarca CUIABÁ 960 C, reproduzida na Estampa R.4, que foi falsificada provavelmente por volta do ano de 1924/5 na Argentina, e cujo cunho classifiquei como sendo o tipo FP2, à pág. 58, onde é até reproduzido, no meu livro *Carimbos de Mato Grosso e Cuyaba*, publicado em 1949.

Entretanto, já muito mais sério é o caso das barras de ouro, reproduzidas na Estampa R.5, pois de entre 3 ilustradas duas são falsas, facto este que é profundamente lastimável, em face da grande divulgação que a *Cartilha* certamente terá. Sendo o autor de competência indiscutível, muitos coleccionadores, na boa fé, naturalmente passarão a comprar «gato por lebre», pois, vendo estas falsificações reproduzidas em obra de tal envergadura, não hesitarão em adquirir «falsificações idênticas» que pelo Brasil existem em grande profusão e que, não mais encontrando compradores aqui, estão agora sendo exportadas para o estrangeiro.



Únicamente movido pelo desejo de evitar que isto aconteça, resolvi fazer este pequeno comentário para reparar tão grave erro na obra de valor indiscutível que é a *Cartilha*, e console-se o autor, que se eu fosse escrever sobre moedas portuguesas poderia talvez cometer gafes piores.

Mas vamos ao histórico das barras falsificadas.

Entre os anos de 1923 a 1933 houve em São Paulo, aqui no Brasil, uma verdadeira quadrilha de intrujões, composta de um gravador de descendência italiana, um marchante (açougueiro), que fazia parte da directoria de uma Associação Numismática, um ourives, e diversos testas de ferro, que além de moedas de ouro (pintos mineiros, etc.), resolveu também fabricar barras de ouro do tempo colonial e do primeiro reinado, com elas iludindo os incautos.

A polícia, posta no encalço dos falsificadores, pôde prender o gravador, e o respectivo processo foi aberto pelas autoridades, mas nos arrolamentos foram envolvidas pessoas de tal destaque, que o Dr. A. S. O., primo do governador do Estado de S. Paulo, conseguiu fosse solto o gravador, e arquivado o processo, o qual depois chegou mesmo a sumir juntamente com as moedas apreendidas, os cunhos, etc., etc..

Por sinal já publiquei esta história minuciosamente em meu livro *Moedas falsas e falsificadas do Brasil*, impresso em 1946, a pág. 65.

Não havia naquela época estudo algum especializado sobre barras de ouro, de modo que a venda das falsificações não oferecia a menor dificuldade, e tão animados ficaram os falsificadores «ANGustiosos...», que chegaram a procurar um distribuidor para os seus produtos no Rio de Janeiro, chegando mesmo a oferecer a representação ao conhecido antiquário Francisco Marques dos Santos que, desconfiando da matroca, recusou o convite, pois achou que como negociante honesto não podia emiscuir-se em negócios tão escuros, resultando daí que a representação passou às mãos de um comerciante de moedas, que deste modo inconscientemente serviu de introdutor.

E assim o mercado nacional se foi enchendo de barras falsas, que foram sendo incluídas em quase todas as grandes colecções existentes na ocasião.

Estavam as coisas neste pé, quando em 1940 (Setembro) publiquei um trabalho minucioso sobre barras de ouro *Circulação de ouro em pó e em barras no Brasil*, na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, vol. 6.º, n.ºs 16-17. Já então havia classificado várias barras como sendo falsas; entretanto, só mais tarde, em 1944, publiquei um trabalho especializado sobre *Barras falsas*, sob o título *Defesas monetárias*, a pág. 34 da

Revista *Numismática* de São Paulo, e finalmente em 1950 publiquei novos dados mais detalhados na Revista *Baía Numismática*, vol. I, pág. 5, num trabalho *Fundição do ouro de Sabará*.

Quis adiantar estas indicações para deixar patente que não estou querendo simplesmente retalhar trabalho alheio, mas antes que tenho noção perfeita do que estou dizendo.

Assim, vamos classificar as duas barras falsas reproduzidas na *Cartilha de Numismática*:

**N.º 2.431 — 1814 — Rio das Mortes**

Peso: 1.2.56 Título: 23.—.—. Ensaaiador: V. C. R.



Esta barra havia sido reproduzida em 1932 no *Catálogo Único*, pág. 30 — 1.ª edição; entretanto, «tendo saído bastante imperfeito o dito catálogo», em circular de 28-9-1932 resolveram os autores substituir gratuitamente aquela edição por outra nova, e já na nova edição a ilustração da barra falsa foi substituída por outra legítima.

Nunca consegui averiguar a quem a barra havia pertencido, e nem onde agora se encontra.

Quanto à prova de sua falsidade é sumamente fácil, e pode ser resumida nos pontos seguintes:

1.º — As Armas do Reino Unido só foram INVENTADAS por D. JOÃO VI em Maio de 1818, e muito embora já houvesse quem na boa fé quisesse provar o contrário, contra factos não há argumentos, e: — em 1817 a Fundição do *Rio das Mortes* ainda usava o cunho de escudo oval («inventado» em 1809), similar ao dos Carimbos de Minas, como bem prova a Barra n.º 424 de 1817 e a de n.º 41 do mesmo ano, ambas reproduzidas a págs. 131-132 da Revista *Numismática* de S. Paulo

—1940-1941 num trabalho meu sobre as barras da antiga colecção Guilherme Guinle.

2.º—O ensaiador VCR (1) e que seria VERIDIANO DA COSTA RANGEL, pertencia à Fundição de Vila Rica, onde trabalhou até o ano de 1811, pois já em 1812 surge nas barras dessa Fundição um novo monograma:—A. D. S., que não sabemos a quem pertence. Ver barras n.º 531 de 1812, n.º 2249 de 1812, n.º 1290 de 1814 e n.º 2135 de 1815, etc..

Como nunca mais se teve notícias de Veridiano da Costa Rangel, salvo nas barras falsificadas, onde também aparece em Sabará e Rio das Mortes, é de presumir que tenha falecido, pois só assim se explica o aparecimento de um sucessor.

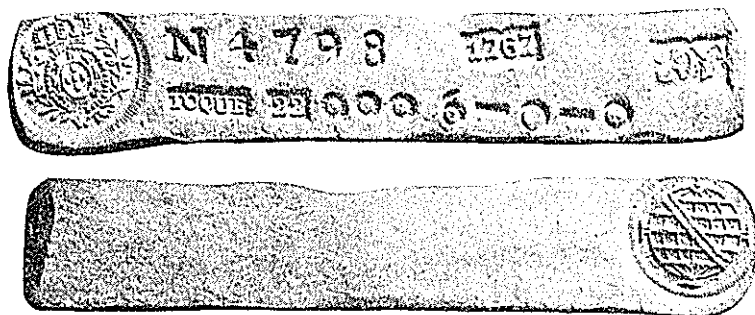
3.º—Desconhecendo o uso correcto dos cunhos, o falsificador aplicou as armas do Reverso (esfera) de cabeça para baixo, o que nunca se verificou numa barra autêntica.

Mas já muito mais interessante é a outra falsificação:—e a sua VIA CRUCIS...

**N.º 4.798 — 1767 — Vila Rica — Com guia**

Peso: 6.0.0. (Peso redondo para ficar bonito!)

Título:—22.3.—. Ensaiador:—IACP?



Irei aqui contar pela primeira vez a história verdadeira desta barri-  
nha tão famosa.

(1) O monograma encontrado nas barras, ao contrário do que afirma Batalha Reis, é das iniciais do 1.º Ensaizador da Casa de Fundição e não do Proprietário da Barra, mesmo porque teria sido impossível fazer um cunho especial para cada portador de ouro

Por volta de 1924 um coleccionador «Pedro de tal...» apresentou-se ao conhecido técnico Dr. Alfredo Solano de Barros com um certificado assinado pelo director substituto do Museu Histórico Nacional, do Rio, atestando a autenticidade desta barra, e pedindo que assinasse também, como técnico de renome que já então era o referido, pelo que receberia a gratificação de 5 contos de réis, pois só com esta assinatura a barra poderia ser vendida ao coleccionador Bento de Carvalho, de Santos (já falecido). O Dr. Solano então ainda não era funcionário do Museu.

Dizia «Pedro de tal...» que a barra em questão era de propriedade do coleccionador «Pardinho...» de S. Paulo, mas como se negou a mostrar a barra para exame, a assinatura do certificado em questão foi recusada.

Aparentemente a barra então ainda não possuía GUIA, pois dela não se fez menção, e mesmo se já existisse, não teria havido necessidade de um «atestado» forjado. E tanto isto é verdade que também o Dr. Álvaro de Salles Oliveira, de S. Paulo, hoje também já falecido, não teve ciência da guia, mandando-me em 1938 apenas o decalque da barra com a anotação do próprio punho: «Estas armas não são de D. José I e sim de D. João Príncipe Regente...» com a classificação de falsificada.

Pois bem; mais tarde, a barra realmente apareceu nas mãos da viúva do aludido coleccionador «Pardinho...», e pelo que se soube, por uma notícia no *O Jornal*, do Rio, de 28-10-1938, foi vendida por 200 Libras esterlinas à Casa SPINKS de Londres, sendo nessa ocasião já acompanhada da Guia.

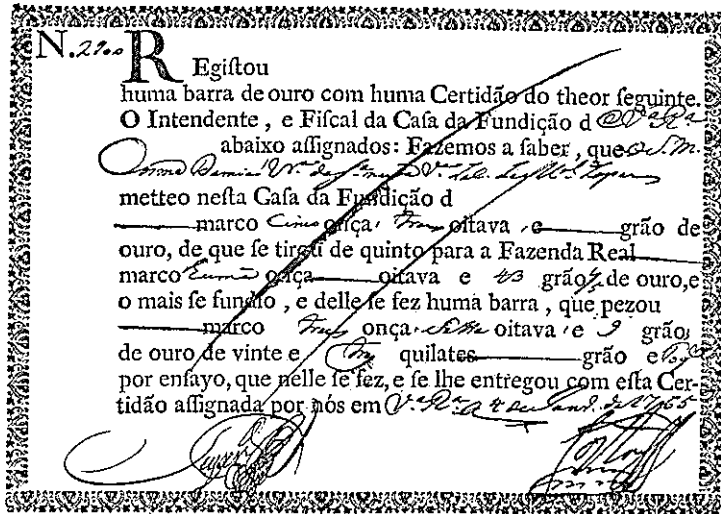
Mas, perguntarão: como foi possível arranjar-se uma «Guia»?

Muito fácil, pelo menos para o Sr. «Pedro de tal...».

Este, sendo grande coleccionador de moedas, e tendo residido durante longos anos no interior do Estado de Minas Gerais, lá conseguiu «arranjar», nunca se soube de onde, várias dezenas de guias «semi-preenchidas» (certamente inutilizadas por terem sido escrituradas erradamente) e algumas mesmo completamente cheias, mas todas elas com os dois riscos atravessados, SINAL DE QUE NÃO TINHAM VALOR, e além disto uma centena de GUIAS EM BRANCO, por encher.

Muitas destas guias foram cedidas a outros coleccionadores, mas a maior parte encontra-se hoje no Museu Histórico Nacional, onde a colecção do Sr. «Pedro» foi vendida depois de mil peripécias.

Eu mesmo possuo um guia destas e para documentá-lo, vai aqui reproduzida para os estudiosos numa redução 2:1.



E não há a menor dúvida que uma destas guias semi-preenchidas foi dada ou vendida pelo «Pedro das Chaves» ao colega «Pardinho», que então pelos outros modelos fez o possível para «arrumar» a guia autêntica para a sua barra falsa, mas por falta de conhecimento esqueceu o seguinte:

- a) Em 1767 a Fundição de Vila Rica não usava o tipo de Guia «METTEO...», e sim o tipo aqui reproduzido «REGISTOU...».
- b) A assinatura do Intendente «TEIXEIRA» foi falsificada com imperfeições, pois é bem diferente da autêntica da guia aqui reproduzida.
- c) Salvo nas guias onde VILA RICA é impresso, o nome da fundição foi sempre abreviado pelo escrivão, sendo sempre o mesmo, V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup>, em todas as guias e não escrito por extenso como na guia reproduzida por Batalha Reis.
- d) Mas o mais grave é que esqueceram de encher na guia a quantidade do ouro entregue na fundição, o que nunca poderia ter acontecido, pois enquanto a barra era fundida, a guia servia de recibo do ouro para o dono depois de receber a barra.
- e) E finalmente a guia traz os dois traços, sinal de que era exemplar inutilizado, e certamente pertencente ao arquivo, de onde mais tarde foi «destacada»...

Até aqui o que diz respeito à Guia.

Já na barra o pecado foi muito maior. Vejamos:

1.º As armas V. R. são do tipo INVENTADO por volta de 1809 no tempo de D. João Príncipe Regente para os carimbos de Minas, de modo que os «louros» que ladeiam o escudo oval não são de D. José!!!...

2.º O monograma da barra falsa é uma imitação do que foi usado pelo ensaiador da Fundição do *Rio das Mortes* em 1817, e como este artífice não teria sido parente de Mathusalem, não podia ele ter contramarcado a barra em questão de 1767, e outra, por coincidência também falsa do Rio das Mortes de 1832, também com Guia, pois neste caso teria 65 anos de serviço efectivo...

E seria o caso de perguntar, e o cunho NÃO SE GASTOU com tantos anos de uso?

3.º É sumamente curioso que também a Barra falsa de 1832, que hoje se encontra na colecção da viúva do Dr. A. S. O., possui guia falsificada, onde chegaram a descontar o QUINTO (20 ‰), nas contas feitas, quando na ocasião já vigorava a Lei de 26-10-1827 que tinha reduzido o QUINTO apenas para 5 ‰ ou seja a VINTENA.

São estas as pequeninas coisas que o falsificador desconhece e por onde depois se desfia o rosário.

4.º Outra prova irrefutável é que apareceu, também por volta de 1930, outra barra similar: a de n.º 3.110—também de 1767, Peso: 1.3.25.; Título: 23.1.—., que em 1931 se encontrava na colecção do Dr. Joaquim Marra, S. Paulo, uma das maiores vítimas dos falsificadores, pois possuía nada menos do que seis barras falsas na sua colecção, e na sua boa fé ainda induzia outros colegas a comprarem estas falsificações, de que resultou até na colecção do Museu da Curia Metropolitana, de S. Paulo, possamos hoje encontrar uma barra destas, a de n.º 260 de 1918 do Rio das Mortes, e uma até na colecção da Casa da Moeda do Rio, a de n.º 51 de 1830.

Creio que contra factos não há argumentos, de modo que acredito que estes dados sejam suficientes para provar a falsidade das barras em questão.

Convém aqui acrescentar que, desejoso de possuir uma fotografia da guia e da barra, me dirigí à Casa Spink de Londres, a qual me informou desconhecer o paradeiro da barra, dizendo que certamente teria desaparecido durante os bombardeios de Londres, e que infelizmente não podiam atender ao meu pedido (1).

---

(1) Por sorte consegui depois uma fotografia da barra, tirada aqui no Brasil antes de ser vendida à SPINK.

E para terminar esta pequena apreciação, quero ainda dar um esclarecimento sobre as barras de prata, também citadas por Batalha Reis (1).

Estas barras não foram fundidas para circulação, mas sim por encomenda, pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro, conhecendo-se as duas barras seguintes:

N.º 2.409 — 8-4-1875 — Peso: 87,70 grs.; Título: 965,5.

Da colecção do Museu Histórico do Rio.

N.º 1 — 5-3-1889 — Peso: 314 grs.; Título: 907 mill.

O paradeiro actual desta barra é desconhecido, mas eu possuo um decalque.

Trata-se de prata afinada na Casa da Moeda para fins comerciais e nada mais, o que aliás ainda hoje lá pode ser feito, mediante pagamento das taxas previstas.

Peço, portanto, ao Sr. Dr. Batalha Reis muitas desculpas, se, por força de circunstâncias, fui obrigado a comentar este trecho de sua grandiosa obra, mas estou certo que reconhecerá que são estes os pequenos «cavacos do officio».

Rio de Janeiro, 10-3-1953.

---

(1) A peça citada por Batalha Reis «B433S», reproduzida no Cat. J. Schulman, 8-4-1911 n.º 1.617, Pl. IV, e que hoje se encontra na colecção do Museu Hist. Nac., Rio, é de origem particular e não foi fundida na Casa da Moeda.

# VÁRIA

## SOBRE MOEDAS DE VINTÉM E DE TOSTÃO

Resumo da palestra realizada na Sociedade Portuguesa de Numismática, em 15-5-53

Tendo-me um amigo solicitado a indicação das datas da cunhagem do primeiro vintém e do primeiro tostão da nossa numária, e isto, para ver se conseguia identificar um antigo auto daqueles a que no Alentejo chamam «Presépios» e que ele recolheu, tive de fazer um rápido estudo do assunto para poder dar-lhe uma resposta cabal. Daqui nasceu um pequeno trabalho a que alguém achou interesse suficiente para poder constituir motivo de troca de impressões numa das sessões das sextas-feiras da S. P. N. .

Ao amigo dei a informação de que o auto em referência, apesar de parecer pelas suas características anterior a Gil Vicente, não podia ter sido escrito antes de 1504, data em que foi cunhada a moeda de prata «Português», da qual o nosso primeiro tostão era a quarta parte.

A moeda de vintém, como se sabe, é anterior, mas, para o efeito pretendido, o tostão é que marcava a data antes da qual o auto não podia ter sido escrito.

No trabalho fiz referência às origens das palavras «vintém e tostão».

A primeira, como é sabido, provém do valor *vinte* dos vinte réis do real português de D. Afonso V, e a segunda, embora o dicionário diga que vem do italiano «Testone» e desta moeda italiana existir no século XV (ver entre outras uma moeda cunhada por Galeazzo Maria Sforza, em Milão, 1466-1477), a verdade é que muito bem o diz o Sr. D. João de Castro, num artigo publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro*, o nosso tostão filia-se numa moeda francesa que por ter a cabeça de Carlos VII de França, era conhecida pelo nome de «Teste» (forma arcaica de tête).

Citei a propósito várias moedas de tostão francesas, italianas, espanholas, do franco-condado, mexicanas e da Borgonha, não esquecendo as cunhadas pelos Papas e as portuguesas.

No «Glosário Hispânico de Numismática» de Felipe Mateu y



Llopis, depararam-se-me várias afirmações que por achar interessantes e dignas de serem verificadas, destaquei para sobre elas ouvir as opiniões dos meus presados consócios:

— que houve tostões na numária do Brasil (ver tostão de *bronze* de D. Pedro IV);

— que nos Açores, há um tostão mandado cunhar em *bronze* por D. Maria II. (Deverá referir-se ao «Maluco» da data de 1829—valor facial 80, fabricado em Angra do Heroísmo, que passou depois a valer 100 réis);

— que foi o «Teston» moeda de prata dos Filipes I e III para Portugal. E porque não do Filipe II?

CARLOS FERNANDO DE SOUSA SANTOS.

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE NUMISMÁTICA

Na Sorbonne, a famosa Universidade de Paris, teve lugar na primeira quinzena de Julho passado o Congresso Internacional de Numismática de 1953, a que concorreram trezentos e tantos congressistas, representando 29 países.

Apenas dois portugueses se encontravam presentes: o notável arabista Dr. Jorge Figanier, que está em Paris com uma Bolsa de Estudo, não tendo aliás tomado parte activa nos trabalhos do Congresso por não o permitirem os seus muitos afazeres, e o autor destas linhas, a quem fôra confiada a Presidência da Secção de *Médailles et Jetons*.

As sessões da manhã eram consagradas à leitura e discussão dos Relatórios sobre os mais importantes aspectos focados no campo da Numismática, e cujos Relatores foram os seguintes numismólogos:

- Numismática Grega: Jean Babelon (França)
- » Romana: Robert C. Carson (Inglaterra)
- » da Idade Média: Philip Grierson (Inglaterra)
- » Moderna: H. E. van Gelder (Holanda)
- » Oriental: George C. Miles (U. S. A.)
- História Económica: August Loher (Áustria)
- Achados Monetários: Felipe Mateu y Llopis (Espanha)
- Métodos de Laboratório: Paul Naster (Bélgica)

As sessões da tarde eram dedicadas às diversas Secções do Estudo onde cada qual apresentava as suas comunicações. Foram seus Presidentes os seguintes numismatas:

- Numismática Grega: Louis Robert (França)
- » Romana: Harold Mattingly (Inglaterra)
  - » Bisantina: R. P. Vitaliano Laurent (Vaticano)
  - » Céltica: José Amorós (Espanha)
  - » Idade Média: Dietrich Schwarz (Suíça)
  - » Moderna: Enno Van Gelder (Holanda)
  - » Oriental: George C. Miles (E. U. A.)
- Medalhas e Contos: Pedro Batalha Reis (Portugal)
- Técnicas Monetárias: Rudi Thomsen (Dinamarca)
- História Económica: Sture Bolin (Suécia)

As Secções que mais de perto seguimos foram a Grega, a Romana, a Medieval e a de Técnicas Monetárias, além daquela a que presidimos de Medalhística.

As comunicações apresentadas nas três primeiras eram por via de regra estudos monográficos dum determinado assunto, caracterizado geralmente por análises comparativas duma série monetária, de que se colhiam elementos novos para a sua história, sem qualquer espécie de generalização. Pelo contrário na dos Métodos de Laboratório ou Técnicas Monetárias, o interesse prático visava um objectivo generalizado.

Na Secção que estava a nosso cargo — *Médailles et Jetons* — cuja Secretária era Mlle. Josephine Jacquot, Conservadora do Cabinet des Médailles, apresentaram-se comunicações de duas espécies: as que traduziam uma análise subjectiva de determinados assuntos sem trazerem elementos novos, e as que revelavam documentos ou interpretações inéditas.

No caso das primeiras estavam as do Dr. Nardhorst Boos sobre *L'influence française sur les graveurs de médailles suédois*, e a Mlle. Roovers versando o tema *La médaille monument culturel*; e no último caso as de Mlle. Josephine Jacquot acerca das *Origines de la Médaille française* dizendo-a proveniente, não do alargamento da genial criação de Pisanello, mas sim duma cópia dos selos, com que na verdade se assemelham flagrantemente, e finalmente a nossa que apresentava *Une grande médaille en or se rapportant au mariage de Louis XIV*.

A revelação desta medalha (por fotografias com o mesmo diâmetro do original) causou a maior admiração, poderíamos mesmo dizer sensação de todos os presentes, em virtude das dimensões invulgares que ela tem: 18 centímetros de diâmetro e 2.250 gramas de peso, de ouro de 22 quilates, o que a coloca mundialmente em tamanho e peso à cabeça de todas as medalhas de ouro conhecidas.



Além disso pela sua beleza constitui um soberbo trabalho de cinzel do século XVII, em que a opulência domina e se impõe, como peça de ostentação que é.

Num estudo que estamos elaborando por ordem de Sua Exce-  
lência o Senhor Presidente do Conselho daremos dessa bela e valiosa  
medalha mais dilatada informação.

*Nesse Congresso tivemos a honra de representar a Sociedade Portu-  
guesa de Numismática.*

Todos os trabalhos do Congresso decorreram num elevado nível  
cultural, que muito contribuiu para o êxito dessa reunião científica, mais  
uma vez sendo posto em relevo internacional o valor que a Numismática  
representa no quadro dos estudos históricos da humanidade.

PEDRO BATALHA REIS.

### III CONGRESSO ESPANHOL DE ARQUEOLOGIA

De acordo com um voto aprovado na sessão de encerramento do  
II Congresso Arqueológico Nacional, realizada em Madrid em Abril de  
1951, os arqueólogos participantes do III Congresso Arqueológico  
Nacional Espanhol, efectuado em terras da Galiza irmã, visitaram, nos  
dias 23, 24, 25 e 26 do passado mês de Julho, as Terras de Entre-Douro e  
Minho, a parte Atlântica do nosso Noroeste Peninsular.

Esta breve estância no Norte de Portugal foi patrocinada pelo  
Instituto de Alta Cultura e Reitoria da Universidade do Porto, e o  
programa elaborado pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular,  
com a valiosa colaboração das Câmaras Municipais de Braga, Guimarães  
e Viana, e Sociedade Martins Sarmento.

Participaram nesta extensão do Congresso a Portugal, 130 congres-  
sistas Espanhóis, que levaram óptimas impressões da hospitalidade das  
autoridades e arqueólogos portugueses.

Cumpriu-se o programa seguinte:

JULHO, 23 (quinta-feira) — PELAS 15 HORAS, partida de Valença  
para Braga, chegada a Braga pelas 18 HORAS. Sessão de boas vindas  
na Câmara Municipal. ÀS 19 HORAS, visita à Fonte do Ídolo, seguida  
da inauguração da Exposição Evocativa de Bracara Augusta, no Salão

Medieval da Biblioteca Pública, onde Às 20 HORAS realizou-se uma sessão com apresentação de relatórios pelos Srs. Dr. Alberto Feio, Padre Arlindo da Cunha e Dr. Russell Cortez. ÀS 21 HORAS, jantar no Bom Jesus.

JULHO, 24 (sexta-feira) — Visita a Montélios, (S. Frutuoso). Partida em seguida para Guimarães, visitando-se no percurso o Penedo de Trajano (Taipas), e em Guimarães os museus e monumentos da cidade. ÀS 12 HORAS E MEIA, sessão na Sociedade de Martins Sarmiento com apresentação de relatórios pelos Srs. Coronel Mário Cardoso, e Tenente-Coronel Afonso do Paço. ÀS 13 HORAS, almoço oferecido pela Câmara Municipal. ÀS 15 HORAS, visita à citânia de Briteiros. ÀS 17 HORAS, visita ao *Oppidum*, de Santa Marta e triângulo turístico de Braga até ao Estádio 28 de Maio. ÀS 18 HORAS, sessão na Escola do Magistério, com apresentação de relatórios pelos Srs. Dr. Francisco Veloso, Arq. Moura Coutinho e Dr. Sérgio da Silva Pinto. ÀS 22 HORAS, festival nocturno, no Bom Jesus, oferecido pela Câmara Municipal de Braga.

JULHO, 25 (sábado) — De manhã, Às 9 HORAS, Missa na Sé Primaz, comemorativa do dia de S. Tiago, Patrono de Espanha, visita a monumentos de Braga, realizando-se ÀS 10 E MEIA três sessões de trabalhos do Congresso na Faculdade Pontifícia de Filosofia. Às 15 HORAS partida para o Porto. ÀS 17 HORAS E MEIA, visita às colecções arqueológicas do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, seguida de sessão no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, no Salão Nobre da Faculdade de Ciências, com apresentação de relatórios pelos Srs. Prof. Santos Júnior, Prof. Tavares Chicó e Octávio da Veiga Ferreira. Encerraram os trabalhos o Prof. Luís Pericot, Vice-Presidente do Congresso e Prof. Doutor Amândio Tavares, Magnífico Reitor da Universidade. ÀS 19 HORAS recepção oferecida aos congressistas pelo Instituto de Alta Cultura e Reitoria da Universidade do Porto.

JULHO, 26 (domingo) — Visita aos locais de interesse arqueológico e monumental da cidade do Porto, regresso a Vigo, visitando-se algumas estações e monumentos de Viana: Cidade Velha de Santa Luzia, estátuas de guerreiros e colecção do Museu de Viana.

No próximo número daremos uma notícia mais circunstanciada.

F. RUSSELL CORTEZ,

do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

## SUGESTÕES DOS ASSOCIADOS DA S. P. N.

Várias são as sugestões que nos têm sido comunicadas da parte dos nossos Ex.<sup>mos</sup> Associados, todas elas com intuitos que visam sempre o progresso e engrandecimento da S. P. N., assim como a regularidade da publicação e em especial o aumento do interesse numismático e valorização científica do seu órgão informativo «NVMMVS». Dentre estas tem maior relevo as que se referem à inclusão na «VÁRIA», em secção própria, a criar, dos seguintes assuntos:

- Noticiário das reuniões da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses (publicação integral das actas, etc.).
- Publicação de notícias numismáticas insertas na imprensa periódica.
- Registo dos achados numismáticos.

Quanto à primeira, podemos afirmar que a Direcção da S. P. N. vai envidar os seus esforços junto da A. A. P. para conseguir obter os elementos necessários.

No que diz respeito à segunda, é possível também que alguma coisa se consiga, pensando-se em recorrer aos serviços duma Empresa que se ocupa do «recorte» das notícias da imprensa periódica.

Referentemente às notícias dos achados numismáticos devemos dizer que isso está, desde início, na intenção da Direcção da S. P. N., tratando-se como se trata dum importante factor a considerar no progresso e valorização da ciência das moedas.

Temos até qualquer coisa preparada nesse sentido, dando-se, portanto, o caso, de a sugestão ter vindo ao encontro das nossas intenções.

A secção vai, pois, ser criada e pensa-se em valorizá-la com a transcrição, ainda que apenas em resumo, das notícias anteriormente vindas a lume e que andem mais ou menos dispersas por revistas e outras publicações. Desta forma se tornará mais fácil a consulta e estudo a todos aqueles que deste assunto tenham de se ocupar.

## NOVAS MEDALHAS

Embora a arte medalhística em Portugal não tenha aquela popularidade que exige o valor dos actuais artistas gravadores portugueses, tem-se notado, últimamente, uma certa profusão de belíssimos trabalhos desta arte, nascidos de mãos portuguesas.

Podemos afirmar até que hoje, a arte da medalha no nosso País, tem tido um grande desenvolvimento e que nos libertamos, finalmente, da tutela medalhística estrangeira, pois possuímos já um escol florescente de autores de medalhas, cuja actividade muito contribuirá, sem dúvida, para o engrandecimento desta arte em Portugal, que mais do que qualquer outra, tem o admirável mérito de perpetuar os factos mais notáveis da História do Povo e de eternizar até, digamos, a memória dos seus Vultos mais queridos. Justo é destacar aqui, que para este facto muito tem contribuído a fecundidade e aptidão artística do grande escultor João da Silva, artista eminente que, com excepcionais qualidades, se tem dedicado a este ramo da arte.

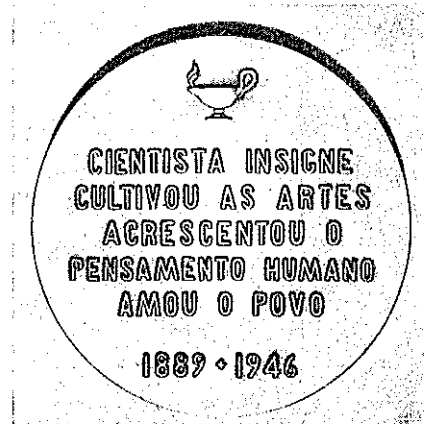
A origem da medalha, pròpriamente dita, segundo a opinião de alguns autores, deve-se ao extraordinário engenho artístico do célebre pintor italiano António Pisano, vulgarmente conhecido por Pisanello, nascido em Verona no ano de 1397. Desenvolveu-se extraordinariamente, o seu culto em vários países da Europa, tendo tido em França uma tal expansão, que pode talvez afirmar-se que é este o país da medalha, onde a sua evolução artística foi mais uniforme e completa, mercê sempre da existência de uma espantosa plêiade de mestres gravadores.

Em Portugal, o fabrico de medalhas, cuja primeira tentativa me parece ter sido a célebre «CONCEIÇÃO», no reinado de D. João IV, foi durante séculos subsidiário do engenho e habilidade manual de estrangeiros, e raros portugueses se lhe dedicaram.

João de Figueiredo, Borja Freire, António Vale, José Arnaldo Nogueira Molarinho, e poucos mais, são nomes que ficaram, incontestavelmente, mas os seus trabalhos estavam longe de se enquadrar na riqueza artística da produção medalhística estrangeira da época.

No nosso País, a evolução artística da medalha, tem sido interpolada, lenta, difícil, quer, por não encontrar no público um ambiente próprio para a sua expansão, devido a um certo esoterismo que lhe é peculiar, quer, pela falta de conveniente protecção oficial.

A sua história, apesar de algumas interessantes tentativas, está ainda por fazer com a devida profundidade. Artur Lamas iniciou uma Memória Histórica e Descritiva, de que só publicou a I Parte: Medalhas Comemorativas. E foi pena que o competente autor não concluísse o seu plano, pois o fôlego com que foi iniciado fazia prever um fecundo estudo de investigação medalhística. O volume publicado, é ainda hoje o melhor sobre o assunto e quase o único consultável.



Esperemos que o actual impulso dado a esta subtil, delicada e sedutora «arte sintética», como já algures foi designada, desperte, novamente, o desejo dos especialistas lhe traçarem a respectiva história. Pois embora o panorama medalhístico português tenha sido bastante sumário e escapasse, principalmente no século XIX, ao esplendor e brilho com que floresceu noutros países, como a Itália, Alemanha, Holanda e França, não perdeu as suas especiais características de perpetuar o passado.

Hoje, vamos iniciar nas colunas da «NMMMVS» o noticiário da gravura de medalhas de que nos for dado o conhecimento, muito agradecendo, aos seus autores, o envio de fotografias ou desenhos das suas faces, que aqui ficarão como uma espécie de galeria iconográfica, ou repositório de documentos metálicos. Começaremos pela última meda-

lha cunhada na Casa da Moeda, como tributo à memória do «Professor Doutor Abel Salazar :

Da autoria do escultor Numídico Bessone, esta medalha foi cunhada para ser vendida a favor da Casa-Museu do Ilustre Homem de ciência, de S. Mamede de Infesta. De modelação simples, mas excelente desenho, nota-se-lhe a sensibilidade do seu autor. No anverso, pode-se admirar-lhe o vigor fisionómico do retratado, verdadeiro estudo psicológico da sua estrutura científica. No reverso, por baixo de uma simbólica lâmpada bruxuleante, foi gravada uma magnífica inscrição, síntese das atitudes espirituais do homenageado.

Desta medalha fizeram-se já 200 exemplares de bronze, 25 de prata e 1 de ouro. Prevê-se uma nova tiragem de algumas centenas, em virtude da grande procura que tem tido.

Abel Salazar, foi na verdade um grande vulto na vida intelectual portuguesa, com luminescentes projecções em todo o mundo culto. Este documento metálico ficará a assinalar na amplidão do tempo, a superior personalidade do Homem de pensamento que, CIENTISTA INSIGNE — CULTIVOU AS ARTES — ACRESCENTOU O PENSAMENTO HUMANO — AMOU O POVO.

Agosto de 1953.

ALEXANDRE FERREIRA BARROS.



## ACHADOS NUMISMÁTICOS

Os achados de moedas antigas — que por felicidade tão frequentemente se observam — representam elementos de inestimável valor para o progresso da numismática, contribuindo não raras vezes com valiosíssimos ensinamentos que esclarecem, completam ou acrescentam a ciência das moedas e a própria História.

Muito lhes deve já a Numismática portuguesa: veja-se o que sobre tal assunto refere o eminente mestre Dr. Pedro Batalha Reis na sua *Cartilha*, a páginas 198 e seguintes.

Em quase todos os países se dá hoje grande importância aos achados, vendo-se nas revistas da especialidade frequentes notícias de novos aparecimentos de numismas, por vezes acompanhadas de estudos e conclusões históricas a que os mesmos conduzem. Pensa-se até na organização de um cadastro, de um *registo internacional de achados numismáticos*, sugestão apresentada, e cremos que aprovada, num congresso recente. Lembremos, a propósito, que isto nos obriga a estar preparados a fornecer condignamente a contribuição portuguesa, logo que ela nos seja solicitada.

Dissemos que os achados são frequentes e todos sabem que assim é, pois não raras vezes a imprensa diária noticia acontecimentos desta natureza. Mas o que é certo é que grande número deles, senão a maioria, se perde para a ciência numismática, no todo ou em parte, pela incultura e condenável espírito interesseiro dos seus achadores que a lei actual reguladora do assunto não pode por completo modificar e reprimir.

Seria um serviço incalculavelmente valioso para a Numismatologia portuguesa conseguir a modificação deste estado de coisas, fazendo por que não mais se inutilizem, desapareçam ou sejam subtraídos ao conhecimento e exame dos estudiosos os numismas que o acaso venha levantando dos esconderijos onde jazem desde remotos tempos. Para tal pode e

deve contribuir a novel Sociedade Portuguesa de Numismática — tanto mais que isso é doutrina dos seus estatutos — desenvolvendo esforçada campanha junto dos poderes públicos, tendente a modificar o que está legislado, pois é fora de dúvida que os resultados obtidos com a regulamentação vigente não correspondem às intenções legislativas.

Julgamos que pelo disposto no Código Civil Português — art. 422.º e seguintes — o valor dum achado numismático se divide pelo achador e pelo proprietário do local onde ele se verificar, na proporção de  $\frac{1}{3}$  para o primeiro.

Lei simples e justa... à primeira vista.

Mas como acontece geralmente serem os «tesouros» encontrados em escavações, remoções de terras, demolições e reparações de prédios, são quase sempre os operários os seus achadores.

Infelizmente as qualidades cívicas, mais verificadas em aliança com a educação, cultura e desafoço de vida, não tem, a maior parte das vezes, naquela classe o poder de obrigar à renúncia de bens materiais só porque ela é preconizada pela lei.

Quando um trabalhador encontra um «tesouro» de moedas antigas e principalmente se este é valioso, é quase certo que o guarda ciosamente para si, procurando mais tarde vender fragmentariamente as suas peças, para não dar nas vistas, muitas vezes mesmo mutilando e inutilizando e até fundindo os numismas que lhe não interessam senão pelo valor do metal de que são constituídos. E se não pode guardá-lo no todo, procurará pelo menos retirar dele alguma ou algumas moedas, facto que para a Numismática pode representar um prejuízo nada menor do que o resultante do encobrimento completo do achado, pois a falta de uma unidade no conjunto pode conduzir o estudioso a lamentáveis conclusões históricas erradas.

E se o «tesouro» é encontrado por mais do que um achador, reparte-se em segredo, divide-se, mais se fragmenta, excluindo-se do bolo o proprietário do local, a não ser que ele esteja também presente no acto da descoberta ou venha a ter acaso dela conhecimento.

Vê-se por isto que não se colhem resultados animadores quando se estabelecem princípios legislativos que facilmente se podem sofismar ou iludir e não atendem praticamente à realidade da vida e da moral do povo a quem são destinados.

Urge, pois, obter a modificação do disposto no Código Civil com o fim de conseguir que os achados de moedas se não percam, se não

dividam, fragmentem ou diminuam de uma só peça que seja, antes de serem convenientemente estudados.

Sugere-se aqui a necessidade duma legislação «magnânima», que se adapte às realidades e não tenha em vista obter outros bens que não sejam os que pode auferir a Ciência histórica, bens espirituais, ao fim e ao cabo de maior valia do que qualquer participação no valor material dos achados.

Reconheça-se ao achador o direito de propriedade, único e absoluto, da coisa encontrada, seja moeda «desgarrada», «tesouro» ou conjunto de numismas mais ou menos valioso, e prometa-se-lhe até um prémio ou auxílio do Estado na avaliação do seu valor, sempre que venha fazer dele o verdadeiro relato e entregá-lo para estudo a uma entidade competente.

Modificar o estado de coisas actual não se nos afigura por forma alguma tarefa simples e muito menos de resultados imediatos. O que não quer dizer que não se trabalhe nesse sentido com a maior energia e melhor boa vontade, na certeza de se contribuir para uma finalidade nobre e alevantada, qual é a do engrandecimento da Numismática Portuguesa.

Um outro assunto, e de não menos interesse, é a necessidade de se inscreverem, em publicação própria, os achados verificados nos últimos tempos no nosso País, tanto daqueles que têm tido certa publicidade na imprensa diária, como dos que continuam sendo ainda só do conhecimento de reduzido número de pessoas. Devemos mesmo ir mais longe: reunir nessa mesma publicação, em jeito de registo cronológico, tudo quanto se possa apurar a este respeito, não deixando, claro está, de referir os achados já descritos pelo cuidado de numismatas do passado em livros e publicações da especialidade.

É à Sociedade Portuguesa de Numismática que compete também esta outra campanha, devendo iniciá-la já com a solicitação a todos os leitores do seu órgão oficial NVMMVS para que lhe refiram qualquer «achado» de que tenham conhecimento, próximo ou remoto no tempo, valioso ou insignificante na aparência, de um só ou de muitos numismas, verificado ou testemunhado, referindo completamente o ambiente, os objectos a ele ligados, o continente, etc., etc., tudo quanto com ele tenha relação.

Frise-se que por vezes os pequenos elementos trazem indicações

preciosas para a história e que por isso se agradecem e estimam mesmo os mais aparentemente pequenos detalhes nas informações prestadas sobre o aparecimento de numismas.

Terminaremos pela referência de um achado numismático recente, menos como contributo — que a seu tempo forneceremos — para a futura organização do preconizado registo, do que como documento que poderá servir de norma para todos aqueles que têm a sorte de interferir directamente num sucesso desta natureza.

Tendo tido conhecimento deste achado, aliás de pequeno valor, tanto intrínseco como histórico, por se tratar de poucas e relativamente vulgares moedas, apressamo-nos a fazer seguir um pedido ao Ex.<sup>mo</sup> Sacerdote que o denunciou, para enviar uma descrição do acontecimento destinada a fins numismáticos. Correspondeu da maneira que adiante se pode observar, claramente, minuciosamente, não olvidando o mais pequeno pormenor e chegando até a enviar, para observação directa, o documento a que faz referência.

Assim procedessem todos os achadores.

#### ACHADO DE RIO DE MOINHOS (ARCOS-DE-VALDEVEZ) EM 12-VIII-1952

No mês de Julho de 1952, a Confraria do Santíssimo da Freguesia do Rio de Moinhos, concelho de Arcos-de-Valdevez, mandou fazer um movel (caixa de castanho), para guardar as bandeiras das procissões, de modo a ficarem estendidas, pois no gavetão do revestuírio onde se guardavam tinham de ficar enroladas e eram más de acondicionar para não se engelharem e estragarem. No dia 10 de Agosto houve a festa grande da freguesia, de Nossa Senhora das Dores. As bandeiras, depois da festa, foram guardadas na caixa nova que já estava forrada e pintada. O gavetão onde antes se guardavam, era o do fundo da cómoda-revestuírio onde se guardam os paramentos sagrados para as festas e está na sacristia. Na manhã da terça-feira, dia 12 de Agosto, o empregado da confraria — tesoureiro da fábrica — Ricardo da Costa, casado, trabalhador, de 30 anos, para bem limpar o gavetão que ficara devoluto e sacudir o pó que se havia acumulado durante muitas dezenas de anos e estava coberto com jornais que serviam de isoladores das bandeiras, tirou o gavetão para fora da cómoda-revestuírio. Olhando para o vão que ficara descoberto viu, logo à entrada à esquerda, a luzir, uma peça de ouro que lhe chamou a atenção. Arrumado o gavetão e tomando a

moeda viu que eram vinte e cinco moedas, sendo 11 peças, uma meia peça, três escudos, 6 meios escudos e quatro quartinhos. A embrulhar as moedas havia dois papéis: o de fora, todo desfeito, sem quaisquer dizeres; o interior, roto, engelhado, a desfazer-se, era um modelo oficial, impresso nos seus dizeres comuns, e manuscrito nos próprios: «Com Privilégio de Sua Majestade, para que só destes conhecimentos se uze». Um escudo nacional impresso de 0<sup>m</sup>,03 de altura. «Digo eu Sebastian José Beirão, vizinho de Setubal Mestre que sou do Hiate que Deos salve, por nome Nossa Snr.<sup>a</sup> da Conceição e Snr. do Bonfim que ao presente está surto e ancorado no porto de Setubal para com o favor de Deos seguir viagem ao porto da V.<sup>a</sup> de Vianna onde he minha direcção e carga, que é verdade que recebi e tenho carregado dentro no dito Hiate debaixo de cuberta enxuto e bem acondicionado de João Wasquez vinte sacos com cento e trez... vinte arates de arroz... que declarou fazer por conta e risco de quem pertencer. Marcado com marca de fora, o qual me obrigo, e prometo, levando-me Deos a bom salvamento, e dito Hiate ao dito porto... entregar em nome do sobredito aos Snrs. Coelho Afonso & C.<sup>a</sup> ou a sua ordem. Pagando-me de frete pelos vinte sacos dois mil e quinhentos reis para as... e guardar, obrigo minha pessoa, e bens e dito Hiate em certe... qu... ei quatro conhecimentos de hum teor assinados por mim ou por um Escri... hum cumprido, os outros não valhão. Feito em Setubal em 3 de Julho de 1793. *Sebastião José Beirão*».

Descrição das moedas:

D. JOÃO V

Peça de 1748-R

1/2 peça de 1732

Escudos de 1730, 1738 e 1747

Quartinhos de 1714, 1716, 1733 e 1741

1/2 escudos de 1725, 1726, 1730, 1732 e 1740

D. JOSÉ I

Peças de 1753-R, 1756, 1760-R, 1768-B, 1768-R, 1771-R, 1773-R, 1776-B

1/2 escudo de 1751

D. MARIA I e PEDRO II

Peça de 1785

D. MARIA I

Peça de 1792-R

Os estatutos da Conferência têm a data de 10 de Maio de 1796. O abade, nessa data, era Manuel de S.<sup>ta</sup> Marta de Amorim que morreu em odor de Santidade e ofereceu um dos sinos, que tem o seu nome.

As moedas seriam guardadas naquele local, por um abade, ou antes pelo tesoureiro da fábrica, que tinha a chave do gavetão.

Rio de Moinhos, 15-2-953.

as.) P.<sup>o</sup> VIDAL DE BRITO GACHINEIRO.

M. R.

# VIDA SOCIAL

## SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

### SÓCIOS ORDINÁRIOS

- N.º 21 — Artur Guimarães — Industrial
- » 22 — José Rodrigues de Araújo Lima — Proprietário
  - » 23 — José João Pinto da Cruz Azevedo — Tenente-coronel e Eng.º Administrador da Casa da Moeda
  - » 24 — Joaquim Ferraro Vaz — Engenheiro
  - » 25 — António Elias Garcia — Tenente-coronel de cavalaria
  - » 26 — Dr. Luís Augusto Pinto Garcia — Professor
  - » 27 — Dr. Pedro Batalha Reis — Numismata
  - » 28 — Dr. Damião Péres — Professor de Universidade
  - » 29 — Raul da Costa Couvreur — Engenheiro
  - » 30 — Afonso Pinto de Magalhães — Banqueiro
  - » 31 — António Joaquim Fernandes Magalhães — Banqueiro
  - » 32 — Augusto Pinto de Magalhães — Banqueiro
  - » 33 — António Sardinha — Gerente comercial
  - » 34 — Dr. Artur de Magalhães Basto — Advogado
  - » 35 — Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves — Médico
  - » 36 — David Amador e Pinho — Comerciante
  - » 37 — Manuel Alves Plácido — Sacerdote
  - » 38 — Joaquim Michaelis de Vasconcelos — Engenheiro
  - » 39 — Carlos Augusto Lopes de Noronha — Funcionário bancário
  - » 40 — Salvador Fernandes Lima — Industrial
  - » 41 — Kurt Prober — Jornalista (Brasil)
  - » 42 — Dr. João Manuel Bairrão de Oliveira da Silva Oleiro — Arqueólogo
  - » 43 — Joaquim Máximo Lopes de Carvalho Júnior — Empregado público
  - » 44 — Alexandrino Rodrigues de Passos — Cirurgião dentista
  - » 45 — D. Liselotte Wagner — Doméstica
  - » 46 — Dr. António Coelho Sousa Oliveira Júnior — Médico
  - » 47 — Artur Lemos Júnior — Comerciante
  - » 48 — José Neves Paula — Comerciante
  - » 49 — César de Almeida — Banqueiro
  - » 50 — Agostinho Ferreira Gambetta — Engenheiro
  - » 51 — José Simões Cruz — Ourives
  - » 52 — Leopoldo Roque da Fonseca — Comerciante
  - » 53 — Agostinho Martins da Silva Barradas — Tenente do Q. A.
  - » 54 — Jaime Dantés Almeida Monteiro — Empregado comercial
  - » 55 — Manuel Paulo Alijó — Arquitecto
  - » 56 — Alexandre Lopes Martins Coelho — Industrial
  - » 57 — Edgar Henrique Carneiro dos Santos — Empregado bancário
  - » 58 — António Valentim Dias — Empregado bancário
  - » 59 — Norberto Augusto Correia — Comerciante
  - » 60 — August Molder — Comerciante.

# NOTICIÁRIO

## ITÁLIA NUMISMÁTICA

Esta publicação de Óscar Rinaldi, de Casteldario, Mantova, continua a sua edição periódica regular, estando já distribuídos os 6 primeiros números, de Janeiro a Julho de 1958.

### NUMISMA

Revista da Sociedade Iberoamericana de Estudios Numismáticos (SIAEN).

Acaba de ser publicado o n.º 7 desta Revista, referente aos meses Abril-Junho do ano corrente. Belo volume de 282 páginas dedicado à Numismática de Fernando e Isabel — os reis católicos — por ocasião do V centenário do seu reinado.

Insere artigos exclusivamente de assuntos relacionados com a época comemorada, sendo seus autores:

Pio Beltran, Felipe Mateu y Llopis, Antonio Beltran, Tomás Dasi, Jean Babelon, Pedro Batalha Reis, Jaime Lluís y Navas e associação de Jaime Colomer y Montset com Humberto F. Burzio num profuso catálogo de medalhas referentes a Colombo e à descoberta da América.

Posto que se trate duma publicação subsidiada pelo Estado espanhol, mesmo assim honra sobremaneira a Sociedade que conseguiu dar-lhe corpo e distribuí-la gratuitamente pelos seus associados, pois não há dúvida de que estamos em presença de uma obra de grande envergadura cultural e artística, dum precioso tratado sobre a numismática dos reis católicos, com ensinamentos e doutrinas expressas pelos maiores valores numismatológicos de Espanha.

## I EXPOSIÇÃO NACIONAL DE NUMISMÁTICA

Lamentamos não poder dar notícias animadoras acerca das deligências efectuadas para a realização deste certame, mas o certo é que os nossos esforços têm esbarrado com dificuldades que hão-de levar seu tempo a vencer e que, para já, nos criam a situação de estarmos muito atrasados em preparativos relativamente à época em que desejávamos levá-lo a efeito.



## OBITUÁRIO

DR. WILHELM REINHART

No número anterior mencionou-se por lapso a cidade espanhola de Santander, em vez da de S. Sebastian, como local do falecimento do Dr. Wilhelm Reinhart.

JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO LIMA

— Faleceu no passado dia 14 de Maio após um longo quanto doloroso sofrimento, o nosso Consócio Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues de Araújo Lima.

Pessoa de excelsas qualidades morais e cívicas, aliava a um fino trato preciosos dotes de espírito e elevada cultura, sendo um grande apreciador de todas as manifestações de arte.

Destacou-se como interessado cultor da medalhística, modalidade onde conseguiu reunir uma colecção digna de nota, que bem merece ser continuada por parentes, em vez de quedar parada ou se dispersar.

À família enlutada os pêsames da S. P. N.

AUGUSTO PINTO DE MAGALHÃES

— No passado dia 30 de Maio finou-se inesperadamente o nosso consócio, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Augusto Pinto de Magalhães, banqueiro portuense muito conhecido e subidamente estimado pela sua irradiante simpatia e seus elevados dotes de coração.

Foi um grande simpatizante da Numismática, que de longa data se dedicou à escolha e recolha de boas moedas portuguesas, tendo conseguido um apreciável conjunto que em muito serviu de base à já hoje notável colecção Pinto de Magalhães.

A sua família e em especial a seu sobrinho e nosso prezado consócio, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Afonso Pinto de Magalhães, endereça a S. P. N. as mais sentidas condolências.

# NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA



VOL. I

N.º 4

PORTO  
DEZEMBRO-1953

# N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA  
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME I, N.º 4

Publicação quadrimestral por tomos de 64 páginas apr.

Condições de assinatura para 1953:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Direcção executiva:

ALEXANDRE FERREIRA BARROS  
CARLOS MORAIS PEIXOTO BRAGA  
FERNANDO RUSSELL CORTEZ  
ANTÓNIO DA SILVA GUIMARÃES  
ED. M. VAN DER NIEPOORT  
MÁRIO RAMIRES

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Sede

R. de Santa Catarina, 339-3.º—PORTO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

IMPRESA MODERNA, L.ª  
Rua da Restauração, 317-2.º—PORTO

## S U M Á R I O

Ensayo sobre la Evolucion Comercial y Monetaria en Byzancio por <i>Dr. António Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i> . . . . .	215-224
Classificações e Achados, por <i>Eng. J. Ferraro Vaz</i> . . . . .	225-234
Acerca da política monetária de João I de Castela, por <i>Dr. Felipe Mateu y Llopis</i> . . . . .	235-241
Moedas de João I, por <i>Eng. Paulo Ferreira de Lemos</i> . . . . .	242-248
A propósito de dois conjuntos de moedas de Malaca, por <i>C. H. Dakers</i> — Tradução do <i>Dr. Luís Pinto Garcia</i> . . . . .	249-256
Moedas de duvidosa autenticidade existentes no « Statens Historiska Museum de Stockholm », por <i>Eng. Raul da Costa Couvreur</i> . . . . .	257-259
Vária . . . . .	260-266
Novas medalhas . . . . .	267-268
Achados Numismáticos . . . . .	269-273
Vida Social . . . . .	274-275
Noticiário. . . . .	276-278
Índice . . . . .	279-282

**As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.**

A colaboração deste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão insertos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

# ENSAYO SOBRE LA EVOLUCION COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(CONTINUACIÓN DEL NÚMERO ANTERIOR)

PELO DR. ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN  
Y LÁSCARIS COMNENO

## II

### **El comercio exterior despues de la expansión árabe hasta el año 867**

Las conquistas árabes del siglo VII no parecen haber influido mucho en el comercio exterior Bizantino, sobretodo en el de los Sirios, pero despues de la conquista de España Visigótica por Tarik y Muza en el año 711 y el ataque del año 718 contra Constantinopla, la navegación dejó de ser libre y el comercio con el Occidente casi desapareció (1).

A partir de esta época y coincidente con el arribo al trono de la dinastía Isaúrica y la lucha iconoclasta, comienza el segundo periodo económico Bizantino, con restricción casi total del comercio con occidente y grandes reformas financieras para hacer frente a las dificultades de la época.

Para muchos historiadores solo a partir del año 800 se puede hablar de un Imperio Romano de Oriente, pues los años anteriores son considerados como una simple continuación del bajo Imperio Romano. Esta teoría sentada por J. B. BURY (2), no parece muy fundamentada ya que con mas propiedad debe ser el año 717 el inicial de esta era, en lugar del 800 propuesto, acaso por redondear los siglos unicamente; amplias razones económicas, comerciales e históricas así lo aconsejan, aparte de la contribución aportada en el reciente trabajo del P. LAURENT (3), sobre la

---

(1) Pirenne. *La fin du commerce des Syriens*. Melanges Bidez, pag. 681.

(2) *A History of the later Roman Empire*. passim.

(3) *Basileus Romaion*. Cronica Rumana, T XV 1940, pág. 198-217.

evolución en los sellos y monedas del título Imperial «Basileus Romaion», el cual aparece por primera vez sobre una Bula de Constante II (641-668), y que debe considerarse como una protesta oficial Bizantina ante las usurpaciones protocolarias de Carlomagno.

Las flotas comerciales Bizantinas al no pasar de Italia y Sicilia acortan el territorio económico, y separan el Oriente y el Occidente durante varios siglos; el gran comercio cesa y la moneda de oro desaparece consecuentemente en todo el Occidente, viéndose precisado el mismo Carlomagno a ordenar la amonedación de la plata. Aun sigue el *Bezante* imperando en el Oriente, pero en este periodo económico aparecen sus primeros competidores, el *dinar de oro* la nueva moneda árabe, imitación estilística del Bizantino, pero con metrología propia, que ya no cesa en su paralelismo hasta la caída del *Hyperpero* siglos más tarde.

En Constantinopla la compra y venta de metales preciosos queda como monopolio de dos gremios: el de los plateros (*argyropratai*) que compran y venden el oro y la plata y el de los cambistas (*trapezitai*), (1). Los precios continúan con muy pocas variaciones sobre los del periodo anterior, cosa que modernamente ha sido explicada por la compensación que para los Bizantinos supuso la pérdida de los mercados Occidentales ante la expansión nueva por los países del Báltico. En Birka uno de los mayores centros comerciales Suecos de la Edad Media se han descubierto monedas de Teófilo (2) (829-842), posiblemente provenientes de la embajada sueca que en el año 839 acompañó a los apocrisarios Bizantinos en la Corte de Luis el Debonario:

Está fuera de duda el talento administrativo y la energía de los dos primeros Emperadores iconoclastas. En el aspecto económico comercial y al quedar aislada Italia de Bizancio, el comercio se limitó casi exclusivamente a los países helénicos, por lo que fué más fácil ordenar la Hacienda del Imperio, e incluso intentar procedimientos nuevos, que dada la complejidad del carácter mundial de hasta entonces, no habían podido ser puestos en práctica. Uno de ellos, medida de urgencia para aumentar los rendimientos fiscales, fué el de doblar la indicción. El año fiscal de 1 de Septiembre de 726 a 1 de Septiembre de 727, era el décimo de un período de quince años llamado indicción; el Emperador ordenó que el año siguiente en lugar de ser el 11 fuera el 12, y en consecuencia en un período dobló la recaudación. Todos los agentes Imperiales

(1) Bratianu — *Etudes Byzantines*. 1938 — pag. 22-26.

(2) Arne T. J. — Grave n.º 632 — Birka. Forvannen. XLI — 1946.

recibieron la orden de cobrar la doble contribucion con toda exactitud, y hasta los Papas se quejaron amargamente de la tirania fiscal del Emperador. Otra medida importante fué el exigir que las mercancías no se comprasen nunca en los mismos lugares de producción, sino una vez que habian sido transportadas a Constantinopla (1), asegurando así el casi monopolio del comercio y la fijación de precios en su caso.

Tambien se crearon nuevos impuestos; en el año 732 Leon III aumentó el impuesto de capitación, por lo menos en algunas provincias y disminuyó las rentas de los patrimonios Pontificales en beneficio del Tesoro; en el año 739 despues del terremoto que casi destruyó a Constantinopla, se aumentó en 1/12 todos los impuestos existentes como tasa de reconstrucción. El nuevo impuesto, como todo en Byzancio, recibió pronto un calificativo popular, se le llamó «dikeraton» pues eran 2 keratia por nómisma que valia 24 keratia.

La prosperidad económica del Imperio fue otro de los grandes éxitos de Leon III, de cuya época nos queda el registro de haber un solo comerciante, rico propietario de talleres de tejidos de seda, libertado a 3.000 esclavos que tenia antes de su fallecimiento (2). El conocido «Nomos georgikós» o Código Rural y el «Nomos nautikós» o Código marítimo, son de su reinado y con ello tendía a mejorar las condiciones del campesino, parcelando las tierras y desarrollando la marina mercante, disminuyendo al propio tiempo el riesgo del armador y del Capitán, por la repercusión de parte del mismo sobre los pasajeros.

Este segundo periodo Byzantino presenta dos características muy acusadas, una de ellas la intensificación del comercio hacia el Oriente, Rusia y Países Eslavos, como balanza de las pérdidas en Occidente. Así Teófilo extendió a los temas orientales la legislación Imperial, atrayéndose a las tribus del Don y a los Kazars hacia un activo comercio, continuando la prosperidad económica y monetaria hasta el final de la dinastía Amoriana. La segunda característica es la iniciación del comercio con los nuevos vecinos de Byzancio, los Arabes, que si bien al principio exigían un fuerte derecho de tránsito para las mercancías Byzantinas (3), fueron poco a poco rebajando sus pretensiones ante la hábil política de los Basileus, que enviaban embajadas en todas las ocasiones favorables, interregnos entre las batallas, dando a los grandes puertos de Antioquía

(1) M. V. Levtchenko. *Byzance des Origines á 1453*. Paris, 1949, pág. 144.

(2) M. V. Levtchenko. *Byzance des Origines á 1453*. Paris 1949, 144-45.

(3) Eck—*Le commerce mediterr. apres l'invasion Arabe*. 1941 pag. 33 y ss.

y Alejandría, el carácter de grandes mercados internacionales, fuertes competidores de Constantinopla.

La política de economía dirigida, en el periodo iconoclasta se agudizó aun mas, no desdendiando las personas mas allegadas a los Emperadores el realizar negocios por su cuenta, amparados en el absoluto control del Estado, como lo prueba el caso del buque perteneciente a la Emperatriz Teodora, que fué quemado con toda su carga por orden del Emperador Teófilo, pero no porque ese comercio le pareciera ilegal sino por que «... lo encontraba indigno de una Emperatriz de los Romanos» (1).

Los años finales de este segundo periodo presentan ya características algo distintas a las reseñadas durante la epoca de Leon III, 150 años antes. El comercio con los Arabes, aunque activo, resulta muy oneroso, y el aislamiento con el Occidente no compensado del todo por la iniciación del intercambio con el Norte y Báltico. Los Rusos en cambio, despues de su derrota del año 860, enviaron una embajada al Basileus para pedir el bautismo y la paz, concluyéndose al mismo tiempo un amplio tratado comercial, que abrió al nuevo pueblo aliado, no solo el comercio con el Imperio, sino el renacimiento artístico, la civilización Cristiana y las mismas filas del ejército Imperial.

Pero el cambio completo de directrices y la vuelta al activo comercio con el Occidente, ahora mediatizado por los Arabes, es obra de los Emperadores del tercer periodo económico, en donde se alcanza el climax del movimiento comercial Bizantino, y se inicia tambien con las Cruzadas, el desmembramiento y caída del Imperio.

### III

#### **La epoca comercial de las dinastías Macedonica y Comnena, hasta la Cuarta Cruzada.**

La originalidad de la estructura económica de Byzancio, mas marcada en este tercer periodo económico que en ningun otro, consiste en una conjunción de la economía domestica con la industrialización. Aglomeraciones urbanas industriales con una gran producción artesana y un comercio muy desarrollado por una parte y regiones agricolas del

---

(1) Theófanos Continuatus. *Patr. Graec. 109* — Migne, pag. 101-104.

interior al margen del desarrollo comercial y habitadas por tribus que no pasaban del estadio de los clanes, por la otra (1).

La invasión árabe que al principio paralizó en sumo grado la expansión comercial Bizantina en el Occidente, fué poco a poco cediendo en cuanto a intensidad prohibitiva, y a fin del siglo IX se había reanudado el comercio que siguió bajo el control musulmán y los peligros de los piratas y las múltiples operaciones guerreras.

Tres ejemplos principales podemos citar para demostrar esta reanudación del tráfico comercial con el Occidente: las actividades mercantiles con Roma, Venecia y la Italia meridional.

El «*liber pontificalis*» prueba, con los regalos de los Papas a las Iglesias de la Ciudad Eterna, que allí se continuaban recibiendo mercancías de Constantinopla. Son especialmente vestiduras y ornamentos de culto, tintes y colorantes, tapices de Antioquía y Alejandría, además de los obsequios directos de los Emperadores Bizantinos (2).

Venecia por su parte importaba los vestidos, telas y especias de Constantinopla, enviando en cambio el trigo, vino, maderas, sal y esclavos, pero al mismo tiempo conserva un activo intercambio con los países Arabes. En la biografía de San Geraudo, Abad del Monasterio de Aurillac (879-909) (3), se facilitan datos muy interesantes sobre el comercio de Pavia y otras varias ciudades Italianas con Constantinopla.

Los puertos de la Italia meridional, Bari, Tarento, Reggio, Salerno, Napoles, Amalfi, continuaron aún bajo la dominación lombarda y árabe sus relaciones comerciales con Byzancio, intensificadas como es lógico durante la reconquista Bizantina de 876 a 892. En la primera mitad del siglo XI los comerciantes Italianos, frecuentan asiduamente Constantinopla, donde comercian con los productos orientales, así como con obras de arte y artículos de lujo, que llevan luego a Italia. La Abadía de Monte Casino, fué reconstruida en parte en el año 1078 con maestros en el arte del mosaico traídos de Byzancio, y el año 1066 se habían ya importado las célebres puertas de bronce de la Basilica, además de los cincelados que con profusión traían de Constantinopla las mejores familias de la Italia meridional, como los Pantaleón y los nobles de Salerno.

La política financiera y las regulaciones comerciales, varían durante

---

(1) M. V. Levchenko. *Op. citada*, pag. 165.

(2) Heyd. *Op. citada*. Tomo I. pag. 94-95.

(3) Ganshof (F). *Note sur un passage de la vie de St. Geraud*, pag. 295 ss.



este tercer periodo, con los diversos emperadores de las dinastías Macedónica y Comnena.

Como primera fuente en lo relacionado con la dinastía Macedónica, tenemos el Libro del Prefecto o del Eparka, atribuido al reinado de Leon VI y descubierto en Ginebra por el sabio ruso Nicol a fines del siglo pasado (1). Modernamente hay una fuerte tendencia a considerarlo obra de Constantino VII pero la cuestión no está, hasta la fecha, decidida formalmente.

Del reinado de Basilio I únicamente sabemos que reorganizó toda la estructura financiera del Estado, nombrando personalmente oficiales palatinos que supervisaban la administración de los Impuestos y procuraban proteger a las clases necesitadas (pénites) ante los abusos de los ricos (dinatoi). Revisó los catastros, dictó ordenanzas que de una manera clara y concreta daban a conocer al contribuyente las cantidades que debía abonar como impuestos, que de otra forma quedaban casi al arbitrio del recaudador, y dirigió personalmente la marcha de la Hacienda, quedando como supremo juez de apelación en todas las cuestiones financieras y económicas relacionadas con la capital.

Aunque es cierto que no hay fuentes directas para conocer detalladamente la situación financiera del Estado en esta época, y que los sucesores de Basilio I no la hallaron muy satisfactoria, el libro del Prefecto nos suministra interesantes detalles sobre la materia. Del Prefecto o Eparka dependía una oficina o «secretum» que se cuidaba no solo de garantizar el orden y la seguridad de la población sino que además tenía una amplia jurisdicción sobre los gremios y corporaciones de comerciantes y artesanos, enumerando las diversas clases de estos y su organización interna. Entre la lista de corporaciones figuraban los notarios (oi taboullarioi), que no tenían el aspecto puramente legal de hoy en día, sino que más bien ejercían funciones de contraste y peritaje, aunque como los actuales tenían que conocer a la perfección los sesenta grandes libros de las Basílicas. Cada gremio gozaba de un monopolio para su comercio y se penaba severamente el intrusismo o el comerciar en dos gremios a la vez. El gobierno fijaba los precios y los beneficios, la exportación y la importación en todos sus aspectos, y controlaba en conjunto toda la actividad industrial y mercantil. Una reciente obra de

---

(1) La edición de 1893 en texto griego y traducción latina fue publicada luego en francés en 1894 y más tarde en inglés (1929).

C. MACRI, estudia con detalle toda esta regulada vida comercial, tomando como base el mismo libro del Prefecto (1).

En el reinado de Constantino VII continuó la misma línea general de política comercial y económica, dirigida y controlada en la capital por el Prefecto a su vez dependiente directamente del mismo Emperador. Por lo menos nueve Novelas se dictaron sobre estas materias de cuestiones sociales, prohibiendo a los ricos adquirir tierras de los pobres o de los soldados y fijando las remuneraciones de los notarios.

Romano I Lecapeno y Basilio II así como Nicéforo, siguen las mismas directrices, llegando con la Novela de 996 a abolir la prescripción de 40 años por la que se garantizaba el derecho de los ricos que se habían apropiado los terrenos de los campesinos, sentando la doctrina jurídica de que los derechos del Estado en cuestiones Fiscales no podían tener nunca fecha de prescripción.

Nicéforo, el mejor reformador fiscal del Imperio, llegó hasta a comerciar por su cuenta y riesgo, ordenando el monopolio Imperial del vino, aceite y granos, consiguiendo con ello mejorar la Hacienda pero al mismo tiempo granjearse la enemistad de la población al elevarse el precio de estos artículos.

Basilio II dictó en el año 996 su famoso decreto ya citado contra la prescripción y en 998 otro sobre las propiedades de la Iglesia, pero la aplicación práctica de este último encontró muchas dificultades. La puesta en práctica del «allelengyon», debido al cual el rico y el pobre respondían mancomunadamente del pago de los impuestos, el uno por el otro, fue un modo de proveer fondos para la costosa guerra con Bulgaria, pero su impopularidad hizo que primero se suavizase y luego se abandonase por completo su exacción.

Los restantes emperadores Macedónicos, poco hicieron por mejorar el estado del Imperio en el aspecto económico y a pesar de abolir el «allelengyon» Romano III no encontró forma de hacer prosperar la deficiente hacienda tal y como la encontraron los Comnenos a su subida al poder, después de las especulaciones en el mercado del trigo, llevadas a cabo por Miguel VII (2).

Los estudios comerciales y económicos en este subperiodo de la dinastía Comnena, son escasos y superficiales, y aunque generalmente

---

(1) *Organisation de l'economie urbaine dans Byzance sous la dynastie de Macedoine*. Paris, 1925. passim.

(2) Bratianu. *Op. citada* pag. 142-150.

se les conoce como hábiles financieros, falta una mejor comprensión del problema en su conjunto, pues las monografías parciales hasta ahora publicadas, no nos dán el verdadero carácter de su política. Sin duda alguna tanto en el exterior como en el interior la situación mejoró, pero para ello fué necesario hacer uso de un recurso que nunca ha dado buenos resultados, la devaluación de la moneda por una parte y la concesión de exenciones y ventajas económicas por razones políticas, por otra. El antiguo método de los «caristicarios» fué empleado de nuevo, con lo que si mejoró la situación particular en algunos aspectos, en conjunto fue perjudicial, pues los beneficiarios desvirtuaron pronto el verdadero fin de la cesión o arrendamiento, aplicando en su provecho privado lo que debía ser legítimo beneficio del Estado. Por ello en líneas generales despues de un corto periodo artificial de auge que coincide con el reinado de Manuel I, la situación deriva rápidamente hacia la depresión, la inflación monetaria, y la ruina económica, que la dinastía de los Angelos se ocupó de empeorar hasta la catástrofe del año 1204.

Cierto es que desde la batalla de Manzikert (1071) las dificultades económicas se agudizaron, pero Alejo I en lugar de procurar por todos los medios sanear la Hacienda, tomó el camino mas fácil, la devaluación y por consecuencia la pérdida de los mercados que ya no consideraban al nómisma Bizantino como moneda tipo. Otros factores influyeron tambien en el desastre económico y de ellos hay que hacer especial mención de los tres mas funestos: las cruzadas, la evolucion económica del Occidente y las franquicias y exenciones a las colonias extranjeras.

La primera consecuencia comercial de las Cruzadas para Byzancio fue la creación de los estados francos en Siria y por ende la desviación del comercio que en lugar de tener como punto de unión Constantinopla, iba directamente a los puertos del Occidente desde los de Siria.

El rey de Jerusalem, el mas débil de los soberanos feudales, podía ser engañado mucho mas facilmente por las argucias mercantiles de los Italianos que el Basileus avezado a estas luchas, y por ello los mercados preferían estos puertos (1). Como consecuencia de ello el comercio de retorno tambien se desvió y las flotas que hacían dos viajes por año con peregrinos, cargaban los productos agricolas y los dejaban en Siria y Palestina. La competencia comercial fué el primer factor que debilitó la hacienda Bizantina.

---

(1) C. Oman. *The Byzantine Empire*. London, 1892, páginas 268 y ss.

Mientras tanto las condiciones económicas y políticas del Occidente evolucionaban: de la economía rural se pasaba a la urbana y con ello al predominio de las clases artesanas y comerciales. Ya en el siglo XII, Francia tiene sus propios mercados internacionales, como Italia desde hacía dos siglos, y las ferias locales de Champaña sobrepasaban en importancia a las de San Demetrio de Salónica (1). El centro de gravedad comercial se desplaza desde Constantinopla a Italia que comercia también con los Arabes, y la nueva Europa unida, deja a un lado a la vieja Byzancio, que ya no es necesaria como vía comercial única y foco mercantil poderoso.

El otro grave error de la dinastía Comnena fué la excesiva concesión de franquicias y desgravaciones de impuestos a las colonias italianas, y que ya fué comentado duramente y censurado por el mismo Goniátés (2). Venecia fué la más favorecida ya que Alejo Comneno la concedió franquicia en todos los puertos y además en Constantinopla un barrio propio. Los venecianos instalaron con ella colonias en Corinto, Tebas, Negroponto, San Juan de Acre y Alejandría, controlando sus banqueros los créditos a los byzantinos en una inmensa mayoría. Mas tarde ya en 1111 Alejo I concede extremas ventajas a Pisa y luego a Génova en 1155. Cuando más llegaban a pagar el 10 por ciento como derechos ad-valorem de Aduanas, pues los Genoveses y los Pisanos pagaban solo el 4 por ciento y los Venecianos tenían franquicia total. Dicha situación no podía durar mucho tiempo ni notarse sus consecuencias económicas en forma de crisis monetaria, que ya fué prevista en el año 1180 por Benjamin de Tudela en su conocida relación de viajes (3). Nos describe la riqueza fácil y la suma de los impuestos que evalúa en 20.000 piezas de oro anuales para la Capital, su activo comercio y el lujo del vestuario de sus habitantes. Constantinopla en aquellos años tendría cerca del millón de habitantes, de todas las razas y credos, pero su riqueza y poderío era solo superficial; dentro llevaba ya el mal que no tiene salvación, la falta de riqueza económica, la disminución de ingresos, la devaluación de la moneda.

Desde entonces ya no se llama ésta nómisma, sino hyperperon (brillante o de fuego) y los procedimientos fiscales fueron tan arbitrarios

(1) Brehier. *La civilisation Byzantine*. 1950, páginas 222 y ss.

(2) Nicetas Goniátés. *Histoire*. Ed. Bonn. Patr. Graec. Migne, 25.

(3) El texto hebreo se publicó en Constantinopla en 1547. La edición inglesa de M. Komroff, Nueva York, 1928 es la más completa.

como el llegado hasta nosotros en una tabla de reducción de impuestos y cálculo de intereses, que hacía que una suma debida al Estado durante dos años debía ser multiplicada por 23 o sea 56 nómismas en lugar de los 2 debidos. Zonaras nos relata como el Emperador acuñó moneda de cobre para sus pagos, mientras que el cobro lo hacía únicamente en oro, y una pequeñísima parte en cobre, en proporción del total de la suma debida. El metal monetario deja de ser el oro para convertirse en electron, o mas bien una mezcla mas baja que el electron en su contenido en plata y aun cobre, como mas adelante estudiaremos en detalle al tratar el Capitulo IV.

Pero el factor esencial que condujo a la rápida decadencia del Imperio Bizantino, fue otra consecuencia de las Cruzadas; el espíritu feudal que fue ganando fuerza paulatinamente y que llegó a infiltrarse con virulencia extraña en la misma diferenciación de clases, antes Romano-Byzantina, ahora Franco-Feudal, superponiéndose en la Anatolia al feudalismo Jónico, y haciéndole variar de orientación. El feudalismo como nos lo describe Cognasso (1), recubre todo el Imperio, y el mismo Emperador debe luchar en adelante con los grandes señores provincianos. Al romperse el equilibrio de los elementos que constituían la base social y política del Imperio, la aristocracia quedó encima y el mismo Estado cayó en sus manos. La monarquía se encontró privada de su poder y de su riqueza, la anarquía hizo su aparición, y la incompetencia de los Angelos dió el golpe de gracia que faltaba. El Imperio cayó en manos de las mas ineptas y despreciables criaturas que nunca subieran a trono alguno, los hermanos Isaac y Alejo Angelos, con ideas tan felices en el terreno fiscal como enviar a sus funcionarios a Provincias sin sueldo alguno oficial, a sus propias expensas «... como los Apóstoles», pero con poderes ilimitados para extorsionar a les contribuyentes (2).

El siglo XIII nos demostró que había aun familias y elementos capaces de dirigir el Estado y de luchar contra todas las dificultades, pero para ello hacia falta un catalizador, y este fué el desastre que sobrevino despues de la desviación de la Cuarta Cruzada.

(A continuar).

---

(1) Cognasso—*Isacco II Angelo. Besarione.* Vol. XXI, 1915, pag. 52-53.

(2) C. Oman. *Op. citada*, pags. 274 y 276.

# CLASSIFICAÇÕES E ACHADOS

PELO ENG. J. FERRARO VAZ.

De um capítulo da «Numária Medieval Portuguesa», em preparação.

A evolução das primeiras moedas portuguesas é muito lenta e oferece poucos elementos para apoiar uma classificação cronológica, principalmente no que diz respeito aos soberanos que reinaram antes de Afonso III; e é natural esbarrarmos com dificuldades de toda a ordem, dada a escassez de monumentos, nesse glorioso tempo da fundação da Nacionalidade em que defesa e conquista exigiam esforços sobrehumanos para consumir numa luta devastadora e sem tréguas.

Mas, para agravar o problema, acresce a circunstância de haver mais de um rei do mesmo nome (Afonso e Sanchos) a mandar bater moeda em épocas muito próximas e sem indicativo ordenador (1).

Estas dificuldades que apontamos são bem notadas e postas em relevo por TEIXEIRA DE ARAGÃO ao tratar da classificação dos *dinheiros* na sua obra monumental, como se poderá avaliar nos três períodos abaixo transcritos:

(Sancho I) «Distinguir os *dinheiros* lavrados no reinado de D. Sancho I dos de seu neto D. Sancho II é, actualmente, para nós uma tarefa invencível.

---

(1) Esta omissão, que parece geral nas moedas, nem sempre se verifica noutros documentos: ARAGÃO diz ter encontrado «um sêllo de chumbo de D. Affonso III, tendo em seguida ao nome a designação de *tercio*» (*Descrição Geral e Historica das Moedas...*, I, 49); e VITERBO transcreve uma passagem do foral de St.<sup>a</sup> Cruz da Villariça, de 1225, onde se lê «Ego Rex Santius Secundus» (*Elucidario*, I, 235, 2.<sup>a</sup> ed.).

As epochas são proximas, e por conseguinte os typos pouco variados» (1).

(Afonso II) «É muito provavel haver D. Affonso II mandado lavrar moeda de bilhão; mas as difficuldades em as determinar são identicas ás que apontâmos nas dos Sanchos; os typos confundem-se, e por isso confessâmo-nos incompetentissimos para este trabalho» (2).

(Sancho II) «Confessâmos novamente a impossibilidade de classificar as moedas que pertencem ao primeiro ou ao segundo Sancho; só por conjecturas, que carecem de melhor fundamento, grupâmos os seis *dinheiros* n'este reinado» (3).

Posto assim o problema pelo mestre da numismática portuguesa, é preciso ir buscar razões especiais que autorizem a pretensão de modificar ou ampliar a sua científica e criteriosa classificação; e por isso devemos começar por definir tais razões.

Como é natural, ARAGÃO apoiou o seu estudo nos documentos que apareceram até à sua época; mas, decorridos três quartos de século, novos elementos surgiram a considerar no problema da classificação geral, o que poderá dar origem a soluções diferentes.

De qualquer maneira que se encare o novo material conhecido, difficilmente arrumável nas séries estabelecidas, teremos notavelmente enriquecida a numária primeva, o que já é motivo bastante para alguma coisa se dizer a propósito de assunto tão atraente, quer pelo lado histórico e artístico que envolve, quer pelas difficuldades que se encontram no seu estudo.

Antes de mais, interessa passar em revista o que se tem feito em matéria de classificação dos *dinheiros*, atendendo à cronologia dos factos para pôr em relevo a sua evolução ligada ao gradual aparecimento de novos exemplares.

LOPES FERNANDES (1856) não conhece moedas attribuíveis a Afonso I e Afonso II, conforme consta da sua *Memoria das Moedas Correntes em Portugal*, onde diz:

(1) ARAGÃO, *ib.*, 152.

(2) *Ibidem*, 155.

(3) *Ibidem*, 159.

«Pelos *Soldos* ou *Maravedís* de ouro, e de prata, se faziam os nossos contractos, os primeiros de ouro que achamos são os fabricados pelo Sr. D. Sancho, e nenhuma moeda portugueza encontramos lavrada anteriormente» (pag. 27); e, ainda,

«Consta de varios documentos que os Srs. D. Affonso II e D. Sancho II usaram do seu numero de Segundos, porém nos Sêllos e nas moedas se não encontram, não podendo por isso conhecer-se as moedas que mandaram lavar» (pag. 33).

E assim, este autor distribui os *dinheiros* então conhecidos por Sancho (I e II), Afonso III, Dinis e Afonso IV, como se poderá ver na gravura I (1).

É interessante notar que LOPES FERNANDES não atendeu ao valor da figuração das quinas e ao novo título do soberano «ET ALGARBI», visto aparecerem posteriormente a D. Dinis as moedas n.ºs 8 e 9, onde os besantes estão ainda na fase evolutiva de número e posição, e nas legendas se lê apenas «ALFONSVS REX» «PORTVGAL».

ARAGÃO (1874) já conhece mais elementos que o levam a rever os resultados dos estudos de LOPES FERNANDES e, com todas as reservas (como anotámos), faz uma classificação que modifica e amplia a anterior (2).

Aqui já aparecem *dinheiros* atribuídos a Afonso I e se dividem melhor os dos Sanchos, ficando apenas sem atribuição o segundo Afonso, como se mostra na gravura II (3); e, a par dos novos elementos revelados, nota-se grande diferença na arrumação.

(1) Há ainda os *dinheiros* de D. Fernando, que se omitem por não oferecerem dúvidas. O segundo *dinheiro* está mal desenhado: onde está SANCIO REX deve ser, depois de rodar 180º, ✠ REX SANCIO. E também o sexto deve estar mal reproduzido: em todos os exemplares que conhecemos nunca vimos uma cruz dentro do escudo; nos mais perfeitos vê-se nitidamente um ponto ou besante.

(2) *Obra citada.*

(3) O n.º 3 de Afonso I aparece com uma cruz no campo do escudo, o que deve ser engano; e o n.º 2 de Sancho I é, como diz ARAGÃO (I, 152), copiado da obra de LOPES FERNANDES e, por isso, merece os mesmos reparos feitos a propósito (v. nota 1). O n.º 4 de Sancho I (mealha) está mal interpretado no averso: em vez de REX SANCIVS, como está, deve ser ✠ REX SANCIO. Finalmente, o n.º 3 de Sancho II estará mal orientado, devido à má interpretação das quinas; na posição normal a leitura é SANCII REX.



M. ALEXANDRE DE SOUSA (1887), ao dar notícia de um novo *dinheiro* batido em nome de Sancho (1), tenta uma nova atribuição na numária dos reis deste nome, terminando por architectar o que vai ilustrado na gravura III.

Mais tarde, A. FERREIRA BRAGA (1917-1921), num estudo sobre «Moedas da Primeira Dinastia» (2), conclui que as primeiras moedas portuguesas apareceram com Sancho II (3) e dispõe, então, na numária deste Rei tudo o que antes se distribuía pelos dois Sanchos.

Finalmente novos e interessantíssimos *dinheiros* são revelados, sem suscitarem arrumações diferentes, destacando-se entre eles três exemplares lavrados em nome de Afonso, atribuíveis aos dois primeiros reis deste nome — grav, IV, a, b e c (4).

\*

Agora, temos a acrescentar à lista dos últimos documentos aparecidos um interessante achado de moedas, em Portalegre (5), anunciado no jornal *A Rabeca* de 17 de Maio de 1950, nos seguintes termos:

---

(1) In *Revista Archeologica e Historica*, I, 60 e estampa IX. A novidade é o número 7 da gravura III; mas, a ajuizar pelos exemplares conhecidos, estão mal desenhados os escudetes (todos voltados para fora) e, por isso, foi mal orientado o anverso, que necessita rodar de 90° da direita para a esquerda — lendo-se, então, correctamente, SANCII REX.

(2) In *O Archeologo Português*, vols. XXII, 207 e XXV, 98.

(3) Como já opinara JOÃO PEDRO RIBEIRO — *Dissertações Chronologicas e Criticas*, IV, parte II, 143 da 2.ª edição, 1867.

(4) Descritos: o primeiro (fig. a), no *Catálogo das Moedas Portuguesas do Museu Municipal do Pôrto*, de DAMIÃO PERES, t. I, Porto 1929 — note-se, a propósito do autor admitir ser inédita tal moeda, quando em 1925 lhe dá publicidade na *Revista de Estudos Históricas*, que já em 1906 J. SCHULMAN nos mostra um exemplar no catálogo de venda da *Col. «Judice dos Santos»*; o segundo (fig. b), in *Diário de Notícias* de 20. I. 1937, «Uma Moeda Inédita de El-Rei D. Afonso Henriques» por PEDRO BATALHA REIS (v. também, do mesmo autor, «Uma Moeda de Alta Raridade» no *Diário de Notícias* de 25. X. 52 e «Numaria d'El-Rei Dom Afonso Henriques» in *Nvmmvs*, I. n.º 1) — o exemplar reproduzido na fig. b é uma variante da mesma moeda que, bem conservada, vem revelar os segredos do seu figurado, aliás notável por ser semelhante ao que se vê em alguns dinheiros dos duques de Borgonha; o terceiro (fig. c), in *Dinheiros e Mea-lhas Portuguesas*, de J. E. Porto, Lisboa, 1949. — a reprodução da gravura, pouco favorável a exame, é feita com certas reservas porque não conseguimos ver a moeda.

(5) Assunto de comunicações no Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (23. III. 952) e na Associação dos Arqueólogos Portugueses (15. IV. 952).

## «CURIOSO ACHADO DE MOEDAS ANTIGAS»

«Numa pedreira junto ao Castelo do Atalaião e pertencente ao Sr. António Rodrigues, fabricante de quadros e rolhas de cortiça, os trabalhadores que ali procedem ao arranque de pedra encontraram, há dias, dois mealheiros de barro, contendo cerca de três quilos de moedas de cobre, talvez umas cinco mil.

A sua identificação torna-se difícil, dado o estado carcomido em que se encontram. Afiguram-se, no entanto, datarem do ano de 1700.»

Em Março de 1951, por indicação de um distinto coleccionador (1), tivemos oportunidade de adquirir as moedas deste achado quase na totalidade. E dizemos quase na totalidade porque, segundo informações colhidas, só algumas moedas tinham sido retiradas para satisfazer a curiosidade de pessoas das relações do proprietário; e, além disso, o tesouro não condizia bem com a descrição do jornal nem com as informações que nos deram à data da aquisição... o que milita a favor da ideal hipótese, para o nosso caso, de não ter havido ingerência de pessoa conhecedora.

De facto, o tesouro adquirido, em vez de pertencer ao ano 1700, já existia no século XIII, à data em que teria sido escondido entre as pedras que, ora, são do Sr. Rodrigues. Trata-se, nem mais nem menos, de um conjunto de *dinheiros*, que poderemos enumerar e determinar genêricamente, fazendo referência aos números clássicos de ARAGÃO e de HEISS (2), em lista mui resumida, a saber:

AFONSO VII, de Castela,	4	exempls. do n.º 4 de HEISS (sob Afonso I, <i>el batallador</i> );
SANCHO I, de Portugal,	463	» » » 3 » ARAGÃO;
SANCHO II, » » ,	4	» » » 1 » » ;
	e 2.504	» de vários n.ºs de ARAGÃO e outras;
AFONSO III, » » ,	668	» » » » » » » » ;
Tudo num total de . . .	3.643	exemplares

(1) O Ex.<sup>mo</sup> Sr. A. BENITO MAÇAS que, sabendo o nosso interesse, teve a amabilidade de nos chamar a atenção para a notícia.

(2) ARAGÃO, *ob. cit.*; e Heiss, *Description General de las Monedas Hispano-Cristianas*,

É grande e notável, além de grosseira, a diferença entre as descrições do achado e aquilo que dele adquirimos, tanto em qualidade, pois não há paralelo entre moedas dos séculos XIII e XVIII, como em quantidade, destacando-se que os três quilos referidos nunca poderiam corresponder aos 5.000 *dinheiros*, mas sim a um número que deveria ser da ordem dos 4.000 ou inferior, isto é, aproximar-se muito daquele que verificámos (1).

Tudo concorre, portanto, a favor da possibilidade de não ter havido manejos de numismata e, conseqüentemente, afastamento de peças escolhidas; contudo, a dúvida obriga-nos a tomar com toda a reserva as ilações que se poderiam tirar afoitamente da análise do conjunto, se houvesse a certeza de tudo se conservar intacto. Por tal razão só daremos conta de determinadas ideias ocorridas a propósito; e, mesmo assim, só o faremos depois de descrever mais detalhadamente as peças componentes do achado e juntar outro material auxiliar e portador de mais subsídios.

Temos várias razões para não aceitar a classificação de ARAGÃO quanto ao n.º 3 de Sancho I e ao n.º 1 de Sancho II, exemplares estes para que tentaremos justificar oportunamente (2) a transferência de posições, ou seja:

— O n.º 3 de Sancho I, passando a iniciar a numária de Sancho II;

— O n.º 1 de Sancho II, regressando para o primeiro lugar dos *dinheiros* de Sancho I (3).

Se aceitarmos a transposição de reinado entre estes números de ARAGÃO poderemos resumir o achado em outra lista mais simples e mais aliciente:

AFONSO VII de Castela	4 exemplares;
SANCHO I de Portugal	4 » ;
SANCHO II » »	2.967 » ;
AFONSO III » »	668 » ;
Total . . .	3.643 exemplares

Esta abundância de peças, algumas de relativa raridade até então, além de nos facultar um grande número de variedades para enriquecer

(1) 5.000 *dinheiros* x 0,75 (peso médio) = 3.750 grs.; mas os *dinheiros*, oxidados e com materiais aderentes, tinham peso superior a 0,75, o que reforça o caso por fazer baixar o número de peças correspondentes a 3 quilos de peso.

(2) No capítulo seguinte, onde serão tratadas as alterações a fazer às séries de ARAGÃO.

(3) Como já fora classificado por LOPES FERNANDES (v. grav. I).

as mui limitadas séries dos nossos primeiros reis, permitirá indagar das suas leis à custa do sacrifício de algumas e determinar a metrologia que as rege por uma escolha criteriosa das peças que se apresentam em estado de concorrer para um peso médio que se aproxime da verdade.

Como informação complementar ao que relata *A Rabeca*, disseram-nos na casa do proprietário do achado, onde as moedas estavam em dois volumes separados, mais o seguinte:

- a) Os mealheiros foram partidos para lhes extrair os conteúdos;
- b) Esses vasos teriam a forma que ainda hoje é muito comum aos mealheiros de barro que se vendem nas feiras do País, principalmente nas do Norte;
- c) Cada volume dos que nos apresentaram continha as moedas de um mealheiro.

A estes elementos informativos há ainda a acrescentar o facto de termos obtido alguns fragmentos de barro, que se ajustaram bem às descrições e a um esboço dos recipientes das moedas, que nos forneceram.

Como dados resultantes da análise das espécies que compunham os dois volumes, anotamos:

- a) Num deles só havia moedas de Afonso III, enquanto que as restantes, mais antigas, preenchiam o outro;
- b) Os *dinheiros* de Afonso III podiam separar-se facilmente em dois grupos distintos pelo simples aspecto — um, de moedas branqueadas e módulo maior, outro, de moedas negras e de módulo menor — verificando-se, ainda, serem diferentes nos dois grupos a grandeza e forma de letras e símbolos, e haver entre as peças negras uma grande quantidade sem vestígios de uso;
- c) Os *dinheiros* de Sancho II, muito bem conservados na sua maioria, mostravam gradações notáveis de uso por tipos — sendo os do n.º 1 de ARAGÃO (Sancho II), os mais usados; e os do n.º 3 do mesmo autor e rei, os que incluíam os menos usados — alguns apresentando também traços de branqueamento.

\*

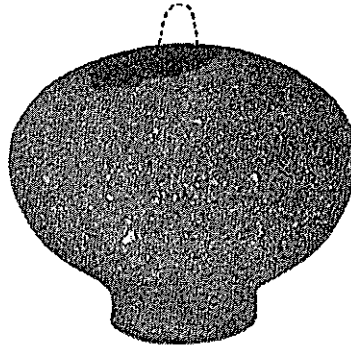
Faremos aqui um parêntesis para chamar a atenção sobre o informe que acabamos de dar a respeito das moedas de Afonso III se poderem dividir pelos seus aspectos de branqueadas e de negras, pondo-o em

confronto com o que consta de um substancial documento de Santa Cruz de Coimbra, de 1270, que G. DE ALMEIDA SANTOS transcreve e comenta em artigo publicado em *O Archeologo Português* (1).

Este documento, onde se nomeiam vários utensílios de cunhar moeda e outros objectos guardados no tesouro régio, fala-nos de «denariis brangidos et nigris» aí existentes... e isto parece deveras curioso, mormente para o caso presente, pela ligação dos factos e suas possíveis consequências, como adiante se verá na arrumação dos *dinheiros*.

\*

O interesse dos pormenores que vimos de fornecer poderá ser realçado desde já por alguns elementos que derivam de outro importante achado de *dinheiros*, conhecido por amável informação do numismólogo e nosso particular amigo, Sr. major ISMAEL SPINOLA. A notícia resume-se em pouco: na herdade da Gramacha, junto à estrada que liga a freguesia



Mealheiro da Gramacha (1/2 grandeza)

de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Machede a Évora, apareceram, aí por 1949, dois mealheiros contendo moedas batidas em nome dos reis Afonso III, Dinis, Afonso IV e Pedro I; e deste achado conseguiu o Sr. major SPINOLA verificar e salvar algumas moedas de um mealheiro, adquirindo este e quase todo o conteúdo.

Não obstante a notícia carecer de pormenores, o acontecimento é providencial e cheio de interesse, já pelo facto de nos proporcionar um

---

(1) Vol. III, 209.

número considerável de exemplares de *dinheiros* dos reinados seguintes aos representados no achado do Atalaião, já por permitir aceitar por boas as informações obtidas acerca da forma e grandeza que teriam os mealheiros desta origem e da época do rei D. Afonso III, à vista de autêntico exemplar dos que usaram, pouco mais tarde, os contemporâneos do seu bisneto, o Rei Justiceiro.

Ainda tentámos encontrar alguma notícia de achados afins que pudessemos aproximar dos que vimos de anunciar mas, infelizmente, foi trabalho baldado porque as descrições existentes são muito sumárias e imprecisas ou se referem a outras épocas, como acontece nos dois casos seguintes, dignos de nota, contudo, em virtude de se localizarem no tempo que envolve as idades dos tesouros do Atalaião e da Gramacha.

ARAGÃO regista, em termos muito vagos, um tesouro que deveria ser de época anterior a Afonso III, achado próximo à vila de Pernes, que continha uma moeda atribuída ao Rei Fundador «dentro de um vaso de barro, junto a mais de 200 *dinheiros* de D. Sancho, todos com o typo dos cinco triangulos» (1).

MANUEL JOAQUIM DE CAMPOS, sob o título de «Um thesouro do seculo XIV» descreve in *O Archeologo Português* (2) um achado de moedas de D. Fernando com minúcias e conclusões de Mestre... mas, isto é já de época posterior àquela em que os *dinheiros* predominavam e quase eram a única moeda corrente; e, talvez por isso, o vaso que continha o tesouro já não era um mealheiro.

Resta, portanto, o conhecimento dos dois achados afins e complementares, o do Atalaião e o da Gramacha (3), onde aparecem quatro mealheiros semelhantes representando duas épocas — D. Afonso III e D. Pedro I.

Não será ocioso anotar a particularidade de nos aparecerem em ambos os achados uma ligação íntima entre *dinheiros* e mealheiros e fazer nesta altura algumas observações que nos ocorrem, mesmo só pondo em jogo os elementos merecedores de consideração.

---

(1) *Ob. cit.*, I, 145 e Est.<sup>a</sup> II — n.º 3 de Afonso I e n.º 1 de Sancho II. Note-se que este achado algo nos diz a favor da deslocação de tal *dinheiro* «dos cinco triangulos» para a numária de Sancho I, como atrás propomos.

(2) Vol. IX, 300.

(3) Ainda, em referência a achados e sua localização, interessa mencionar: as moedas com o pentalfa, n.º 4 de ARAGÃO, aparecidas em Coimbra (v. *O Arch.*, XXIII, 268); e as moedas com o duplo báculo (grav. IV, b) provenientes de Coimbra e Óbidos.

A circunstância de as moedas de Afonso III estarem separadas, num dos vasos, poderá ser aproveitada para determinar com maior aproximação a data em que o tesouro teria sido escondido. Como é sabido, pela Lei de Abril de 1261 (Cortes de Coimbra), foi estabelecido, entre outras coisas, que «duodecim denarii de moneta noua» valessem «sexdecim denarios de ueteribus denariis»; e, assim, se havia razão para separar os *dinheiros* de Afonso III de outros, dos anteriores reinados, deveria ela resultar desta lei que estabeleceu diferença de valor entre *dinheiros* novos e velhos; o que limita o momento, em que foi escondido o tesouro, entre duas datas — a de Abril de 1261 e a do advento do reinado de D. Dinis (1).

Esta mesma razão, que emana da Lei de 1261, poderia explicar a falta de *dinheiros* dos reinados anteriores a Afonso III que se nota no achado da Gramacha, depositado na época de Pedro I; e, para tal, bastará atender à lei de Gresham, implícita no comentário que Mestre ARAGÃO faz a propósito: «Fixou-se o valor da moeda antiga, aumentando o da nova no equivalente de 4:3; o que necessariamente devia fazer desaparecer da circulação a primeira» (2).

A falta de *dinheiros* dos primeiros reinados no achado do Atalaião, admitindo que o tesouro não os incluía, poderá servir para suspeitar da sua raridade na época de Afonso III (possivelmente, já verificada na de Sancho II) em virtude de terem sido batidos em pequenas quantidades e, cremos bem, de melhor lei.

\*

Com estas achegas e outras que decorrem de variadas fontes, se tentará ordenar as peças que constituem a numária medieval adentro do sistema monetário que assistiu aos primeiros passos do Estado Português.

---

(1) Possivelmente quando das lutas entre Afonso III de Portugal e o sogro, Afonso X de Leão e Castela, que afectaram o Alentejo fronteiro em 1261-62.

(2) *Ob. cit.*, I, 163.

# CLASSIFICAÇÃO DE LOPES FERNANDES

## D. SANCHO I

REX SANCIVS

SANCIO REX

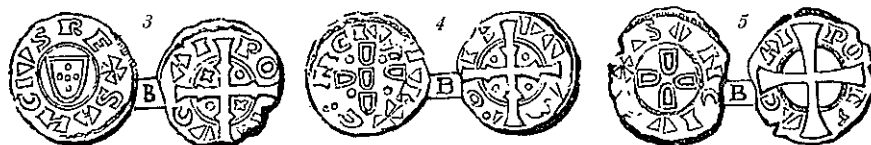


## D. SANCHO II

REX SANCIVS

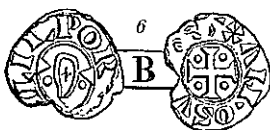
REX SANCIVS

REX SANCIVS



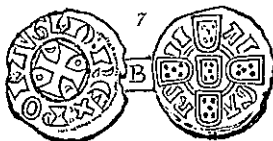
## D. AFONSO III

REX ALFOSV



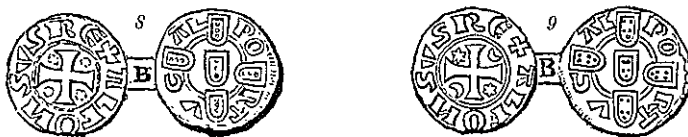
## D. DINIS

D. REX PORTVGL



## D. AFONSO IV

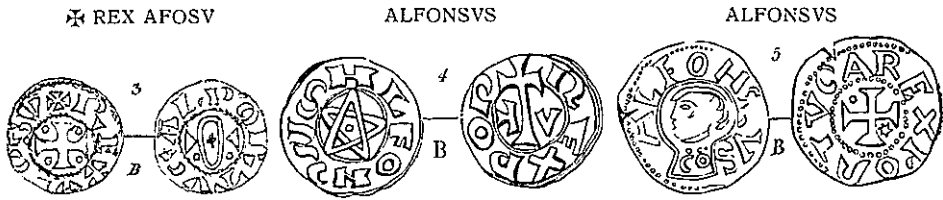
ALFONSVS REX





CLASSIFICAÇÃO DE ARAGÃO

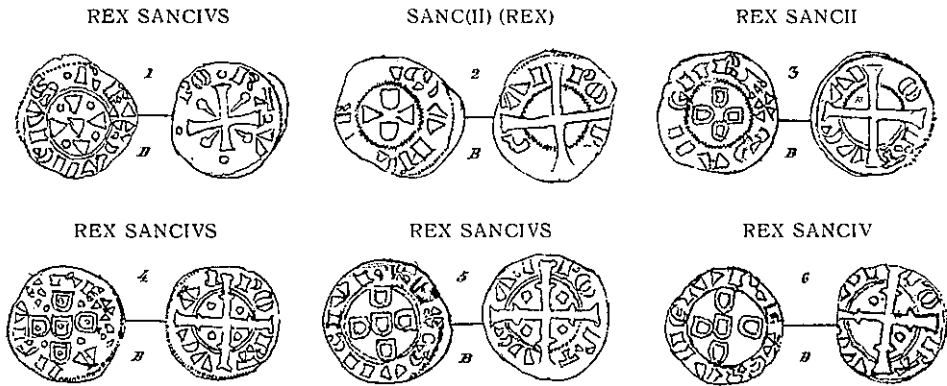
D. AFONSO I



D. SANCHO I



D. SANCHO II



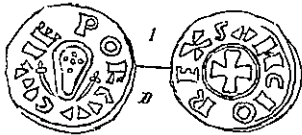
D. AFONSO III



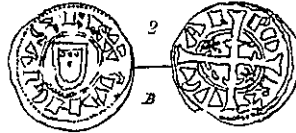
CLASSIFICAÇÃO DE M. ALEXANDRE DE SOUSA  
(RELATIVO AOS SANCHOS)

D. SANCHO I

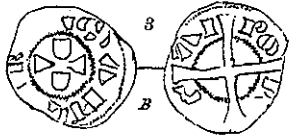
(✠ REX SANCIO)



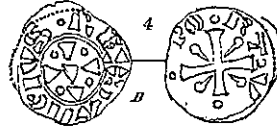
REX SANCIVS



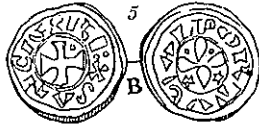
SANC(II) R(EX)



REX SANCIVS

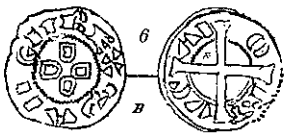


(✠ REX SANCIO)

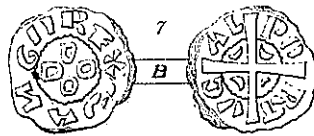


D. SANCHO II

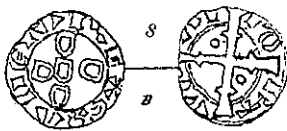
(SANCII REX)



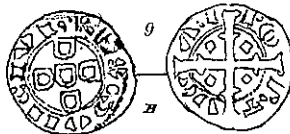
REX SANCII



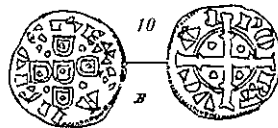
REX SANCIV



REX SANCIVS



REX SANCIVS



MOEDAS RECENTEMENTE REVELADAS

Fig a



✠ REX AFOSO  
PO RT VG AL

Fig. b



REX ALFO S  
PORTVGA

Fig. c



✠ AFO(N)SV(S)  
✠ POR(TV)GAL

# ACERCA DA POLÍTICA MONETÁRIA DE JOÃO I DE CASTELA

PELO DR. FELIPE MATEU Y LLOPIS (1)  
Catedrático da Universidade e Director da Biblioteca  
Central de Barcelona.

As linhas gerais da política monetária de João I de Castela (1379-1390) são conhecidas e estão publicados os documentos mais importantes, à mesma referentes. No entanto, o acaso fez que, durante uns trabalhos da reorganização, levados a efeito no *Archivo General del Reino de Valência*, há anos feitos, dessemos com um papel que contém a carta dirigida por el-rei ao *Consejo* da cidade de Burgos, aos 28 de Dezembro de 1388, papel que é motivo para estas linhas.

O documento não é o mesmo que D. Juan Bautista Barthe publicou em 1843, na sua *Colección de documentos para la História monetária de España*, ainda que referente ao mesmo facto (2). Ao comentar o texto dirigido a Burgos, oportuno será recordar a história monetária do rei castelhano.

1— Henrique II (1369-1379) tinha cunhado, além das de ouro, três classes de moedas especiais para pagar aos franceses, *reales*, de prata de onze dinheiros; *cruzados*, de sete dinheiros; e *cornados*, de baixa lei. O *cruzado* valia um maravedi (3). Algumas destas emissões, eram, quanto ao seu tipo e nomenclatura, um reflexo das francesas;

---

(1) Tradução de F. Russell Cortez. Este artigo, novamente revisto pelo autor, foi publicado in «*Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos y de la Institución Fernán-González de la ciudad de Burgos*, 115, 1951».

(2) Madrid 1834; pag. 5-7; é reproduzido o documento da Biblioteca do Escorial: *Ordenamiento del Rey Don Johan fecho en Briviesca anno de mill e trezientos e ochenta e siete quando abajo la moneda el blanco a seys dineros*.

(3) Conf. Vives, *La moneda castellana*, pag. 21.

assim sob a influência do *franco* de João II, o Bom (1350-1364) lavraram-se as *doblas*, em que aparece o rei equestre, em 1367, relacionadas com a guerra sustentada com D. Pedro; de igual modo houve que cunhar os cruzados para pagar a Mosén Beltrán Duguesclín.

João I em dívida com os seus aliados estrangeiros teve de realizar cunhagens de circunstância, e a ele devemos a introdução em Castela de um novo tipo monetário, o do *Agnus Dei*, que se empregou em França nas moedas por tal chamadas — *agnels*, no governo de Luis X Hutin (1314-1316) e posteriormente *moutons*, nos reinados de João II (1350-1364) e Carlos VI (1380-1422).

Na coroação de João I, nas Huelgas, foram armados cavaleiros e em memória da sua coroação deu a Burgos a *Villa de Pancorvo*, como pelos historiadores é referido. Em 1378 celebrou cortes na mesma cidade de Burgos; confirmou privilégios e taxas, favoreceu os eclesiásticos, perseguuiu a vadiagem e a mendicidade, corrigiu abusos e defendeu os interesses do seu povo.

João I auxiliou o Rei de França, Carlos V (1364-1386), contra um seu irmão, o Duque de Borgonha, aliado dos Ingleses. As náus castelhanas subiram o Tamisa, e causaram danos em Londres, como Ayala refere na sua *Crónica*.

A Carlos V sucedeu Carlos VI (1380-1422) no trono francês.

Em 1380 celebraram-se Cortes em Sória, onde se apreciaram diversas leis sobre a moralidade e os interesses públicos.

Aliado o Rei Fernando de Portugal (1367-1388) com a Inglaterra, o Conde de Cambridge, depois duque de York, irmão do de Lancaster, que pretendia o trono de Castela, por sua esposa Dona Constanza, enviou uma expedição a Portugal, onde o irmão bastardo de João de Castela, Fernando, andava confabulado com os aliados. Em 1381, os castelhanos dominavam o mar; João I, adoecia em Almeida; dali passou-se para Palência, Avila, Tordesilhas e Simancas.

Em 1382 preparava de novo a guerra; concertada a paz, o Rei de Castela comprometia-se a pagar ao Conde de Cambridge o necessário, para o transporte para Inglaterra das tropas que havia trazido até à Península. Em 1383 casou-se com D. Beatriz de Portugal.

Celebraram-se Cortes em Segóvia, nas quais se aboliu a Era hispânica. Em 1385, ateadá de novo a guerra com Portugal, o Mestre de Avis, foi proclamado Rei nas Cortes de Coimbra, e sob o nome de João I, deu-se a batalha de Aljubarrota; o rei dirigiu-se a Sevilha e daqui para Valladolid, onde celebrou Cortes, nos fins de 1385.

O Duque de Lancaster embarcou para Castela, arribando à Corunha em 1386. Pelo tratado de Trancoso estipulava-se a paz, com a condição de que o primogénito de Castela, D. Henrique, havia de casar com D. Catarina, filha do de Lancaster e que o Rei de Castela pagaria ao Duque e à Duquesa de Lancaster, seiscentos mil francos em determinados prazos e quarenta mil em cada ano: os cem mil de contado e para os restantes quinhentos mil dar-se-iam refens.

2 — Naquele momento histórico, e após os antecedentes, brevemente resumidos, o Rei de Castela viu-se na necessidade de alterar o valor da moeda. Para satisfação da dívida contraída para com o Duque de Lancaster reuniu Cortes em Briviesca em 1387, pedindo nelas uma autorização extraordinária, a chamada *das doblas*. Nesta altura baixou-se para seis *dineros nuevos* a moeda chamada *blancos*, que valia um *maravedi*. O *blanco del Agnus Dei* era a moeda de bilhão cunhada de forma a copiar o *mouton* francês de Carlos VI (1380-1422). No anverso figura o Cordeiro místico e a inscrição *Agnus Dei qui tollis* e no reverso um y, inicial do rei, coroada, e a inscrição *Peccato mundi misere*, que completa a anterior.

No reverso, e aos lados do y, umas letras indicam os lugares de cunhagem; um destes foi Burgos, abreviado para B. S.. Esta moeda, fora creada em 1386, em consequência da guerra sustentada contra o Duque de Lancaster e os ingleses, equivalendo quatro delas a um *real de plata* e uma a um *maravedi*.

El Rey declarava ante as Cortes, a 2 de Dezembro de 1387.

«Por los grandes menesteres e guerras que ovimos en estos dos annos pasados e sennaladamente quando el Duque de Alencastre e los ingleses nuestros enemigos entraron en los nuestros reynos, nos ovimos de mandar labrar moneda que non era de tan grant ley como la otra moneda vieja que fué mandada labrar por los reyes nuestros antecesores...» (1).

3 — A carta dirigida por El Rei ao *Consejo de Burgos* é, como o acordo das Cortes de Briviesca, de grande interesse para o estudo da política monetária de aquele reinado, tão abalado pela guerra. Recordamos, primeiramente, que a moeda lavrada em 1385 em consequência da guerra — a dos *blancos* — não era de tão boa lei como a cunhada anteriormente naqueles reinos. João I que havia prosseguido na cunhagem de *real de plata*, lavrara também o *médio real* e o *cuarto de real*, como

---

(1) Barthe, pg. 5.

divisores; no anverso destes liam-se as letras IOHN, abreviatura do nome do Rei, coroadas e ainda a inscrição *Dominus vichi adiutor* e no reverso um castelo dentro de quatro semicírculos e a legenda *Johanes rex Castelle*. Com estes tipos fizeram-se belos lavores em Sevilha. O reverso dos reais é ocupado por um castelo e leão, esquartelados; no anverso: *Dominus vnichi adiutor et ego dispiciam inimicos meos*.

Cunhou, igualmente, *dineros novenes*, em cujo anverso aparece uma cabeça coroadas, à esquerda e *Jonanes*; no reverso o castelo é rodeado pela inscrição: *Castelle rex*.

Dizia-se na carta que a quando se celebraram as Cortes de Briviesca, a petição dos prelados, cavaleiros e procuradores das cidades e vilas, se acordara em que «cada blanco que antes solia valer um maravedi valiese seis dineros». Esperava-se com aquella quebra reduzir-se os preços até ao ponto em que se achavam antes; porém, verificando-se que «las viandas e las otras casas» se haviam «alçado a mucho mayores precios que non valian al tiempo que el blanco valia un maravedi», não obstante ter ficado resolvido pelos reinos dar ao Rei 540.000 francos de ouro ou de prata para pagar as dívidas daquele! — aludia-se às dívidas contraídas pelas guerras e consequentes às obrigações do tratado de Trancoso — e não podendo pagá-las nem em moeda velha nem na nova, senão em ouro, o monarca determinava que todos os que tinham de dar até cinco *doblas* de ouro ou prata, a doze *reales* por cada *dobla*, que pagassem 50 *maravedis* em *blancos* e por cada *real de plata* quatro *maravedis*, e aqueles que tinham que pagar mais de cinco *doblas* que o pagassem em ouro ou em prata, segundo o outorgado por quanto «*cae en omes cabdalosos que pueden aver el oro o la plata*».

Disponha-se igualmente que todos aqueles que por malícia fizeram arrendamentos em 1386 e 1387 estipulados em ouro ou prata, ou moeda velha, teriam que pagar 50 *maravedis* por *dobla*, 40 por *franco*, 28 por cada *florim*, 4 por um *real* de prata e um *maravedi* de estes por outro da moeda antiga.

A carta de Burgos de 26 de Dezembro de 1388 é complemento das ordenações de Briviesca, de 2 de Dezembro de 1387. Ambos os documentos iam datados já pelo nascimento do Senhor, segundo o compromisso acordado em 1383. A carta de Burgos teria de publicar-se nos «*concejos e darse tras lado de ella para ser dada a conocer en las parroquias y pregonarse en los mercados*». Por ela podemos ver como se iam recolher os 540.000 francos devidos por João I de Castela ao Duque de Lancaster. Foi aquele um dos momentos mais transcen-

dentes, na vida económica daquele reinado, que tão adverso foi para o monarca castelhano, o rei pesaroso e desafortunado até aos últimos momentos: A carta de D. Juan I, de Castela, à Cidade de Burgos informam-nos:

«Don Johan por la gracia de dios Rey de Castiella de leon e de portogal de toledo de galliçia de sevilla de cordova de murcia de iahen del algarbe de algesira E sennor de lara e de viscaya e de molina. Al conceio e alcalles e al merino E a los sete omes buenos de la muy noble çibdat de burgos cabeça de castiella e nuestra camara E a cualquier de nos a quien esta nuestra carta fuere mostrada salud e gracia bien sabedes en como por los grandes menesteres que nos Recreçieron estos dos annos pasados por las grandes guerras que ouiemos con nuestros enemigos ouiemos necesariamente de labrar moneda que no era de tan alta ley como la otra que fue antes fecha en los nuestros rregnos por descargar a los nuestros rregnos en quanto pudiessemos de los pechos a los quales ellos no pudieran abondar segun los dichos nuestros menesteres si non se labrara la dicha moneda E agora quando fisiemos nuestras cortes en briviesca veyendo que los dichos nuestros menesteres çesaun en alguna parte E otrossi que las viandas e todas las otras cosas encareçían por rreason de la dicha moneda a pedimiento de los perlados e cavalleros e procuradores de las çibdades e villas de nuestros rregnos E con acuerdo de nuestro consejo ordenamos de abaxar la dicha moneda a precio que ellos acordaron que era Rasonable e justo E mandamos que cada un blanco que antes solía valer un maravedi valiese seis dineros e ordenamos ciertas leyes como se pagasen las debdas e rrentas pagadas así nuestras como de otros de la dicha moneda E quisimos que nuestras rentas se fisiesen a esta dicha moneda por este anno en que estamos E de aqui adelante E entendimos que por esta manera Remediauamos a que las cosas tornasen al estado e preçio en que estauan antes, E agora auemos sabido por cierto, asi por muchas cartas que nos fueron enbiadas de muchas partes como por lo que se fase en nuestra corte do nos estamos que donde teniamos que las viandas e las otras cosas abaxarian al Respecto de la dicha moneda que se han alçado a mucho mayores preçios que non valian al tiempo quel blanco valia un maravedi E esto non sabemos si se fiso por simpleza o por necesidad o por malicia de los que venden las cosas. E nos queriendo remediar a que esto non pase asy auemos acordado que maguer los de los nuestros rregnos nos auian otorgado de nos dar este servicio de los qui-



nientos e quarenta mil francos en oro o en plata para pagar los en aquellas partes do los deuemos fuera de nuestros Regnos que como quier que esto era a nos muy necessario E era cosa rrasonable que pues los deuíamos fuera de nuestros rregnos que nos los pagasen en oro o en plata porque nos asi los auemos de pagar E non nos los rreçibirian en la moneda vieja ni en la moneda que nos labramos pero por que veades que fue e es nuestra entinçión que esta dicha moneda corra e dure en el precio que la nos pusimos de seys dineros el blanco E como quier que a nos es graue de buscar el oro sobredicho por el grant precio en que es puesto por la malicia e neçedat de las gentes E ordenamos que nos lo den en esta manera: primeramente que todos los que han de dar de cinco doblas ayuso en oro o en plata a rrason de dose rreales por cada dobla que paguen desta dicha moneda por cada dobla çinquenta maravedis, e por cada rreal de plata quatro maravedis e los que han de dar de cinco doblas arriba que paguen en oro o en plata segund nos fué otorgado por quanto cae en omes cabdalosos que pueden aver el oro o la plata E a nos es muy complidero para ayuda de las dichas pagas que tenemos de faser fuera de nuestros rregnos porque non podriamos en tan poco tiempo auer dito oro e plata como nos es menester. E pues a nos ponemos ley e queremos que nos paguen de la dicha moneda por prouecho comunal de los nuestros rregnos E por quanto auemos sabido que algunos con malicia menospreciando nuestra moneda arrendaron en los annos de ochenta e seys e ochenta e siete a oro o plata o moneda vieja ordenamos que las tales rrentas se paguen a çinquenta maravedis por dobla e quarenta maravedis por franco e veynte e ocho maravedis por florin e quatro maravedis por rreal de plata e un maravedi destos por otro de moneda vieja. Empero queremos que aquellos que solían arrendar a oro o plata en los tiempos de antes que los paguen en oro o en plata o moneda vieja segund se obligaron e los que rrecibieron enprestido o depósito en oro o plata o moneda vieja que sean tenidos de los pagar en oro o plata o moneda vieja, segund las leys que ficiemos en esta rrason: otrosi por quanto sopiemos que algunos en los dichos annos ficieron enprestidos desta moneda E fisieron cartas que los pagasen en oro o plata o moneda vieja E algunos vendieron sus cosas así cauillos mulas pannos pan e vino como otras cosas qualesquier a oro o plata o moneda vieja ordenamos que las tales debdas se paguen a rrason de çinquenta maravedis por dobla e de quarenta maravedis por franco e de veynte e ocho maravedis por florin de aragon e a quatro maravedis por

rreal de plata E por cada maravedi de moneda vieja un maravedi desta moneda, Otrosi defendemos que de aqui adelante ninguno non sea osado de pedir por cosa que venda o arriende e por otra mercaderia qualquier que faga oro ni plata monedada o por monedar nin moneda vieja E qualquier que lo contrario fisiera que por el solo pedir pague seyscientos maravedis el tercio para el acusador el tercio para el alcalde o juez ante quien fuere acusado e el tercio para nos E si sobre tal cosa fisieren contracto o obligacion a oro o plata o moneda vieja como dicho es que el debdor non sea tenido a pagar si non a cinquenta maravedis desta moneda por dobla e a quarenta maravedis por franco e a veynte e ocho maravedis por florin de aragon E a quatro maravedis por rreal de plata E por cada marco de plata a doscientos cinquenta maravedis e por cada maravedi de moneda vieja un maravedi desta moneda E queremos que esta nuestra clausula se estienda a los contractos fechos despues que se baxo la dicha nuestra moneda de blancos salvo a la pena de los seyscientos maravedis E mandamos que esta nuestra carta se lea e publique en los conceios E se ponga el traslado della en las puertas de la esglesia mayor de cada cibdat o villa de nuestros rregnos e se publique por todas las parrochias e se pregone en tres mercados e los unos e los otros non fagades ende al sopena de la nuestra merced e de seysmill maravedis a cada uno de los oficiales de las dichas çibdades e villas por quien fincare de lo asi faser e complir e guardar cada vez que contra ello fisieren E que sea la terçia parte para qualquier que lo acusare e nos fisiere saber como alguno de los dichos oficiales fiso contra lo sobre dicho o parte dello. Dada en la çibdad de burgos veynte e seys dias de desiembre anno del naçimiento de nuestro sennor ihesu xpo de mill e tres cientos e ochenta e ocho annos, Yo Johan m[artine]s la escrivi por mandado de nuestro sennor el Rey. Yo El Rey (1).

---

(1) Archivo General del Reino de Valencia. Real. Carpeta de documentos castellanos de Juan I y D.<sup>a</sup> Maria.

# MOEDAS DE JOÃO I

## CONSIDERAÇÕES Á CERCA DE VARIANTES

PELO ENG.º PAULO FERREIRA DE LEMOS

Para permitir a possibilidade de uma determinada moeda ter ou não ter cabimento na sua colecção, interessa, sobretudo ao coleccionador, possuir um critério para a definição de variante, pois que, sem ser assim poderá chegar a ter moedas que difiram apenas por um simples ponto a mais ou a menos, ou, pelo contrário, a cair numa colecção tão restrita, que mais seria de tipos que de variantes.

Para tornar simples o trabalho de selecção há quem coleccionasse somente os tipos e variantes consideradas por Aragão, e mais modernamente quem se guie pelas estampas da Cartilha de Numismática, do Dr. Batalha Reis, ou pelo Catálogo da IV dinastia, do Eng.º Ferraro Vaz.

Tenho seguido na selecção das minhas moedas um critério, aliás implícito em qualquer das obras atrás citadas, que se pode traduzir, resumidamente, pela consideração dos seguintes princípios gerais:

- 1) Legendas com dizeres diferentes, não considerando como tal a simples omissão de letras e palavras finais;
- 2) A variação de letras monetárias;
- 3) A variação do módulo;
- 4) A variação do peso, quando traduz alteração de valor;
- 5) A troca de legendas do anverso com o reverso.
- 6) A variação, bem marcada, dos símbolos monetários (letras, armas, escudo, quinas, coroa e ornamentos).

Evidente se torna que em numismas da primeira dinastia terá uma importância grande este último requisito, enquanto que, em moedas da quarta dinastia a diferença de data será também motivo de variação.

Vem este arrazoado todo a propósito de algumas moedas de D. João I, que verifiquei não terem sido tratadas em pé de igualdade com

as restantes, quer por T. de Aragão quer pelo Dr. Batalha Reis, nas suas prestimosas obras.

Poderão, porventura, serem essas moedas de tal modo raras que os referidos autores (em especial Batalha Reis, de quem avaliamos com justiça o enorme trabalho na Cartilha) não tivessem delas conhecimento?

Não as tinha eu por tal e dada a minha relativa pobreza, em moedas deste reinado, sòmente um muito forte acaso poderia ter posto nas minhas mãos um tão considerável número de excepções; não posso, contudo, deixar de pensar que se pode tratar realmente de desconhecimento destes especimens, devido à sua raridade, e então.... desde já agradeço os parabéns por os ter na minha colecção; e, como a defesa das moedas, julgo ser obrigação de todo o coleccionador, venho mostrar as suas particularidades especiais, que poderão fazer com que cada uma delas, tenha o lugar reservado em muitas colecções.

Vejamos então em primeiro lugar, o que há àcerca de reais de 3 1/2 libras e podemos estabelecer o seguinte quadro resumo

Aragão	—	B. Reis	Legendas
n.º 12	—	21	{ I h N S: DEI: GRA: REX ADIVTORIVN: NOSTRUM
n.º 13	—	22	{ IOHNS DEI GRATIA REX ADIVTORIVM: NOSTRUM
n.º 15	—	23	{ ADIVTORIVM: NOSTRVM ADIVTORIVM: NOSTRVM
n.º 14	—	27	{ IONS ❀ DEI ❀ GRADIA ❀ REIX ADIVTORIVM: NOSTRVM

Como se vê, foram consideradas como variantes (e julgo que justamente) três moedas que diferem, substancialmente, pela diferente grafia do nome do soberano e a moeda restante pela diferente legenda.

Então, parece-me que a moeda desenhada na fig. 1, com a legenda

IOh.S ❀ DEI ❀ GRACI. ❀ ... ❀ P  
IhNS ❀ DEI ❀ GRACIA ❀ R... ❀

não é menos de considerar do que aquelas, com a particularidade de mostrar duas grafias diferentes do nome do rei, e mudar a legenda do reverso, repetindo a legenda real.

---

Empregou-se o sinal gráfico ❀ na representação dos florões das moedas por não haver na tipografia os caracteres respectivos.

\* \* \*

Surgiu-nos durante o escrevinhar deste artigo o problema da distinção, entre este tipo de real e a moeda a que Aragão chamou « ceitil ».

Como se distinguem? Apenas pela diferença dos arcos que envolvem a coroa?

Pela qualidade do metal; de bilhão, os reais, de cobre puro os ceitis?

Numa moeda minha, fig. 2, e noutro exemplar, do Eng.º Araújo Branco, que teve a amabilidade de me mostrar, os arcos são na realidade



Fig. 1



Fig. 2

em número de oito e duplos, mas a moeda, pelo menos na aparência é totalmente de cobre.

A legenda nestas duas moedas é:

IhNS; DEI: GR: REX: PO: ET:  
IhNS: .EI: GR: PO: A

Trata-se duma variante do real ou do ceitil? No caso mais provável de se tratar de um real de 3 1/2 libras, será uma variante a juntar à representada na fig. 1 e às quatro de Aragão.

\* \* \*

Ainda tendo como tema, variações de legenda, consideramos agora os reais, ao quais Aragão chamou de 10 soldos, do Porto, (parece melhor chamar-lhes 1/2 reais) e a que corresponde o n.º 28, na sua monumental obra.

A legenda é, em Aragão:

IhNS: DEI.GRA.RE:  
ADIVTORIVM: NOS:

Na cartilha, corresponde-lhe o n.º 47, estampa 20, e na mesma estampa com o n.º 46 é representada uma curiosa e rara variante cuja legenda é:

IOANES: DEI GRAT: conservando no reverso a legenda  
ADIVTORIVM...

Ainda a mesma circunstância que nos reais de 3<sup>1</sup>/<sub>2</sub> libras, isto é, variação da grafia do nome do rei, justifica a inclusão da variante.



Fig. 5

Na minha moeda, fig. 3, que conserva e legenda

IhN..... EX:

o que varia é a legenda do reverso, onde se lê: IhNS: DE..... IVTO, a qual se me afigura de interesse e, suficiente para também se poder esperar que justiça será feita a este numisma (1).

\* \* \*

Variemos agora, das legendas para as indicações de local de fabrico e vamos considerar o real do Porto, n.º 6 em Aragão, a que corresponde o n.º 14 da Cartilha, e o real de 10 soldos, também do Porto, com os números 19 em Aragão e 29 na Cartilha.

Quer um quer outro são figurados tendo na face das quinas as letras monetárias «P-O».

Em moedas da minha colecção, fig. 4, que são do tipo de 6 de

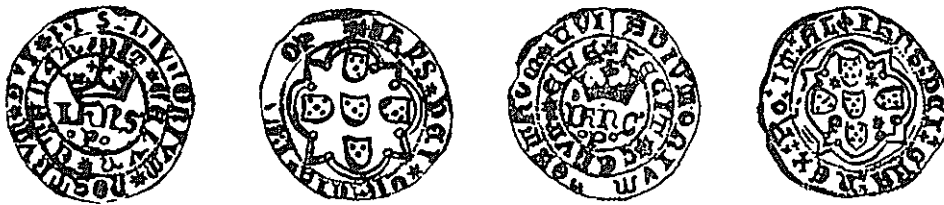


Fig. 4

Fig. 5

Aragão, com o peso de 2,445 grs., desaparecem as referidas letras monetárias, conservando, evidentemente, o P do lado da coroa.

(1) Noutro exemplar semelhante lê-se: Ih.... GRACIA  
IhNS: DEI; ADIVTO

Idênticamente com moedas, fig. 5, do tipo do n.º 19 de Aragão, com o peso de 1,805 grs., varia a citada indicação monetária pela supressão do «O», que é substituído por um florão.

Estas duas variantes são suficientemente interessantes, para fazer delas moedas de catálogo, mas suponho-as mais vulgares, que as representadas nas figs. 1 e 2, o que de forma nenhuma lhes tira encanto.

\* \* \*

Voltemos outra vez à variação de legendas, e agora em meios reais cruzados batidos em Lisboa

Aragão	—	B. Reis	Legendas
20	30	{	PORTVGALIE: ETALGAR: REX REPARACIO: REX: PVBLICE
21	31	{	PORTVGALIE: ET: AL REPARACIO: REX: PV

A variação da legenda é bem pequena e atribuo a inclusão de ambas estas variantes à diferente figuração da coroa e talvez à diferente manu-



Fig. 6

factura e, vem a propósito dizer que não julgo esta variância com suficiente individualidade para ser catalogada; o mesmo não sucede com a minha moeda, fig. 6, onde a legenda do anverso é:

..... VM: NOSTRVM: QV:

conservando a legenda corrente no reverso

..... RACIO: REX: PUBLICE:

Como se pode notar, esta variante tem uma legenda diferente e, pouco vulgar neste tipo de moeda.

Não será fora da norma esperar que, também, esta moeda tenha o lugar marcado nas colecções e na catalogação.

E o mesmo se poderá dizer de outro meio real cruzado, de Lisboa,



Fig. 7

da colecção do Eng.º Araújo Branco, a quem agradeço a amabilidade de permitir a reprodução, fig. 7, em cujas legendas se lê:

do lado da coroa: .....ATIO: REX: PVBLIB  
e do lado do escudo: IhNS: DEI: GRA: REX: PO: E

\* \* \*

Vejamos, finalmente, os meios reais cruzados, do Porto, e podemos já dizer que quer Aragão quer B. Reis, apenas figuram um único exemplar, o que me parece ligeira falta de coerência, pois não representam a

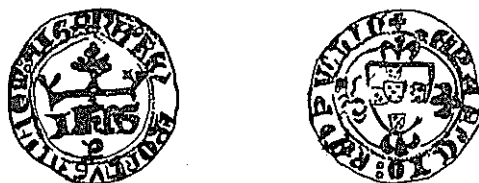


Fig. 8

moeda, fig. 8, correspondente, de fabrico portuense, àquela que tem os números 21, em Aragão e 31 na Cartilha e que anteriormente ousei julgar não dever ser representada.

Não conheceriam esta moeda ou tenho razão em julgar que a variante não é tão característica que deva ser mencionada, o que teria sido



visto em relação à cunhagem do Porto e deixado passar nas moedas de Lisboa?

Mas vejamos ainda nestes meios reais 'cruzados do Porto, mais algumas variantes:



Fig. 9



Fig. 10



Na figura 9, a legenda do anverso é a mesma que a do reverso

PORTVGA ..... + GAR  
PORTG ..... T.A

A figura 10 mostra-nos também a repetição da legenda característica do reverso e lê-se

REPAR . CIO . REX . V  
.. P . ACIO : RE.: PVBCA



Fig. 11

Finalmente a moeda desenhada na fig. 11, apresenta uma legenda rara neste tipo de moeda, mas corrente em quase todas as moedas do reinado.

.....VRTVG.....  
ADIVTO.....TRVM.Q

\* \* \*

Vou procurar rever e comparar as variantes de outros reinados da minha colecção com as descritas por Teixeira de Aragão e com as fotografadas por Batalha Reis; seria de desejar que outros coleccionadores o fizessem também e no caso de encontrarem, como será natural, qualquer variação interessante o comunicassem a esta revista.

# A PROPÓSITO DE DOIS CONJUNTOS DE MOEDAS DE MALACA

POR

C. H. DAKERS

—  
TRADUÇÃO DO

DR. LUÍS PINTO GARCIA

Autorizada pelo Presidente e Direcção da Secção Malaia  
da Real Sociedade Asiática

Sem o interesse dos dois artigos, já publicados, da autoria do Dr. Hanitsch, damos hoje à estampa, em língua portuguesa, este estudo de C. H. Dakers que se inseriu no *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, volume XVII (1), págs. 1-12. Fica no entanto traduzido como remate necessário dos anteriores e como último eco dos achados preciosos de há quase meio século junto à foz do rio Malaca.

Tomamos a liberdade, por isso mesmo, na versão lusa, de lhe modificar o título, bem diferente no original — *The Malay coins of Malacca (As moedas malaias de Malaca)* —, deixando ainda de traduzir certos pontos sobre «numaria orientalis».

Do seu autor pouco sabemos. H. Dakers, súbdito britânico, era funcionário civil nos Estabelecimentos do Estreito e notabilizou-se como perito nos estudos da numismática malaia. Foi morto pelos japoneses em 1942 durante a ocupação daquela possessão inglesa do Extremo-Oriente.

L. P. G.

Em 1900 e posteriormente em 1904 umas excavações perto da foz do rio Malaca originaram o achado duma considerável quantidade de moedas. Oferecidas pelos Ex.<sup>mos</sup> Senhores W. Egerton e R. N. Bland do Museu Raffles, foram objecto de artigos no *Journal of the Royal Asiatic Society* (Straits Branch), n.<sup>os</sup> 39 e 44, da autoria do dr. R. Hanitsch. As moedas malaias, portuguesas, holandesas e da Companhia das Índias

---

(1) Parte I — Outubro de 1939.

Orientais constituíam o maior número do conjunto e a mais moderna delas era de 1856.

O Dr. Hanitsch foi feliz ao identificar entre elas uma série de moedas portuguesas de Malaca, cuja existência era até ali desconhecida, pois, embora os *Commentarios* de Albuquerque façam especial menção da entrega da moeda «moura» e da emissão de moeda pelos portugueses em Malaca, Millies (1), a grande autoridade sobre numismática do Arquipélago, escreveu que «Malaca não nos deixou nenhum monumento numismático conhecido». As investigações do Dr. Hanitsch, dadas a lume nos seu dois artigos, deram o óptimo resultado de mostrar que Malaca teve emissão de moedas portuguesas a partir do reinado de D. Manuel (1495-1521) mas, em continuação, afirma que não pode provar, duma maneira concreta, que o conjunto contenha moedas dos sultões de Malaca anteriores aos portugueses. As leituras que dá de algumas das moedas malaias não podem ser aceites e, somente num caso, tenta uma identificação.

Desde 1905 estas moedas têm estado no Museu Raffles, mas as malaias não foram o objecto de qualquer estudo ulterior. Em 1936, durante os trabalhos de catalogação das colecções daquele estabelecimento cultural, foi-me permitido tentar o seu estudo. O resultado foi interessante, porquanto pode agora com segurança afirmar-se que estão identificadas moedas dos antigos sultões malaios de Malaca.

Segundo os *Commentarios* de Albuquerque foi concedido ao Xá Iskander de Malaca o privilégio de cunhar moeda de estanho miúda, como resultado duma embaixada ao rei da China (2), privilégio que exerceu logo que regressou a Malaca. Porém, nenhuma moeda do seu reinado se descobriu ainda, muito embora se tenham identificado moedas do 5.º soberano de Malaca, o Xá Muzaffar — um personagem histórico — e de alguns dos seus sucessores. São todas elas de estanho (3). Este é o que se chama um metal infeliz (2), pois é vítima duma doença infecciosa e, independentemente da corrosão superficial, arruina-se inteiramente. Em muitos casos toda a superfície duma moeda se pode desfazer em lascas, não deixando nenhum traço do desenho ou legenda originais. A julgar pelas gravuras, as moedas têm-se deteriorado desde que passaram pelas mãos do Dr. Hanitsch.

---

(1) Vejam-se no final esta e outras notas do Autor. — *N. do T.*

(2) *Sic.* — *N. do T.*

O processo de cunhar moeda parece ter sido o de fundir discos de metal e depois bater as faces com um par de cunhos. Muitos exemplares mostram uma ou mais rebarbas, o que demonstra que o metal saíu fora da matriz. Era vulgar os discos serem ornamentados com uma espécie do botão saliente no centro, e o facto de, em muitos casos, o desenho se encontrar cunhado naquele botão, mostra que os discos eram posteriormente batidos. Acrescente-se a isto que algumas moedas mostram sinais de dupla pancada causada pelo escorregamento do cunho e, também, de pancada parcial, como resultado do cunho não ter sido devidamente centrado sobre a face da moeda. Sob este aspecto estas moedas diferem das últimas cunhagens malaías, em que a legenda desapareceu nas matrizes e as moedas eram fundidas numa só operação. Estes defeitos de metal e de manufactura e o frequente estado de gastamento e de corrosão das moedas têm tornado difícil ler a maioria das legendas. Felizmente uma porção de duplicados das espécies mais antigas tornou possível completar as legendas dos espécimes de Muzaffar e de Mansur, mas há várias peças únicas das quais apenas partes da legenda se podem distinguir.

As maiores dei a denominação de *Cashas*. *Caixes* é o nome usado por Albuquerque nos *Commentários*. O Capitão John Davis (4) em 1599 visitou Achém e viu duas espécies de moeda: de ouro e de chumbo. As deste metal chamou *Caxas* ou *Cashas*, acrescentando que 400 delas equivaliam a um *Cowpan* e 4 *Cowpans* a um *Mas*. Existem algumas mais pequenas (5) a que chamei *Meias Cashas* e ainda duas pequenas e muito delgadas que podem ser *Quartos de Cashas*. A palavra é de origem sul-indiana e não a consegui encontrar em qualquer dicionário malaio.

Os pesos variam e eu soponho que nenhum cuidado foi tomado para ajustá-los com exactidão. Os módulos variam, entre as *Cashas*, de 19 a 25 mm.. A sua média de módulo é de 21,5 mm. e a média de pesos oscila entre 2,5 e 3 gramas.

É de notar que o conjunto monetário envolve a história de Malaca até aos meados do século passado (6). Observou muito bem o Dr. Hanitsch que não figuram entre elas as conhecidas peças furadas de estanho, típicas na Malaia Setentrional, mas muito mais estranho é não existirem exemplares das moedas de estanho de Jahore, de forma hexaédrica e octaédrica, chamadas *Katun* (7), idênticas às reunidas por J. B. Gardner e provenientes das antigas margens do rio Jahore.

Há algumas moedas dum estilo diferente que eu suspeito serem de fora (e integradas depois na colecção), muito embora Malaca tivesse

sido um porto florescente. E, no entanto, é mais que provável que as moedas achadas incluam, além de uma identificada como de Trenggannu (Hanitsch, n.º 5 (1)), moedas de Achém e de outros Estados do Arquipelago. Se algumas moedas de prata ou de ouro se encontraram, elas não vieram para o Museu. As moedas malaias de prata são mais raras do que as de ouro e, não obstante os portugueses terem cunhado prata em Malaca, muita da prata usada na Malásia era de origem estrangeira.

Eu dividi o conjunto em grupos numa tentativa de dar às moedas uma espécie de ordem cronológica (2):

.....  
E) Tipos sem cunho;

F) Diversas (3)

.....  
E) Tipos sem cunho

N.ºs 53-58. Este grupo é pequeno comparado com o de moedas com cunhos. Mostram vulgarmente estas moedas um botão numa ou nas duas faces. São dum tipo vulgar. Duma há apenas um fragmento.

N.ºs 59-61. Estas podem ser moedas portuguesas muito safadas. Não têm botões. A n.º 59 é delgada, mas as 60 e 61, mais grossas e maiores do que a *Casha* vulgar, podem ser *Meios Bastardos*. A 61 é de forma irregular. Pesam 3,900 gramas a 59, 7,917 gramas a 60 e 7,257 gramas a 61.

Dois destes exemplares foram oferecidos à Sociedade Histórica de Malaca.

F) Diversas

N.º 62 — Este grupo tem 59 *cashas*, algumas partidas, nas quais as legendas são tão incompletas que se torna impossível a classificação. Muitas estão corroídas e classificadas, e consideravelmente safadas. Reuni-as e dei-lhes o n.º 62.

N.º 63 — Duas moedas totalmente ilegíveis com 14 mm. e pesando 0,884 gramas e 0,812 gramas, podem ser *Quartos de Casha*. Dei-lhes o n.º 63.

.....  
· Um objecto associado com as moedas foi encontrado também em Malaca. O Dr. Hanitsch apresenta a sua gravura no primeiro artigo,

---

(1) On a collection of coins from Malacca.

(2) Na tradução não se faz referência aos grupos de moedas orientais.

(3) Segue-se, no original, a descrição, por grupos, das ditas moedas orientais.

lâmina 1, fig. 1. Sugere que ele nos dá a representação da roda de St.<sup>a</sup> Catarina e que foi cunhado em Goa. Sou de opinião que o desenho do anverso é uma flor de 7 pétalas. O reverso é liso. É provável que fosse usado como uma ficha. Dá-lhe o Dr. Hanitsch o módulo de 27 mm. e o peso de 8,9 gramas.

Pouco mais luz poderemos fazer sobre estas moedas de Malaca até que alcancemos um número delas muito maior para estudo. Infelizmente esta moeda de estanho tinha tão pouco valor intrínseco que não era escondida. Eu nem mesmo tenho notícia dum tesouro de moedas deste metal achado na Malaia.

De forma nenhuma podemos dizer que as moedas do grupo B <sup>(1)</sup> em diante sejam realmente moedas de Malaca e, além disso, a atribuição de datas, desta mesma série, apresenta extraordinária dificuldade.

Constatámos assim a existência de moeda de estanho datando dum período anterior à conquista portuguesa. Os portugueses recolheram-na «por apagar a moeda dos Mouros, e lançar suas prantas, nome fora da terra»... «e veio tanta quantidade dela» (à casa da moeda) «por medo da pena» (de morte) «...», que os oficiais não se podiam valer com o despacho». Se Albuquerque nos dá aqui a verdadeira situação ou se aquilo que ele desejou parece verdade, não sei dizê-lo, mas o facto é que os portugueses parecem ter satisfeito amplamente as necessidades locais de trocos de estanho. Isto conduz-nos do reinado do Xá Muzaffar até à tomada de Malaca pelos holandeses em 1641. Os holandeses não fizeram qualquer emissão em Malaca e nos primeiros anos emitiram muito pouca moeda nas chamadas Índias Neerlandesas. Começaram a lutar contra a insaciável procura de trocos no Arquipelago Malaio sòmente quando a Companhia das Índias Orientais (Vereenigde Oostindische Compagnie) trouxe da Europa e espalhou esses milhões de *Duits* seus que vulgarmente são encontrados em toda a região. As excavações de Malaca deram-nos 14 deles, os mais antigos datados de 1729 (vide Hanitsch, n.º 1 <sup>(2)</sup> — Westfrisia). Os cem anos seguintes, a contar daquela data, são representados pelos mesmos *Duits* da V. O. C. <sup>(3)</sup>, por

---

(1) Os grupos A, B, C, D e G, são de moedas malaias e as suas descrições originais não foram, como é óbvio, traduzidas.

(2) Referidos numa parte do trabalho do Dr. Hanitsch. *A propósito dum conjunto de moedas de Malaca*, a qual nesta traduzimos. — *N. N. do T.*

(3) Vereenigde Oostindische Compagnie — Companhia Holandesa das Índias Orientais.

fracções de *Stuivers*, pelas fichas denominadas *Kepings* e por moedas da E. I. C. (1) para Sumatra. A série termina em 1856 com um deslocado *Cêntimo* de cobre moderno das Índias Neerlandesas.

As últimas moedas portuguesas atribuídas a Malaca são peças de prata datadas de 1636 (15) e, embora não haja nenhuma destas moedas no conjunto, é possível que algumas das inatribuídas moedas de estanho portuguesas possam pertencer aos últimos anos do seu governo. Isto deixa-nos uma grande lacuna na série de moedas que pudemos datar e, desde o fim da série portuguesa, cerca de 1641, até ao *Duit* de 1729 da V. O. C., nada há que possamos definitivamente dizer que seja moeda local.

Sou de opinião que os *Cashas* dos grupos B a F poderiam muito bem preencher essa lacuna de 100 anos, grosso modo do primeiro quartel do século XVII ao primeiro quartel do XVIII. A verdade é que nenhuma justificação tenho para esta teoria, a não ser que ela parece apóiar o nosso caso, e também porque é um facto que a manufactura de moeda de estanho local não foi certamente suprimida pelos holandeses neste período nas suas possessões das Índias Orientais (16).

#### NOTAS (2)

(1) H. C. MILLIES — *Recherches sur les Monnaies des Indigènes de L'Archipel Indien et de la Péninsule Malaie* — 1871, pág. 140.

(2) Se este facto é verídico é muito curioso que estas moedas de Malaca não mostrem traços de influência chinesa, porquanto elas são cunhadas e não têm buraco central. Encontraram-se com elas moedas chinesas, mas o Dr. Hanitsch afirmou (pág. 186 (3)) que estavam muito corroídas para poderem ser identificadas. Não as cheguei a ver.

(3) Um espécime do Grupo F foi analisado no Instituto de Pesquisas Médicas de Kuala Lumpur e verificou-se que era praticamente de estanho puro com vestígios de chumbo.

---

(1) East—India Company — Companhia Britânica das Índias Orientais.—*N. do T.*

(2) Referem-se à parte do texto traduzido as que estão entre parêntesis. Estas são todas traduzidas. Das restantes apenas se apresenta em língua portuguesa, por ser interessante e relacionar-se com a nossa história em Malaca, a n.º 9.—*N. do T.*

(3) Paginação de *A propósito dum conjunto de moedas de Malaca* no original inglês — *On a collection of coins from Malacca.*

(4) No relatório de John Davis ao Conde de Esse «Purchas his pilgrimes» — 1.<sup>a</sup> parte — Londres — 1625, in-fólio — Livro 3.<sup>o</sup>, pág. 123, as moedas eram citadas com variantes de denominação: *cashes, chazzas, caixas, caxias e caxas*.

(5) As faces e cunhos são mais pequenos no caso do tipo 2 (1) e por isso os classifiquei como *Meias Cashas*.

Isto não obsta que o tipo 2 seja uma emissão posterior de *Cashas* numa escala menor, como de resto é bem visível que não há no conjunto *Cashas* de grande face do Xá Mansur, se bem que os cunhos do tipo 3 (2) sejam do mesmo módulo que os do tipo 1 (3). Como os pesos não parecem ter sido cuidadosamente ajustados, elas dão-nos fraca orientação. O peso médio de tipo 2 é aproximadamente o mesmo do do tipo 1, mas, quando tentamos argumentar com este facto, verificamos que o melhor espécime do tipo 1 pesa 1,937 gramas enquanto que um espécime pobre (4) pesa 2,465 gramas. Os espécimes do Museu Britânico incluem um exemplar grosso do tipo da *Meia Casha* que é difícil de classificar.

(6) Não existem moedas entre o *Cêntimo* de 1878 das Índias Neerlandesas e a última moeda — um *Cêntimo* de cobre de 1856 das N. I. (5) de estilo moderno.

(7) J. R. Wilkinson chama-lhes *Ketun* e deriva-as de *Ducatoon* (6).

(8) . . . . .

(9) Colaborou nesta nota o Dr. W. Linehan:

Este é um dos exemplos em que a Numismática corrobora a História. Ahmad era o primogénito duma princesa de Pahang e do sultão Mamud, o último soberano malaio de Malaca, que foi expulso pelos portugueses em 1511 e faleceu em Kampar em 1528. Mamud assassinou infamemente o marajá Bendahara Seri, seu primeiro ministro. Desposou a seguir a filha deste, de nome Tun Fatima, cujo primeiro marido fora uma das vítimas do massacre que dera lugar à morte do pai. Mamud, pouco depois, foi assaltado por remorsos à vista da dor exteriorizada pela esposa. Proclamou sultão seu filho Ahmad, conservando para si os direitos reais, e retirou-se temporariamente para Kayu Ara, no interior de Malaca. Foi decerto em celebração deste acontecimento, ocorrido em 1510, que se fez a emissão de que é exemplo esta moeda (7).

Eis em duas palavras a vida de Almad, após aquela data: Tomou parte importante

(1) Referente a espécimes de que se fala largamente no original e cujas descrições, por não interessarem, deixamos de traduzir.

(2) Idênticamente.

(3) Idênticamente.

(4) De má conservação.

(5) Índias Neerlandesas.

(6) *Ducatão*.

(7) Referente a uma *Casha* de Ahmad, de que fala também o Dr. Hamitsch, e que é descrita numa parte do texto original que não traduzimos. — *N. N. do T.*



na defesa de Malaca contra os portugueses. Montado num elefante entrou em combate e foi ferido. Depois da queda da cidade fugiu com seu pai para Pagoh, na região de Muar, e levantou rapidamente uma paliçada em Bentayan (a moderna Bandar Maharani). Quando a povoação caiu em poder dos portugueses, os malaios fugiram para Pahang, e seguidamente para Bintan, na ilha de Riau. Passado tempo Mamud, que investira o filho na dignidade de sultão, matou-o atrozmente.

(11 (1)) . . . . .

(12) . . . . .

(13) . . . . .

(14) . . . . .

(15) Veja-se o artigo de H. T. Grogan *Numismática Indo-Portuguesa*. — *As cunhagens da Casa da Moeda da Malaca* (2) na *Numismática Circular* de Novembro-Dezembro de 1916, figs. 20, 21 e 23.

(16) H. C. Millies, obra citada, lâminas XIV, XV, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI.

---

(1) No original há omissão da nota 10!

(2) Faz parte duma série que traduzimos e a que demos o título de *Numismática Indo-Portuguesa*.—N. N. do T.

# MOEDAS DE DUVIDOSA AUTENTICIDADE EXISTENTES NO «STATENS HISTORISKA MUSEUM DE STOCKHOLM»

PELO ENG. RAUL DA COSTA COUVREUR

Da mesma forma que se verifica em outros Museus Escandinavos, existem no *Statens Historiska Museum* da capital da Suécia, apreciáveis moedas portuguesas, mas é curioso também notar que é igualmente vulgar encontarem-se nesses Museus, exemplares não só desconhecidos nas colecções existentes em Portugal, mas mesmo também naquelas estrangeiras que contendo moedas portuguesas os leilões têm dado a conhecer.

T. de Aragão notara já o facto, informando que em determinada cidade dinamarquesa se improvisaram tipos que nunca existiram, citando o *Museu de Copenhague* como tendo alguns desses exemplares.

O mesmo se dá na Suécia nos *Museus de Stockholmo*, de *Lunds*, de *Upsala*, etc..

Temos já dado a conhecer alguns desses exemplares e em relação ao *Museu de Stockholmo* já no n.º 3 de «*A Moeda*», publicação da casa Molder, de Lisboa, demos notícia de um grupo constituído por quatro moedas de cobre; X reais de D. João IV eV, 3 e  $1\frac{1}{2}$  reais de D. Afonso VI.

Completando a informação, quanto a este *Museu*, referir-nos-emos agora a outro grupo constituído por moedas de prata e cobre de D. Dinis, D. Sebastião e D. Henrique.

O facto das moedas deste grupo não serem conhecidas nas colecções portuguesas, as considerações de T. de Aragão e alguns pormenores que apontaremos, levam-nos, como para o primeiro grupo de que tratamos, a não estarmos convencidos da autenticidade dos exemplares que vamos descrever.

### D. DINIS

Possue o *Museu de Stockholmo* um exemplar em prata igual ao n.º 1 de páginas 169 e n.º 4 da estampa XXVII do Volume I de Aragão relativo a exemplar igual existente no *Museu de Copenhague*.

Como duplicado desta peça a sua não autenticidade é posta em dúvida pelas razões que o Mestre apresenta.

### D. SEBASTIÃO

Existem no Museu, três exemplares em cobre ligeiramente variantes da peça em prata gravada em Aragão sob o n.º 3 na Estampa XXVII do seu 1.º volume e na página 285, peça que figurava na colecção Judice dos Santos e hoje me pertence.

Aragão considerava aquele exemplar como suspeito e remetendo-nos às considerações do Mestre não vemos motivo para outra classificação dar às três peças de cobre a que nos referimos.

### D. HENRIQUE

Entre as peças de que estamos tratando figura este reinado com dois exemplares em cobre.

Um, do tipo do *Portuguez* de D. Manuel mas tendo o modulo de 40 mm quando o *Portuguez* tinha o de 35 mm.

Não consta que no reinado de D. Henrique se tivesse cunhado outra moeda de ouro que não a de 500 *reais*, de que o exemplar em cobre pudesse ser ensaio.

Além disto no reinado de D. João III são muito raros os do tipo de D. Manuel, pois se evolucionou para outro mais ornamentado, e no de D. Sebastião já se *não* cunharam tais moedas.

O conjunto das circunstâncias indicadas não nos permite pois atribuir-lhe autenticidade como ensaio de moeda de ouro.

No reinado de D. Manuel são conhecidos alguns raros exemplares de prata com o cunho dos *Portuguezes* que T. de Aragão classifica como *Meios Portugueses* mas tendo igualmente o módulo de 35 mm., pelo que os exemplares de que estamos tratando não poderão também considerar-se como ensaios de tais moedas,

A conclusão a que chegamos é análoga à que se refere o ensaio de moeda de ouro.

O outro exemplar deste reinado consiste em *V reais* com a disposição de coroa cortando a legenda ao contrário do que se verifica nos X reais n.º 7 de Aragão

No reverso REX.SEPT.DECIMUS isto é mais ou menos como o citado n.º 7.

Aragão tem dúvida sobre a legitimidade da moeda de X reais pelas razões que indica, e informa que apenas conhecia um exemplar de V reais numa colecção de S. Petersburgo, moeda que igualmente considera suspeita.

A nossa impressão a respeito do exemplar em causa é a mesma.

\*

Com a presente Nota fica completada a referência começada no n.º 3 da «*Moeda*» aos exemplares de duvidosa autenticidade existentes no *Statens Historiska Museum*, de Stockholmo.

# V Á R I A

## VARIANTES INÉDITAS DE MOEDAS PORTUGUESAS DA 4.<sup>a</sup> DINASTIA

Da Comunicação apresentada à Sociedade Portuguesa de Numismática em sessão de 27 de Novembro de 1953.

No prosseguimento da procura de moedas e variantes inéditas da Numária dos Réis portugueses da 4.<sup>a</sup> dinastia, quis o acaso que topasse mais alguns exemplares, dos quais muito gosto tenho em vir dar notícia aos meus ilustres e prezados confrades, por conhecer o interesse que estas *novidades* suscitam entre os coleccionadores e não menos entre os estudiosos.

O conjunto que ora angariei não é de grande volume ou valor. A maior parte das moedas vem referida, ainda que indirectamente, no Catálogo Ferraro Vaz, pois que dizendo respeito a variantes de nomes de monarcas, coroas, etc., é a sua existência mencionada naquela obra pelo menos em anotações de fundo de página. Porém, pròpriamente no que diz respeito ao reinado de D. José I, já Ferraro Vaz classifica, no texto, as variantes de inicial do nome do monarca e as de 4 ou 5 hastes na coroa, na medida em que parece tê-las conhecido à data da publicação do livro. Justo é, pois, que se complete essa classificação com o acrescentamento dos exemplares que o acaso nos venha deparando.

A primeira moeda que assinalo diz respeito ao reinado de D. João IV, na sua qualidade de peça de prata contramarcada pela lei de 1-2-1642 sobre *meio tostão* de D. Manuel I.

Este meio tostão devia ser numisma vulgar na circulação do numérico da época da Restauração e a sua *contramarcagem* está implicitamente ordenada no expresso no n.º 7 da referida lei, onde se diz: «Pôr

*se hão os cunhos... & nos meios tostões velhos. & valerá cada hũ delles tres vinteis...»*

A sua existência com contramarca estará assim justificada; só é para admirar que não tenha sido mencionada no Catálogo Ferraro Vaz, e tal falta de inclusão leva-nos a considerá-la como de bastante raridade.

Segue-se depois um pequeno grupo de moedas de D. José I, variantes a que mais ou menos acima me referi.

Por último aponto dois numismas de D. Maria II, curiosos exemplares que, possivelmente, vêm trazer indicações valiosas para mais completo conhecimento da cunhagem neste reinado.

Eis a relação das moedas, com indicações referentes aos exemplares conhecidos e seus possuidores:

#### D. JOÃO IV

##### *Moeda de prata.*

- 1 — Contramarca 60 sobre meio tostão de D. Manuel I  
 Um exemplar na col. Pinto de Magalhães  
 » » » » Ed. M. v. d. Niepoort  
 » » » » J. Maria Santiago  
 » » » » minha colecção.

#### D. JOSÉ I

##### *Moedas de ouro.*

- 2 — Quartinho, de 1768, com coroa de 4 hastes (IOSEPHUS)  
 Um exemplar na col. Pinto de Magalhães.
- 3 — Cruzado novo, de 1760, (IOSE)  
 Um exemplar na minha colecção.

##### *Moedas de prata.*

- 4 — Tostão, (IOSEPHUS), com coroa de 4 hastes  
 Um exemplar na col. Pinto de Magalhães  
 » » » » Francisco Santos  
 » » » » Pinto de Sousa  
 » » » » minha colecção.

5.— Três vinténs, (IOSEPHUS), com coroa de 4 hastes (1)  
 Um exemplar na col. Pinto de Magalhães  
 » » » minha colecção.

6 — Três vinténs, (JOSEPHUS), com coroa de 4 hastes  
 Um exemplar na minha colecção.

D. MARIA II

*Moedas de prata.*

7 — Dois tostões, de 1836, com serrilha (W. W.)  
 Um exemplar na col. Pinto de Magalhães.

8 — Tostão, de 1836, com serrilha (W. W.)  
 Um exemplar na col. Ed. M. v. d. Niepoort  
 » » » » Pinto de Sousa.

M. RAMIRES.

NOTÍCIA SOBRE UM EXEMPLAR DESCONHECIDO  
 DE UMA MOEDA DE PORTAGEM

Ofereceram-me há tempos uma moeda de  $\frac{1}{2}$  centavo, de portagem da ponte D. Luís I, cunhada em 1913, diferente de todas as comuns por ter maior peso e espessura e ser de metal esbranquiçado, cuja liga não me é fácil de estabelecer precisamente, parecendo, no entanto, cupro-níquel.

O seu peso, 5,15 g., contrasta com o das vulgares que variam entre 2,5 g. e 3 g.; a sua espessura, 1,9 mm., é também muito maior do que a das conhecidas, que vão no máximo até 1 mm..

Procurei indagar da existência de outros exemplares nesta liga metálica, mas, até hoje, não consegui relação de mais nenhum e todas as pessoas conhecedoras são unânimes em dizer que este deve ser único.

Sobre moedas de portagem desta ponte nada consegui ver escrito, tendo, porém, encontrado a respeito de uma moeda de 5 réis da antiga

---

(1) Desenhada no cat. Ferraro Vaz.

Ponte Pênsil, um muito bem documentado artigo do Senhor Armando Couto, publicado no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (Ano 1938-Vol. 1.º-fis. 242), onde, com o título «UMA QUESTÃO... DE 5 REIS» se trata da origem de uma moeda de portagem que não chegou a circular por várias dificuldades postas pelas entidades oficiais, mas da qual, existem, no entanto, além do exemplar citado nesse artigo, pelo menos mais dois, um em bronze e outro talvez em liga de zinco-alumínio, que são pertença de dois coleccionadores desta cidade (1).

Na Cartilha de Numismática, do Dr. Pedro Batalha Reis, vem também uma referência a uma ficha da Ponte Pênsil, mas permito-me chamar a atenção para o facto da senha que ali vem reproduzida não ser a da Ponte Pênsil (Fig. n.º 1), mas sim a ficha de 1/2 centavo de 1913, da Ponte de D. Luís I (Fig. n.º 3). Esta referência vem na Est. T. 3 a seguir a pág. 428.

O artigo do Boletim Cultural da C. M. P., a que aludo, traz uma fotogravura da dita moeda e nele se explicam as razões porque se pretendia cunhar a mesma, sendo destacada de entre outras a de que havia escassez de moedas oficiais de 5 réis, pelo que a Empresa da Ponte Pênsil, que cobrava a portagem, se via em sérias dificuldades para fazer trocos.

De facto, e não deixa de ser curioso saber-se, nesse tempo estava em circulação um número muito insignificante de moedas de 5 réis, ou seja um total de 899.863.

Desta quantidade, 183.588 foram cunhadas até à inauguração da Ponte Pênsil, contando neste número as que foram fabricadas em Inglaterra e mandadas pôr em circulação em 1831 pela Regência da Ilha Terceira.

Depois da inauguração, até à data em que se pedia licença para a cunhagem desta moeda de portagem, em 1863, foram postas em giro mais 716.275, prefazendo-se assim o número atrás referido.

É de notar que a última cunhagem de moedas de 5 réis desse tempo se fez em 1854, só se voltando a fazer moedas deste valor em 1867, então já no reinado de D. Luís I.

Foi neste reinado, no ano de 1886, que se inaugurou a ponte de D. Luís I, na qual também se pagavam, como na sua antecessora, direitos de portagem, tendo cada pessoa que a quisesse atravessar de esportular a quantia de 5 réis.

---

(1) Ex.<sup>mos</sup> Srs. Eduard M. van der Niepoort e Coronel Mário Ramires.



Mais tarde, em 1899, para melhor fiscalização do pagamento da portagem e talvez pela razão já alegada pela empresa da anterior Ponte Pênsil, — a dificuldade de trocos —, foi cunhada uma moeda ou ficha com o valor facial de 5 réis, que se tornou conhecidíssima pelo nome de «5 réis da ponte».

Cabe aqui dizer que nessa altura estavam em circulação 27:350.000 moedas de 5 réis, incluindo neste número 1:220.000 cunhadas no ano de 1899, moedas estas que eram as do módulo menor do reinado de D. Carlos, até esta data.

Este número, atentas as necessidades sempre crescentes do desenvolvimento do País, era bastante baixo e tanto assim que nos anos seguintes, até 1907, se cunharam mais 9:910.000 (1).

A moeda ou ficha de portagem feita em 1899 e a que atrás me refiro, comprava-se à entrada da ponte e entregava-se à saída para verificação do pagamento da passagem.

Mas, o que é certo é que ela era também dada em trocos e, saindo assim da ponte, começou a circular tanto na cidade do Porto, como em Vila Nova de Gaia.

E, como tinha garantido o seu valor na portagem, era aceite sem relutância como se fosse moeda corrente.

Tem esta moeda, que é feita em zinco, no anverso, uma mal reproduzida imagem da ponte (o arco assenta no tabuleiro inferior) e os dizeres «PONTE D. LUÍS I-1899-PORTO» e no reverso, dentro de um círculo, o valor «5 RÉIS», estando o número 5 sobreposto a outro maior, (Fig. n.º 2).

Durante muitos anos, até 1913, esteve esta moeda sempre em giro, tendo nesta data, já bastante tempo depois da implantação da República, sido substituída por uma outra de  $\frac{1}{2}$  centavo (valor correspondente a 5 réis), cunhada em metal amarelo e de um mais perfeito fabrico, (Fig. n.º 3).

Nesta nova moeda já a imagem do ponte é mais semelhante, o arco assenta sôbre os pegões, vê-se no tabuleiro superior um carro eléctrico e distinguem-se bem as águas do rio Douro, o morro da Serra do Pilar e o sol nascente.

Os dizeres do anverso são os mesmos da anterior moeda e no reverso, entre uma coroa de ramos de oliveira e carvalho, lê-se: « $\frac{1}{2}$  CENTAVO-1913».

---

(1) Os elementos estatísticos foram extraídos do Catálogo das Moedas Portuguesas, de J. Ferraro Vaz.

Deviam subsistir, à data desta cunhagem de 1913, os motivos que levaram à emissão da anterior ficha de 5 réis, agravados com a supressão das moedas oficiais deste valor, pois o decreto de 22 de Maio de 1911, que remodelou o nosso sistema monetário, não criou uma moeda equivalente.

A menor que estabelecia, era de 10 centavos (valor igual a 100 réis), tendo-se só mais tarde, em 1917 (Lei n.º 679 de 21 de Abril), cunhado moedas de menos valor.

O que atrás se diz e o cada vez maior movimento na ponte, justi-

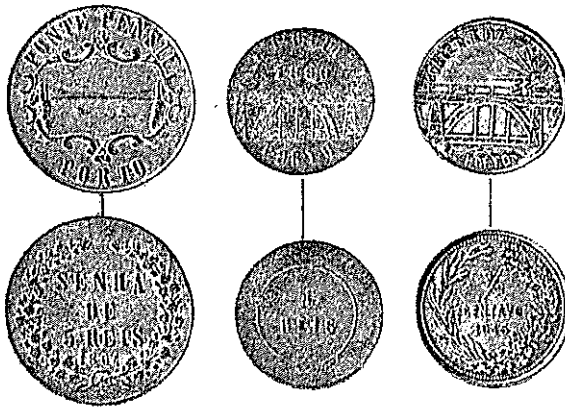


Fig. 1

Fig. 2

Fig. 5

ficam a grande emissão que se fez destas moedas de portagem de  $\frac{1}{2}$  centavo.

E, como consequência desta grande cunhagem, de que ainda hoje existem muitos exemplares, esta ficha, mais do que a sua antecessora de 5 réis, circulou no Porto e Vila Nova de Gaia, quase com foros de moeda corrente.

Pode mesmo dizer-se que se trata, talvez, do último exemplo de uma cunhagem não oficial que entrou na circulação e que abundantemente girou nas imediações do local para onde foi criada e onde tinha garantido valor.

E tão grande foi esta circulação que chegaram a aparecer destas moedas em localidades muito retiradas, onde também não faltava quem

as recebesse, com a certeza da sua troca por dinheiro ou de próxima utilização na passagem da ponte.

Será, por isso, interessante reservar, embora somente como curiosidade numismática, ao lado das nossas colecções, um pequeno lugar para estas moedas de portagem.

Na minha modesta colecção, abro também espaço para a variante de  $\frac{1}{2}$  centavo, em metal branco, que provocou todas estas considerações e cujo cunho é igual ao de todas as que circularam em metal amarelo.

Esta igualdade leva-me a supor tratar-se de uma prova ou de um ensaio de cunhagem que, possivelmente por virtude do mais elevado custo desta liga, não mereceu aprovação.

CARLOS FERNANDO DE SOUSA SANTOS.

# NOVAS MEDALHAS

## MEDALHA DA E. F. I.

Emitida para a Exposição Filatélica Internacional e comemorando o I Centenário do Selo Português, vimos uma medalha em bronze com a effigie de D. Maria II.

Medalha modelada em relevo moderado, sem qualquer assinatura, parece à primeira vista um simples arranjo, talvez um pouco descuidado, e onde apenas sobressaiem os adminículos do reverso.

De facto o desenho da cabeça da Soberana deixa bastante a desejar, e o tipo da legenda, que a circunda, não prima pela boa escolha e colocação.

Entretanto, o reverso é agradável e denota uma certa delicadeza de composição, que contrasta singularmente com a outra face.

Com as possibilidades actuais dos medalhistas portugueses, e do ferramental hoje existente, é pena que não se aproveitem todas as oportunidades para se cultivar em Portugal o gosto das medalhas, permitindo, por meio de concursos, o estímulo indispensável aos respectivos artistas.



N.º 2 — 1953 — *Com.va do 1.º Centenário do Selo Português.*

Na orla, a legenda, que começa em baixo, do lado esquerdo: MARIA II. PORTUGAL. REGINA. No exergo, dentro dum elemento decorativo: 1853.

ã. — Dentro de uma cercadura ornamental, a seguinte inscrição, em nove linhas horizontais: « LISBOA 1953 » — EXPOSIÇÃO — FILATÉLICA — INTERNA-CIONAL — COMEMORATIVA — 1.º CENTENÁRIO — SELO — PORTUGUÊS — I-VII-MCMLIII.

## MEDALHA DE GARRETT

Soubemos que vai ser posta a concurso a execução de uma medalha comemorativa do centenário da morte de Garrett.

Merece especial relêvo esta notícia, e pena é não podermos publicar já as condições do respectivo certame.

Nos dias de hoje, com as novas técnicas do fabrico de medalhas, aparecem vários problemas num concurso deste género. O torno de redução, a cunhagem, a galvanoplastia, a fundição e as pátinas químicas são elementos a considerar e que não se podem subestimar.

A medalha fundida tem grandes apreciadores, pela agradável autonomia e personalidade que a caracteriza. À desagradável regularidade existente nas medalhas de fabricação por cunho, de arestas agressivas, até mesmo ao nosso tacto, contrapõe a fundição uma obra cheia de vida e de frescura, vincadamente manual, onde o bom artista, liberto da máquina, consegue imprimir-lhe o máximo do seu valor conceptual.

E nós hoje possuímos já, felizmente, bastantes artistas, que podem realizar num disco metálico de poucos centímetros de diâmetro, uma obra séria, sedutora e característica da nossa época.

O Visconde de Almeida Garrett merece-a bem.

A propósito, apetece-nos lembrar, aqui, a medalha comemorativa da celebração em Paris, do Centenário do nascimento de Garrett mandada cunhar pela colónia portuguesa naquela cidade em 1899, e que foi modelada pelo escultor português Thomas Costa e gravada por H. Dubois.

A ela se refere desenvolvidamente Arthur Lamas na sua obra Medalhas Portuguesas, 1916, onde tem o número 341.

ALEXANDRE FERREIRA BARROS.

## ACHADOS NUMISMÁTICOS

No número anterior permitimo-nos bordar algumas considerações acerca do assunto em epígrafe, clamando contra o que entre nós sucede tão frequentes vezes nas descobertas de tesouros de moedas, tanto ao invés dos interesses da Numismática e, conseqüentemente, da nossa História.

Parece-nos que existem deficiências na legislação vigente, malhas largas por onde se escapam com frequência os benefícios que pretendemos recolher. Talvez que o mal não advenha apenas dos princípios estabelecidos como lei, mas também, e em grande parte, da maneira como muitas vezes os homens os interpretam e aplicam. De qualquer forma há na questão coisas que não estão certas e que é mister serem remediadas.

Convencidos de que estamos no bom caminho, havemos de continuar a bater a tecla, e esperamos que outros, com mais poder e melhor esclarecidos, se aliem a nós nesta campanha.

\* \* \*

Por hoje não faremos mais do que referir, no jeito de contribuição para o futuro Registo Cronológico, aquilo que conhecemos de dois achados numismáticos porventura não registados algures ainda. Tocaremos também num terceiro, mais antigo e talvez já dado a público, mas que julgamos conveniente *relembrar*, na dúvida de nele ter sido incluída uma moeda que lhe pertencia e que vimos, desgarrada, na posse de um nosso amigo. Como o segundo, também este último achado poderia servir o tema da nossa campanha, fazendo ver como do facto de se terem dispersado as moedas que o constituíam, antes de alguém ter estudado o conjunto, se poderiam ter perdido inestimáveis indicações históricas, dado que se trata de moedas ibero-romanas, numismas que raras vezes aparecem no nosso País e que pertencem a uma época das menos esclarecidas da nossa História.

## ACHADO DE CHAVES

Fui há tempos solicitado para proceder à avaliação de um grupo de moedas de prata que alguém procurava colocar o melhor possível entre as casas compradoras do Porto. Á primeira vista o conjunto não tinha aspecto muito agradável quanto ao estado de conservação, porque uma espessa camada de verdete cobria grande parte das moedas e as restantes estavam quase pretas de tanto óxido e sujidade que tinham sobre si.

Vim a saber que se tratava de um achado, verificado em Junho de 1952, em Chaves, na casa de D. Adélia Baptista da Rocha, da Rua do Poço, n.º 28. Quando ali se procedia a um arranjo num desvão de escada, foi encontrado um pote de barro contendo um saco de linho cheio de moedas de prata e algumas outras mais fora dele, sendo as primeiras as melhor conservadas.

Num total de 144 unidades, todas as moedas eram portuguesas ou que circulavam em Portugal na época de D. Pedro II. Classificavam-se da seguinte maneira:

**D. AFONSO VI:**

— Tostão — *F. V. Ag. 24*

Legenda terminada em REX . . . . .	1
» » » » P E . . . . .	1
» » » » P ET . . . . .	2
» » » » PO . . . . .	2
» » » » POR . . . . .	9
» » » » PORT . . . . .	10
» » » » PORTV . . . . .	1
» com terminação ilegível . . . . .	12
» ilegível . . . . .	22
	60

— Pataca espanhola c / contramarca 600 — *F. V. Ag. 84*

8 reales de Segóvia, de 1659 . . . . .	1
» » » Potosi, de 1652 e 1654 . . . . .	2
» » » México, de 1669 . . . . .	2
» » sem ceca nem data legíveis . . . . .	6
— Pataca espanhola sem contramarca . . . . .	9
	20

## D. PEDRO II

— Três vinténs (P) F. V. P <sub>2</sub> 116 . . . . .	1
— Tostão F. V. P <sub>2</sub> 101 . . . . .	2
— Seis vinténs F. V. P <sub>2</sub> 92 . . . . .	4
» » » » legenda term. em PORTV . . . . .	1 5
<hr/>	
— Doze vinténs de 1686 F. V. P <sub>2</sub> 74 . . . . .	1
» » » 1687 (2 com eixos a 45°) . . . . .	12
» » » 1688 . . . . .	5
» » » 1689 (2 com eixos a 45°) . . . . .	4
» » » 1689-P . . . . .	4
» » » 1690 . . . . .	1 27
<hr/>	
— Cruzado novo, de 1687 . . . . .	2
» » » 1688 . . . . .	6
» » » 1689 . . . . .	1
» » » 1689-P . . . . .	10
» » » 1690-P . . . . .	10 29
<hr/>	
Total . . . . .	144

A única parte deste achado que é digna de interesse está no grupo das patacas espanholas contramarcadas. Das 11 peças existentes só duas delas têm as contramarcas inidentificáveis, por pouco nítidas ou alteradas pela oxidação; as 9 restantes fornecem-nos o conjunto de carimbos que damos em gravura, correspondendo um a cada moeda contramarcada.



Naturalmente que a operação de contramarca destas moedas se fez de forma semelhante à usada no reinado anterior, estabelecendo casas de moeda nas localidades mais importantes do País, donde poderia resultar uma maior variedade nos tipos dos cunhos. Mas mesmo assim é notável a coincidência aqui verificada de não haver sequer duas moedas contramarcadas com os mesmos ferros.



## ACHADO DE PENAMACOR

Residindo em Castelo Branco, por alturas de Março de 1948, fui informado de ter sido descoberto um conjunto de 60 ou 70 moedas romanas de prata, — *denários* — em termos da vizinha vila de Penamacor. A pessoa que me informou, um aldeão de uma localidade próxima daquela vila, nas mãos do qual eu vi 8 dessas moedas, contou-me que foram achadas por uma mulher do campo e que esta as vendeu imediatamente a um indivíduo, à razão daquilo que lhe pareceu serem equivalentes pelo tamanho e metal — moedas actuais de prata, de 2\$50. Esse indivíduo foi dispersando o conjunto em revendas, subindo logo o preço unitário para 17\$50, pouco mais ou menos o custo corrente, nessa época, dos *denários* romanos vulgares.

A breve trecho, porém, as autoridades de Penamacor tiveram conhecimento do facto e apreenderam (?!) umas 50 moedas, dizendo-se que para constituir um princípio de colecção dum Museu regional que um apaixonado queria fundar naquela Vila, ou para serem remetidas para Lisboa, não se sabendo para quem nem com que fim.

Procurei obter informes mais completos, mas por toda a parte encontrei ou evasivas ou as afirmações receosas de quem teme vir a ser mais tarde incomodado com averiguações policiais. Contudo ainda apurei que as moedas tinham como que brotado do solo quando a mulher esgarabatava a terra junto do pé de uma oliveira, num local ermo, afastado de Penamacor e conhecido pelo nome de *Cova do Ouro* — sugestiva designação!...

Os numismas de que era portador o indivíduo meu informante e que, por sinal, estavam em muito bom estado de conservação, eram os seguintes:

**República Romana**

Denário das Famílias	{	ANTONIA . . . . .	Babelon, n.º 51
		BARBATIA . . . . .	» » 2
		JULIA . . . . .	» » 96
» da Família		CALPURNIA . . . . .	» 11
» » »		» . . . . .	» 24
» » »		CASSIA . . . . .	» 10
» » »		JUNIA . . . . .	» 15
» » »		MUSSIDIA . . . . .	» 4
» » »		VIBIA . . . . .	» 1

**Império Romano**

Denário de OCTÁVIO AUGUSTO . . . . . Cohen, n.º 137

Saindo de Castelo Branco, passado pouco tempo, não mais ouvi falar nas moedas deste achado, não sabendo se foram, de facto, remetidas para Lisboa e se o conjunto apreendido (?) foi ou não relacionado e estudado.

Alguém poderá e quererá dizer mais alguma coisa a seu respeito? Oxala que sim. Para que não se verifique o paradoxo de um tesouro se ter perdido quando se encontrou...

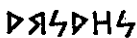
### ACHADO DE ALCAIDE

O meu prezado amigo, Capitão França, de Castelo Branco, mostrando-me uma pequena moeda de prata que tinha em grande estimação, informou-me de que ela pertencia a um pequeno conjunto de denários ibero-romanos encontrado por volta de 1913, num terreno da quinta do Conselheiro João Franco, em Alcaide, na Cova da Beira. As moedas que o constituíam foram repartidas por pessoas da sua família, ficando ele com duas. Mostrou-as um dia ao insigne numismata que foi o Dr. Leite de Vasconcelos, seu íntimo amigo, o qual, depois de as examinar, lhe disse a respeito de uma delas: «esta ou ma vendes ou ma dás»... Com muito gosto lha ofereceu, tendo ficado com a outra, destinada a um alfinete de gravata, a qual corresponde à seguinte descrição de *A. Vives y Escudero*:

Ceca 44.<sup>a</sup> ARSE (ARSAES)

#### PRIMERA EMISIÓN

N.º 1 A) — Cabeza barbuda, entre arado y delfín

R) — Jinete con dardo, debajo 

Denário

Lám. XLVII — 1

Lamento não me ter sido possível referenciar mais nenhuma moeda ou outros detalhes deste achado, restando-me a esperança de que o eminente numismatólogo que dele também teve conhecimento, tenha referido algures, na sua vasta obra publicada, quaisquer ensinamentos que acaso comportasse.

M. R.

# VIDA SOCIAL

## SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

### SÓCIOS EFECTIVOS (ORDINÁRIOS)

- N.º 61 — Jacques Schulman — Comerciante. Perito numismata (Holanda)
- » 62 — Artur Oliveira de Vasconcelos — Comerciante
- » 63 — Jorge Gonçalves Ribeiro Borralho — Gerente de Hotel
- » 64 — Dr. João Miguel Ladeiro — Médico
- » 65 — Manuel Lisboa de Sousa — Comerciante
- » 66 — Manuel Bragança — Chefe de Secretaria Municipal
- » 67 — José Jardim — Comerciante
- » 68 — Dr. Eduardo Júlio Marques Perdígão — Médico
- » 69 — Dr. João Caetano de Abruñhosa — Licenciado em Ciências
- » 70 — Dr. Carlos Santos Valle — Advogado
- » 71 — Augusto Torres Baptista — Comerciante
- » 72 — António José da Cunha — Enfermeiro
- » 73 — Dr. António Francisco Teixeira — Licenciado em Ciências Econ. e Fin.
- » 74 — Dr. Artur de Pádua Farinha Beirão — Professor de Liceu
- » 75 — Pedro Rocha de Araújo — Gerente Comercial
- » 76 — Raul Dias dos Santos Quintas — Empregado de Escritório
- » 77 — Francisco Henriques de Jesus — Professor oficial
- » 78 — José Luís Pinto Gonçalves — Empregado de Escritório
- » 79 — Eduardo Augusto Caetano — Engenheiro
- » 80 — Manuel Ferreira Osório — Comerciante
- » 81 — Joaquim Fontes Pacheco — Farmacêutico
- » 82 — Ten. Bernardino Rodrigues dos Santos — Oficial do Exército
- » 83 — José Tomás da Graça — Comerciante
- » 84 — Martinho José Ferreira da Silva — Comerciante
- » 85 — Aníbal Taborda — Proprietário
- » 86 — Dr. Ruy Manuel Sanches da Gama — Juiz de Direito
- » 87 — António Ismael Nogueira Pinto — Empregado comercial
- » 88 — Manuel da Silva Pita — Empregado comercial (Madeira)
- » 89 — Agostinho Celestino Borges de Sousa e Silva — Proprietário
- » 90 — José Fernando Nunes de Barros — Comerciante (Funchal)
- » 91 — Dr. Gabriel A. de Gouveia Spínola — Médico
- » 92 — Abílio José Gouveia — Escrivão
- » 93 — Dr. Francisco da Silva Moraes — Funcionário público
- » 93-A — Dr. Jorge Pereira da Gama — Farmacêutico
- » 94 — Hilário Ferrari — Funcionário público (Brasil)
- » 95 — Renzo Pagliari — Industrial (Brasil)
- » 96 — Carlos Seruya — Industrial (União Sul Africana)
- » 97 — João Pedro Neves Clara — Engenheiro
- » 98 — Dr. Alvaro Pereira Teixeira de Vasconcelos — Proprietário
- » 99 — Dr. Victor Castel Branco Pires Marques — Conservador do Registo Predial
- » 100 — Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa — Sacerdote (Brasil)

- N.º 101 — Dr. Francisco d'Assis Brito — Médico
- » 102 — Dr. António Durães — Advogado (Benguela)
  - » 103 — António Ferreira de Oliveira — Comerciante
  - » 104 — Manuel José Cavalheiro — Empregado de Escritório
  - » 105 — Dr. Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues — Professor oficial
  - » 106 — Dr. José Baeta de Carvalho — Advogado (Brasil)
  - » 107 — Dr. Gaspar Bosch da Graça — Químico farmacêutico (Rhodésia do Sul)
  - » 108 — Dr. José Godinho Gama Barata — Médico
  - » 109 — Dr. Joaquim Luciano Cordeiro de Sousa Torres — Médico
  - » 110 — Ten. Cor. João Lopes da Fonseca Guedes — Oficial do Exército
  - » 111 — Dr. Raul Soares Duque — Juiz do Supremo Tribunal de Justiça.
  - » 112 — António Marrocos — Proprietário
  - » 113 — Heitor de Carvalho Rego — Comerciante — (Brasil)
  - » 114 — Dr. Joaquim Bernardo — Professor de Liceu
  - » 115 — Jorge Augusto Marques de Almeida — Empregado comercial
  - » 116 — Amadeu Pinto Leite Chrystêllo — Comerciante (Angola)
  - » 117 — Artur Viães Rodrigues — Comerciante
  - » 118 — Eduardo José Gonçalves Patrocínio — Empregado bancário
  - » 119 — Jerónimo Araújo Botelho — Engenheiro
  - » 120 — Dr. Álvaro Falcão Sacadura — Médico (Moçambique)
  - » 121 — Agostinho de Tavares — Engenheiro
  - » 122 — José Maria Folgosa — Preparador bacteriologista (Moçambique)
  - » 123 — Dr. Mário Augusto Gomes Cardoso — Médico
  - » 124 — Silvino Fernandes Magalhães Júnior — Banqueiro
  - » 125 — António da Costa Garcia Ventura — Estudante
  - » 126 — Bruno Fritsche Centner Pereira de Castro — Proprietário
  - » 127 — Miguel Augusto Coimbra Pacheco — Comerciante
  - » 128 — Dr. Armando Alves de Sousa — Médico militar
  - » 129 — António Rodrigues Canelas — Torneiro mecânico
  - » 130 — António Manuel Lobão de Mascarenhas — Engenheiro auxiliar
  - » 131 — Major José Augusto de Mancelos Pereira de Sampaio — Oficial do Exército
  - » 132 — Paulo Augusto Ferreira de Lemos — Engenheiro
  - » 133 — Alberto Fernando Leal Garrido — Industrial
  - » 134 — Alcides Magalhães dos Santos — Comerciante
  - » 135 — José Luís Correia — Comerciante
  - » 136 — Júlio Guedes — Industrial.
  - » 137 — Dr. Joaquim Carlos do Rego Fronteira — Chefe da 2.ª Rep. I. N. Estatística
  - » 138 — Gilberto Homem de Freitas — Eng.º Agrónomo (Madeira)
  - » 139 — Alberto de Almeida — Comerciante
  - » 140 — Alejo Giacchetti — Comerciante (Argentina)
  - » 141 — Dr. Gualter Rodrigues — Advogado
  - » 142 — Dr. Avelino Gomes Delgado — Professor de Escola Técnica (Angola)
  - » 143 — Dr. Silvério Fernandes Torres — Médico
  - » 144 — Dr. Amâncio Gonçalves dos Santos — Médico
  - » 145 — Fernando Pinto Pereira de Fontes — Vice-Cônsul
  - » 146 — Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues — Médico
  - » 147 — António Neves Salazar — Secretário de Empr. industrial

# NOTICIÁRIO

## PRIMEIRA EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA E FILATÉLICA NA GUARDA

Pela respectiva Comissão foi-nos enviado o programa que transcrevemos :

A primeira Exposição Numismática e Filatélica na Guarda realiza-se nesta cidade de Agosto a Outubro de 1954. A ela podem concorrer todos os naturais deste concelho, ou nele residentes há mais de um ano.

Em Numismática dar-se-á especial importância aos numismas encontrados na região, visto através deles se pretender colher elementos históricos.

Tanto filatelistas como numismatas podem concorrer apresentando uma *coleção-tipo*, séries, ou exemplares isolados.

Haverá duas espécies de concorrentes: principiantes e veteranos. Considerem-se principiantes todos os que assim se intitulem.

Em nenhuma das modalidades haverá pagamento de inscrição. Os concorrentes apenas pagarão o aluguer dos mostradores. O preço será estabelecido de harmonia com o espaço ocupado. A lista dos prémios será dada a conhecer durante o mês de Abril. Haverá taças, medalhas e menções honrosas.

Todos os que desejem inscrever-se devem participar até ao dia 30 de Maio a modalidade, tipo, série, ou exemplares que desejam apresentar a fim de facilitar a elaboração do catálogo e se proceder ao fabrico dos mostradores.

No caso das moedas devem indicar onde foram adquiridas. Todos os exemplares serão restituídos no final da exposição, responsabilizando-se os organizadores pela sua conservação e entrega.

A organização e condições a satisfazer na atribuição de prémios estão sendo estudadas e a seu tempo serão tornadas públicas.

Toda a correspondência deverá ser endereçada à Comissão Organizadora da PRIMEIRA EXPOSIÇÃO NUMISMÁTICA E FILATÉLICA — Gabinete do Turismo — Guarda.

A COMISSÃO ORGANIZADORA,

*Major Luciano Cardoso*

*Major Licurgo de Pina*

*António Moura*

*Dr. Joaquim Bernardo*

*Prof. Adriano Vasco Rodrigues.*

SERVIÇOS DE PROPAGANDA,

*Dr. Alberto Dinis da Fonseca.*

## I EXPOSIÇÃO NACIONAL DE NUMISMÁTICA

Ainda não nos é possível nesta data acrescentar informações concretas sobre o prosseguimento dos trabalhos preliminares deste certame. Nada se tem feito nesse sentido porque tudo depende do resultado da solicitação de auxílio e participação presente às Entidades governamentais. Posto que apresentado há cerca de um ano e bem recebido em princípio, o nosso pedido inicial ainda não foi solucionado. Várias entidades e comissões se têm de pronunciar e emitir parecer sobre ele, a fim de orientar a autoridade máxima para o seu despacho definitivo, e tudo isto leva seu tempo e origina demoras. Continuemos a esperar pacientemente.

## « A PERMUTA »

Para facilidade de organização do próximo número, a publicar brevemente, rogamos aos nossos Associados, colaboradores, e a todos os que queiram anunciar nesta publicação da S. P. N., o favor de não demorarem o envio das suas participações.

## NUMISMA

Está publicado o n.º 8 desta Revista da Sociedade Ibero-americana de Estudos Numismáticos, referido aos meses Julho-Setembro de 1953. O volume, de 133 páginas, bem ilustrado de gravuras, insere participações de:

J. AMORÓS, em *Rectificações* (1), focando o sério problema da praga de moedas falsas nas séries visigodas.

A. M. G. y LASCARIS COMNENO, em *Uma nova moeda de cobre de Miguel III*. Paleólogo, cunhada em Nicea.

J. LLUIS y NAVAS, em *Considerações sobre os princípios da cunhagem muçulmana*.

J. MAZAR, C. STUARDO ORTIZ y J. EYZAGUIRRE ESCOBAR em Vários temas de numismática espanhola moderna.

F. XAVIER CALICÓ, em *Medalhística*. — Novas emissões.

P. BATALHA REIS, com o *1.º Tratado de numismática impresso em Portugal*.

*Outros escritores*, em notas bibliográficas e miscelânea, destacando-se naquelas uma apreciação da *Cartilha*, de Pedro Batalha Reis, pelo catedrático de Barcelona, Dr. Felipe Mateu y Llopis.

## SCHWEIZER MÜNZBLÄTTER

## GAZETTE NUMISMATIQUE SUISSE

Apareceu o n.º 14, referido a Dezembro de 1953.

Tratadas ou resumidas em francês e alemão, inclui as seguintes colaborações:

TH. VOLTZ, em *Notes de Numismatique Alsacienne* e em *Deniers de Théoderic, évêque de Bale*.

PH. GRIERSON, em *Le trouvaille monétaire d'Ilanz*.

M. M. SALTON, em *Un modèle en buis* de Fr. Hagenauer.

W. L. BROWN, em *Note chronologique sur les monnaies de Corinthe*.

(1) *N. da R.* — Os títulos são indicados em tradução.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NA S. P. N.

- *Itália numismática*, de Óscar Rinaldi & Fíglío, de Casteldario, Mantova — Itália.  
N.os 9 a 12 — Setembro a Dezembro de 1953.

## CATÁLOGOS DE VENDA DE MOEDAS

- *Catalogo speciale de Monete per collezione*, de Óscar Rinaldi & Fíglío — Itália.  
N.os de Setembro, Outubro-Novembro e Dezembro, de 1953.
- *Numismática*, de Giuseppe de Falco — Nápoles — Itália.  
N.os 22 e 23 — Setembro e Dezembro, de 1953.
- *Monete e Medaglie*, do Prof. Luisi de Nicola — Roma.  
N.os 5 e 6 — Outubro e Dezembro, de 1953.
- *Numismática*, de R. Barzan & Reg. M. Raviola, de Turim — Itália.  
N.º de Setembro de 1953.
- *Public Coin Auction*, de Hans M. F. Schulman — New York.  
Dezembro de 1953.

## OBITUÁRIO

## MANUEL FERREIRA OSÓRIO

Com o passamento deste nosso associado sobe já a cinco o número das perdas que a S. P. N. tem a lamentar após a data da sua fundação.

Portuense de nascimento, Ferreira Osório foi acabar seus dias na sua casa de Lisboa, retirando de S. Tiago da Cruz, próximo de Vila Nova de Famalicão, onde residia nestes últimos tempos por conselho médico. Pode dizer-se que se finou muito cedo, com os seus 50 anos incompletos e com a sua compleição física excelente, de quem foi na mocidade um atleta distinto, cultor de quase todas as modalidades desportivas com saliência na natação e corrida.

Era um bom coração, homem dotado de nobres sentimentos, inteligente e gozando de aliciente simpatia.

Foi um grande amigo da Numismática, negociando e coleccionando numismas com conhecimento de causa e dedicando especial interesse à numária do nosso rei D. João I. Interessava-se também por antiguidades artísticas.

À sua Ex.<sup>ma</sup> Família endereça a S. P. N. a expressão do seu pesar pelo infausto acontecimento.

# Recordando os nossos Mortos



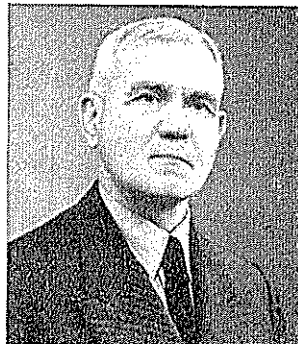
DR. JORGE PEREIRA DA GAMA  
18-VI-1915 — 14-XII-1952



DR. WILHELM REINHART  
15-XII-1880 — 24-IV-1955



JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO LIMA  
4-III-1885 — 14-V-1955



AUGUSTO PINTO DE MAGALHÃES  
15-IV-1884 — 30-V-1955



MANUEL FERREIRA OSÓRIO  
20-II-1904 — 27-XI-1955





# ÍNDICE

## DOS NÚMEROS DO 1.º VOLUME

N.º I, Dezembro de 1952 — N.º II, Abril de 1953 — N.º III, Agosto de 1953  
N.º IV, Dezembro de 1953

### ÍNDICE DAS MATÉRIAS

#### A

	Págs.
<i>Acerca de la política monetaria de D. Juan I de Castilla.</i> — DR. FILIPE MATEU Y LLOPIS . . . . .	IV 235-241
<i>Achados numismáticos.</i> — (Achado de Rio de Moinhos). — M. R. — (Vária). . . . .	III 206-211
— Achado de Chaves, Achado de Penamacor e Achado de Alcaide. — M. R. — (Vária) .	IV 269-273
<i>Apresentação.</i> — DR. F. RUSSELL CORTEZ . . . . .	I 3-5
<i>A propósito da emissão e circulação de moedas visigodas.</i> — DR. F. RUSSELL CORTEZ. — (Vária) . . . . .	II 132-134
<i>A propósito de dois conjuntos de moedas de Malaca.</i> — L. P. GARCIA.	IV 249-256
<i>A propósito dum conjunto de moedas de Malaca.</i> — (Tradução). — DR. LUÍS PINTO GARCIA. . . . .	II 107-120
<i>A propósito dum segundo conjunto de moedas de Malaca.</i> — (Tradução). — DR. LUÍS PINTO GARCIA . . . . .	III 179-181
<i>Associação portuguesa para o progresso das Ciências.</i> — R. C. — (Vária) . . . . .	II 140

#### B

<i>Barras de ouro das casas de moeda do Brasil.</i> — KURT PROBER . . .	III 189-196
---	-------------

#### C

<i>Catálogo das moedas insulares e coloniais</i> . . . . .	I 80
» » » » — (Vária) . . . . .	II 146
<i>Catálogos de venda de moedas</i> — (Vária) . . . . .	IV 278
<i>Classificações e achados.</i> — ENG. FERRARO VAZ . . . . .	IV 225-234
<i>Ceca (La) visigoda de «Cepís».</i> — Población del Distrito de Oporto. — ENG. WILHELM REINHART . . . . .	I 38-43

	PÁGS.
<i>Colección (Una) numismática de la Villa de Gata.</i> — DR. J. MALUQUER DE MOTES . . . . .	III 149-152
<i>Comité internacional des Sciences historiques.</i> — Comissão internacional de Numismática. — (Vária) . . . . .	I 79-80
<i>Congresso (I) arqueológico de Marrocos.</i> — R. C. — (Vária) . . . . .	II 140-141
— R. C. — (Vária) . . . . .	II 141-142
<i>Congresso (III) espanhol de arqueologia.</i> — R. C. — (Vária) . . . . .	III 200-201
<i>Congresso internacional de Numismática.</i> — Paris, 1953. — (Vária) . . . . .	I 78-79
— (Vária) . . . . .	II 142
<i>Contos para contar ou moedas para correr.</i> — ENG. PAULO FERREIRA DE LEMOS . . . . .	II 97-106
<b>D</b>	
<i>Dados estatísticos da Casa da Moeda.</i> — (Vária) . . . . .	II 136-139
<i>Diocles, el «As» de los circos romanos.</i> — DR. A. GARCIA Y BELLIDO . . . . .	II 81-91
<b>E</b>	
<i>Ensayo sobre la Evolucion Comercial y Monetaria en Byzancio.</i> — DR. ANTONIO MANUEL DE GUADAN Y LÁSCARIS COMNENO . . . . .	II 92-96
	III 153-166
	IV 215-224
<i>Exposição (1.ª) Nacional de Numismática.</i> — (Vária) . . . . .	I 77-78
— (Vária) . . . . .	II 146
— (Vária) . . . . .	III 213
— (Vária) . . . . .	IV 277
<i>Exposição (1.ª) Numismática e Filatélica na Guarda</i> — (Vária) . . . . .	IV 276
<i>Exposição Numismática do Pejão.</i> — CARLOS M. P. BRAGA. — (Vária) . . . . .	I 75-76
<b>I</b>	
<i>Instituto «Antonio Agustín» de Numismática.</i> — R. C. — (Vária) . . . . .	II 144
<i>«Itália Numismática».</i> — (Vária) . . . . .	II 145
— (Vária) . . . . .	III 213
<b>L</b>	
<i>Localização (A) da cunhagem de Aliobrio.</i> — DR. F. RUSSELL CORTEZ . . . . .	III 167-170
<b>M</b>	
<i>Mais uma tanga inédita da Índia Portuguesa.</i> — DR. JOAQUIM FRONTEIRA . . . . .	III 187-188
<i>Medalha comemorativa do duplo casamento dos filhos de D. João III com os Infantes de Espanha.</i> — DR. PEDRO BATALHA REIS . . . . .	III 183-186

	Págs.
<i>Medalha da E. F. I.</i> — (Vária) . . . . .	IV 267
<i>Medalha (Uma) dedicada ao Dr. Francisco de Andrade Leitão.</i> DR. ARY DOS SANTOS . . . . .	I 67-70
<i>Medalha de Garrett</i> — (Vária) . . . . .	IV 268
<i>Medalha (Uma) de ouro de Napoleão III.</i> — ENG. SALVADOR DE SÁ NOGUEIRA . . . . .	II 128-138
<i>Meia tanga (A) de D. Filipe III.</i> — DR. JOAQUIM FRONTEIRA . . . . .	II 121-127
<i>Moedas de D. Fernando.</i> — ENG. J. FERRARO VAZ . . . . .	I 49-54
<i>Moedas de duvidosa autenticidade existentes no «Statens Historiska Museum de Stockholm».</i> — ENG. RAUL DA COSTA COUVRE . . . . .	IV 257-259
<i>Moedas de D. João I (considerações acerca de variantes).</i> — ENG. PAULO FERREIRA DE LEMOS . . . . .	IV 242-248
<i>Moedas de D. Miguel I.</i> — ENG. RAUL DA COSTA COUVRE . . . . .	I 71-72
<i>Moedas (Duas) portuguesas híbridas.</i> — CORONEL MÁRIO RAMIRES . . . . .	III 171-178

## N

<i>Notícia sobre um exemplar desconhecido de uma moeda de portagem.</i> CARLOS FERNANDO SOUSA SANTOS. — (Vária) . . . . .	IV 262-266
<i>Novas medalhas.</i> — ALEXANDRE FERREIRA BARROS. — (Vária) . . . . .	III 203-205
— (Vária) . . . . .	IV 267-268
<i>Numária D'el-Rei D. Afonso Henriques.</i> — DR. PEDRO BATALHA REIS . . . . .	I 44-48
<i>Nymisma.</i> — (Vária) . . . . .	II 145
— (Vária) . . . . .	III 213
— (Vária) . . . . .	IV 277
<i>Numismata (O) Dr. Mirabeau.</i> — DR. LUÍS PINTO GARCIA . . . . .	I 55-65

## O

<i>Obituário.</i> — (Vária) . . . . .	I 80
— (Vária) . . . . .	II 146
— (Vária) . . . . .	III 214
— (Vária) . . . . .	IV 278

## P

<i>Patacos da Patuleia 1847.</i> — ALEXANDRE FERREIRA BARROS. — (Vária) . . . . .	II 135
<i>Permuta (A).</i> — (Vária) . . . . .	II 146
(Vária) . . . . .	IV 277
<i>Permutas numismáticas inter-associados da S. P. N. (Inquérito)</i> (Vária) . . . . .	I 76
<i>Primeira Exposição Numismática e Filatélica na Guarda</i> — (Vária) . . . . .	IV 276
<i>Publicações recebidas na S. P. N.</i> — (Vária) . . . . .	IV 278

## R

		Págs.
<i>Referências à S. P. N.</i> — (Vária) . . . . .	I	80
<i>Revue Numismatique.</i> (Vária) . . . . .	II	145

## S

<i>Schweizer Münzblätter (Gazette Numismatique Suisse).</i> — (Vária) . .	II	145
(Vária) . . . . .	IV	277
<i>Sobre moedas de vintém e de tostão.</i> — CARLOS FERNANDO DE SOUSA SANTOS. — (Vária) . . . . .	III	197-198
<i>Sugestões dos associados da S. P. N.</i> — (Vária) . . . . .	III	202

## T

<i>Tesouro (O) monetário do lugar de Poio.</i> — DR. FERNANDO RUSSELL CORTEZ . . . . .	I	6-37
---	---	------

## V

<i>Variantes inéditas de moedas portuguesas da 4.ª Dinastia.</i> — M. RAMI- RES. — (Vária) . . . . .	II	131-132
— (Vária) . . . . .	IV	260-262
<i>Vasco Valente desenhador de moedas.</i> — ALEXANDRE FERREIRA BARROS . . . . .	I	73-74
<i>Vida social.</i> — (Vária) . . . . .	II	143
— (Vária) . . . . .	III	212
— (Vária) . . . . .	IV	274-275

## ERRATA

PÁG.	LINHA	ONDE SE LÊ	DEVE LER-SE
271	7 e 9	(2 com eixos a 45°)	(2 com eixos a 90°)





